

CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Ano 37 - n. 61 - Dez. 2024 - ISSN 2175-0173

61

Os sepultamentos

Os Guarani pré-coloniais sepultavam seus mortos solo ou em recipientes cerâmicos, acomodando de um vasilhame sem utilidade para outras funções. Junto ao corpo também eram depositados alguns objetos pessoais, como colares, tembetás, machados e outras variedades.

Sua origem ocorreu quando os Guarani deslocaram a população para a economia dependente da agricultura. Eles também cultivavam alimentos. Esses recipientes de cerâmica, em sua maioria, eram decorados com pinturas lascada e polida.

Arqueologia Pública e Museus
em países do Sul Global:
perspectivas decoloniais e avanços comunicacionais

CADERNOS DO CEOM

Arqueologia Pública e Museus em países do Sul Global:
perspectivas decoloniais e avanços comunicacionais

v. 37, n. 61

(Dez/2024)

<http://dx.doi.org/10.22562/2024.61>

Cadernos do CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

Rua Líbano, 111-D, CEP: 89805-510, Chapecó-SC (Brasil)

Fone: (49) 3323-4779

E-mail: ceom@unochapeco.edu.br

Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

Editores

Mirian Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Editores de dossiê

Leilane Lima – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Camila Oliva – Universidade Nacional de Rosario (Argentina)

Conselho Editorial Nacional

Alda Lucia Heizer - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco

Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina

Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará

Mario de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará

Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco

Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Conselho Editorial Internacional

Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)

Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de

Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)

Giulia Marciani – Università di Bologna (Itália)

Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Avaliadores

Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2024:

Ademir Salini – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Adilson Rodrigues da Silva – Serviço Social do Comércio Mato Grosso do Sul

Adriane dos Prazeres Silva – Universidade do Estado do Pará

Adrielson Furtado Almeida – Faculdade Paraense de Ensino, Faculdade pan Amazonica

Alisson Souza Castro – Fundação cultural de Brusque

Ana Carolina Gelmini de Faria – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ana Lucia Herbets – Scientia Consultoria Científica

Ana Marcela França – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ana Maria Mauad – Universidade Federal Fluminense

Anderson Saccol Ferreira – Universidade do Oeste de Santa Catarina

André Egidio Pin – Universidade Federal de Santa Catarina

Antônio José Alves de Oliveira – Instituto Nacional da Mata Atlântica

Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Bruno Aranha – Museu Histórico de Pinhalzinho

Carlos Alberto Santos Costa – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Carlos Mauro de Oliveira Júnior – Universidade de São Paulo

Celso Luiz Júnior – Universidade Estadual de Londrina

Claiton Marcio da Silva – Universidade Federal da Fronteira Sul

Clotildes Avellar Teixeira – Universidade de Ouro Preto

Clovis Antonio Brighenti – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Clovis Dorigon – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Darlan Cristiano Kroth – Universidade Federal da Fronteira Sul

Débora Nunes de Sá – Universidade Federal de Santa Catarina

Diego Dal Bosco Almeida – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Elana Almeida de Souza Rezende – ER Consultoria

Emerson Neves da Silva – Universidade Federal da Fronteira Sul

Esther Rossi – Universidade Federal de Santa Catarina

Euripedes Funes – Universidade Federal do Ceará

Fabrizio José Nazzari Vicroski – Universidade de Passo Fundo

Fernando Sossai – Universidade da Região de Joinville

Francimar Ilha da Silva Petróli – Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

Gerson Witte – Instituto Federal de Santa Catarina

Haruf Salen Espindola – Universidade Vale do Rio Doce

Hiran De Moura Possas – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Humberto Rocha – Universidade Federal da Fronteira Sul

Ivan Rodriguez – Museu Emilio Goeldi

Jailson Bonatti – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Jo Klanovicz – Universidade Estadual do Centro Oeste

João Carlos Tedesco – Universidade de Passo Fundo

Jonas Gregório de Souza

José Carlos Radin – Universidade Federal da Fronteira Sul

José Gustavo Santos da Silva – Universidade do Extremo Sul Catarinense

José Luiz de Andrade Franco – Universidade de Brasília

José Roberto Heloani – Universidade Estadual de Campinas

Juliano Luiz Fossá – Universidade Federal do Rio Grande

Lindomar Wessler Boneti – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Luciano Figueiredo – Universidade Estadual do Piauí

Ludmila Lúfa Tavares e Azevedo – Universidade de Brasília

Marcos Gerhardt – Universidade de Passo Fundo

Maria Assunta Busatto – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Maria Cecilia Panizza – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)

Maria Gabriela Chaparro – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Argentina)

Marlon Brandt – Universidade Federal da Fronteira Sul

Maurício André Silva – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Miguel M Xavier de Carvalho – Universidade Federal da Fronteira Sul

Natalia Hanazaki – Universidade Federal de Santa Catarina

Neli Galarce Machado – Universidade do Vale do Taquari

Pedro Mülbersted Pereira – Instituto Estadual de Educação Santa Catarina

Rebeca Bombonato – Universidade de São Paulo

Renata Brauner Ferreira – Universidade Federal do Rio Grande

Rosângela Fachel – Universidade Federal de Pelotas

Samira Moretto – Universidade Federal da Fronteira Sul

Sebastião Rodrigues – Universidade Federal Fluminense

Simone Nothaft – UBS Alaíde Führl Barboza

Tania Lucia Muneron – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Tatiane de Freitas Ermel – Universidade Complutense de Madri

Thais Antolini Veçozzi – Universidade Federal do Rio Grande

Valdemar Joao Wesz Junior – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Vera Lucia Navarro – Universidade de São Paulo

Wesley Kettle – Universidade Federal do Pará

Revisão: revisão dos textos sob responsabilidade dos autores

Diagramação e Capa: CEOM/Unochapecó

Fotografia de capa: Vasilhame cerâmico Guarani exibido na exposição de longa duração

"Povoamento pré-colonial de Santa Catarina", do CEOM/Unochapecó. Chapecó (SC), 2024.

Foto: Equipe CEOM/Unochapecó.

905	Cadernos do CEOM [recurso eletrônico] / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Dados eletrônicos. -- Vol. 28, (jan./jul. 2008) -, - Chapecó : Unochapecó, 2008. Semestral. Modo de acesso: Internet <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/54> Título da página da web (acesso em 20 ago. 2013) ISSN: 2175-0173
-----	---

1. História – Periódicos. I. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Catálogo Biblioteca Central da Unochapecó

CDD 905



REITOR: Prof. Claudio Alcides Jacoski
VICE-REITOR E PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: Prof. José Alexandre De Toni
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: Prof. Andréa de Almeida Leite Marocco
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO: Prof. Silvana Muraro Wildner

SUMÁRIO

DOSSIÊ

ARQUEOLOGIA PÚBLICA E MUSEUS EM PAÍSES DO SUL GLOBAL: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E AVANÇOS COMUNICACIONAIS

09 Apresentação do Dossiê

Arqueologia Pública e Museus em países do Sul Global: perspectivas decoloniais e avanços comunicacionais

Leilane Lima

Camila Oliva

11 Climate change mitigation and adaptation of museums in Egypt

Mitigação das alterações climáticas e adaptação de museus no Egito

Ossama A. W. Abdel Meguid

29 Hacia la descolonización del complejo expositivo en los museos: el caso Atacameño del norte de Chile

“Towards the decolonisation of the exhibition complex in museums: the Atacameño case of northern Chile

Patricia Ayala

41 La Memoria de Valdivia: Arqueología Comunitaria y colaborativa en la costa de Ecuador

On the memory of Valdivia: Community and Collaborative Archaeology on the Ecuadorian coast

W. Isaac Falcón Revelo

G. Alexander Viveros Orrala

- 55 Quando indígenas encontram o museu: reflexões a partir da reconstrução do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque - AP**
When Indigenous people encounter the museum: reflections from the reconstruction of the Kuahi Museum of the Indigenous Peoples of Oiapoque - AP
Pedro Vianna Godinho Peria
Carolina Mazzacoratti Mindlin Loeb
Sophia Volkmer Medeiros Santana
- 72 Chimurenga epistemologies: diasporic entanglements, colonial afterlives and the struggle of thinking other worlds**
Epistemologias Chimurenga: complexidades diaspóricas, vidas coloniais posteriores e a luta para pensar outros mundos
Lennon Mhishi
Roselyne Masamba
- 89 Ruídos de Arquivos do Ciclo do Marabaixo: Resistência da Cultura Afro no Estado do Amapá**
Noises from the Marabaixo Cycle Archives – Resistance of the Afro Culture in the State of Amapá
Cláudia Patrícia Nunes Almeida
Angélica Vier Munhoz
Fabiane Olegário
- 100 Formulação e aplicação de um modelo de análise fundamentado no conceito de história de Walter Benjamin**
Formulation and application of an analysis model based on Walter Benjamin's concept of history
Lucas Canestri de Oliveira
Mariana Gravina Prates Junqueira
Ana Paula Lemes de Souza

ARTIGOS

- 117 A antropologia da imagem e a greve geral de 1917 em São Paulo: uma leitura da iconografia fotográfica da morte e a memória do operário José Martinez**

The anthropology of image and the 1917 general strike in São Paulo: a reading of the photographic iconography of death and the memory of worker José Martinez

Eliane Cristina Faroni Vieira dos Santos

Lucia Maria Machado Bógus

- 130 A atuação da pistolagem no ciberespaço como meio de controle da Fazenda Santa Clara, sudeste do Pará**

The action of pistolagem in cyberspace as means of control of Fazenda Santa Clara, Southwest of Pará

Marcos Antonio Amorim Lemos

Airton dos Reis Pereira

- 143 A política pública do Pronaf em Chapecó/SC: histórico, caracterização e perspectivas**

The public policy of Pronaf in Chapecó/SC: History, characterization and perspective

Juliano Luiz Fossá

Darlan Christiano Kroth

Ana Paula Schervinski Villwock

Alessandra Troian

- 159 Brinquedos e brincadeiras de príncipes e princesas no Antigo Convento do Carmo, Rio de Janeiro**

Toys and games of princes and princesses at the Antigo Convento do Carmo archaeological site, city of Rio de Janeiro

Daniela Alves

175 Memórias e reflexões sobre as enchentes em Canoas (RS):

Como superar esses traumas?

Memories and reflections on the floods in Canoas (RS): How to overcome these traumas?

Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves

Jéssica da Rocha Testa

Judite Sanson de Bem

Moisés Waismann

191 Nós, o meio e o tempo: percepções ambientais sobre as mudanças climáticas antropogênicas

The time, the environment and us: environmental perceptions about anthropogenic climate change

Guilherme Budke

Mirian Carbonera

Gisele Leite de Lima Primam

RESENHA

203 Tecnologização da agricultura e injustiça ambiental

Arlene Renk

Geversson Ampolini

Silvana Winckler

Apresentação do Dossiê

Arqueologia Pública e Museus em países do Sul Global: perspectivas decoloniais e avanços comunicacionais

Leilane Patricia de Lima*

Camila Oliva**

O número 61 da Revista “Cadernos do CEOM” apresenta o dossiê *Arqueologia Pública e Museus em países do Sul Global: perspectivas decoloniais e avanços comunicacionais*. O objetivo principal deste dossiê foi reunir artigos que tivessem como referência temática as interfaces entre Patrimônio, Arqueologia e Museus.

A proposição do dossiê alinhou-se ao momento marcado por duas décadas de discussões sobre Decolonialidade, quando profissionais que operam na interface entre patrimônio, arqueologia e museus, reposicionam-se na sociedade, buscando construir novas relações e parcerias. A criação desses vínculos tem exigido a promoção, a circulação e a comunicação mais amplas do conhecimento arqueológico, o reconhecimento e a valorização de outras visões e apropriações do passado, bem como o debate sobre o poder e o controle de ações e decisões relacionadas ao patrimônio; tendo-se como referência documentos, tais como a Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade publicada pela UNESCO em 2015, que destacam o compromisso inevitável dos museus com a valorização da diversidade cultural, especialmente para as instituições museológicas que se estruturaram em contextos imperialistas.

Seguindo esse pensamento, o dossiê apresentado neste número da Revista “Cadernos do

CEOM” esteve aberto para pesquisadores que atuam no universo patrimonial e para profissionais de museus, do Sul Global, compartilharem debates essenciais e urgentes e experiências colaborativas e interculturais. Como resultado desta chamada de artigos, temos a grata satisfação de apresentar o dossiê deste número da Revista “Cadernos do CEOM”, no qual atuamos como editoras convidadas.

Este dossiê é composto por 07 artigos, com abordagens teórico-metodológicas diversas e com uma variedade de estudos de caso e relatos de experiências que, certamente, contribuirão para discutir, e refletir, sobre urgências e desafios atuais para os patrimônios e os museus, que envolvem temas como mudanças climáticas, sustentabilidade, incorporação de novas epistemologias, valorização dos conhecimentos locais, usos sociais do patrimônio, ética, colaboração, representações dos povos indígenas, políticas públicas, justiça e reconhecimento social.

Neste exemplar, os diferentes artigos do dossiê apresentam-se da seguinte maneira:

O primeiro artigo é denominado *Climate change mitigation and adaptation of museums in Egypt*, de autoria de Ossama A. W. Abdel Meguid (Egito). Este artigo discute o papel dos museus egípcios no debate sobre a mudança climática, tanto no que diz respeito a ajudar as pessoas a desenvolver

* Pós-doutoranda em Arqueologia, no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2023-2024). E-mail: leilaneplima@gmail.com.

** Pesquisadora Assistente da Comisión de Investigaciones Científicas (CIC) da Provincia de Buenos Aires no Laboratorio de Análisis Cerámico da Facultad de Ciencias Naturales y Museo da Universidad Nacional de La Plata; Membro do Centro de Estudios Arqueológicos Regionales de la Universidad Nacional de Rosario. E-mail: coliva@fcnym.unlp.edu.ar.

sua compreensão sobre o tema quanto no que se refere a como os museus podem agir frente ao desafio climático.

O segundo artigo é denominado *Hacia la descolonización del complejo expositivo en los museos: el caso Atacameño del norte de Chile*, de autoria de Patricia Ayala (Chile). Este texto discute uma questão ética fundamental quando falamos em decolonialidade, a exposição de corpos humanos em museus, no contexto atacamenho no norte do Chile.

O terceiro artigo é denominado *La Memoria de Valdivia: Arqueología Comunitaria y colaborativa en la costa de Ecuador*, de autoria de Wilmer Isaac Falcón Revelo e Gilbert Alexander Viveros Orrala (Equador). No texto, a partir de uma crítica sobre o colonialismo na prática arqueológica, os autores debatem o conceito de arqueologia comunitária, reconhecendo a importância dos diferentes atores sociais na produção de conhecimento arqueológico na Comuna Ancestral Valdivia (CAV).

O próximo artigo é denominado *Quando indígenas encontram o museu: reflexões a partir da reconstrução do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque – AP*, de autoria de Pedro Vianna Godinho Peria, Carolina Mazzacoratti Mindlin Loeb e Sophia Volkmer Medeiros Santana (Brasil). Neste artigo, a partir de um estudo de caso relacionado a um dos primeiros museus indígenas brasileiros, os autores refletem como o museu (instituição ocidental) foi apropriado pelos povos indígenas e transformado como instrumento de organização, visibilidade, luta e resistência.

O quinto artigo é denominado *Chimurenga Epistemologies: Diasporic Entanglements, Colonial Afterlives and the Struggle of Thinking Other Worlds*, de autoria de Lennon Mhishi e Roselyne Masamha (Zimbábue). Nele, os autores discutem, numa perspectiva decolonial do Sul Global, Chimurenga como uma filosofia e sistema de conhecimento originário do Zimbábue que informa uma compreensão epistemológica sustentada por saberes espirituais e práticas sustentáveis locais.

Os dois últimos artigos do dossiê abordam, sobretudo, novas metodologias de estudo do patrimônio imaterial. Um deles é denominado *Ruídos de Arquivos do Ciclo do Marabaixo: Resistência da Cultura Afro no Estado do Amapá*, de

autoria de Cláudia Patrícia Nunes Almeida, Angélica Vier Munhoz e Fabiane Olegário (Brasil). Este texto discute um acervo fotográfico do Ciclo do Marabaixo, patrimônio imaterial da cultura do Estado do Amapá, o qual foi investigado por meio de um trabalho arquivístico que envolveu a montagem e a remontagem dos arquivos pesquisados. Como resultado, verificou-se que os arquivos do Ciclo do Marabaixo são fontes potentes para os estudos arquivísticos, como também para estudos dos saberes culturais afro-amapaenses nos espaços escolares no estado do Amapá.

O outro artigo é denominado *Formulação e aplicação de um modelo de análise fundamentado no conceito de história de Walter Benjamin*, de autoria de Lucas Canestri de Oliveira, Mariana Gravina Prates Junqueira e Ana Paula Lemes de Souza (Brasil). Este artigo realiza uma análise das diferentes formas com as quais a população das estâncias hidrominerais de Cambuquira, Caxambu e Lambari (Minas Gerais) se relacionam com as águas minerais. Tal análise foi subsidiada por pesquisa bibliográfica da historiografia local, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Esta abordagem buscou demonstrar como diferentes maneiras de ocupar e interpretar o espaço vão se confrontando e se arrastando na história, por meio de transmissões culturais materiais e imateriais.

Para além dos artigos que compõem este dossiê, o número 61 da Revista “Cadernos do CEOM” apresenta outros 6 artigos de fluxo contínuo, que tratam sobre temas diversos, e uma resenha.

Destacamos a importância das valiosas contribuições aqui apresentadas, uma vez que abordam temas e desafios atuais para pesquisadores e profissionais do universo patrimonial, que nos levam a refletir sobre novas práticas e enfoques teórico-metodológicos e a respeitar as prerrogativas culturais dos povos tradicionais. Finalmente, agradecemos à Revista “Cadernos do CEOM” a oportunidade de organizar o dossiê. Agradecemos, igualmente, aos autores pelo compromisso assumido e aos avaliadores deste número.

Climate change mitigation and adaptation of museums in Egypt

Mitigação das alterações climáticas e adaptação de museus no Egito

Ossama A. W. Abdel Meguid*

Keywords:

Climate change

Museums

Sustainable Development

Abstract: What has climate change got to do with museums? Climate change will impact all aspects of life everywhere, which means that climate change is relevant to all museums, and they can all fulfill roles in addressing climate change. Museums can incorporate climate change into their exhibitions, events and educational programmes, whatever their subject matter. These activities help support the elements of Action for Climate Empowerment, namely education, training, public awareness and public access to information. Museums can support climate action in other ways beyond their programming. For example, research based on collections may contribute to a better understanding of the impacts of climate change; making the results of such research available to the public in programmes would contribute to the elements of Action for Climate Empowerment. Museums can also address climate change directly through their operations, as they often consume vast amounts of energy and resources that contribute to climate change: curtailing their own emissions is one of the most important ways they can play their part in addressing the climate crisis. Museums are further implicated since many are publically funded institutions, with a reasonable attendant expectation that they could use public funding for public good. The particular role of museums as players in sustainable development was recognized most clearly in the UNESCO 'Recommendation concerning the protection and promotion of museums and collections, their diversity and their role in society' (UNESCO 2016). It is surely no coincidence that this Recommendation was made in the same year that the Sustainable Development Goals and the Paris Agreement were agreed upon. While climate change is not specifically mentioned in the UNESCO Recommendation, the intent of the Recommendation is aimed at protecting and promoting cultural and natural heritage (which are of course threatened by climate change), advancing human rights, and fulfilling a positive social purpose. Nonetheless, while museums were heavily implicated in the original UNFCCC and the Paris Agreement, they have been rather slow to address climate change in meaningful and impactful ways. This situation has improved in the last 10 years or so, and activity is ramping up rapidly, but there is a long way to go and not much time to do it in. In this paper, we explore two questions: 1) how can museums help people develop their understanding of what climate change means to them? and 2) how can museums help facilitate a response to the climate challenge?

Palavras-chave:

Mudança climática

Museus

Desenvolvimento sustentável

Resumo: O que a mudança climática tem a ver com museus? A mudança climática impactará todos os aspectos da vida em todo lugar, o que significa que a mudança climática é relevante para todos os museus, e estes podem desempenhar papéis no enfrentamento da mudança climática. Os museus podem incorporar a mudança climática em suas exposições, eventos e programas educacionais, seja qual for o assunto. Tais atividades apoiam os elementos da Ação para o Empoderamento Climático, que são a educação, o treinamento, a conscientização pública e o acesso público à informação. Os museus podem apoiar a ação climática de outras maneiras além de sua programação. Por exemplo, pesquisas baseadas em coleções podem contribuir para uma melhor compreensão dos impactos da mudança climática; a disponibilização dos resultados dessas pesquisas ao público em programas contribuiria para os elementos da Ação para o Empoderamento Climático. Os museus

* ICOM Egypt. E-mail: ossama7@gmail.com

também podem abordar a mudança climática diretamente por meio de suas operações, pois geralmente consomem grandes quantidades de energia e recursos que contribuem para a mudança climática: reduzir suas próprias emissões é uma das maneiras mais importantes de desempenhar seu papel no enfrentamento da crise climática. Os museus estão ainda mais envolvidos, pois muitos são instituições financiadas publicamente, com uma expectativa razoável de que poderiam usar o financiamento público para o bem público. O papel particular dos museus como participantes do desenvolvimento sustentável foi reconhecido mais claramente na "Recomendação da UNESCO sobre a proteção e promoção de museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade" (UNESCO 2016). Certamente não é coincidência que esta Recomendação tenha sido feita no mesmo ano em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris foram acordados. Embora a mudança climática não seja mencionada especificamente na Recomendação da UNESCO, a intenção da Recomendação é proteger e promover o patrimônio cultural e natural (que são, naturalmente, ameaçados pela mudança climática), promover os direitos humanos e cumprir um propósito social positivo. No entanto, embora os museus tenham sido fortemente implicados na UNFCCC original e no Acordo de Paris, eles têm sido bastante lentos para abordar a mudança climática de maneiras significativas e impactantes. Esta situação melhorou nos últimos 10 anos ou mais, e a atividade está aumentando rapidamente, mas há um longo caminho a percorrer e não muito tempo para fazê-lo. Neste artigo, exploramos duas questões: 1) como os museus podem ajudar as pessoas a desenvolver sua compreensão do que a mudança climática significa para elas? e 2) como os museus podem ajudar a facilitar uma resposta ao desafio climático?

Recebido em 16 de agosto de 2024. Aprovado em 3 de dezembro de 2024.

Context

Global context: Climate change threats facing the planet

The world's climate is changing and the impacts are already being observed at both global and local levels. Climate change is a natural phenomenon that happens at very low rates affecting the ecosystem. Nevertheless, since the industrial revolution in the late 18th century, human activities greatly disrupted the natural balance of the ecosystem. Human beings did not only exploit and degrade the planet's natural resources, but also intervened significantly and contributed to the gradual change in climate. In consequence of the overuse of fossil fuels and deforestation, the normal percentage of GreenHouse Gasses (GHG) has increased significantly, leading to global warming. The direct result of this has been a rise in the average temperature of the planet, leading to a sequence of climate events. This includes extreme weather conditions, increasing temperatures, melting polar

icecaps, sea level rises (SLR), severe droughts, and flooding resulting from the redistribution of rainfall patterns. These new dynamics are key elements in changing the global water map. Such events may lead to significant socioeconomic and environmental losses. Climate change indeed is a challenging problem to any government as it poses a serious threat, among other things, to food security and national economy. Let us look in depth at the problem in the Egyptian context.

National context: Climate Change Risks in Egypt

Egypt is Africa's most populous country, with 97.5 million capita (CAPMAS, 2017), and also the 87th most vulnerable country facing the threat of climate change. Yet, it ranks at 73rd in the world when it comes to lack of preparedness to face climate change (Climate Change Profile, 2018). The high population growth and rapid urbanization, together

with the climate change arising impacts, put serious stress on water supplies. This leads further to threats towards food security, human health and biodiversity. Egypt's quickly increasing urban centres will be struggling to deliver fundamental services such as housing, health care, education, sanitation, and energy, particularly with the climate effects forecast. Productive lands will also be pressured to increase yields, aggravating water shortages as the country progressively senses the climate change effects. Moreover, Egypt is particularly susceptible to climate change and its negative effects, with 98% of the population and most of its facilities focused along the Nile River, its delta, and the northern and eastern coasts. This is expressed in the Nile flow variability, changing weather patterns, and increasing SLR and salt intrusion. Climate change will increase the interactive impact of political, economic, and demographic forces by acting as a risk multiplier. The Sea level rise and the heavy correlation between climate change and the Nile river flow are two of the most significant factors leading to the high vulnerability of Egypt to climate change. The country is surrounded by the Mediterranean Sea to the North, where it lies at a low altitude to sea level, putting the whole area under the threat of Sea Level Rise (SLR). This will consequently give rise to flooding, affecting the groundwater quality in the coastal aquifers (EEAA, 2016). Further implications will be the increase of soil salinity, degrading its fertile quality and leading to the erosion of coastal barriers. Additionally, an SLR of 0.3 meters will lead to the migration of at least half a million inhabitants and 70,000 subsequent job losses spanning various sectors (Green Climate Fund, 2017). Second, the Nile and its Delta were identified as one of the world's three most extremely vulnerable hotspots under climate change conditions (IPCC, 2007). Its flow is highly sensitive to rainfall and variations in temperature. Temperature change impacts rainfall, which is foreseen to decrease by 7% on the coastline by 2030 (Climate Change Profile, 2018). Predictions on evapotranspiration rates, defined as "the sum of evaporation and plant transpiration from the Earth's land and ocean surface to the atmosphere", claim that "climate change will take the form of fluctuations in levels of precipitation resulting in

changes in temperature". Thus, there will be a growing need for dams in upstream countries. Water scarcity, storms and heat waves will influence the crop yield production, thus imposing a great threat to national food security. Taking a closer lens, the role of the Nile River in Egypt's food and water security is pivotal. Hence, the imposition of climate change cannot be overlooked. The Nile is responsible for supplying Egypt with 95% of its water demand, in which 85% of it is used in agriculture (Climate Change Profile, 2018). The Nile Delta forms more than 50% of Egypt's agricultural land and supports 80% of Egypt's fish farming demands. The Nile itself supplies water for domestic activities, industry, power generation, cooling of machinery and power plants and transport between Nile Valley cities (Green Climate Fund, 2017). For such an interconnected role in diverse sectors, the Nile is of great concern when considering the effect of climate change on Egypt's water quota and food security. Rising temperatures, precipitation variability and increasing heat stress on crops are the potential results of climate change. These factors act as challenges of closing the rapidly growing gap between the limited water availability and the mounting demand for water in agriculture and in various economic sectors. Thus, management of practices and irrigation methods is a crucial intervention for climate change adaptation in Egypt to maintain or increase the productivity of irrigation water use (Crop output/ Unit of water consumed) (IPCC, 2007). Agriculture and welfare losses are foreseen and will be restricted by water availability. For the Egyptian economy, agriculture accounts for an estimated 14.5% of GDP and 28% of all jobs. It is also the main water-using sector in Egypt, consuming 80% of Egypt's water quota (Egypt-Country Profile, 2018). Agricultural production is projected to decrease by 8% to 47% by 2060, with agricultural employment cuts of up to 39%, according to a UNDP study. Agricultural welfare losses are projected to range from 40 to 234 billion EGP in 2060 due to the impacts of climate change (UNDP, 2013).

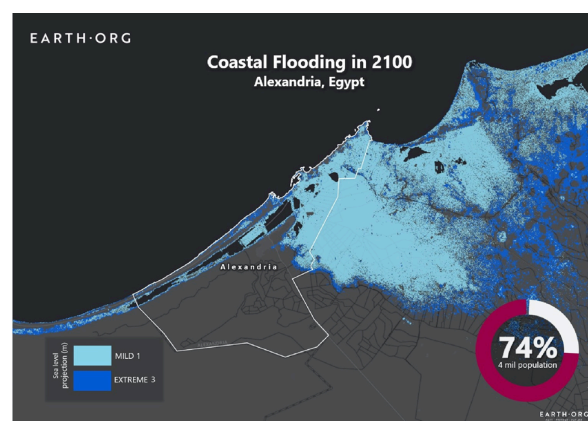
All these factors threaten 50% of Egypt's economic activities in agriculture, fisheries and industries in which water acts as a main component. Other impacts include issues regarding the sailing of

ferries on the Nile, effects on coral reef growth and integrity, saltwater intrusion and submersion of monuments on the north coast, and socioeconomic losses due to all-mentioned impacts, all of which will negatively impact tourism and biodiversity (EEAA, 2016).

Egypt Action towards Adaptation

On the national level, 1999 marked the first time that Egypt shed light on its required adaptation plans, climate impact actions and vulnerabilities in the 1stUNFCCC National Communication. This was subsequently modified in the second 2010 National Communication (Arab Republic of Egypt, 2010b). The first communication plan concentrated solely on emission reduction strategies. The second communication suggested intersectoral strategies and actions that would contribute to the adaptation efforts. A number of institutional agreements have been created over those 10 years to tackle climate change-related problems, with more focus on adaptation and mitigation (Abutaleb, Mohammed and Ahmed, 2018). In 2007, “The National Committee on Climate Change” was established by the Prime Minister Decree no. 272 and was led by the Minister of Environment. The committee included representatives from the technical ministries - besides the Ministry of Environment - like, the Ministry of Water Resources and Irrigation, and the Ministry of Agriculture and Land Reclamation. It also included representatives from functional Ministries like the Ministry of Foreign Affairs, Ministry of Electricity and Energy, Ministry of Petroleum, Ministry of Trade and Industry, Ministry of Local Development and Ministry of Defense. The committee was concerned with developing mitigation and adaptation strategies to address the phenomenon of climate change. Moreover, it was required to review and activate a National Strategy for Climate Change with the preparation of plans and programs in both long and short terms, in order to be integrated into national action plans for development in Egypt (EEAA, 2016). In 2011, the National Committee and its Information and Decision Support Center issued a National Strategy for Adaptation to Climate

Change and Disaster Risk Reduction that contains adaptation plans tailored to every geographic region of Egypt. The most affected regions would include Governorates of the North Coast including Alexandria, Marsa Matrouh, Damietta, Portsaid, and the entire Delta region. Farmers and people working in tourism are among the heavily impacted actors. Media and civil society are among the key players when it comes to dealing with the issue and communicating its severity to the public alongside the steps necessary to be taken to alleviate the consequences anticipated.



Sea Level Rise Projection Map – Alexandria, @ Earth.org

Museums and climate change

Climate change presents one of the most serious challenges to human society and the environment, where both reducing emissions and adapting to the impacts of climate change involve major systemic change to society and the economy. Given the scale, nature and speed of these systemic changes, greater public engagement has been considered to be essential for numerous reasons, including the building of democratic support for action (Carvalho and Peterson 2012), and to improve policy making (Pidgeon and Fischhoff 2011), notably through the incorporation of diverse perspectives.

Climate change engagement may be defined as ‘an ongoing personal state of connection’ with the issue of climate change (Lorenzoni et al. 2007: 446; Whitmarsh et al. 2011). As connection incorporates a broad range of aspects that constitute what we

think, feel and do about climate change – cognitive, socio-emotional and behavioral aspects – simply knowing more about climate change does not necessarily promote action and, where information provision does not provide people with an understanding of the actions that are needed or is demotivating, it can inadvertently disempower people (Moser and Dilling 2004; O'Neill and Nicholson-Cole 2009). The three elements of climate change engagement – cognitive, socio-emotional and behavioral – approximate to the three domains of the learning model used by UNESCO as a framework for Global Citizenship Education (GCED) and Education for Sustainable Development (ESD); GCED aims to educate people 'to know, to do, to be, and to live together', empowering learners of all ages to play an active role in overcoming global challenges (UNESCO 2015: 22; UNESCO 2017). Museums have the potential to be important venues to promote public education, empowerment and action around climate change, and were formally recognized at COP24 in Katowice (Poland) in December 2018 as key sites for supporting Action for Climate Empowerment.

In this paper, we explore two questions:

- 1) how can museums help people develop their understanding of what climate change means to them? and
- 2) how can museums help facilitate a response to the climate challenge?

The big task of the museum sector is not only to inform the public on the science of climate change but also to equip citizens with tactical knowledge that enables participation in actions and debates on climate change that affect their futures.

Museums and science centers can engage a future-oriented, forward thinking frame, as places to link the past to the far future through projections of what might happen as places to offer practical governance options and as places to present long-term temporal trajectories. They offer an antidote to short-term thinking and the failure of governments to act, by presenting the variable dispositions, ideologies, and governance options, thereby constructing a mediated view of the future as a series of creative pathways (Cameron et al. 2013: 11; see also Cameron and Neilson 2015).

Notwithstanding the wide potential of museums to contribute meaningfully to addressing the challenges of climate change, it has noted that, for the most part, museums have been slow to incorporate climate change into their work, risking their own long-term relevance (Janes 2009, 2016).

Rather than direct their attention to protecting material from the past, museums can direct their work (the full range of their work, including collecting and public-facing work) towards supporting and enabling better futures more actively. Natural history museums and science centres could readily engage around contemporary issues such as climate change and other environmental topics (as could many other kinds of museums) to become 'natural futures museums'; military museums could focus on topics around the causes and consequences of contemporary wars in order to reduce future conflicts; and ethnographic museums could emphasize issues around cultural diversity and identity in the face of globalization and social inequality (Basu and Modest 2015; Dorfman 2018). This approach recognizes the interconnectedness of different forms of heritage – material, natural, cultural and intangible – and connects with emerging ideas of heritage as a future-making practice. Heritage is not a passive process of simply preserving things from the past that we choose to hold up as a mirror to the present, associated with a particular set of values that we wish to take with us into the future. Thinking of heritage as a creative engagement with the past in the present focuses our attention on our ability to take an active and informed role in the production of our own 'tomorrow' (Harrison 2013: 4).

The history of people and landscapes, whether natural or cultural, is fundamentally connected. Answering key historical questions about this relation will allow us to approach our most important environmental issues in novel ways.

"Issues like climate change are not just ecological problems – they are social ones." No distinction between the history of people and landscapes, or natural and cultural, the two are fundamentally connected."

The focus on learning from the past is also critical as "worldwide and through time, humans

have adapted to environmental stresses and climatic shifts. Although it's easy to assume that people tend to disastrously impact environmental health", "through studying the archaeological record and working with local collaborators, we see many examples of ancient societies that have successfully responded to environmental instability by conscientiously managing their resources and behaving in ways that promote resilient and biodiversity habitats."

Another reason history matters is that to be able to predict the effects of contemporary human activity, to create accurate models for future climate change for example, we need to know how modern landscapes have been shaped by the actions of people in the past. "Humans have been modifying their environments for a long time. We need to take into account how the landscapes we live in today are the result of millennia of people doing things like burning vegetation, herding animals and farming when we make decisions about how to preserve, restore, or remodel environments. Historical ecology research in museums is all about generating that data so we can figure out how best to manage our world."



Historical ecology in museums @ Ossama



Historical ecology in museums @Ossama

Another clear concern for these researchers is how academics can better integrate science with traditional knowledge bases. "Local communities that have tended to be marginalized from environmental management decisions have much to offer," "issues like climate change need to be approached with diverse knowledge sets, and take into account multiple perspectives". Greater attempts at meaningful and respectful collaboration with local communities are seriously needed, revealing that "the questions submitted from researchers about how resource managers can best engage with local communities were consistently flagged as some of the most important."

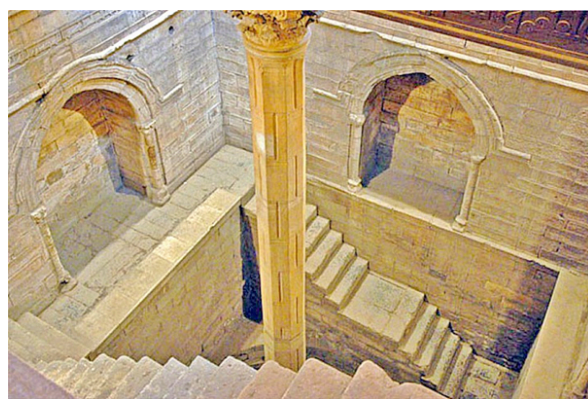
Museums and Climate Change in Egypt

There is no doubt that climate change is one of the most important topics of the day, given that there is no evidence of the increase in temperature since the nineteenth century and the doubling of the rate of increase in the twentieth century. Warming leads to sea level rise, weather fluctuations and disasters as a result of floods, storms, droughts or torrential rains. Therefore, there should first be a national program to develop a risk map for the threatening effects in coastal areas and in the course of torrents to take the necessary measures to protect them. On the other hand, a plan should be drawn up. Because of the impact of climate change on tourism because it affects what the tourist intends to visit. Therefore, it is necessary to prepare the areas

that will be more attractive and diversify the tourist destinations and programs in the field of cultural tourism, including the interest in the intangible heritage. It is advisable to organize museum programmes to places that will indicate what climatic changes have occurred with accompanying explanations of the impact of climate change on society and the measures taken to mitigate and overcome it. Among these places is the Nilometer in Al-Rawda, from which it is inferred that the climate impacts the scarcity of floods that led to Al-Mustansiriyah severity and the Nilometers in Aswan, Edfu and Luxor, which monitored the change in flood levels as a result of climatic fluctuations in the upper Nile in ancient Egypt. There is also a “Jarawi Dam” in Helwan, it was designed in the age of the pyramids to block the waters of torrents and avoid their dangers. Lake Qarun in Fayoum also provides a unique record of the scarcity of floods that contributed to the collapse of the ancient state as a result of global climate change in 2200 BC, which requires the establishment of a heritage and climate center to provide visitors with explanations and evidence. Fayoum also has the Wadi El-Hitan Museum, which is the first museum that focused on the relationship of natural heritage to climate. We also look for another center in the Oases to provide evidence of climate change and its impact on the greening and drying of the desert in successive periods that contributed to the spread of the first human from North Africa through Egypt to the rest of the world and in Communication between Egypt and its neighbors during the rainy ages and the impact of drought 7000 years ago on the displacement from the deserts to the Nile Valley, and the concomitant transformation into agriculture, which paved the way for the emergence of Egyptian civilization. One of the tasks of these centers will be to organize visits for all, including students, in cooperation with the local communities, to the places where the climatic evidence is represented in: The deserts are the deposits of lakes and the rock drawings that show the elephants and giraffes that lived in the rainy periods and became extinct as a result of the drought that formed the features of the desert as we know it today.



Nilometer in Elephantine @ Amusing plant



The Rowda Nilometer in Cairo @ Cairo top



Jarawi Dam in Helwan @ Ossama

The Climate Change Museum in Wadi El Hitan: The Egyptian site is a Unesco Heritage Site since 2005



The Climate Change Museum in Wadi El Hitan @ global times

The Wadi Hitan Fossil and Climate Change Museum features the largest intact “Basilosaurus isis” whale fossil and a unique collection of fossils found nowhere else in the world. Wadi El Hitan was transformed through climate change from sea to a hyper-arid desert through millions of years. The museum aims to educate the public about climate change and raise awareness about preventing its negative effects on the environment and people.

The museum has been built by the United Nations Development Programme in partnership with the Government of Egypt and the financial support of the Government of Italy within a collective set of actions being implemented to support the conservation of protected areas, promote eco-tourism, and sustainable development links environment protection and sustainable use of natural resources.

The museum educates visitors about “the importance of natural heritage” and its message is “protect it: pay attention to climate change; if you don’t do so, you shall be extinguished” just like the prehistoric whales.

It makes sense to have this museum in Wadi El Hitan, rather than in Cairo, because you can have a firsthand impression of the tremendous modifications climate change has had locally by

seeing shells and fossils encrusted in the middle of the barren desert.”

Visible layers of sedimentation scarring the flanks of the surrounding limestone hills bear witness to the changing seawater levels across different geological eras. “Climate change should be witnessed in the field,” “this is when it becomes instrumental and can raise awareness.”

The museum is home to various fossils of plants such as mangroves, corals and watermelons, and animals such as whales, sharks, dolphins, crocodiles and the complete skeleton of a leopard. All of the samples originated from Wadi El Hitan, Siwa, the Qattara Depression, Sinai, Qusur El Arab and the nearby Wadi El Rayan.

In the central exhibition space lies the complete fossil of an 18-metre-long male Basilosaurus Isis discovered in May 2015, only seven kilometres away from its current resting place. The cast of the female Basilosaurus fossil sits beside the male skeleton - gigantic heads and massive jaws propped up on an elevated bed of sand.

What makes the Basilosaurus remarkable is its body, equipped with two tiny yet perfectly-shaped hind legs. “Basilosaurus was the first archaic whale found to have fully developed hind limbs with a knee, ankle, foot and toes,”

Grand Egyptian Museum to be Egypt’s first eco-friendly museum



Grand Egyptian Museum @ construction review

The Ministry of Tourism and Antiquities and the National Center for Housing and Building Research announced that the Grand Egyptian

Museum (GEM) and all its buildings will be green buildings. This will provide environmental, economic and cultural sustainability, and make GEM the first green museum in Egypt.

The GEM is currently in the process of obtaining the Egyptian Green Pyramid accreditation and in order to receive the accreditation, GEM has to meet certain requirements.

These requirements include visitor services, transportation to the museum, ease of access, the creation of bike paths, parking lots, the use of electric cars, efficiency of water and energy consumption, especially in the museum's green landscape, as well as use of renewable energy sources.

This accreditation comes within the framework of the Ministry of Tourism and Antiquities' strategy for sustainable development as part of Egypt's Vision 2030 to preserve the ecological balance and the sustainability of tourism and antiquities as well as encouraging the sector to develop in unison with the transition to a green economy and environmentally friendly practices.

Museum of Mummification and Luxor A Heritage Green City "Awareness Raising Actions toward Sustainable Energy & Climate Adaptation Plan"



Egypt- Benban solar power plant @ construction review

Awareness and communication are indispensable tools for the dissemination of good practices, to help reduce energy consumption on a

day-to-day basis. The Governorate of Luxor needs to develop robust campaigns all across the City of Luxor and the Governorate on this issue. One has to recognize that the Governorate of Luxor has other major priorities to address. On the contrary, Governorates concerned with energy management on their territory and benefiting from a direct connection with their constituencies are the right institutions to develop awareness activities.

Museum of Mummification hosted a series of lectures and workshops to ensure the coherence of the overall Governorate's policy and all energy related projects design and implementation.

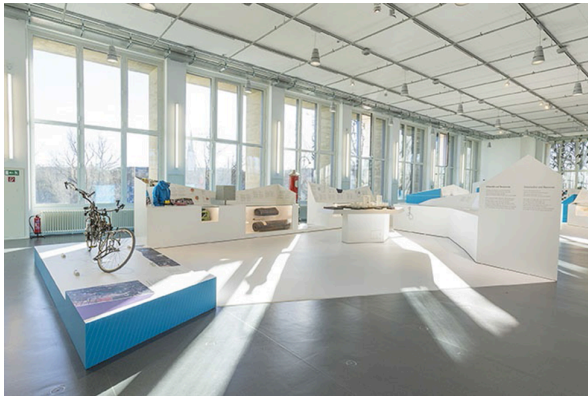
The missions include:

- Educating users about the implementation of the Governorate's policy on sustainable energy;
- Training the technical personnel in charge of the different services, including to ensuring adequate maintenance of renewable energy facilities; and
- Organising reporting on progress made and communicating the results of implemented actions to municipal personnel, city's inhabitants and stakeholders.

To ensure the success of project implementation within the framework of the sustainable energy strategy, certain awareness-raising actions for different sectors of the local population carried out. These include:

- Lectures: organizing and facilitating a series of conferences and lectures given by professionals and experts. These meetings are meant for a diverse audience: local authorities, enterprises and the general public. The main objective is to educate local actors and encourage them to take action.
- Workshops: holding thematic workshops on sustainable energy (energy consumption reduction, energy efficiency and renewable energies) that enrich Governorate (municipal) personnel's knowledge on the subject and, thus, facilitate the implementation.

Children's Museum, Cairo: The Earth in our Hands Exhibition



The Earth in our Hands Exhibition @ Ossama

The Children's Museum hosted a major special hands-on exhibition: "The Earth in Our Hands" in cooperation with the French Embassy in Cairo and the Academy of Scientific Research and Technology.

Climate change has a worldwide impact. This introduces the "World in our Hands exhibition" and examines the issues faced by the global community. Climate change is our greatest test, it is real and time is running out. For the good of all the communities across the planet we must act now. Already hundreds of thousands of people have been killed or had their homes destroyed. This talk examines the present and future challenges faced by all communities and re-enforces the need for us to act together against this imminent and deadly threat. The presentations examine the actions required to overcome this challenge for governments, businesses and each of us. This exhibition provides education on Climate Change, to help drive action for change. The world really is in our hands and we mustn't let it slip through our fingers.

The exhibition visualized the history, present, and (scientifically based) future of the Anthropocene as well as the deep interventions of humans into the geo- and biosphere over the last two centuries. It was not, however, conceptualized as a history of decline, but as a complex story of shaping. Here, scientific concepts of sustainable transformation and a society that overcomes the dualism between humans and nature are as

important as today's problematic phenomena and the ethical challenges connected with them. The topics of the exhibition included, among others: humankind as destroyer, but also as creator and designer; the anthropogenic planet that is shaped and changed by human beings; historically grown consumption patterns and lifestyles; time and space as important factors in the Anthropocene; and the future as challenge but also as chance for humankind and its political institutions, social networks, and dreams.

It looks at the complexity of human influence on the Earth and how this is reflected in urban development, mobility, energy, climate, food, nature, and global justice. In the essay section, contributions by distinguished scholars discuss the history of the concept of the Anthropocene, its characteristics and consequences, and life in the Anthropocene both today and in the future, as well as the importance of the idea for education, research, and museums. Artistic and literary contributions offer new ways of looking at the changing relationship between humans and nature. Finally, a "making of" activity section explains the design choices and guiding principles behind the exhibition.

Green Museum Initiative

Museums that integrate the concepts of sustainability into their design - where they depend on sustainable design, the use of environmentally friendly building materials, and the reliance on resources sustainable energy in the generation of electricity used in lighting, heating and cooling, Reducing waste and air pollution, and using reusable materials and recycling - and in managing its various groups and activities.

The first step: a training program for workers in the museum sector

Sustainable Development: Its Dimensions, Objectives, and Egypt's Vision 2030

Green museums and galleries

Towards implementing governance in museums

Digital transformation for sustainable development

Green building standards

Sustainable management of materials and waste Management of the museum collection, programs and activities of the museum to achieve SDGs

The second step: converting museum buildings into green buildings;

Energy Efficiency

Water efficiency

Sustainable management of materials and waste: the application of the 6 R of sustainability

Turning Gift Houses Green:

Cultivation of at least 10% of the museum area (in museums that do not have a museum garden) Cultivation of heritage native plants that require less irrigation.

Encouraging environmentally friendly transportation

Use environmentally friendly cleaning products

Implementation of digital transformation in museums.

The third step: Establishing a sustainable development unit in the museum sector and a Green Team in each museum to measure the museum's carbon footprint on the environment annually, to follow up on the museum's performance towards green, and to monitor the challenges and problems that may prevent the transition to green and work to solve them.

Challenges and lessons learned

Challenges hindering museums' contribution to climate action

1. Many museums, or at least senior staff of museums, are more concerned with internal outcomes or with the past rather than with current or future issues. They are averse to dealing with real-world issues for fear of appearing to be somehow 'political' or 'not neutral'. This comment came up a number of times in the consultation.

2. There is a lack of serious buy-in from museum leaders or trustees, although many other staff are

more willing to engage with climate education, awareness and action.

3. Many recognize a need for stronger leadership and coordination across the museum sector, as well as from national governments and government departments.

4. There is a lack of prioritization or support (direction, information or funding) from governments or agencies on national and international commitments regarding climate change. As a result, the museum sector is unaware of opportunities to contribute meaningfully, has no specified resource to support these, and isn't given a mandate or encouragement to direct its resources to do so.

5. Museums are hindered by a lack of budget, commitment, ambition, and staff dedicated to climate action.

6. Many people in museums lack knowledge, motivation, confidence or skills to contribute effectively to climate education and awareness. They need to be empowered and trained to contribute in meaningful ways to climate education, awareness and action.

7. Museums are slow to embrace climate change as a social, economic and environmental problem rather than a scientific or technological one.

8. Museum education programmes relating to climate change tend to focus on awareness-raising, which does not necessarily lead to concrete action to address climate change. A greater emphasis on practical actions and outcomes should help empower people to act on climate change.

9. The museum community lacks a platform to showcase lessons learnt and best practices regarding climate change, or to collate museums' collective action to address climate change.

10. There is a need for the faster, smoother flow of information, up wards, down wards and among museums, to enable museums and others to accelerate their activity for climate change and build momentum.

Key lessons learnt that can accelerate climate action across museums

1. The importance of acting now. There is great urgency and a lot of public interest in climate change and climate action.
2. The importance of confident and competent staff. Ongoing climate-change-related training for educators and other museum staff is needed to help them become confident and competent at climate change education and communication, be effective climate ambassadors, and learn from one another.
3. The great importance of information. Reliable, up-to-date information and science are critical for effective, meaningful climate-related programmes. Science alone is not enough: diverse values and activities should be incorporated into climate education to foster constructive concern and personal climate action.
4. The great importance of a focus on solutions, not problems. Museums should focus on providing and exploring viable options and providing encouragement. Museums don't have to have the answers, but should support people with their explorations of challenges and potential solutions.
5. The importance of making climate change and climate action personal and relevant in the context of the bigger picture. Museums should make climate change and solutions personal and relevant to people's own lives by speaking to their interests and concerns. At the same time, they should build an understanding of the big picture. Helping people explore systemic change and its relationship with their own lives is important.
6. The importance of acknowledging people's emotions and feelings. Museums should be sensitive to feelings and emotions among museum visitors and staff, and avoid frightening people through climate change education and awareness programmes. Effective programmes should be stretching for participants without being too comfortable or too frightening.
7. The importance of balancing discussion, dialogue and active participation among visitors and groups in museums, with top-down information provision. Bringing different stakeholders together, including experts, policy workers, activists, and providing opportunities for people to share their own

thoughts, ideas and solutions helps empower people to collaborate in climate education, awareness and action, and showcase their activities. This will encourage others to participate.

8. The importance of engaging everyone in climate education, awareness and action. Education and learning are lifelong. Engaging everyone creates many different opportunities and ensures that no-one is left behind (a principle that is central to Agenda 2030 and the Sustainable Development Goals). The purpose of engagement is not what takes place in the museum, but how the museum supports people to engage with climate change in their lives, in the world.

9. The importance of coordination and collaboration between museums and partners. On their own, museums can only do so much. By partnering, working with other sectors, amplifying their work through coordination and shared agendas/outcomes, and connecting with external/global agendas such as the Sustainable Development Goals, and International Observance Days, more can be achieved.

10. The need for support from governments, government agencies and funders. Top down support and guidance through climate change education policy and educational resources, and making climate change education and awareness-raising a priority are critical. Directives linking funding to energy use, sources and reduction will also help to drive action and ambition. Mechanisms that help museums submit their individual initiatives to be aggregated, whether as quantitative or qualitative statistics, will help build common and shared awareness of the overall contribution of museums to climate action. Dedicated resources, financial or otherwise, are necessary to foster climate education and awareness programmes, notably between museums and other sectors and partners.

Conclusions and Recommendations

Museums have tremendous potential for promoting public discourse and engagement around contemporary issues such as climate change. They provide (potentially) one of the few venue types

where people can express their feelings and values beyond their immediate social circle, something that schoolchildren and students enjoy but which is typically not available to adults. Museums offer adults the space and opportunity to continue to learn and engage with new ideas and concepts, and to interact with other people as a shared cultural and learning experience. Museums can help people find out what they think about environmental issues and what other people think; they can provide opportunities for people to express themselves to others. In this, museums have a civic-social function that they would do well to take very seriously. Museums could also connect people with the bigger picture and can provide people with a frame within which to reflect on, and debate upon, people's place in the world (individually and collectively) and to explore timeframes beyond the day-to-day or short-term. Given the obvious social dimensions of interventions and policies to mitigate climate change, once taken outside the museum, the learning that has taken place within a museum can also provide a context in which wider societal debates can take place.

Connecting museums with issues of social responsibility and social justice (including climate change and environmental sustainability) is not a new idea, but it has been adopted with variable levels of support by various museum types. However, if museums choose to sit on the fence, at best they impede the reduction of inequalities and, at worst, as trusted institutions, they give tacit approval for these systems and reinforce them, obstructing constructive change. Museums with natural heritage collections can, and surely should, do a lot in terms of connecting people with issues of environmental sustainability and nature conservation, just as those with collections of cultural artifacts can connect with contemporary issues of cultural diversity and social sustainability. Climate change, as a scientific-social issue, presents an opportunity for museums of many kinds to connect with a theme of wide-scale importance, and for widespread public benefit. Through doing so, museums can create real and impactful public value, delivering positive benefits for society and the environment, and concurrently building a stronger purpose for themselves.

Recommendation to Consider for Climate Change Engagement in Museums:

- Be clear on what you are trying to achieve: are you interested in what people do in the museum, or beyond the museum?
- Ask yourself seriously whether you are enabling or disabling climate action.
- How are you promoting critical thinking?
- Be clear on what assumptions you are making about your audience, who they are, what they know and what they want from their visit.
- If you are not confident in the topic, don't be tempted to play down the science or importance of climate change, or to present false 'balance'.
- Don't overinvest space and time in persuading people that climate change is 'real': focus on critical thinking skills, and imagining and exploring solutions instead.
- Disrupt general narratives of hopelessness and inevitability to encourage positive action: tell a different story.
- Symbols, images and ideas can be just as important as graphs and facts—or even more important.
- Use creative experiences to encourage people to find their own words, ideas and symbols that can promote positive actions around climate change.
- Balance challenge with support, and positive and negative information.
- Be both brave and empathetic.
- Give people some agency: allow them to imagine and create solutions that work for them.
- Give people plenty of chances to respond to exhibitions and events.
- Allow people to connect issues and solutions of similar scales.
- Create a platform for people to explore and express ideas around citizenship and the world they want, and to explore the impacts of that world both nearby and farther afield.

References

ABUTALEB, Khaled.; MOHAMMED, Asmaa; AHMED, Mahmoud. Climate Change Impacts, Vulnerabilities and Adaptation Measures for Egypt's Nile Delta. **Earth Systems and Environment**, v. 2, n. 2, p. 183-192, 2018.

ANN CASTLE, Mary; TAN, Norma; LAGRO, James. Evaluating Capacity Building to Foster Climate Change. Adaptation. **Open Journal of Social Sciences**, v. 3 n. 3, 2015.

BASU, Paul.; MODEST, Wayne. **Museums, Heritage and International Development**. Londres: Routledge, 2015.

BRAND, Stewart. **The Clock of the Long Now. Time and Responsibility**: The Ideas Behind the World's Slowest Computer. New York: Basic Books, 1999.

BROOMELL, Stephen.; BUDESCU, David; POR, Han-Hui; Personal Experience with Climate Change Predicts Intentions to Act. **Global Environmental Change**, v. 32, p. 67-73, 2015.

BRÜGGER, Adrian; DESSAI, Suraje; DEVINE-WRIGHT, Patrick; MORTON, Thomas; PIDGEON, Nicholas. Psychological Responses to the Proximity of Climate Change, **Nature Climate Change**, v. 5, p. 1031-1037, 2015.

BRÜGGER, Adrian; MORTON, Thomas; DESSAI, Suraje. "Proximising" Climate Change Reconsidered: A Construal Level Theory Perspective. **Journal of Experimental Psychology**, v. 46, p. 125-186, 2016.

BURKE, Claire; STOTT, Peter. Impact of Anthropogenic Climate Change on the East Asian Summer Monsoon. **Journal of Climate**, v. 30 5205-5220, 2017.

CAMERON, Fiona. Moral Lessons and Reforming Agendas: History Museums, Science Museums Contentious Topics and Contemporary Societies. *In*: KNELL, Simon; MACLEOD, Suzanne; WATSON, Sheila (Orgs). **Museum Revolutions:**

How Museums Change and are Changed. Londres: Routledge, 330-42, 2007.

CAMERON, Fiona. Liquid Governmentalities, Liquid Museums and the Climate Crisis. *In*: CAMERON, Fiona; KELLY, Lynda (Orgs). **Hot Topics, Public Culture, Museums**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2010, p. 28-112.

CAMERON, Fiona; DESLANDES, Ann. Museums and Science Centres as Sites for Deliberative Democracy on Climate Change. **Museum and Society**, v. 9, n. 2, p. 136-153, 2011.

CAMERON, Fiona. From Mitigation to Creativity: The Agency of Museums and Science Centres and the Means to Govern Climate Change, **Museum and Society**, v.9, n. 2, p. 90-106, 2011.

CAMERON, Fiona. Climate Change, Agencies, and the Museum for a Complex World. **Museum Management and Curatorship**, v. 27 n. 4, p. 317-339, 2012.

CAMERON, Fiona; HODGE, Bob; Salazar, Juan. Representing Climate Change in Museum Space and Places. **WIREs Climate Change**, v. 4, n. 1, p. 9-21, 2013.

CAMERON, Fiona; NEILSON, Brett. **Climate Change and Museum Futures**. Londres: Routledge, 2015.

CAPMAS. **Arab Republic of Egypt - General Census for Population, Housing and Establishments 2017**. Disponível em: <<https://censusinfo.capmas.gov.eg/metadata-en-v4.2/index.php/catalog/621>>. Acesso em: setembro de 2024.

CARVALHO, A.; PETERSON, Tarla. Reinventing the Political: How Climate Change Can Breathe New Life into Democracies. *In*: CARVALHO, Anabela; PETERSON, Tarla Rai (Orgs). **Climate Change Politics: Communication and Public Engagement**. New York: Cambria Press, 2012, p. 1-28.

CHILVERS, Jason; PALLETT, Helen; HARGREAVES, Tom. Ecologies of Participation in Socio-Technical Change: The Case of Energy System Transitions. **Energy Research and Social Science**, v. 42, p. 199-210, 2018.

CLIMATE CHANGE PROFILE. **Egypt**. 2018. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Egypt.pdf>>. Acesso em: setembro de 2024.

COMMITTEE ON CLIMATE CHANGE. **Reducing UK Emissions: 2019 Progress Report to Parliament**, London: Committee on Climate Change, 2019a.

DORFMAN, Eric. **The Future of Natural History Museums, ICOM Advances in Museums Research**. Londres: Routledge, 2018.

EGYPTIAN ENVIRONMENTAL AFFAIRS AGENCY (EEAA) (2016). **Egypt National 3rd communication Under UNFCCC** (p. XVII). Cairo, 2015.

EGYPT'S NATIONAL STRATEGY FOR ADAPTATION TO CLIMATE CHANGE AND DISASTER RISK REDUCTION. **Adaptation to Climate Change for Sustainable Development in the Coastal Zone of Egypt**. 2004. Disponível em: <<https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC141200/>>. Acesso em: setembro de 2024.

EGYPTIAN ENVIRONMENTAL AFFAIRS AGENCY (EEAA). **Steps taken by the Ministry of Environment in Climate change adaptation**. 2019. Disponível em: <<https://www.eeaa.gov.eg/Uploads/Topics/Files/20221206130720583.pdf>>. Acesso em: setembro de 2024.

EJELÖV, Emma; HANSLA, André; BERQUIST, Magnus; NILSSON, Andreas. Regulating Emotional Responses to Climate Change – A Construal Level Perspective. **Frontiers in Psychology**, v. 9, p. 629, 2018.

EUROPEAN REGIONAL DEVELOPMENT FUND. **Low Emission Capacity Building Project. What is the Project About?**. 2013. Disponível em: <<http://www.eg.undp.org/content/egypt/en/home/operations/projects/climate-and-disaster-resilience/low-emission-capacity-building-project.html>>. Acesso em: setembro de 2024.

FAUBION, James. Different Spaces. **Aesthetics Aesthetics, Method And Epistemology: The Essential Works**, vol. 2. London: Allen Lane, 1998, p. 85-175.

FOUCAULT, Michael. Of Other Spaces. **Diacritics**, v.16, n. 1., p. 7-22, 1986.

GIBB, N. **Getting Climate-ready: A Guide for Schools on Climate Action**. 2016. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246740- Green Climate Fund>> Acesso em: setembro de 2024.

GISSELQUIST, Rachel. Good Governance as a Concept, and Why This Matters for Development Policy. **Unu-Wider**, p. 1-39, 2012.

GREEN CLIMATE FUND. **Annual portfolio performance report**. Disponível em: <<https://www.greenclimate.fund/document/annual-portfolio-performance-report-2017>>. Acesso em: setembro de 2024.

GRIFFIOEN, Anouk; VAN BEEK, Jannette; LINDHOUT, Simone; HANDGRAFF, Michael. Distance Makes the Mind Grow Broader: An Overview of Psychological Distance Studies in the Environmental and Health Domains. **Applied Studies in Agribusiness and Commerce**, v. 10, n. 3, p. 33-46, 2016.

HARRISON, Rodney. **Heritage: Critical Approaches**. Abingdon: Routledge, 2013.

HETHERINGTON, Kevin. **The Badlands of Modernity: Heterotopia and Social Ordering**. London: Routledge, 1997.

HOOVER-GREENHILL, Eilean. **Museums and the Interpretation of Visual Culture**. London: Routledge, 2000.

IDSC. **Egypt's Cabinet Information and Decision Support Centre**, 2011. Disponível em: <<https://www.idsc.gov.eg/>>. Acesso em: setembro de 2024.

IPCC. **Climate Change: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Cambridge: Cambridge University, 2007.

JANES, Robert. **Museums in a Troubled World: Renewal, Irrelevance or Collapse?** London: Routledge, 2009.

JANES, Robert. **Museums without Borders**. Abingdon: Routledge, 2016.

JANES, Robert; SANDELL, Richard. **Museum Activism**. Abingdon: Routledge, 2019.

JONES, Charlotte; HINE, Donald; MARKS, Anthony. The Future is Now: Reducing Psychological Distance to Increase Public Engagement with Climate Change, **Risk Analysis**, v. 37, n. 2, p. 331-41, 2017.

LANGE, Hellmuth; GARRELTS, Heiko. Risk management at the science-policy interface: Two contrasting cases in the field of flood protection in Germany. **Journal of Environmental Policy & Planning**, v. 9, n. 4, p. 263-279, 2007.

LIBERMAN, Nira; TROPE, Yaacov. The Psychology of Transcending the Here and Now, **Science**, v. 322, n. 5905, 1201-1205, 2008.

LORD, Beth. Foucault's Museum: Difference, Representation and Genealogy. **Museum and Society**, v. 4 n. 1, p. 1-14, 2006.

LORENZONI, Irene; NICHOLSON-COLE, Sophie; WHITMARSH, Lorraine. Barriers Perceived to Engaging with Climate Change Among the UK Public and their Policy Implications. **Global Environmental Change**, v. 17, v. 4, p. 445-59, 2007.

MARIN, Louis. **Utopics: Spatial Play**. London: Macmillan, 1984.

MCGHIE, Henry; MANDER, Sarah; MINNS, Asher. The Time Machine: challenging perceptions of time and place to enhance climate change engagement through museums. **Museum and Society**, v. 18, n. 2, p. 183-217, 2020.

MESSAGE, Kylie (Orgs). **The International Handbooks of Museum Studies: Museum Theory**. Chichester: John Wiley and Sons, 2015, p. 21-40.

MOSER, Susanne; DILLING, Lisa. Making Climate Hot. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 46, p. 32-46, 2004.

NÆSS, Lars Otto; BANG, Guri; ERIKSEN, Siri; VEVATNE, Jonas. Institutional adaptation to climate change: Flood responses at the municipal level in Norway, **Global Environmental Change**, v. 15, n. 2, p. 125-138, 2005.

NAWAZ, Rizwan; BELLERBY, Timothy; SAYED, Mohamed; ELSHAMY, Mohamed. Blue Nile Runoff Sensitivity to Climate Change, **The Open Hydrology Journal**, v. 4, p. 1-15, 2010.

O'NEILL, Saffron; NICHOLSON-COLE, Sophie. "Fear Won't Do It": Promoting positive engagement with climate change through visual and iconic representations. **Sciecien Communication**, v. 30, n. 3, p. 355-379, 2009.

PELTONEN, Lasse; JUHOLA, Sirkku; SCHUSTER, Philipp. Governance of Climate Change Adaptation: Policy Review. **Environmental Science, Political Science**, p. 1-13 2013.

REPORT TO PARLIAMENT. **Progress in Preparing for Climate Change**: 2019. London: Committee on Climate Change. Disponível em: <<https://www.theccc.org.uk/wp-content/uploads/2019/07/CCC-2019-Progress-in-preparing-for-climate-change.pdf>>. Acesso em: setembro de 2024.

UNDP. **Enhancing Climate Change Adaptation in the North Coast and Nile Delta Regions in Egypt**. 2017. Disponível em:

<<https://www.undp.org/content/dam/egypt/docs/Operations/The%20Social%20and%20Environmental%20Standards/ESMF%20English.pdf>>. Acesso em: setembro de 2024

UNDP. **National Adaptation Plans in focus: Lessons from Egypt**. 2018. Disponível em: <https://www.adaptation-undp.org/sites/default/files/resources/naps_in_focus_lessons_from_egypt.pdf>. Acesso em: setembro de 2024.

UNEP. **Raising awareness of climate change A handbook for government focal points**. 2006. Disponível em: <<https://www.unep.org/resources/report/raising-awareness-climate-change-handbook-government-focal-points>>. Acesso em: setembro de 2024.

UNEP. **Adaptation to Climate change induced water stress in the Nile Basin**. 2013. Disponível em: <https://na.unep.net/siouxfalls/publications/Nile_Basin.pdf>. Acesso em: setembro de 2024.

UNESCO. **Action for Climate Empowerment Guidelines for Accelerating Solutions through Education, Training and Public Awareness**. 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/action_for_climate_empowerment_guidelines.pdf>. Acesso em: setembro de 2024.

UNFCCC. **Egypt National Environmental, Economic and Development Study (NEEDS) for Climate Change**. 2010. Disponível em: <http://unfccc.int/files/cooperation_and_support/financial_mechanism/application/pdf/egypt_final_report_needs.pdf>. Acesso em: setembro de 2024.

UNFCCC. **Egyptian Intended nationally determined contribution**. 2015. Disponível em: <<https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/Publish>>

edDocuments/Egypt%20First/Egyptian%20INDC.pdf>. Acesso em: setembro de 2024.

UNFCCC. **Food Production and Water Resources Climate Change Vulnerability & Adaptation in Egypt and the role of Research & Science in informing Adaptation to CC.** 2015.

Disponível em:

<https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/nwa_3.2_vulnerability_and_adaptation_in_egypt.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: setembro de 2024.

UNITED NATIONS. **United Nations Framework Convention on Climate change.**

1992. Disponível em:

<<https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>>. Acesso em: setembro de 2024.

WITCOMB, Andrea; MESSAGE, Kylie. Foucault and the Museum. *In*: WITCOMB, Andrea; Kylie. **The International Handbooks of Museum Studies: Museum Theory.** Chichester: John Wiley and Sons, 2015, p. 21-40.

Hacia la descolonización del complejo expositivo en los museos: el caso Atacameño del norte de Chile

*Towards the decolonisation of the exhibition complex in museums:
the Atacameño case of northern Chile*

Patricia Ayala*

Palabras clave:
Descolonización
Complejo expositivo
Representación indígena

Resumen: En este artículo se presenta una reflexión sobre la exhibición de cuerpos humanos en los museos, discutiendo sus implicancias en las asimetrías de las relaciones de poder y la representación de los Pueblos Indígenas. Para ello, se aborda la definición de complejo expositivo en Chile, para posteriormente referirse al caso atacameño, sus demandas y avances al respecto, finalizando con el debate ético y algunos apuntes acerca de la descolonización en los museos.

Keywords:
Decolonization
Exhibition complex
Indigenous representation

Abstract: This paper presents a reflection on the exhibition of human bodies in museums, discussing its implications for the asymmetries in power relations and the representation of Indigenous Peoples. The analysis begins with the definition of the exhibition complex in Chile and then moves on to the case of the Atacameño people, addressing their demands and progress in this context. The paper concludes with an ethical debate, along with some considerations on the decolonization of museums.

Recebido em 02 de agosto de 2024. Aprovado em 03 de setembro de 2024.

Introducción

El debate sobre la exhibición de cuerpos humanos en los museos es de larga data y ha sido protagonizado por líderes e intelectuales indígenas de Norteamérica, Sudamérica y Oceanía, así como por académicos de diferentes disciplinas como la arqueología, la antropología y los estudios de museos (p.e. Fforde 2014; Lonetree 2021). Los artistas también han aportado en este sentido tanto a través de sus obras de arte como de sus discursos y procesos creativos. Este es el caso del artista y activista nativo americano, James Luna (1950-2018), quien a través de su palabra, performances e instalaciones desafió los límites de las prácticas de exhibición,

cuestionando las formas en que los indígenas han sido representados en los museos. En una entrevista realizada para una revista del Smithsonian (2008), Luna dijo:

Durante mucho tiempo observé la representación de nuestros pueblos en los museos y siempre se centraba en el pasado. Eran visiones unilaterales. Éramos simplemente objetos entre huesos, huesos entre objetos, firmados y sellados con una fecha. En ese contexto, realmente no se podía hablar de la alegría, la inteligencia, el humor o cualquier otro aspecto que sé que conforma a nuestro pueblo¹.

Para el tema central de este trabajo es especialmente interesante su performance llamada

* Doctora en Antropología. Departamento de Antropología, Universidad de Chile. E-mail: ruth.ayala@uchile.cl.

“artifact piece” (1987). En ella, Luna se acostó dentro de una vitrina del Museo del Hombre en San Diego (USA), vistiendo solamente un taparrabos y estando rodeado de objetos, incluidos diferentes tipos de documentos y fotografías. Las etiquetas de museo explicaban tanto aspectos del cuerpo del artista como de los objetos que lo acompañaban. De esta manera, Luna contestaba la práctica museológica de mostrar cuerpos indígenas en las vitrinas, la cual cosifica en lugar de humanizar a estas poblaciones. Estando recostado en una vitrina con los ojos cerrados, rodeado de objetos modernos, respirando y sintiendo como algunos visitantes lo tocaban y miraban, Luna desafiaba lo que en este escrito se discute como complejo expositivo (Sensu Alegría et al., 2021), el cual se refiere tanto a un dispositivo cultural y bio-político de apropiación simbólica como de representación de las sociedades nativas.

En este artículo se presenta una reflexión sobre la exhibición de cuerpos humanos en los museos, discutiendo sus implicancias en las asimetrías de las relaciones de poder y la representación de los Pueblos Indígenas. Para ello, se aborda la definición de complejo expositivo en Chile, para posteriormente referirse al caso atacameño, sus demandas y avances al respecto, finalizando con el debate ético político.

El complejo expositivo en Chile

La exhibición de cuerpos indígenas, vivos o muertos, comenzó en Europa en la era de los grandes descubrimientos y exploraciones de los siglos XV y XVI, cuando fueron llevados junto a una amplia diversidad de animales, plantas y objetos, para demostrar las riquezas de las nuevas colonias. Posteriormente, pasaron a formar parte de gabinetes de curiosidades como cuerpos momificados o esqueletizados, donde integraron colecciones geológicas y de historia natural, resguardadas por coleccionistas privados. Ya en el siglo XVIII y XIX algunas de estas colecciones dieron lugar a museos públicos de los nacientes Estados nación, en la medida que facilitaban la educación y regulación de la población, dando cuenta del carácter estratégico y selectivo de las representaciones indígenas en las salas

de exhibición museológicas (Bennet, 1999). A lo que se suman otros dispositivos de exhibición como las ferias internacionales, los zoológicos humanos y la fotografía, cuyas características e implicancias en la representación indígena han sido ampliamente discutidas (Alvarado 2001; Alegría et al., 2021; Baez y Manson, 2006; Menard y Pavez, 2007; Pavez, 2012; Polanco, 2020).

En este contexto, es importante discutir el aporte de Alegría y colaboradores (2021) sobre el complejo expositivo pues, si bien lo plantean para el siglo XIX, es una práctica vigente en las representaciones indígenas de los museos del cono sur, tal como lo ejemplifica el Museo de Alta Montaña en Salta, Argentina, donde se exhiben los cuerpos de los niños del Lullaillaco (Alvarez, 2018). En el caso atacameño del norte de Chile, la exhibición de cuerpos humanos caracterizó la museología del Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo G. Le Paige (IIAM en adelante) hasta el 2007 y, en la actualidad, imágenes de su antigua exposición se siguen reproduciendo en la folletería turística y las redes sociales.

Alegría y colaboradores (2021) toman la definición del complejo expositivo de Bennett (1999), quien basado en la obra de Foucault (2009) acerca de los sistemas de vigilancia y disciplinamiento para regular el comportamiento humano, aplica esta idea al análisis de los museos y las exposiciones. De esta manera, aplican el concepto del complejo expositivo para comprender la exhibición de cuerpos indígenas en el Chile decimonónico, dando cuenta de cómo instituciones del campo patrimonial articularon nuevos principios de normalización, ordenación y vigilancia que hacían el cuerpo humano visible y regulable para el poder. Así, comprenden el complejo expositivo como un dispositivo cultural y bio-político de apropiación simbólica, utilizado por el Estado y las élites para normalizar y controlar la visión de la sociedad sobre los cuerpos indígenas, reafirmando las jerarquías y el orden social imperante. Sugieren una subdivisión de la materialización del complejo expositivo en tres categorías.

La primera se refiere a la exposición de cuerpos de indígenas vivos en exposiciones y ferias internacionales, ya que siguiendo la tendencia europea (Baez y Manson, 2006; Alvarez, 2016), en la

Exposición del Coloniaje de 1873, realizada en Santiago, se incluyó la exhibición de indígenas patagones y fueguinos vivos. Este evento buscaba presentar el pasado colonial chileno y tenía como propósito educar, entretener y reforzar narrativas de superioridad cultural y progreso. Este grupo de fueguinos y patagones fue la otra cara del espejo, es decir, el “otro”, aquello que se anteponía al mundo civilizado o en vías de civilización; pero, además, formaron parte del perfil circense de la exhibición (Alegría, 2022). A nivel internacional, esta categoría se pueden agregar los casos de indígenas viviendo en museos, como el caso de Inshi, indígena Yahi, que a principios del siglo XX fue llevado al Museo de Antropología de la Universidad de California, en San Francisco (USA), donde ofrecía representaciones de su propia cultura (Kroeber, 1967). Así como el caso del Cacique Inakayal y su familia, procedentes de la Patagonia Argentina, quienes fueron tomados prisioneros y posteriormente llevados al Museo de la Plata, donde fueron exhibidos hasta su fallecimiento (Endere, 2020).

La segunda categoría considera la exhibición de momias, las cuales comienzan a llegar tempranamente desde el norte de Chile al Museo Nacional de Historia Natural (Ganger, 2014) y a otros países (Ballester, 2021; Ayala et al., 2023). La exposición de un cuerpo momificado, que crea la ilusión de ser vivo, significa a la mirada del público chileno y dentro del contexto cultural de la época una apropiación total. Su exhibición “es un reflejo preciso de la interrelación de poder y saber: el conocimiento íntimo del cuerpo indígena corresponde a su vigilancia y, en consecuencia, a su sumisión al poder del que lo mira” (Alegría et al., 2021, p.121).

Por otro lado, la tercera categoría se refiere a la exhibición de cráneos y esqueletos indígenas, muchos de los cuales, al no contar con contextos culturales asociados, eran reducidos a datos de edad y género, despojándose de identidad humana y significación cultural. En este contexto emergió la craneometría, como un paradigma de objetividad científica que dominó los estudios antropológicos durante el siglo XIX y parte del XX (Turnball, 2020) y que también tuvo repercusiones en los estudios científicos chilenos (Ganger, 2014). El

Museo Nacional de Historia Nacional, tempranamente albergó este tipo de restos humanos, ya en 1878 poseía una cantidad significativa de cráneos de indígenas procedentes del Perú y de Chile.

Para Alegría y colaboradores (2021, p.125), la exhibición de cuerpos indígenas es, en los tres casos, un ejercicio biopolítico de apropiación simbólica. El poder social y político pertenece a quienes observan el cuerpo exhibido —la sociedad chilena “educada”—, a las instituciones y entidades “sabias” que organizan su exhibición —la Intendencia de Santiago, el Museo Nacional—, y a las élites de la comunidad científica chilena de la época. Al mismo tiempo, visualizan y someten a ese poder controlado por ellos los cuerpos indígenas en exhibición y con ello a sus comunidades descendientes. Si bien son tres tipos diferentes de exhibición de cuerpos, la violencia puede ser entendida como un continuum que va desde la negación a la coacción. La exhibición de cuerpos momificados expone seres humanos muertos a la mirada del público, mientras la de cráneos y esqueletos reduce a los cuerpos al rango de dato informativo. La exposición de indígenas vivos, justifica una jerarquía social y étnica, reafirmando una supuesta superioridad cultural de los espectadores frente a los exhibidos.

En todos los casos la violencia ejercida reafirma el poder del que los exhibe y mira en contraposición a quienes son exhibidos y mirados. Además de reproducir representaciones del indígena en vías de extinción, cosificándolos en lugar de humanizándolos, exotizando la diferencia y asimilándola como patrimonio de la nación. De esta manera, la exposición de cuerpos indígenas y el ordenamiento de las piezas representando al indígena en vías de extinción, materializando la ruptura de su continuidad histórica, “adelanta el rito fúnebre y contribuye a acostumbrar al público a la idea de la desaparición” (Menard y Pavez, 2007).

Revirtiendo este proceso, las críticas al tratamiento científico y museal de los cuerpos humanos y, en particular a su exhibición, pueden retrotraerse a la década de los sesenta con las demandas indígenas en Canadá, Estados Unidos, Nueva Zelandia y Australia. Las cuales desafiaron la legalidad y ética de las colecciones y exhibiciones creadas en base a prácticas de saqueo, coleccionismo

e investigación (Abarca-Labra et al., 2020; Fforde, 2014; Fforde et al., 2020; Prott, 2009). La visibilidad alcanzada en estos países por los reclamos indígenas, en particular los referidos a la repatriación y devolución de los cuerpos humanos a sus territorios de origen, para algunos autores tiene un propósito explícito de descolonización (Riding, 2005) y se vinculan con el movimiento del Museo Nativo Americano (Arthur, 2015). En Sudamérica, desde la década de los noventa, este proceso global se articula con demandas de no excavación de cementerios indígenas, no exhibición, repatriación, restitución y/o reentierro de cuerpos humanos, especialmente en países como Argentina, Chile y Uruguay (Ayala y Arthur, 2020; Curtoni, 2022; Verdesio, 2011).

Actualmente, este proceso busca reformar el museo desde adentro a través de la incorporación de metodologías colaborativas, de discusiones acerca del control y la toma de decisiones en los museos, de la integración de profesionales indígenas, de cambios en los discursos y prácticas curatoriales de representación en museos nacionales, tribales y/o comunitarios. Desde una perspectiva decolonial, uno de los objetivos más importantes de este proceso busca generar una mayor conciencia sobre las asimetrías de poder entre los Pueblos Indígenas, la ciencia y los museos, así como producir un desplazamiento entre exposiciones centradas en representaciones preterizadoras de lo indígena, a muestras guiadas por temáticas transversales que conecten la vida pasada, presente y futura de los Pueblos Indígenas.

Hacia la descolonización del complejo expositivo en el caso Atacameño

De lo discutido hasta ahora, el complejo expositivo nos permite comprender que la exposición de cuerpos indígenas, en sus distintas variantes, ha funcionado como un dispositivo de saber/poder colonial y/o nacional que se ha ejercido sobre los Pueblos Indígenas desde el siglo XIX, a la vez que ha tenido repercusiones en la representación de estas sociedades como parte del pasado y en vías de desaparición. Tal como manifestaron diferentes intelectuales y líderes indígenas, existe una clara diferencia entre el tratamiento de los muertos de las

sociedades occidentales y el de las sociedades indígenas, ya que los cuerpos y restos humanos de las primeras no han estado históricamente sujetos a recolección, estudio y exhibición. Por ello, el movimiento indígena por el tratamiento respetuoso de los cuerpos de sus antepasados, de acuerdo a sus propias cosmologías y ontologías, está cada vez más presente en sus demandas por sus derechos culturales, junto a sus cuestionamientos acerca de cómo se han representado estas sociedades en los museos (Fine-Dare, 2002; Fforde, 2014; Cruz et al., 2020; Tuki y Arthur, 2020; Lonetre, 2021).

Ciertamente, los vínculos y ontologías asociados a los cuerpos de los antepasados son particulares a cada sociedad indígena que habita los principales focos del activismo por la descolonización de prácticas científicas y museales en Norteamérica, Sudamérica y Oceanía, sería erróneo afirmar la existencia de una perspectiva homogénea en este sentido. Sin embargo, sí se puede decir que diversas agrupaciones de Pueblos Indígenas, Nativo Americanos, Primeras Naciones y Aborígenes, desde la década de los sesenta hasta la actualidad, están en desacuerdo con la exhumación, exhibición y/o estudio de cuerpos o restos humanos, solicitan su devolución y cambios en la representación de sus culturas (Arthur y Ayala, 2020; Fforde, 2014; Fforde et al., 2020).

Sin duda, las complejidades de los distintos procesos de colonización, evangelización y nacionalización, afectaron de diferentes maneras los vínculos, conocimientos y creencias vinculados con los muertos en las sociedades indígenas contemporáneas, observándose que en algunos casos -pese a las transformaciones- se lograron mantener y en otros se perdieron. No obstante, también se identifican procesos actuales de reconstrucción identitaria y territorial que conllevan una reconexión con cuerpos humanos exhumados de cementerios arqueológicos, como en el caso Diaguita del Norte Semiárido en Chile (Jara, 2023).

En el Desierto de Atacama, pese a las transformaciones enfrentadas a lo largo de su historia producto de la colonización y posterior inserción en los Estados nación boliviano y chileno, el caso del Pueblo Atacameño ha sido paradigmático en cuanto a la continuidad de sus vínculos con sus antepasados remotos, a quienes tradicionalmente

denominan “abuelos” o “gentiles” (Castro, 2009). En este contexto, lo que desde la arqueología se define como sitios arqueológicos, para los habitantes del salar de Atacama y la cuenca del Loa², son lugares de los “abuelos” o “gentiles”, cuya intervención o disrupción acarrea consecuencias en quienes los tocan y en la comunidad en general (Villanueva et al., 2018).

Desde la apertura en la década de los cincuenta del primer museo en la casa parroquial del poblado de San Pedro de Atacama, gracias a la labor arqueológica del sacerdote Gustavo Le Paige, la exhibición de cuerpos de los “abuelos” o “gentiles” ejemplifica dos categorías del complejo expositivo: cuerpos momificados y cráneos y/o esqueletos, lo cual será una constante en sus salas de exhibición hasta la primera década del siglo XXI (Sepúlveda et al., 2008; Ayala, 2020). En efecto, tanto en la casa parroquial como en el edificio construido por Le Paige para el museo arqueológico en la plaza principal³, los cuerpos humanos, momificados o esquelizados, eran exhibidos en mesones o vitrinas junto a otros hallazgos resultantes del trabajo arqueológico en el territorio. Posteriormente, a pesar de la remodelación de las salas de exhibición en la década de los ochenta, los cuerpos de los “abuelos” o “gentiles” siguieron protagonizando la representación museológica de “la cultura Atacameña” en este museo. En este contexto, la exhibición del cuerpo momificado, bautizado como “Miss Chile” por Le Paige, se constituyó por varios años en uno de los símbolos de las disputas y desacuerdos entre líderes atacameños y arqueólogos de esta institución (Ayala, 2008).

La oposición atacameña a la exhibición de cuerpos humanos es de larga data y se ha manifestado públicamente, en diferentes oportunidades, desde la promulgación de la Ley Indígena en 1993. Su desacuerdo en este sentido, quedó reflejado en el Informe Final presentado a la Comisión de la Mesa de Verdad Histórica y Nuevo Trato en 2003: “Legislar a favor del cuidado, protección y exhibición del material cultural en los museos, prohibiendo la exhibición de cuerpos” (Informe Grupo de Trabajo Pueblo Atacameño, Comisión de la Mesa de Verdad Histórica y Nuevo Trato [MVHNT], p. 367). Las respuestas a esta solicitud se hicieron esperar, pero actualmente se

cuenta con dos casos importantes que se abordarán a continuación.

Retiro, relocalización y representación en la exhibición del IIAM

Acogiendo la demanda atacameña de no exhibir cuerpos humanos y considerando las recomendaciones del código de Deontología del Consejo Internacional de Museos (ICOM en adelante), el IIAM retiró los cuerpos humanos de su exhibición permanente el año 2007 y los depositó en su área de conservación. Para dar forma a este proyecto y con la finalidad de delinear, discutir y acordar el proceso mediante el cual se materializaría la relocalización, se conformó la “Mesa de trabajo para el retiro de los cuerpos y restos humanos arqueológicos de exhibición”, integrada por miembros del Pueblo Atacameño y profesionales del museo. Esta comisión se reunió intermitentemente casi a lo largo de un año para tratar de consensuar ideas para una propuesta museográfica y programar las fechas y los procedimientos adecuados para el proceso de retiro. La selección de quienes participaron de esta mesa recayó en el museo, aunque el Consejo de Pueblos Atacameños designó a tres personas. Dicha organización fue elegida como contraparte considerando que la componen presidentes y delegados de todas las comunidades atacameñas del Salar de Atacama, por lo que se apeló a su representatividad en este sentido.

Esta mesa estuvo integrada por: a) Equipo de Museología del IIAM, Mario Pereira, Director; Flora Vilches, subdirectora del museo y curadora; omás Sepúlveda, asesor de Relaciones con la Comunidad Atacameña; Solange Santander, Conservadora; María Paz Miranda, Museógrafa; Patricia Ayala, Coordinadora de la Unidad de Relaciones con la Comunidad Atacameña del IIAM. b) Funcionarios del IIAM, miembros de la Comunidad Atacameña; Jimena Cruz, Saúl Cervantes; Santiago Ramos. c) representantes del Consejo de Pueblos Atacameños; Wilson Galleguillos, Rosa Ramos; Tita Espíndola y d) Miembros de la Comunidad Atacameña invitados por el IIAM; Evangelista Soza, Carlos Aguilar y Félix Ramos (Ayala, 2020).

Uno de los debates surgidos en este grupo de trabajo se focalizó en discutir cómo se representaba a

los atacameños en la exhibición permanente de esta institución y qué deseaban los participantes en un guión museográfico renovado. Si bien se criticaba el protagonismo de los cuerpos humanos en las vitrinas y el hecho de que se mostraba a los atacameños como parte del pasado, se insistió en la necesidad futura de mostrar una unión entre pasado y presente:

...Entonces yo creo que también mostrar las cosas que hoy en día se realizan acá y en los demás pueblos, es mostrar también esta unión que hay entre el pasado y el presente, y no ver el museo sólo como pasado como lo que fue no más, además que eso de alguna forma dignifica el hecho de pueblo....creo que sería lindo unir estos dos momentos estos dos espacios del pasado-presente, que tiene que ver con la muerte, tiene que ver con la vida, con la agricultura, con el agua, con el desierto. Con las capacidades que tenían los cuerpos, los colores, de permanecer todavía, hasta ahora. O sea eso no es pasado, es presente (C.A., Mesa de trabajo para el retiro de los cuerpos y restos humanos arqueológicos de exhibición, 2006).

Comentarios similares se expresaron en diferentes momentos de este proceso, siendo clara la opinión de miembros del Pueblo Atacameño de dar cuenta de que continúan habitando el territorio, enfatizando los vínculos entre pasado y presente. A la vez se planteó la importancia de mostrar la diversidad de problemáticas actuales que enfrentan sus comunidades en el salar de Atacama y la cuenca del Loa. En este sentido, una línea de trabajo hacia la descolonización de prácticas museales en contextos indígenas es precisamente visibilizar su contemporaneidad y los dilemas que viven en sus territorios.

Si bien el proceso de retiro y relocalización de los cuerpos humanos de la exhibición permanente del IIAM concluyó como un 'primer paso' a favor del respeto a las demandas y creencias Atacameñas, a lo largo de las reuniones de la mesa de trabajo se reiteraron las solicitudes sobre la devolución y reentierro de los restos humanos alojados en este museo (Sepúlveda et al., 2008). Esta discusión resurgió cuando se demolió el edificio de este museo el año 2015, sin embargo, debido a los cuestionamientos al proceso de consulta indígena y los problemas en los títulos de dominio, entre otros

aspectos, este proyecto fue paralizado y judicializado. En la actualidad, sólo se cuenta con una sala de exhibición o recinto museable en las instalaciones transitorias del IIAM, en la cual no se exhiben cuerpos o restos humanos (Ayala y Kalazich, 2019).

Cabe mencionar, que aún está en proceso retomar conversaciones sobre el reentierro y/o devolución de los cuerpos humanos que alberga esta institución, lo que amerita una discusión al interior de las propias comunidades atacameñas, en un contexto de alta complejidad sociopolítica, atravesado por disputas en torno al extractivismo minero y turístico y sus respectivas repercusiones ambientales, políticas y económicas en el territorio.

Retiro y relocalización de un cuerpo de la exhibición del Museo y Archivo Histórico Municipal de Osorno

En el 2021 se inició un proyecto colaborativo entre investigadores atacameños y no indígenas titulado "Coleccionismo y patrimonialización de cuerpos indígenas en territorio Atacameño", cuyo objetivo es localizar colecciones de cuerpos humanos y objetos asociados que hayan sido llevados a museos, universidades u otras instituciones, nacionales y extranjeras, para de esta manera aportar a la discusión del Pueblo Atacameño sobre su retorno al territorio⁴. El trabajo y avances realizados han sido publicados en diferentes instancias académicas (Ayala et al., 2022; Ayala et al., 2023, Ayala et al., 2024), planteando que la labor de este grupo de investigadores continúa con el trabajo iniciado años atrás por dirigentes atacameños que cuestionaron el tratamiento científico y museal de los cuerpos humanos en el territorio.

En este contexto, el año 2022 se obtuvo información, tanto de parte de miembros de las comunidades atacameñas como de arqueólogos, sobre la presencia de un cuerpo momificado y fragmentos textiles, provenientes de territorio atacameño, en el Museo y Archivo Histórico Municipal de Osorno, razón por la cual se estableció un primer contacto con esta institución. Dentro de la información inicial recopilada sobre cómo llegó este cuerpo a este museo, se sabe que fue donado en 1966 y obtenido durante un viaje de estudios a la zona de San Pedro de Atacama y alrededores,

proveniendo específicamente de Chiu Chiu. Sin duda es necesario investigar más al respecto.

El 2023 se logró establecer una comunicación con el director de este museo y, como equipo de proyecto, se envió una solicitud de retiro de este cuerpo de exhibición, exponiendo la historia de demandas del Pueblo Atacameño en este sentido. La petición fue aceptada en el marco de un trabajo de renovación institucional, el cual justificó -para este museo- retirar el cuerpo de la abuela atacameña. De esta manera, el 28 de octubre de 2023, se realizó su retiro, previa coordinación con el director de esta institución, Gabriel Peralta Vidal. También, estuvieron presentes en esta ocasión personal especializado del museo y la Consejera Diaguita de la Corporación Nacional de Desarrollo Indígena, Marianela Jopia Vega. Dos miembros del equipo de investigación de este proyecto, Rudecindo Christian Espíndola y Cristian Varela, ambos miembros de la Comunidad Atacameña de Toconao, la cual dicho sea de paso financió las gestiones para su llegada a Osorno, asistieron al retiro. En este contexto, realizaron una ceremonia al momento de retirar el cuerpo y trasladarlo al depósito de conservación del museo. Cabe mencionar que, a diferencia de lo sucedido previamente con el IIAM, en este caso no se constituyó una mesa con funcionarios del museo de Osorno para conversar acerca de cómo llevar a cabo este proceso.

Hasta la fecha, las acciones realizadas han sido compartidas con diferentes organizaciones Atacameñas, así como con el Consejero Atacameño de la Corporación Nacional de Desarrollo Indígena, Ivan Galleguillos, quien apoyó este proceso. Asimismo, toda la información recopilada se envió al Presidente de la Comunidad Atacameña de Chiu Chiu, de donde proviene el cuerpo retirado. Por el momento, no se han concretado reuniones para discutir los pasos a seguir en este proceso.

El debate ético en torno a la exhibición de cuerpo indígenas

En cuanto al debate ético, en Chile no se cuenta con una legislación o códigos de ética que aborden el tema de la exhibición de cuerpos indígenas en los museos, aunque si se observan

avances en este sentido, como los expuestos en el subtítulo previo. A los que se suma el Museo Nacional de Historia Natural de Santiago, que tomó la decisión de no exhibir cuerpos humanos debido a las demandas indígenas. Sin embargo, a nivel mundial la situación es diferente, ya que se tienen leyes, declaraciones y códigos de ética que se refieren a esta temática.

En efecto, el tratamiento científico y museal de los cuerpos humanos fue abordado por primera vez en el Primer Congreso Mundial de Arqueología (WAC), que tuvo lugar en 1986 en Southampton, Inglaterra. El cual repercutió en el primer código de ética en esta materia, el Acuerdo de Vermillion sobre restos humanos, celebrado durante el Inter-Congreso WAC de 1989 en South Dakota, Estados Unidos (Zimmerman, 2002). Por su parte, el primer código de ética adoptado por el WAC en 1990, durante el Segundo Congreso Mundial de Arqueología, realizado en Barquisimeto, Venezuela, cuenta con principios específicos referidos a los Pueblos Indígenas. Paralelamente a estos procesos, en 1989 se promulgó en Estados Unidos el primer cuerpo legal sobre repatriación: la Ley del Museo Nacional del Indígena Americano (NMAIA), que aplica específicamente a los museos del Smithsonian. Un año más tarde entró en vigencia una nueva ley a la que están sujetos todos los museos e instituciones científicas de Estados Unidos que reciben fondos federales, la Ley para la Protección de Tumbas Nativo Americanas y Repatriación (NAGPRA) de 1990. Ambos cuerpos legales constituyen el primer esfuerzo de un Estado nacional por responder a las crecientes demandas indígenas de repatriación, con un impacto significativo en el quehacer arqueológico y museológico de excavación de cementerios y exhibición, análisis y conservación de cuerpos y restos humanos indígenas (Ayala y Arthur, 2020).

Más recientemente se cuenta con el acuerdo internacional de Tamaki Makau-rau específicamente sobre la “Exhibición de Restos Humanos y Objetos Sagrados”, adoptado en enero de 2006 por el Consejo del WAC en su inter congreso de Osaka en Japón (Fforde, 2014). En este documento se reconoce que la exhibición de restos humanos y de objetos sagrados es un tema sensible y se plantea que cualquier persona u organización que considere exhibir estos materiales, o que ya se encuentre

haciéndolo, debe tomar en cuenta los siguientes principios: (1) debe obtenerse el permiso de la comunidad o comunidades afectadas; (2) si se deniega el permiso, la decisión es definitiva y debe respetarse; (3) si se concede el permiso, deben cumplirse íntegramente todas las condiciones a las que esté sujeto; (4) toda exposición debe ser culturalmente apropiada; (5) el permiso puede retirarse o modificarse en cualquier momento y tales decisiones deben respetarse; y (6) la consulta periódica con la comunidad afectada debe garantizar que la exposición siga siendo culturalmente apropiada

Actualmente, el derecho de los pueblos indígenas al tratamiento respetuoso y la repatriación de sus ancestros es reconocido tanto en la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas del 2007 como en la Declaración Americana de los Derechos de los Pueblos Indígenas de 2016. Ambas declaraciones, preocupadas por las injusticias históricas que han sufrido estos pueblos como resultado de la colonización, reconocen la urgente necesidad de respetar y promover los derechos intrínsecos de los pueblos indígenas. A esto se suman organizaciones internacionales como el ICOM, que en su código de deontología considera el debate ético internacional sobre la exposición de cuerpos humanos. En un artículo referido a la “Exposición de objetos delicados” (4.3) dice:

Los restos humanos y los objetos de carácter sagrado deben exponerse de conformidad con las normas profesionales y teniendo en cuenta, si se conocen, los intereses y creencias de las comunidades y grupos étnicos o religiosos de los que proceden. Deben presentarse con sumo tacto y respetando los sentimientos de dignidad humana de todos los pueblos”. (Código Deontología del ICOM, p. 25).

A lo que se suma otro artículo llamado “Retirada de la exposición al público” (4.4.) que menciona:

El museo tendrá que responder con diligencia, respeto y sensibilidad a las peticiones formuladas por las comunidades de las que proceden restos humanos u objetos de carácter sagrado con vistas a que se retiren de la

exposición al público. Se responderá de la misma manera a las peticiones de devolución de esos restos y objetos. Las políticas de los museos deben establecer claramente el procedimiento para responder a esas peticiones”. (Código Deontología del ICOM, p. 25).

En el cono sur, la ley federal de Restitución (25.517/01) en Argentina estableció que los museos deben poner a disposición de “los pueblos indígenas o comunidades de pertenencia que los reclamen” los restos humanos de aborígenes que formen parte de sus colecciones (art. 1). Lo que también repercutió en cambios en la exhibición de cuerpos humanos y a la fecha son varios los museos nacionales que han decidido retirarlos de exhibición, adquiriendo un rol protagónico en este sentido el Museo Etnográfico de la Universidad de Buenos Aires. Esto fue reforzado por la Declaración de Río Cuarto en el marco del Primer Foro de Arqueólogos-Pueblos Originarios convocado por el Plenario del XV Congreso Nacional de Arqueología Argentina. En este país, también se cuenta con códigos de ética profesional que abordan el tema de los restos humanos, como el de la Asociación de Antropología Biológica Argentina (AABA), de 2007, en el cual si bien se hace una defensa profesional frente a los reclamos de las comunidades indígenas, al menos se reconoce la lucha de estos pueblos y se plantea que es deseable facilitar la restitución, así como atender a los reclamos de no exhibición pública de restos humanos en museos (arts.5, 6). En 2009, la Asociación de Arqueólogos Profesionales de Argentina (AAPRA) aprobó un código de ética en el cual se manifiesta que los restos humanos deben ser tratados con particular respeto, atendiendo a criterios consensuados entre los distintos actores sociales interesados (Endere, 2020).

A nivel global los avances en este sentido son el resultado de un arduo trabajo de parte de líderes e intelectuales indígenas por visibilizar sus cuestionamientos al tratamiento científico y museal de los cuerpos humanos. Proceso en el cual, en algunos casos, han trabajado en colaboración con profesionales de diferentes disciplinas e instituciones, aportando en la reflexión disciplinar e institucional y la elaboración de códigos de ética. Los cuales a su vez se enmarcan en un contexto

internacional de promulgación de leyes de repatriación y restitución, así como de normas vinculadas a los Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas.

Palabras finales

En estas páginas se abordó y discutió la definición de complejo expositivo, como expresión de la violencia simbólica ejercida por instituciones del campo patrimonial, en las cuales el cuerpo indígena ha sido exhibido -vivo o muerto-, como parte de un proceso de apropiación cultural, cuyas repercusiones en el control y representación de las sociedades indígenas han calado profundamente en el imaginario social. En la actualidad, esta violencia simbólica desplegada por el Estado chileno y sus élites desde el siglo XIX, sigue siendo reproducida por otros actores y en otros formatos. Si bien se dejó de exhibir cuerpos de los “abuelos” en el IIAM y en el Museo de Osorno, aún existen casos de exhibición en el extranjero, como el “hombre de cobre” en Estados Unidos y un cuerpo proveniente de Chiu Chiu en un pequeño gabinete en España⁵. Por otro lado, la fama de San Pedro de Atacama como “capital arqueológica”, no solamente ha conllevado arqueologizar la cultura atacameña sino promocionar y vender este lugar en el mercado turístico por la presencia de momias. En este contexto, el complejo expositivo se reproduce en fotografías de folletos turísticos y redes sociales, cuyo efecto en la preterización, cosificación y exotización de lo indígena sigue siendo efectivo. En efecto, muchos turistas llegan a territorio atacameño con la idea de ver momias y encontrar a un pueblo en vías de desaparición, lo que es reforzado por los estereotipos en torno a qué es ser indígena.

Por lo anterior, considero que descolonizar el complejo expositivo requiere de un análisis crítico e histórico de las instituciones culturales que albergan y exhiben colecciones de cuerpos humanos, develando sus vínculos con el colonialismo, nacionalismo y multiculturalismo. Asimismo, amerita un cambio en las prácticas de representación, asumiendo que los Pueblos Indígenas no necesitan ser representados por otros. Lo que se vincula con la construcción conjunta de

guiones museográficos orientados, ética y políticamente, a reivindicar la contemporaneidad de los Pueblos Indígenas, mostrando la articulación entre pasado, presente y futuro, además de problemáticas y desafíos que afectan a sus comunidades en la actualidad.

Como dijo James Luna, artista nativo americano mencionado en la introducción, las representaciones indígenas en los museos, cuestionadas por él mismo, no permiten hablar de aspectos como la alegría, la inteligencia y el humor que también forman parte de sus pueblos.

Notas

1

<https://www.smithsonianmag.com/arts-culture/james-luna-30545878/>

Original en inglés: “I had long looked at representation of our peoples in museums and they all dwelled in the past. They were one-sided. We were simply objects among bones, bones among objects, and then signed and sealed with a date. In that framework you really couldn’t talk about joy, intelligence, humor, or anything that I know makes up our people.”

2 De acuerdo a la Ley Indígena 19.253, el territorio Atacameño está compuesto por ambas cuencas.

3 Institución que será conocida como Museo Arqueológico de San Pedro de Atacama de la Universidad Católica del Norte y, más recientemente, como Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo Gustavo Le Paige.

4 Actualmente, el equipo de proyecto está conformado por: Christian Espíndola (Comunidad Atacameña de Toconao), Cristian Varela (Comunidad Atacameña de Toconao), Wilson Segovia (Comunidad Atacameña de Ayquina-Turi), Ulises Cárdenas (Comunidad Atacameña de San Pedro de Atacama, ICOMOS Chile), Romina Yere (Comunidad Atacameña de Toconce), Suyay Cruz (Comunidad Atacameña de Socaire, Universidad de Chile), Juan Corante (Fundación Ayni) y Claudia Pérez (Fundación Ayni), Carlos Aguilar (Comunidad Atacameña de San Pedro de Atacama), Patricia Ayala (Universidad de Chile), Claudia Ogalde (Universidad Católica del Norte, Chile – Universidad de Tarapacá) y Benjamín Candia (Universidad Academia de Humanismo Cristiano).

5 Comunicación personal, Juan José Santos Mateo 2023.

Referências

ABARCA-LABRA, Violeta; MATURANA, Pamela; MONTT, Indira; MILLAHUEIQUE, Héctor; CHIGUAY, Flor; MELLICO, Adela; LÓPEZ, Pedro; ARÓSTICA, Mónica, C; CANCINO, Cristián; CARMONA, Carlos. Guía de procedimientos ante hallazgos arqueológicos y cuerpos humanos de índole arqueológica (Quillota, Valparaíso). En: ARTHUR, Jacinta; AYALA, Patricia (Eds.) **El regreso de los ancestros: movimientos indígenas de repatriación y redignificación de los cuerpos**. Santiago: Ediciones de la Subdirección de Investigación del Servicio Nacional de Patrimonio Cultural, 2020, p.189-214.

ALEGRÍA, Luis; GÄNGER, Stefanie; MEIROVICH, Sigal; POLANCO, Gabriela. Momias, cráneos y caníbales. Lo indígena en las políticas de “exhibición” del Estado chileno a finales del siglo XIX. En: **Historia, museos y patrimonio: Discursos, representaciones y prácticas en un campo en construcción, Chile 1830-1930**. Santiago: Servicio Nacional de Patrimonio, 2021, p. 109-126.

ALEGRÍA, Luis. **Arqueología de una exhibición. La Exposición del Coloniaje, 1873**. Santiago: Editorial Museo Histórico Nacional, 2022.

ALVARADO, Margarita. **Mapuche. fotografías siglos XIX y XX: construcción y montaje de un imaginario**. Santiago: Pehuén Editores, 2001.

ÁLVAREZ, Humberto . **Pueblos indígenas de Chile en los zoológicos humanos de Europa (1879-1889). Exclusión, civilización y modernidad como elementos opresores de los ‘otros’**. Cataluña: Iberoamérica, 2016.

ALVAREZ, Paulina. **“Tres niños para la memoria”: arqueología, exhibición y poder en el caso de las momias del Llullaillaco (Salta, Argentina)**. 2018, 2004p. Tesis (Grado De Maestría en Comunicación y Política)–Universidad Autónoma Metropolitana, Ciudad de México, 2018.

ARTHUR, Jacinta. **Reclaiming Mana: repatriation in Rapa Nui**. 2015, 359p. Tesis (Grado de Doctora en Filosofía en Cultura y Performance) – University of California, Los Ángeles. 2015.

AYALA, Patricia. **Políticas del pasado: indígenas, arqueólogos y Estado en Atacama**. Santiago: Línea Editorial IIAM-Universidad Católica del Norte, 2008.

AYALA, Patricia. “La Patrimonialización de los Ancestros: re-localización por re-entierro en San Pedro de Atacama”. En: JOFRÉ, Carina; y GNECCO, Cristóbal (Eds.) **Políticas patrimoniales y procesos de despojo y violencia en Latinoamérica**. Buenos Aires: Editorial UNICEN, 2020, p. 23-44.

AYALA, Patricia; ARTHUR, Jacinta. Los movimientos indígenas de repatriación y restitución de los ancestros: un panorama internacional. En: AYALA, Patricia; ARTHUR, Jacinta (Eds.) **El regreso de los ancestros: movimientos indígenas de repatriación y redignificación de los cuerpos**. Santiago: Ediciones de la Subdirección de Investigación del Servicio Nacional de Patrimonio Cultural, 2020, p. 39-62.

AYALA, Patricia; ESPÍNDOLA, Cristian; AGUILAR, Carlos; CÁRDENAS, Ulises. ¿Dónde están los abuelos o ancestros?, ¿cuándo y por qué salieron de la tierra y del territorio Atacameño?, ¿quién los sacó?, ¿cómo están ahora?. **Revista de Arqueología Americana**, n. 40, p. 197-213, 2022.

Ayala, PATRICIA; CALDERÓN, Benjamín; OGALDE, Claudia; AGUILAR, Carlos; ESPÍNDOLA, Christian; VARELA, Cristian; SEGOVIA, Wilson; CÁRDENAS, Ulises; BRITO, Sofía; ARAYA, Javier; SOTO, Joaquín; SALINAS, Leonel; YERE, Romina; CRUZ, Suyay; CORANTE, Juan; PÉREZ, Claudia. Procesos de repatriación, pueblos indígenas y arqueología: el caso atacameño. **Boletín de la Sociedad Chilena de Arqueología**, n.55, p. 117-148, 2023.

AYALA, Patricia; AGUILAR, Claudio; OGALDE, Claudia; CANDIA, Benjamín. "Reflexiones sobre metodologías colaborativas: proyecto de investigación para el retorno de los ancestros a territorio atacameño lickanantay (2021-2024)". **Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología**, n. 56, p. 105-130, 2024

AYALA, Patricia; KALAZICH, Fernanda. "Museum of San Pedro De Atacama, Northern Chile". En: SMITH, Claire (Ed.) **Encyclopedia of Global Archaeology**. Cham: Springer, 2019, p-7544-7559.

BÁEZ, Christian; MASON, Peter. **Zoológicos Humanos. Fotografías de Fueguinos y Mapuche en el Jardín d'acclimatation de París, siglo XIX**. Santiago: Pehuén Editores, 2006.

BALLESTER, Benjamín. Ópera heroica de dos momias de Chiuchiu, por Aquinas Ried/Reid. **Sophia Austral**, V. 27, n. 3, p. 1-23, 2021.

BENNETT, Tony. **"The birth of the museum: history, theory, politics"**. Oxon, United Kingdom: Routledge, 1999.

CASTRO, Victoria. **De ídolos a santos, evangelización y religión andina en los Andes del sur**. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009.

CURTONI, Rafael. La Restitución de cuerpos indígenas y la colonialidad de la ancestralidad. **Revista TEFROS**, v. 20, n.1, p. 59-78, 2022.

CRUZ, Jimena; ANZA, Guadalupe; CRUZ SALVATIERRA, Timoteo; CRUZ LÓPEZ, Tomás. "Hacia la re-dignificación de los "Gentiles". En: ARTHUR, Jacinta; AYALA, Patricia (Eds.) **El regreso de los ancestros: movimientos indígenas de repatriación y redignificación de los cuerpos**. Santiago: Línea Editorial del Servicio Nacional de Patrimonio Cultural, 2020, p.77-98.

ENDERE, María Luz. Restitution policies in Argentina: The role of the state, Indigenous peoples, museums, and researchers. En: **The Routledge Companion to Indigenous Repatriation**. Londres: Routledge, 2020, p. 188-207.

FFORDE, Cressida; MCKEOWN, Timothy; KEELER, Honor. **The Routledge Companion to Indigenous Repatriation: Return, Reconcile, Renew**. Londres: Routledge, 2020.

FFORDE, Cressida. Tamaki Makau-Rau Accord on the Display of Human Remains and Sacred Objects (2005). En: SMITH, Claire (Ed.) **Encyclopedia of Global Archaeology**. New York: Springer, 2014.

FINE-DARE, Kathleen . **Grave Injustice. The American Indian Repatriation Movement and NAGPRA**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigilar y Castigar. Nacimiento de la Prisión**. Ciudad de México: Editorial Siglo XXI, 2009.

GÄNGER, Stefanie. **Relics of the Past: the collecting and study of pre-columbian antiquities in Peru and Chile, 1837-1911**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ICOM (International Council of Museums). *Código de Deontología del ICOM para los Museos*. 2006. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

JARA, Carolina. **Ensamblaje patrimonial de El Olivar**. 2023. Tesis (Grado de Magíster en Arqueología) –Universidad de Chile, Santiago, 2023.

KROEBER, Theodora. **Ishi: Last of His Tribe**. California State: Department of Education, 1967.

LONETREE, Amy. **Decolonizing Museums: Representing Native America in National and Tribal Museums**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.

MÉNARD, André; PAVEZ, Jorge. **Mapuche y anglicanos. Vestigios fotográficos de la misión araucana de Kepe, 1896-1908**. Santiago: Ocho Libros, 2007.

PAVEZ, Jorge. Fetiches Kongo, momias Atacameñas y soberanía colonial. Trayectoria de Gustavo Le Paige S.J. (1903-1980). **Estudios Atacameños**, v. 44, p. 35-72, 2012.

POLANCO, Gabriela. Ancestros y Salvajes de la Patria. El Museo Nacional de Santiago y la Sección de Antigüedades y Etnografía (1830-1889). En: ALEGRÍA, Luis (Ed.) **Historia, museos y patrimonio: discursos, representaciones y prácticas de un campo en construcción, Chile 1830-1930**. Santiago: Ediciones de la Subdirección de Investigación del Servicio Nacional de Patrimonio Cultural, 2020, p. 67-94.

PROTT, Lyndel. **Witnesses to History. A Compendium of Documents and Writings on the Return of Cultural Objects**. París: UNESCO, 2009.

RIDING, James. (2005). Decolonizing NAGPRA. En: WILSON, Angela; YELLOW BIRD, Michael(Eds.) **For Indigenous Eyes Only. A Decolonization Handbook**. Santa Fé: School of American Research, 2005, p. 53-66.

SEPÚLVEDA, Tomás; AYALA, Patricia; AGUILAR, Carlos. “Retiro de Cuerpos Humanos de Exhibición del Museo Arqueológico de San Pedro de Atacama”. En: **IX Seminario sobre Patrimonio Cultural “Museos en Obra”**. Santiago: DIBAM, 2008, p. 114-132.

TUKI, Mattarena; ARTHUR, Jacinta. Kimi Ma’ara o te Tupuna, la búsqueda de los ancestros. En: ARTHUR, Jacinta; AYALA, Patricia (Eds.) **El regreso de los ancestros: movimientos indígenas de repatriación y redignificación de los cuerpos**. Santiago: Ediciones de la Subdirección de Investigación del Servicio Nacional de Patrimonio Cultural, 2020, p. 147-160.

TURNBULL, Paul. Collecting and Colonial Violence. En: FFORDE, Cressida; MCKEOWN, Timothy; KEELER, Honor (Eds.) **The Routledge Companion to Indigenous Repatriation: Return, Reconcile, Renew**. Londres; Routledge, 2020, p. 452-468.

VERDESIO, Gustavo. Entre las visiones patrimonialistas y los derechos humanos: Reflexiones sobre restitución y repatriación en Argentina y Uruguay. **Corpus, Archivos Virtuales de la Alteridad**, v.1, n.1, p1-6, 2011.

ZIMMERMAN, Larry. A Decade After the Vermillion Accord: What Has Changed and What Has Not? En: FFORDE, Cressida; HUBERT, Jane; Turnbull, Paul (Eds.) **The Dead and their Possessions. Repatriation in Principle, Policy and Practice**. Londres: Routledge, 2002, p. 91-98.

La Memoria de Valdivia: Arqueología Comunitaria y colaborativa en la costa de Ecuador

On the memory of Valdivia: Community and Collaborative Archaeology on the Ecuadorian coast

W. Isaac Falcón Revelo*

G. Alexander Viveros Orrala**

Palabras clave:
Memoria
Arqueología colaborativa
Teoría decolonial

Resumen: En este artículo se discute el concepto de arqueología comunitaria basada en compromiso de colaboración, reconocimiento y, sobre todo, de beneficio compartido. Se discute la relación entre el trabajo arqueológico y las comunidades locales contemporáneas que son impactadas directa y/o indirectamente por nuestro trabajo en la creación de un conocimiento histórico-social legitimado. Se critica a la práctica arqueológica 'tradicional' por sus nociones colonialistas y extractivistas. Como alternativa, presentamos los avances de un proyecto arqueológico comunitario y colaborativo que se lleva a cabo de manera intermitente desde el año 2022 en la costa del Ecuador. A nivel teórico, el proyecto se interesa por impulsar un "giro decolonial" en la disciplina arqueológica ecuatoriana. En la práctica, queremos establecer lazos de reciprocidad y de reconocimiento hacia las comunidades locales que viven por encima de los sitios arqueológicos, o junto a ellos. El proyecto se llevó a cabo en la Comuna Ancestral Valdivia (CAV), en colaboración con varios investigadores y actores locales. Adicionalmente, a través de una reflexión genealógica sobre los antecedentes arqueológicos del sitio exploramos las consecuencias de las narrativas asociadas a dichos trabajos y sus afectaciones a nivel local, nacional, e internacional. Finalmente, la experiencia de consolidar un proyecto colaborativo, en este caso implicó reconocer la diversidad de los miembros de la comunidad, sus diferentes niveles de interés y compromiso, así como las diferentes subjetividades y sentimientos entre los participantes de la investigación.

Keywords:
Memory
Collaborative archaeology
Decolonial theory

Abstract: This article discusses the concept of community archaeology, focusing on collaboration, recognition, and, above all, shared benefit. It examines how archaeological work relates to contemporary local communities, who are directly or indirectly impacted by the creation of legitimate historical and social knowledge. The article critiques 'traditional' archaeological practices for their colonial and extractivist perspectives. As an alternative, we present the progress of a community-based, collaborative archaeological project, which we have carried out intermittently since 2022 on the coast of Ecuador. The project seeks to promote a "decolonial turn" within Ecuadorian archaeology. In practice, we aim to establish reciprocal relationships and recognize the local communities living on or near archaeological sites. We carried out the project in the Ancestral Commune of Valdivia (CAV), in collaboration with local researchers and community actors. Additionally, through a genealogical reflection on the site's archaeological background, we explore the consequences of the narratives associated with these works and their effects at the local, national, and international levels. Finally, consolidating this collaborative project required us to recognize the diversity of community members, their varying levels of interest and commitment, and the different subjectivities and emotions of the research participants.

Recebido em 02 de outubro de 2024. Aprovado em 21 de novembro de 2024.

* Estudiante de doctorado. Departamento de Antropología, Universidad de Columbia. E-mail: wif2103@columbia.edu.

** Administrador del museo local y Vicepresidente del cabildo comunal. Comuna Ancestral Valdivia, Ecuador. E-mail: alexanderviveros89@hotmail.com.

Introducción

Discusiones recientes sobre la relevancia de la arqueología con respecto a problemas sociales contemporáneos señalan la importancia de la inclusión de otros en el proceso de producción de conocimiento, que comprende la investigación, interpretación y socialización de los hallazgos arqueológicos que luego serán transformados en discursos legitimados sobre el pasado y la Historia (Atalay et al., 2014; Gnecco y Rocabado (eds.), 2010; Salerno, 2012). En América Latina, las contribuciones críticas sobre la producción arqueológica se han enfocado en trabajar colectivamente con comunidades locales, indígenas, afro-descendientes, y urbano-marginales para incorporar conocimientos y memorias locales en la interpretación arqueológica (Gnecco, 1999; Balanzategui, 2017; Haber, 2017); para defender los territorios en contra de diferentes tipos de extractivismos (Barabas, 2021; Herrera, 2012; Jofre, 2017); y, para cuestionar y redefinir conceptos antropológicos fundamentales de espacio/tiempo (Criado-Boado, 1999; Fabian, 1983; Piazzini, 2006), género y sexualidad (Navarrete, 2010; Ugalde y Benavides, 2018), identidad (Capriles Flores, 2003; Stockett, 2007), agencia (Fowler y Zavaleta, 2013; Ponce y Rodríguez, 2022), resistencia (Delgado, 2023), entre otros. Por lo tanto, la arqueología comunitaria no es solamente una metodología que incorpora a agentes o colectivos externos de la academia arqueológica, sino que se posiciona como una arqueología que reconoce conceptualmente las limitaciones propias de la disciplina como parte de la academia occidental y por lo tanto aspira implementar otras perspectivas relevantes a la investigación.

El presente artículo está estructurado en tres partes. La primera, conversa brevemente sobre “el otro” como objeto de estudio y las reflexiones que ha hecho la arqueología latinoamericana en torno a este concepto. La segunda parte, discute la ideología colonial de la arqueología tradicional analizando el argumento de Fabian (1983) acerca de cómo la antropología crea su objeto de estudio sobre la base de la distorsión de las realidades espaciales y temporales de los sujetos que son investigados. La tercera parte presenta el proyecto que se lleva a cabo en la

Comuna Ancestral Valdivia (CAV), a través de una genealogía que conecta las experiencias de la comunidad local con respecto a su territorio, identidad y cotidianidad en relación con el sitio arqueológico y los discursos que han surgido a partir de su “descubrimiento”. Finalmente, se ofrece una discusión “hacia el futuro,” la cual no pretende concluir o brindar respuestas certeras sino evidenciar la posición política de un proyecto arqueológico-colaborativo, así como esbozar los primeros trazos de un marco conceptual que involucra no solo el conocimiento legitimado que se produce en la academia sino también las distintas conexiones, afectos, y percepciones que las comunidades locales, y los científicos, “sienten” con respecto al pasado.

Arqueología y “el otro”

Los esfuerzos arqueológicos por ir “más allá de la academia” devienen, en su gran mayoría, de corrientes de pensamiento como la teoría crítica y teoría decolonial, las cuales enfatizan las condiciones sociales en la producción del saber; especialmente, las relaciones desiguales de poder que existen entre la academia como sujeto que investiga y “los otros,” posicionados tradicionalmente como “objetos y/o sujetos de investigación”. En este sentido, América Latina, así como otras geografías con un legado colonial, plantean importantes reflexiones académicas al respecto. Así pues, en su época inicial, la crítica decolonial se centró en problemas relacionados con representaciones nacionales (Mignolo, 2007; Quijano, 2000) y la desmedida influencia del llamado “Primer mundo” sobre espacios como América Latina, África y Medio Oriente, caracterizados como el “Tercer mundo” o en “vías de desarrollo” (Dussel, 2000; Galindo, 2020; Grosfoguel, 2008). Esta crítica ratificó que el problema colonial parte de una lógica de opresión y explotación fundamentada en un imaginario racial que privilegia lo blanco, capitalista y occidental como tácitamente superior y por lo tanto preferible a lo indígena, a lo afro, y a lo oriental. Entonces, el pensamiento decolonial de ninguna manera limita su enfoque a los acontecimientos ocurridos en el periodo histórico conocido como ‘colonial’ sino que

rastrea y revela las contradicciones e injusticias contemporáneas, en donde continua esta lógica estructurada en opresión.

La arqueología se vincula con lo colonial por su origen como ciencia, y por la persistencia de su práctica erigida sobre una ideología del pasado que desfigura la realidad invisibilizando a las comunidades descendientes y a los pueblos indígenas del presente. América Latina es un espacio diverso cultural y socialmente, sin embargo, desde el siglo XIX, con el nacimiento de las repúblicas se evidencia un interés político generalizado en anular discursivamente las diferencias de la población implementando una idea de nación que requirió de historia antigua -encargada a la arqueología- para justificar y hacer inherente la existencia de las naciones. De esta manera, así como se registra en la historia de la arqueología occidental (Londoño, 2020; Tantaleán y Astuhamán, 2013; Trigger, 1989), el nacimiento de la arqueología académica en América Latina devino del creciente interés sobre las colecciones de objetos antiguos y por lo tanto 'exóticos' que las élites locales habían venido coleccionando y privatizando.

De manera general, los así llamados "padres de la arqueología" latinoamericana fueron personas aventajadas social y económicamente quienes empezaron sus carreras como arqueólogos/as 'amateur' y pronto obtuvieron fama, prestigio, y en algunos casos, una educación formal en arqueología. Las publicaciones alcanzadas son consideradas estudios vanguardistas debido al nivel de detalle y por el desarrollo de la sistematización de los datos recuperados. En casos como Bolivia, Ecuador y Perú, fueron los mismos arqueólogos pioneros los que también fungieron de mecenas y auspiciantes para que arqueólogos del norte global realicen investigaciones en nuevos territorios, dando como resultado la adopción de procedimientos y teorías (en aquel entonces) occidentales para entender el pasado. En esta etapa inicial la arqueología se establece como una disciplina científica, ejercida por extranjeros y/o personas de elite, ajena a los pueblos, tradiciones y territorios que irónicamente pretendían entender.

Arqueología y el tiempo

Es bien sabido que la antropología nació como una disciplina científica cuyo objetivo era informar a sociedades occidentales acerca de grupos que, por lejanos y desconocidos, fueron explicados primero como exóticos, y retratados posteriormente como opuestos y por lo tanto inferiores con respecto a la sociedad occidental que los estudia (Graeber, 2001; King, 2019; Nicholas, 2016).

Sobre este punto, Johannes Fabian (1983) argumenta que la contradicción original en la que se basa la antropología, incluso hasta nuestros días, tiene que ver con su objeto de estudio. Este objeto originalmente se definió como "lo salvaje" o "lo incivilizado" para referirse a sociedades no capitalistas y/o presuntamente primitivas en comparación con las sociedades industrializadas. La contradicción que describe Fabian surge durante el llamado "encuentro etnográfico," refiriéndose al trabajo de campo en donde el investigador dialoga y convive con el grupo social que busca entender. El encuentro etnográfico es la fuente de conocimiento antropológico y se basa en la interacción de dos sujetos contemporáneos (coexistiendo en un mismo espacio y tiempo), quienes participan y cooperan mutuamente. Sin embargo, según Fabian, cuando el conocimiento antropológico es producido, es decir, cuando se escribe sobre los "otros," se utiliza un tiempo "esquizogénico," describiéndolos en un tiempo desigual, anterior y estático.

Por lo tanto, este tiempo esquizogénico "es un tiempo espacializado y naturalizado que da significado (o varios significados) a la distribución de la humanidad en el espacio (...) y su propósito es distanciar a aquellos que son observados con respecto al tiempo del que los observa." (Fabian 1983, 25). Por lo tanto, la antropología crea su propio objeto de estudio sobre la base de imaginarios ideológicos con respecto a la distancia espacial, lo que distorsiona la noción temporal con la que la disciplina se refiere a sus sujetos de estudio. La contradicción fundamental está en que la disciplina antropológica se sustenta al mismo tiempo en la intersubjetividad (que sucede en la convivencia del trabajo de campo), y en la negación de la contemporaneidad de los sujetos representados en la producción etnográfica (lo que Fabian llama

“alocronismo”). La confluencia de estos dos elementos autoriza a la antropología, como disciplina académica, a crear y reforzar imaginarios colonialistas sobre jerarquización social y temporal. Esto según Fabian se relaciona con la idea occidental de hacer “Historia” como un acto de memoria colectiva que ordena jerárquicamente el tiempo de manera progresiva y entiende al espacio (a la lejanía) como equivalente a distancia temporal.

La crítica de Fabian (1983) también resuena en la práctica arqueológica. En primer lugar, los conocimientos producidos por las dos disciplinas fueron utilizados como una justificación intelectual para las empresas coloniales. En el caso de la arqueología en América, ésta ha sido acusada de promover la idea de la desaparición de las poblaciones en el pasado lejano a causa de la invasión europea (Mamani, 1991; Rivera Cusicanqui, 1987). Una consecuencia inmediata es la invisibilización contemporánea de los pueblos originarios y/o descendientes, restringiendo y limitando su participación en procesos de producción y socialización de su propia historia, la que es relatada por voces arqueológicas académicamente legitimadas. La arqueología entonces planteó la existencia del pasado que temporalmente corresponde “a los otros” y del presente que corresponde a lo moderno, lo occidental y civilizado (Fabian 1983, 11). Esta noción sugiere además que el pasado y sus cohabitantes en tiempo y espacio (i.e. poblaciones indígenas), son auténticos, de carácter ‘originario’ y sin influencias externas, a diferencia de los pueblos indígenas y comunidades locales en la actualidad que suelen autorretratarse como parte de un proceso complejo de interacciones dentro de una escala global.

También se puede aplicar a la arqueología otros puntos críticos de Fabian (1983, 30) en cuanto a la concepción tradicional de la teoría antropológica, tales como los conceptos tradicionales de “salvaje/primitivo/incivilizado,” los elementos que componen lo mítico, la distinción entre lo cotidiano y lo ritual, las formaciones sociales, etc. De acuerdo con Fabian (1983), la idea alrededor de estos conceptos, yuxtapuesto con la obsesión taxonómica por clasificación y orden, proveniente de la influencia de las ciencias naturales, es lo que figuradamente niega la contemporaneidad

entre los sujetos involucrados en el encuentro etnográfico. Tanto la antropología como la arqueología utilizan dichos conceptos y estructuras de pensamiento para retratar a sociedades contemporáneas no-occidentales y opuestas al mundo occidental, entendiéndose que, aunque cohabiten en el mismo tiempo, la tecnología de “los otros,” así como su economía, sus creencias, y sus formas de vida corresponden al ‘pasado’ (en un sentido evolucionista).

Una preocupación equivalente fue ya discutida por la “Nueva Arqueología,” al evaluar los beneficios y conflictos de la etnoarqueología como un instrumento metodológico para obtener interpretaciones técnicas más precisas del pasado (Binford, 1967; Gosselain, 2016), y/o de los posibles componentes ideológicos catalizadores de dichos cambios (Jones, 1999; Núñez, 2004). Sin embargo, consideramos que la crítica arqueológica de enfoque “decolonial” desde Latino América (Angelo, 2005; Asensio, 2019; Curtoni, 2014; Haber, 2017; Tantaleán y Aguilar, 2012) es la que ha respondido con claridad a las preocupaciones de Fabian (1983, 63); respondiendo en contra de la metodología taxonómica y de lo que él denomina el “visualismo” en antropología. Estas respuestas han expandido críticamente nuestros límites epistemológicos más allá de los conceptos tradicionales que la arqueología adoptó, y a los cuales dedicó importantes esfuerzos para sustentar o refutar basándose en la idea de la existencia de leyes sociales, así como supuestamente hay leyes naturales. Por su parte, Fabian se ocupa de conceptos que delimitan el tiempo del investigador y alteran el tiempo del “otro”, ya que esta temporalidad (i.e., supuestos temporales) integra otros conceptos fundamentales en la teoría arqueológica tales como: proceso social, génesis/surgimiento, auge, y el concepto mismo de Historia.

A propósito del ‘visualismo’ con el que Fabian (1983) caracteriza a la antropología -y que aquí expresamos que es igualmente aplicable para la arqueología- se presenta como una crítica que funciona en dos niveles distintos pero conectados. El primer nivel consiste en una observación íntegra de la antropología partiendo desde su objeto histórico de conocimiento -el cual ha sido mencionado aquí como ‘el otro’ o ‘lo salvaje’ (ver Trouillot, 1991)-,

hasta los procedimientos y metodologías que utiliza para dicho fin. Estos procedimientos incluyen la descripción etnográfica para el desarrollo posterior de una teoría que ofrece como resultado circunstancial, a una disciplina que por cierto estuvo en búsqueda de leyes absolutas, una clasificación taxonómica y con un orden aparente (sea éste evolutivo, jerárquico, o espacio/temporal, etc.). Si bien es cierto que gran parte de la antropología moderna ha proliferado en una autorreflexión crítica sobre su origen y sobre sus aspiraciones tradicionales de convertirse en una disciplina científica dispuesta a la caracterización taxonómica y a la empresa colonial (Abu-Lughod, 1991; Chakrabarty, 2002), esta crítica no ha sido necesariamente discutida a profundidad para el caso de la arqueología (ver Benavides, 2005; Hamilakis, 2009; Lucas, 2015 para excepciones). Por lo contrario, la interpretación arqueológica suele retratar a sus objetos de estudio (i.e., sociedades del pasado) en la forma que describe Fabian (1983) al referirse a la antropología tradicional de clasificadora y jerarquizadora de las sociedades exóticas que estudió en sus comienzos.

Esta condición está estrechamente ligada con el segundo nivel: el “visualismo” que Fabian (1893) identifica específicamente en la retórica que los antropólogos utilizan en las descripciones etnográficas. De acuerdo con su argumentación, la retórica que emplea la tercera persona al describir lo que *se hace*, lo que *se siente*, o lo que *se ve*, da como resultado la invisibilización del proceso intersubjetivo de encuentro y comunicación (ver Benveniste 1966, 221) que, como ya se mencionó, es la fuente de todo conocimiento antropológico. Fabian (1983) afirma que la antropología es “visualista” puesto que la lectura de una etnografía clásica, o la revisión de una clasificación antropológica tradicional de grupos humanos, trasfiere la sensación de estar observándolos desde la distancia (temporal y espacial) privilegiada e inequívoca, de la misma forma en que se observan los artefactos de un museo. Este “visualismo” estimula a *distinguir* a una antropología que puede hacer ciencia observando de forma remota sin involucrarse, lo cual representa la contradicción fundamental que Fabian (1983) señala en el pensamiento antropológico clásico.

Para el caso de la arqueología esta aseveración es muy provocativa: en primer lugar, se puede caracterizar a la arqueología como “visualista;” en segundo lugar, la retórica de interpretación arqueológica no solo distorsiona las representaciones de los grupos del pasado que estudia (del mismo modo que hace la antropología) sino que también invisibiliza a las poblaciones modernas con las que la arqueología interactúa en la realización de sus investigaciones. En nuestra opinión, este es el punto más notable de la crítica de Fabian para la arqueología ya que considera no solamente la dificultad de interpretación sistémica del pasado desde el contexto existente, sino que también pone de manifiesto la condición esencial para la construcción del conocimiento arqueológico que ha sido deliberadamente subestimada y/o invisibilizada: la intersubjetividad y el trabajo colaborativo entre la academia y “los otros,” con vínculos (identitarios, sentimentales, tradicionales, etc.) con los sitios arqueológicos.

Genealogía del descubrimiento de Valdivia y la lucha permanente por el territorio.

En esta sección se expone una “genealogía,” que responde al interés de reformular la cuestión de ... cómo las comunidades locales se ven afectadas al relacionarse de alguna o varias maneras, con la arqueología... tomando en consideración diferentes perspectivas aparte de una estrictamente histórica/unilineal. En este sentido, consideramos que el método genealógico es apropiado ya que evalúa críticamente procesos asociados a la creación de instituciones, ideas, poder, etc. Nuestro entendimiento sobre “genealogía” se inspira en el trabajo de Talal Asad (Asad, 1993; 2003; Scott y Asad, 2006) quien utiliza dicho método para estudiar la religión como un fenómeno susceptible a ser formado y alterado por momentos históricos y a circunstancias sociales que moldean también identidades, tradiciones y prácticas tanto individuales como de carácter público.

Para el caso de la Comuna Ancestral Valdivia (CAV), esta genealogía aspira demarcar momentos clave para entender las conexiones establecidas entre

los habitantes de la comunidad y el sitio arqueológico, las cuales incluyen diversas representaciones (identitarias, políticas, y/o sentimentales), que se materializan a partir de los trabajos arqueológicos en el sitio en 1954 (Estrada, 1956). Esta genealogía anhela también exteriorizar las complejidades de desarrollar un proyecto arqueológico no-extractivista, pero enfocado en contribuir a la visibilización de la actual memoria local con relación a su pasado. Parte de la narrativa incluye incidentes asociados a la lucha por la tierra que el CAV se encuentra disputando, ya que es en este tipo de relaciones, entre la comunidad local y el estado, en donde la idea del pasado arqueológico es relevante y se vuelve determinante en la vida de la comunidad.



Mapa 1. Ubicación de la Comuna Ancestral Valdivia en comparación con otros sitios arqueológicos en la costa ecuatoriana administrados por comunidades descendientes.

En 2019, el Colegio de Arqueólogos y Arqueólogas (CAAE) del Ecuador expresó en un comunicado su solidaridad y apoyo a la Comuna Ancestral de Valdivia, y en especial a tres de sus miembros (entre ellos dos dirigentes) a quienes la justicia ecuatoriana sentenció a casi 7 años de prisión, además de pagar una exorbitante multa por haber sido encontrados culpables de delitos contra la propiedad privada. En cambio, para la CAV las personas condenas habían sido criminalizadas por defender valerosamente su territorio. El suceso alcanzó su punto más tenso en 2016 cuando la Empresa Marfragata S.A delimitó con un cerramiento de alambre y postes de cemento las tierras en conflicto que se han disputado entre la empresa y la CAV por más de 30 años (Calero, 2016;

Defensoría del Pueblo, N/A). Poco tiempo después, el cerramiento fue derribado por algunos miembros de la CAV aludiendo que dicha construcción invadía sus tierras comunales y por lo tanto era ilegal. La empresa acusó penalmente a varios comuneros de la CAV por daños y destrucción contra la propiedad privada y esto ocasionó que tres de ellos fueran encarcelados hasta que el presidente de Ecuador los indultó en 2022 junto a otros cientos de condenados por otras causas relacionadas a la defensa del territorio y del medio ambiente (Tegantai 2022).

La propiedad del territorio está todavía por definirse, ya que las dos partes en conflicto alegan tener documentos y resoluciones públicas que supuestamente prueban que un total de 267 hectáreas les pertenecen. La CAV se apoya en la Ley de Comunas de 1937, en la que el estado reconoce que la comunidad tiene la propiedad colectiva de 1572 hectáreas. La CAV está asentada sobre un importante sitio arqueológico el cual definió la antiquísima cultura prehispánica conocida como Valdivia. Como resultado, el estado ecuatoriano declaró a todo el territorio de la CAV como patrimonio nacional el 16 de julio de 1997 en un documento en el que se ratifica la posesión de la tierra por parte de la comunidad. Sin embargo, en 1998, la empresa Marfragata ganó la adjudicación de 267 hectáreas comprendidas dentro de la CAV presentando supuestos títulos de propiedad privada de aquellos terrenos desde 1876, que según le empresa se fueron vendiendo y traspasando hasta que finalmente en 1990, se hace el registro de la propiedad a favor de ellos. Desde este momento comenzó la batalla legal por la tenencia de la tierra, la cual escaló de nivel en 2013 cuando el gobierno local expropió tres hectáreas del territorio en conflicto para construir un parque de atracciones acuático. La empresa presentó acciones legales en contra de la CAV y del ministerio nacional de obras públicas por la construcción del parque y el juzgado le dio la razón a la empresa en dos juicios distintos. Estas decisiones judiciales favorables incentivaron a la compañía a delimitar su propiedad con un cerramiento en 2016, lo cual provocó la ira de los comuneros de la CAV quienes vieron destruidos sus sembríos y sus divisiones originales de cercos vivos de piñuelos (Defensoría del Pueblo, N/A).

Al ser un sitio arqueológico notable por el alto nivel técnico y artístico de su cerámica, y por su edad, constituyéndose en la cultura más antigua del Ecuador y de las Américas, el organismo de control, el Instituto Nacional de Patrimonio Cultural de Ecuador (INPC), emitió dos informes en 2013 y 2016 sobre las tierras en conflicto en donde se determina además la existencia de ocupaciones prehispánicas continuas desde por lo menos 5,000 años atrás hasta la llegada de los españoles. El informe emitido en 2013 caracterizó al sitio, principalmente la ocupación arqueológica Valdivia, en buen estado de conservación y recomienda abstenerse de cualquier modificación con obras de construcción que puedan amenazar la integridad del sitio (Castro, 2013). De hecho, la declaratoria de patrimonio nacional de 1997 establece tres niveles de perímetros de protección dentro de la CAV tomando en consideración diversas afectaciones y presencia de material arqueológico. El primer perímetro de protección comprende 1,3 hectáreas que corresponden al lugar donde actualmente se asienta el museo comunitario de la CAV y en donde se efectuaron, principalmente en la década de los 50's, intervenciones arqueológicas (Estrada 1956, Meggers et al 1961, Bischof y Viteri, 1972). En el segundo perímetro de protección esta la zona urbana de la CAV que consiste en 64 hectáreas; y, finalmente el tercer perímetro de "control y respeto" son las 1572 hectáreas de territorio comunal. Es decir, que la totalidad de la CAV es un territorio "inalienable e intransferible," protegido por el estado por su importante legado patrimonial con una herencia cultural fundamental para la identidad nacional. Por dicha razón la validez de los documentos de posesión territorial que alega tener la empresa Marfragata con respecto a las 267 hectáreas en conflicto, han sido cuestionados tanto a nivel local como a nivel legal, puesto que cualquier proceso de venta es usualmente discutido y aprobado en asamblea de comuneros.

En el año 2022, la CAV, la Florida Atlantic University (FAU), y la Escuela Superior Politécnica del Litoral (ESPOL), iniciaron la primera fase de un proyecto de investigación con el propósito de reconstruir y reactivar el museo local -el primer museo comunitario del Ecuador- y de recuperación de la memoria local en torno al sitio arqueológico.

Uno de los objetivos fue realizar una serie de entrevistas para visibilizar la participación de varios comuneros locales en la excavación original del sitio arqueológico. La información recuperada está dirigida a contextualizar las narrativas locales, acciones colectivas y anhelos generalizados sobre su cultura e identidad. Es intención de este autor de establecer un proyecto arqueológico de larga duración donde se privilegie la participación e intereses de la comunidad local, así como los valores de reciprocidad, reconocimiento y beneficio compartido.

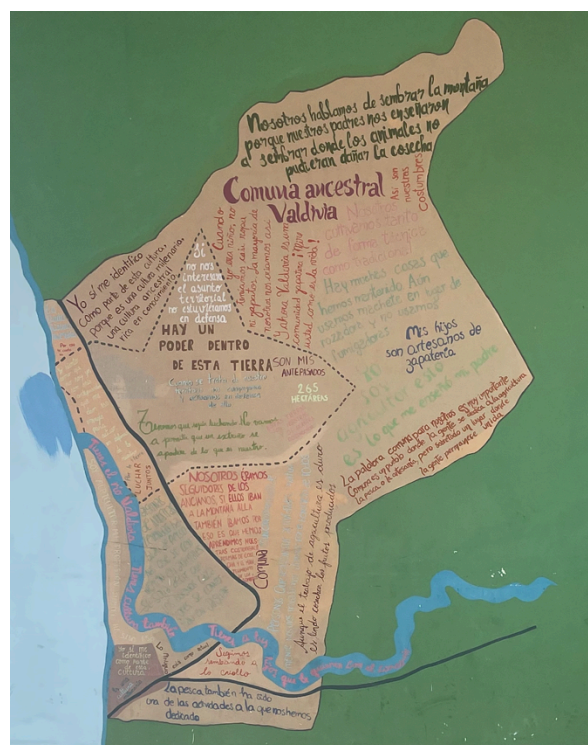


Ilustración 1: Mural en el cabildo de la comuna que ilustra un mapa del territorio de Valdivia, las voces locales, y las tierras en conflicto. Elaborado por los estudiantes de la Universidad de las Artes, Guayaquil.

El proyecto, en su primera etapa, surgió en la tradición local de la CAV que decidió contar su propia historia desde su territorio y perspectivas locales. Según esta tradición, no solamente fue Emilio Estrada Icaza, un banquero de la clase alta de la ciudad de Guayaquil, quien descubrió Valdivia. Para la comunidad, fue la participación de varios individuos y sus saberes quienes trabajaron junto a los arqueólogos excavando y recuperando objetos de la cultura Valdivia los cuales se exhiben en museos nacionales e internacionales, y algunos son parte de

colecciones privadas. De esta manera, la memoria de la CAV recuerda y admira a los arqueólogos que trabajaron en su territorio, pero también reivindican las contribuciones locales en el descubrimiento de la cultura Valdivia, en la excavación de los objetos asociados y sus posibles interpretaciones. Mas aun, la memoria local posiciona a los excavadores locales como actores dinámicos y contribuyentes en el valor cultural e identitario que ha tenido la cultura Valdivia, no solo a nivel local sino también a nivel nacional e internacional. Para la Comuna Ancestral Valdivia, los “descubridores” de la cultura Valdivia también fueron: Polo Domínguez, Juan Orrala, Agustín Borbor, Arsenio de la Cruz, Juan Suarez, Juvenal Malavé, Genaro Orrala, Antonio Limonez, Julio Yagual, Leonardo Yagual, David Aquino y Alcidez Vicuña.



Ilustración 2: Descubridores de Valdivia. Fotografía: Julio Viteri G., donada al archivo comunitario por Antonio Viteri.

Este primer estudio utilizó metodologías antropológicas tradicionales, que incluyen investigación bibliográfica, observación participante, entrevistas y actividades de Acción-Participación (Borda, 2019), como base para establecer una evaluación crítica de las interpretaciones arqueológicas producidas para este sitio. Esto requirió la obtención de experiencia y familiaridad con la situación local, así como con la comunidad para luego proponer el establecimiento de un proyecto arqueológico aplicado y público gestionado por la colaboración entre la comunidad e investigadores.

En un principio la colaboración se enfocó en la reparación parcial y desarrollo del museo local. Desde su construcción en la década de 1970, el museo local de Valdivia ha pasado por diversas etapas de formación y gestión. Hoy en día, el edificio muestra las consecuencias de las dificultades que

sufrió en el pasado, como el abandono estatal, daños estructurales, falta de fondos, etc. Por otro lado, una de las objeciones históricas más importantes que se le han hecho a Valdivia ha tenido que ver con el tema del saqueo de bienes culturales, el cual además ha hecho que el sitio parezca poco atractivo para otras investigaciones arqueológicas futuras. Asimismo, el sitio parece tener una reputación arqueológica desfavorable, debido a su asociación cercana con la refutada teoría del contacto transpacífico propuesta por Meggers et al., (1965) sobre el origen japonés de la cerámica Valdivia. Asimismo, según las entrevistas realizadas a varias personas de la comunidad, el impulso arqueológico que alguna vez estuvo presente en la comunidad se marchitó con la repentina muerte de Emilio Estrada en 1961.

Un evento definitivo de este proceso de “olvido” hacia la CAV está representado en un informe oficial realizado por Alberto Rex González, arqueólogo argentino que visitó la comunidad como representante de la UNESCO en 1979. Los antecedentes de la visita de González incluyen las lamentables condiciones del museo y el saqueo arqueológico en la comunidad, además de una anterior visita del titular de la UNESCO, Dr. A. Mahtar M'Bow, quien encargó a González estudiar la situación y proponer un plan adecuado para rectificar. Este informe describe las objeciones contra Valdivia mencionadas anteriormente. En primer lugar, González (1980) diferencia a la cultura arqueológica Valdivia de la gente moderna a la que él caracteriza como una cultura “folclórica.” Su principal argumento se basa en el supuesto de que la población actual no tiene ninguna relación biológica (de descendencia directa) con las ocupaciones arqueológicas del sitio. El autor enfatiza el “alto nivel” de saqueo, comentando que era probable que no existan más áreas intactas para excavar en Valdivia. Como alternativa, González (1979) sugirió excavar sitios, en su opinión, más prometedores, como es el caso del sitio Real Alto. En la revisión histórica que Amelia Sánchez (2008) elabora sobre la comunidad y el museo de Valdivia, este episodio marca el abandono de la comunidad por parte de la academia.

Otro aspecto fundamental del proyecto fue consultar los deseos de los valdivianos en lo que respecta al museo local. Fue significativo que todas

las entrevistas de alguna manera relacionaran el mal estado del museo con sus deseos de que se devuelvan todos los objetos de Valdivia que hoy se exhiben en muestras nacionales, internacionales, privadas y públicas. En palabras de Doña L. B.:

Bueno, yo como personaje criado aquí en este pueblo a mí me da mucho dolor y mucha tristeza de ver que tiempo y dinero se inviertan en cosas no válidas para este pueblo de historia (...) ahora muchos se han de lamentar como me lamento yo el no haber entendido, no haber valorado lo que se tenía (...). Yo sé que la casa de la cultura de los museos en Guayaquil y en otros países está la cerámica (Valdivia), pero eso debe estar en sus espacios donde estuvieron, porque yo diría: si vivo en España y soy de Valdivia, yo desearía que me traigan de donde he vivido a mi espacio donde yo viví con mi familia. Yo creo en los espíritus de esa gente que vivió acá y trabajó e hizo su cerámica con ese amor... (L. B., 2022)

La perspectiva decolonial fue una consideración fundamental durante el trabajo de campo porque influyó en los objetivos y en el tipo de información que se esperó recolectar para proponer un esquema efectivo de arqueología colaborativa en espacios aún habitados por poblaciones que se reconocen como parte de esa ‘memoria’. La perspectiva decolonial también fue relevante porque se utilizó para comprender y relacionar otras problemáticas actuales de la comunidad, como el conflicto legal que Valdivia mantiene contra la empresa antes mencionada por la tenencia de las tierras. Como sugiere el argumento de Álvarez (2001, 2016), la identidad de esta comunidad, así como otras en la costa ecuatoriana, está vinculada con las luchas de supervivencia que las comunidades indígenas deben librar frente al proyecto colonizador de los estados modernos. Sin embargo, el proyecto de Valdivia, primero iniciado localmente y luego complementado con la participación de la academia, muestra que la historia podría representarse de diferentes maneras, no al azar sino de acuerdo con los reclamos de personas que entienden su patrimonio no como objetos de estudio, sino como parte de su propia historia vivida y como parte de su herencia cultural. Es en este sentido en el cual nos enfocamos en lo que se recuerda, en cómo se

recuerda y en lo que se siente frente a esos recuerdos. Por lo tanto, nuestro proyecto se enfocó no tanto en la historia sino en la memoria de Valdivia.

Discusión abierta al futuro: Arqueología comprometida, sentires e identidad.

Al finalizar el primer trabajo de recolección de memoria y anhelos de los comuneros que participaron en las primeras excavaciones, es decir los descubridores de Valdivia o, en el caso de haber fallecido, con sus familias, el museo formó parte de una exposición colaborativa rindiendo homenaje a las “memorias locales” y al descubrimiento de la milenaria cultura de Valdivia. El evento fue inaugurado en el museo en donde se reconoció una vez más públicamente a los excavadores locales por su servicio, así como se continuó socializando con los asistentes las motivaciones de un proyecto de arqueología colaborativa a futuro.

Uno de los principales conceptos que fue compartido fue el de “arqueología comprometida” (Falcón 2023, 22). La idea principal de la arqueología comprometida es establecer un campo de diálogo horizontal donde los investigadores, locales y extranjeros, puedan apoyar y expresar sus intereses. Por el lado del investigador que viene de fuera, el enfoque teórico correspondiente a la perspectiva decolonial, lo que significa apoyar las luchas y reivindicaciones con respecto al territorios e identidad cultural de las poblaciones indígenas y originarias. Así mismo, este enfoque se interesa repatriar el patrimonio material de forma nacional y sobre todo local y proporcionar medidas de compensación por siglos de abuso y discriminación hacia estas poblaciones.

No puede haber decolonialidad sin praxis, y este es el objetivo último de esta propuesta. Este es el sentido de lo que aquí llamo arqueología comprometida, lo cual no es principalmente una posición teórica ni metodológica, sino que pretende encaminar teoría y práctica bajo una consideración ética situada en el contexto de Latino América. Estar comprometido no es nuevo en América Latina, ya que esta posición ha estado relacionada con los movimientos de izquierda en sentido político, pero también con el feminismo y los derechos indígenas. Este compromiso político no ha sido especialmente

frecuente en la producción académica, pero sí lo ha sido para las artes, y de ahí viene la motivación de este trabajo ya que ni la producción artística ni la arqueológica son políticamente neutrales (Benavides, 2001; Shepherd et al., 2016). De esta manera, la Arqueología Comprometida asume una posición política explícita a favor de no producir datos para la ciencia a menos que contribuyan al desarrollo de poblaciones históricamente desfavorecidas por los legados coloniales.

Contribuir directamente al desarrollo material de las comunidades puede ser problemático, especialmente para la arqueología, ya que los presupuestos tienden a limitarse a las necesidades y gastos arqueológicos tradicionales, pero el concepto de beneficio mutuo es fundamental para hacer lo que aquí se entiende como arqueología comprometida. Es en este sentido que sostenemos que el enfoque decolonial no debe limitarse a una crítica (es decir, limitarse a una metáfora en el sentido de Tuck y Yang, 2012) sino que debe ponerse en práctica. Este es precisamente el riesgo de los proyectos multiculturales, que ostensiblemente consideran la diversidad de las personas, las versiones locales y, en general, comparten valores progresistas, pero son indiferentes o silenciados ante las condiciones económicas y materiales desiguales entre las personas involucradas en la investigación social académica. En el caso de la arqueología, esto es aún más evidente, ya que hacer arqueología multicultural es ser parte de una producción de interpretaciones legitimadas del pasado que pasan a formar parte de las narrativas que pueden ser explotadas en el mercado global como mercancías, convirtiendo a los sitios arqueológicos, por ejemplo, en turísticamente atractivos (González-Ruibal et al., 2018). De esta manera, pareciera que la arqueología está en una contienda por encontrar sitios cada vez más antiguos (como fue el caso de Valdivia), con gran monumentalidad, o con alguna característica particular y única que pueda atraer la atención del público, generando así publicaciones y financiamiento. Sin embargo, lo que estas producciones ocultan son las malas condiciones generales de subsistencia que apenas cambian con la industria turística y que pueden llevar a la exclusión de comunidades que, por alguna razón, no encajan

en las expectativas de las narrativas comerciales de la historia multicultural.

Esto me lleva a la última parte, la cual la sigo profundizando en la medida que las posibilidades teóricas y prácticas me lo permitan. Hablo de considerar los sentimientos como precondiciones o líneas guía para el desarrollo de la teoría decolonial en arqueología. Siento que cuando hablamos de teoría, la posicionamos en oposición a los sentires porque la teoría representa la reflexividad de la razón, y las emociones parecen individuales e irrelevantes para la ciencia. Sin embargo, este es el punto que encaminamos al futuro y en el que nos preguntamos: ¿qué tipo de teoría deberíamos estar dispuestos a pensar, producir, ¿y llevar a cabo tomando en consideración nuestra influencia sobre la vida e identidad de otras personas?

Hace poco tiempo fue pintado en la comuna de Valdivia un mural con las caras de los descubridores locales de Valdivia, pero también desprende algunas de las emociones que se están expresando a través del arte y tienen que ver con la forma en que la arqueología afectó la historia y la memoria de la comunidad hasta hoy en día. Por lo tanto, es de nuestro interés desarrollar esta idea de no solo describir e incorporar los sentimientos de otros en nuestras teorías sino también escudriñar cómo nuestros propios sentimientos, como profesionales arqueólogos, moldeados por los valores occidentales, se involucran en nuestro desarrollo de teoría y práctica, quizás principalmente cuando pretendemos ser neutrales u objetivos. Este camino teórico está todavía en sus primeros pasos, pero se nutre de la experiencia y de los diferentes tipos de sentimientos y emociones que surgieron cuando trabajamos junto con la comunidad y no solo desde nuestra soledad epistemológica como arqueólogos. Por lo tanto, estamos empezando a explorar, no solo la idea de los sentimientos como componentes activos que impulsan los objetivos de los investigadores y las comunidades locales, sino también a cómo encaminar esa situación hacia una práctica académica y social de liberación.

Agradecimientos

Este trabajo no pudo haber sido posible sin la ayuda de todas las familias de la Comuna Ancestral Valdivia. Agradecemos especialmente a las personas que directamente participaron en la investigación y quienes todavía siguen colaborando con el museo local. Los autores agradecen a sus padres, Wilmer y Alexandra, Ángel Viveros y Mercy Orrala, y a sus familias. Así mismo, un agradecimiento especial a los señores Alex Poveda, Felix Borbor y Adolfo Muñoz, investigadores y líderes locales. Finalmente, se reconoce el valioso trabajo que en equipo se llevó a cabo con los estudiantes de la ESPOL, dirigidos por la Dra. Vanessa León, y el invaluable asesoramiento y edición de la professora Valentina Martínez (FAU).

Referencias

- ABU-LUGHOD, Lila. Writing Against Culture. In: FOX, Richard (Orgs.), **Recapturing Anthropology: Working in the Present**. Tucson: University of Arizona, 1991, p. 137-162.
- ÁLVAREZ, Silvia. **De huancavilcas a comuneros:** relaciones interétnicas en la península de Santa Elena, Ecuador. Abya Yala, 2001.
- ÁLVAREZ, Silvia. La importancia de tener nombre: Identidad y derechos territoriales para las comunas de Santa Elena, Ecuador. **Revista de Antropología Experimental**, v. 16, n. 22, p. 325-352.
- ANGELO, Dante. La arqueología en Bolivia. Reflexiones sobre la disciplina a inicios del siglo XXI. **Arqueología Suramericana**, v. 1, n. 2, p. 185-211, 2006.
- ASAD, Talal. **Genealogies of religion:** Discipline and reasons of power in Christianity and Islam. Baltimore: JHU Press, 1993.
- ASAD, Talal. **Formations of the Secular:** Christianity, Islam, and Modernity. Redwood City: Stanford University Press, 2003.
- ASENSIO, Raúl. **Señores del pasado:** arqueólogos, museos y huaqueros en el Perú. Jesús María: Instituto de Estudios Peruanos, 2019.
- ATALAY, Sonya; CLAUSS, Lee; MCGUIRE, Randall; Welch, John. **Transforming Archaeology.** Activist Practices and Prospects,. Oxfordshire: Routledge, 2014.
- BALANZÁTEGUI MORENO, Daniela. Catalina. Collaborative archaeology to revitalize an Afro-Ecuadorian Cemetery. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, v. 7, n. 1, p. 42-69, 2018.
- BARABAS, Alicia. Extractivismo minero en territorios indígenas. **Arqueología Mexicana**, v. 171, 78-79, 2021.
- BENAVIDES, Hugo. Returning to the Source: Social Archaeology as Latin American Philosophy. **Latin American Antiquity**, v. 12, n. 4., p. 355-370, 2001.
- BENAVIDES, Hugo. Los ritos de autenticidad: indígenas, pasado y estado ecuatoriano. **Arqueología Suramericana**, v. 1, p. 5-48, 2005.
- BENVENISTE, Emile. **Problems in general linguistics**. Oxford: University of Miami Press, 1966.
- BINFORD, Lewis. Smudge Pits and Hide Smoking: The Use of Analogy in Archaeological Reasoning. **American Antiquity**, v. 32, p. 1-12, 1967.

BISCHOF, Henning.; VITERI, Julio. Pre-Valdivia occupations on the Southwest coast of Ecuador. **American Antiquity**, v. 37, p. 548–551, 1972.

BORDA, Fals. La investigación acción en convergencias disciplinares. **Revista paca**, v. 1, p. 7-21, 2009.

CALERO LARREA, Carolina. **Y la herencia cultural, ¿a quién le importa?** 2016. Disponible en:
<<https://www.labarraespaciadora.com/ddhh/y-la-herencia-cultural-a-quien-le-importa/>>. Acceso en: 20 de jul. 2024.

CAPRILES FLORES, José. Arqueología e Identidad étnica: El caso de Bolivia. **Chungará**, v. 35, n. 2, p. 347-353, 2003.

CASTRO, G. **Museo de Sitio de Valdivia...** un memorial a la arqueología nacional.... 2013

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe:** Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2002.

CRIADO-BOADO, F. Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje. **Cadernos de Arqueología e Patrimonio**, v. 6, p. 1-77, 1999.

CURTONI, Rafael. (2014). Multivocalidad, geopolíticas y patrimonio. Prácticas situadas entre los rankülches del centro de Argentina. In: GARCÍA, Camila; MARTÍNEZ, David; BAPTISTA, B. (Orgs), 115-125. **Patrimonio y Multivocalidad:** teoría, práctica y experiencias en torno a la construcción del conocimiento en Patrimonio. Montevideo: Universidad de la República Uruguay, 2014, p. 115-124.

DELGADO, Génesis. Una arqueología negra para la visibilización de la historia afrodescendiente en Guayaquil. **Cadernos do Lepaarq**, v. 40, p.125-145, 2023.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 24-33, 2000.

ESTRADA, Emilio. **Valdivia, un Sitio Arqueológico Formativo en la Costa de la Provincia del Guayas.** Guayaquil: Museo Víctor Emilio Estrada, 1956.

FABIAN, Johanes. (1983). **Time and the other:** How anthropology makes its object. New York: Columbia University Press, 1983.

FALCÓN, Wilmer. Isaac. **A Call for Latin American Public Archaeology:** Decolonizing Study in Valdivia, Ecuador. 2023, 202 f. Dissertação (Master of Arts) Florida Atlantic University, Boca Raton, 2023.

FOWLER, William; LEMUS, Eugenia. El pensamiento de Pierre Bourdieu: apuntes para una mirada arqueológica. **Revista de Museología KOOT**, v. 3, n. 4, p. 117-135.

GALINDO, Adrián. El campo del pensamiento decolonial latinoamericano. **Religación:** Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, v. 5, n. 25, p. 14-26, 2020

GNECCO, Cristóbal. Archaeology and historical multivocality. In: POLITIS, Gustavo; Alberti, B. **Archaeology in Latin America**, Londres: Routledge, 1999, p. 266-279.

GNECCO, Cristóbal; ROCABADO, Patricia Ayala. **Pueblos indígenas y arqueología en América Latina**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo.,
ALONSO-GONZÁLEZ, Pablo.;
CRIADO-BOADO, Felipe. Against reactionary
populism: towards a new public archaeology.
Antiquity, v. 92, n. 362, p. 507-515, 2018.

GOSSELAIN, Oliver. To Hell with
Ethnoarchaeology! **Archaeological Dialogues**, v.
23, p. 215-228, 2016.1

GROSFOGUEL, Ramon. Hacia un pluriversalismo
transmoderno decolonial. **Tabula Rasa**, v. 9, p.
199-215, 2008.

HABER, Alejandro. **Al otro lado del vestigio**.
Políticas del conocimiento y arqueología
indisciplinada. Popayán: Universidad del Cauca,
2017.

HAMILAKIS, Yannis. The “war on terror” and the
military–archaeology complex: Iraq, ethics, and
neo-colonialism. **Archaeologies: Journal of the
World Archaeological Congress**, v. 5, p. 39-65,
2009.

HERRERA, Alexander. **Arqueología y desarrollo
en América del Sur**. Jesús Maria: Instituto de
Estudios Peruanos, 2013.

JOFRE, Ivana Catarina. Arqueología de contrato,
megaminería y patrimonialización en Argentina. *In*:
C. G. y. A. S. Dias (Ed.), GNECCO, Cristóbal;
SCHMIDT Adriana. **Crítica de la razón
arqueológica: Arqueología de contrato y
capitalismo**. Bogotá: Instituto Colombiano de
Antropología e Historia, 2017, p. 123-141.

JONES, Siân. Historical categories and the praxis of
identity: The interpretation of ethnicity in historical
archaeology. *In*: FUNARI, Pedro; HALL, Martin;
JONES, Sian. (Orgs), **Historical Archaeology:
Back from the Edge**. Londres: Routledge, 1999, p.
219-232.

LONDOÑO-DÍAZ, Wilhelm. La arqueología
latinoamericana en la ruta de la decolonialidad.
Boletín Antropológico, v. 38, p. 286-313, 2020.

LUCAS, Gavin. Archaeology and
Contemporaneity. **Archaeological Dialogues**, v. 22
n. 1, p.1-15, 2015.

MAMANI, Carlos. Historia y prehistoria: dónde
nos encontramos los indios? **Aruwiyiri: Taller de
Historia Oral Andina**. Serie Cuadernos de debate, v.
2, 1991.

MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford; ESTRADA,
Emilio. **The Early Formative Period of Coastal
Ecuador**. 1965.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina.
La herida colonial y la opción decolonial**.
Barcelo: Gedisa, 2007.

NAVARETTE, Rodrigo. Excavando mujeres en y
desde el sur: Aproximaciones a la arqueología
feminista en latinoamérica. **Revista Venezolana de
Estudios de la Mujer**, 15(34), 75-104, 2010.

NÚÑEZ-HENRÍQUEZ, Patricio. Arqueología y
Cambio social: Una visión de género y materialismo
histórico para el norte de Chile. **Chungará**, v. 36, p
441-451, 2004.

PIAZZINI, Carlo Emilio. Arqueología, Espacio y Tiempo. **Arqueología Suramericana**, v. 2, p. 3-25, 2006.

PONCE, Agustina.; RODRIGUEZ, Maia. Reflexiones sobre la agencia de los objetos. Una aproximación desde las colecciones del Instituto de Arqueología y Museo (IAM, UNT). **Comechingonia**, v. 26, n.1, p 61-70, 2022.

PUEBLO, Defensoría del. La Comuna Valdivia y la lucha por sus territorios ancestrales. **Gobierno de la República del Ecuador**, n/a.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: E. Lander (Ed.), *In*: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 777-832, 2000.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. **Temas Sociales**, n.11, p. 49-64, 1987.

SALERNO, Virginia. Pensar la arqueología desde el sur. **Complutum**, v. 23, n. 2, p. 191-203, 2012.

SANCHÉZ, A. **Valdivia Sitio tipo Guión Museológico**. 2008.

SCOTT, David.; ASAD, Talal. The Trouble of Thinking: An Interview with Talal Asad. *In*: HIRSCHKIND; SCOTT, David (Orgs.). **Power of the Secular Modern: Talal Asad and his Interlocutors**. Redwood City: Stanford University Press, 2006, p. 243-303.

SHEPARD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro. **Arqueología y decolonialidad**. Buenos Aires: Editorial Signo, 2015.

STOCKETT, Miranda. Performing power: identity, ritual, and materiality in a Late Classic southeast Mesoamerican crafting community. **Ancient Mesoamerica**, V. 18, n.1, p. 91-105, 2007.

TANTALEÁN, Henry.; AGUILAR, Miguel. **La arqueología social latinoamericana**. De la teoría a la praxis. Bogotá: Universidad de los Andes, 2012.

TANTALEÁN, Henry., & ASTUHUAMÁN GONZÁLES, Cesar. **Historia de la arqueología en el Perú del siglo XX** (Vol. 34). Instituto Francés de Estudios Andinos, 2013.

TRIGGER, Bruce. **A History of Archaeological thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TROUILLOT, Michael. Anthropology and the savage slot: The poetics and politics of otherness. *In*: FOX, Richard (Orgs.), **Recapturing anthropology: working in the Present**. School of American Research, 1991, 17-44.

TUCK, Eve.; YANG, Wayne. Decolonization is not a metaphor. **Decolonization: Indigeneity, Education, and Society**, v. 1, n. 1, p. 1-40, 2012.

UGALDE, María. F.; BENAVIDES, O. Hugo. Queer Histories and identities on the Ecuadorian Coast. **Whatever. A Transdisciplinary Journal of Queer Theories and Studies**, v. 1, n. 1, p. 157-182, 2018.

Quando indígenas encontram o museu: reflexões a partir da reconstrução do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque - AP

*When Indigenous people encounter the museum: reflections from the reconstruction of the Kuahi Museum
of the Indigenous Peoples of Oiapoque - AP*

Pedro Vianna Godinho Peria*
Carolina Mazzacoratti Mindlin Loeb**
Sophia Volkmer Medeiros Santana***

Palavras-chave:
Museus Indígenas
Patrimônio Cultural
Povos Indígenas

Resumo: Analisamos o caso do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque para discutir intersecções entre práticas museológicas e lutas indígenas. No Oiapoque, as diferentes culturas dos Galibi Marworno, Galibi Kali'na, Palikur e Karipuna estão presentes no Museu, criado em 2007 para abrigar bens e produzir exposições que fizessem jus à riqueza desses povos. Sendo uma plataforma de comunicação entre os povos, o Museu representou uma vitória na luta dos indígenas por valorização. Fechado desde 2014 pela sua degradação física e abandono governamental, novas e velhas lideranças se organizam, hoje, para a sua reabertura. Neste momento de efervescência, afirmamos que o Museu Kuahi ocupa um lugar de destaque entre as organizações do território, servindo como canalizador de encontros e catalisador de reivindicações. Com este estudo de caso baseado em observação participante e entrevistas, admitimos que, no Kuahi, o museu é usado como instrumento para as lutas indígenas por justiça e reconhecimento.

Keywords:
Indigenous museums
Cultural heritage
Indigenous people

Abstract: We analyzed the case of the Kuahi Museum of the Indigenous Peoples of Oiapoque to discuss intersections between museum practices and indigenous struggles. In Oiapoque, the different cultures of the Galibi Marworno, Galibi Kali'na, Palikur, and Karipuna are present in the Museum, which was created in 2007 to house goods and produce exhibitions that did justice to the richness of these peoples. As a platform for communication between the peoples, the Museum represented a victory in the indigenous peoples' struggle for valorization. Closed since 2014 due to its physical degradation and government abandonment, new and old leaders are now organizing for its reopening. In this moment of enthusiasm, the Kuahi Museum is prominent among the organizations in the territory, serving as a channel for meetings and a catalyst for demands. With this case study based on participant observation and interviews, we believe that, in Kuahi, the museum is used as an instrument for indigenous struggles for justice and recognition.

Recebido em 04 de outubro de 2024. Aprovado em 18 de outubro de 2024.

* Bacharel, mestre e doutorando em Administração Pública e Governo na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP). E-mail: p.v.g.peria@gmail.com.

** Graduanda em Administração Pública na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP). E-mail: carolinaloeb@hotmail.com.

*** Graduanda em Administração Pública na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP). E-mail: sophiavolkmermedeiros@gmail.com.

Introdução

Com o advento das embarcações motorizadas, o transporte nas bacias do Rio Oiapoque e do Rio Uaçá, no extremo norte do Amapá, foi transformado radicalmente. Se, antes, as viagens duravam dias, agora podem levar apenas algumas horas. Nos igarapés estreitos e rasos e no período de estiagem, no entanto, o motor das voadeiras é obsoleto. Ali, são as canoas entalhadas à mão que melhor servem aos povos indígenas das Terras Indígenas Uaçá, Juminá e Galibi. Alguns exemplares se encontram, hoje, longe das águas, mas guardadas no chão da reserva técnica do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque. Destituídas de seu valor de uso, as canoas ganham outros significados. Um dos funcionários do Museu, indígena do povo Galibi Marworno, aponta para esses objetos lembrando do seu pai, um “mestre de canoas”, e afirma que é com essas canoas que se chega mais longe.

As embarcações que fazem parte do acervo do Museu Kuahi deixaram de levar pessoas e mercadorias rio adentro, mas não são “coisa do passado”. Agora sob outros olhares, as canoas são documentos de outras técnicas de produção, outras relações com o rio e outras conexões intergeracionais. Se, no passado, avançavam por entre pequenos braços d’água, hoje servem de ponte de memória sobre a qual os povos indígenas do Oiapoque miram seu futuro.

No entanto, com o Museu fechado desde 2013, as populações indígenas e não-indígenas do Oiapoque se veem apartadas desses outros significados de seus artefatos. Neste artigo, discutimos como a comunidade no território se articula para manter o Museu Kuahi vivo e luta para garantir sua reabertura. Trata-se de um trabalho sobre a retomada de um espaço cultural que vai além de mero equipamento: no Museu, reencontram suas famílias, suas histórias, suas organizações políticas, suas lideranças, seus mitos, suas técnicas e tecnologias, seu passado, seu presente e seu futuro. A partir de um aparente paradoxo entre a instituição museológica notadamente ocidental e a força instituinte das culturas indígenas, partimos de um problema amplo: o que significa a existência de um museu no extremo norte do Brasil construído e

mantido por povos indígenas? Admitindo a potência e a originalidade dessa experiência de museu indígena e baseados na literatura específica da Museologia Social, questionamos: quais são os aprendizados que a construção e a reconstrução do Museu Kuahi podem suscitar sobre a possibilidade de espaços de memória social e territorialmente engajados?

O estudo de caso do Museu Kuahi foi construído a partir de observação participante e entrevistas com agentes atuantes no Museu. São as falas dessas pessoas que nos permitem afirmar que o Kuahi ocupa um lugar de destaque entre as outras organizações indígenas do território, servindo como ponto de encontro e único centro de referência cultural, e que é a juventude indígena que assume a liderança de um processo de ressignificação da memória. O texto se divide em mais sete seções. Nas duas seções que seguem, apresentamos nossas abordagens teóricas e metodológicas. Em seguida, uma breve seção cumpre a função de contextualizar o caso que é analisado em três subseções conexas. Por fim, fechamos o texto com um balanço da pesquisa, indicando suas limitações e agendas decorrentes.

Cultura, culturas

Nesta seção, discutimos o encontro entre perspectivas diferentes da noção de cultura: uma, vinculada à ideia de “política cultural” e outra, ligada de forma abrangente à perspectiva antropológica da pluriversidade de modos de ser e de estar no mundo, as culturas, no plural. Os encontros entre a política cultural e as culturas não são simplórios e frequentemente produzem apagamentos e segregações. Não são, também, unidirecionais: não é apenas a política cultural que afeta as culturas, essas abalam e influenciam a ação do Estado nesse campo. Por isso, é preciso observar criticamente as situações nas quais um registro específico da cultura, uma política cultural, se relaciona com a multiplicidade de acepções e realidades culturais e questionar-se como são produzidos esses encontros e quais os seus impactos materiais e simbólicos para determinada comunidade.

As ações do Estado sobre a seleção, guarda, proteção e preservação de bens entendidos como

patrimônios culturais há muito são questionadas e, sobre elas, tem se apontado o caráter segregador e conflituoso. É nesse sentido que Chagas (2002, p. 56) nos lembra que “onde há poder há memória”. O que, de quem, de onde, de quando e de que forma preservar e celebrar são questões cujas respostas separam aqueles memoráveis daqueles legados ao esquecimento.

Os museus, então, nunca foram apenas guardiões do patrimônio; antes, são produtores do passado: “o museu realizou uma formidável inversão retórica, dissimulando os aspectos conflituosos e criminosos de sua história e apresentando a si mesmo como um depósito do universal” (VERGÊS, 2008, p. 8). Santos (2002, p. 117) alerta para o fato de que “longe de preservarem um significado eterno inerente a objetos, eles atribuem novos significados a objetos que foram retirados do tempo e do espaço em que foram originalmente produzidos”. Devemos reconhecer que “aquilo que se anuncia nos museus não é a verdade, mas uma leitura possível, inteiramente permeada pelo jogo do poder” (CHAGAS, 2002, p. 56, grifos do autor). Ao admitir o conflito onde só se via pacificação, somos capazes de colocar os museus em um lugar estratégico, capaz de subverter lógicas de apagamento e memoricídio. Com esses termos, vemos o que Pires e Chagas (2018) definiram como uma museologia ancorada no ponto de vista da luta e a forma pela qual Gouveia e Chagas (2014) definem a museologia social:

O que dá sentido à museologia social não é o fato dela existir em sociedade, mas os compromissos sociais que assume e com os quais se vincula. [...] A museologia social, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais. (GOUVEIA; CHAGAS, 2014, p. 17)

Nessa direção, afirmamos que as experiências de museus indígenas são radicais: alcançam as raízes do museu tradicional para colher algo novo. Sem negar a identidade “museu”, usam seus conceitos,

técnicas e estruturas para gerar uma instituição diferente. São nessas experiências que vemos formas construtivas, não destrutivas, do encontro entre culturas e política cultural. Como preconiza Cunha (2016, p. 9), “há políticas culturais para os índios e há políticas culturais dos índios [sic.]. Não são a mesma coisa. [...] O que nos interessa são os modos como as políticas dos índios, para os índios e que se valem dos índios se entrelaçam e se conjugam para produzir efeitos”. Tratam-se de estratégias de ressignificação:

Partimos do pressuposto que o museu, apesar de ser uma invenção ocidental, vem sendo reconhecido cada vez mais pelos indígenas como lugar político, onde podem rever os objetos de seus antepassados, ter o retorno do pesquisador, praticar a autonarrativa, apresentar suas danças, realizar rituais e levar outros saberes para o cotidiano institucional, para ganhar visibilidade e estabelecer diálogo com a sociedade brasileira da qual fazem parte, mas, sobretudo, para afirmar-se cultural e politicamente. (CURY, 2017, p. 190)

O museu é visto como uma plataforma na qual pessoas e coletivos indígenas podem se erguer para somar às suas lutas, como “a conquista de direitos, lugares de representação e representatividade, de desconstrução de estereótipos, de contestação e produção de discursos” (SANTOS, 2017b, p. 189). Essa museologia, então, é focada na produção de encontros entre a pluriversidade das culturas indígenas e a cultura institucional.

Em seu amplo estudo sobre museus comunitários, Santos (2017a) pontuou que a especificidade dos museus indígenas se dá na abrangência dos patrimônios culturais valorizados, no recurso para a preservação de bens naturais, na possibilidade de produção de pesquisas, no seu potencial de encontro entre os mais velhos e as gerações vindouras e em sua contribuição para a coesão da comunidade. Interpretando os sentidos do Museu Indígena Kanindé, criado em 1995 no Ceará, e que aqui pode nos servir de exemplo, Santos (2021) afirma:

O museu é como uma grande árvore de conhecimentos na qual há raízes, troncos e folhas com muitas flores e frutos que já dão novas sementes. Constitui um espaço

onde jovens e crianças fazem pesquisas e se aprofundam no conhecimento sobre a nossa história e as origens do nosso povo, em estreito e permanente diálogo com troncos velhos e lideranças tradicionais. (SANTOS, 2021, p. 121)

Nessa mesma direção, o autor apontou em outra ocasião que os museus indígenas privilegiam “o registro da memória dos troncos velhos, possibilitando variadas trocas e intercâmbios entre os acervos e os integrantes dos museus indígenas” (SANTOS, 2023, p. 104). O que essa literatura sobre museologia social e museologia indígena nos indica, enfim, é que há outras formas de construir um museu que podem ser aprendidas por experiências como a que discutimos neste artigo. Trata-se de estarmos prontos e prontas para escutar e entender que “os museus não são apenas representação da sociedade, são também projetos, sonhos e desejos de outro mundo, quiçá de um mundo melhor” (CHAGAS; PIRES, 2018, p. 290). Com essa premissa, procuramos depreender quais aprendizados a história de reconstrução do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque pode suscitar. Em outras palavras, tratamos de refletir sobre como as culturas indígenas no Oiapoque se encontram com a política cultural para produzir algo novo que lhes faça sentido, um museu que não trabalhe pelo apagamento, mas pela memória. Na próxima seção, apresentamos os percursos de entrada no campo e interlocução com as agentes do Museu Kuahi.

Percursos da pesquisa

A pesquisa, de caráter exploratório, foi baseada em um estudo de caso intrínseco e qualitativo (STAKE, 2005). Acreditamos que a interpretação do caso singular do Museu Kuahi é uma forma de produzir ressonâncias para compreender outros contextos de mobilização pelas memórias marginalizadas ou apagadas e, como explorado em nosso referencial teórico, contribuir com insights para as pesquisas e ações dedicadas a compreender e agir sobre museus indígenas.

Admitindo a característica colonial do processo de produção de conhecimento acadêmico

(MIGNOLO, 2017), localizamos nossa fala como uma autoetnografia (REED-DANAHAY, 1997; ALVES-SANTOS, 2017): somos uma equipe de pesquisa composta por duas mulheres brancas e um homem branco, estudantes de graduação e de pós-graduação de uma universidade privada de São Paulo. Procuramos promover formas de representação daqueles que possuem trajetórias e vivências distintas das nossas (ADAMS; BOCHNER; ELLIS, 2011) e não retirar informações do território, mas realizar trocas de experiências entre nós e os sujeitos desta pesquisa. É por isso que nas próximas seções damos centralidade para as vozes de nossas interlocutoras.

Essa perspectiva também está inserida na forma pela qual iniciamos e mantemos os contatos de pesquisa. Todas as investigações no território passam pelo crivo do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), mostrando que a comunidade já tem conhecimento sobre práticas predadoras de pesquisas acadêmicas. A partir do ofício nº 46 do CCPIO, editado em 08 de abril de 2024, nossa pesquisa, após ser aprovada no Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEPH/FGV), teve anuência do Conselho. A passagem por essa instância qualificou o projeto inicial e garantiu legitimidade à nossa presença, o que, somado a um paciente contato virtual de meses nos quais pudemos nos apresentar, permitiu que estivéssemos no Oiapoque entre 05 e 19 de julho de 2024 para a realização de entrevistas em profundidade e observações.

Realizamos 22 entrevistas semiestruturadas (Quadro 1) que funcionaram como oportunidades para o desenvolvimento de interações com a equipe do Museu, lideranças e membros de associações e coletivos indígenas, lideranças de povo, caciques, além de parlamentares, de membros do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), da Secretaria de Cultura do Estado do Amapá (SECULT) e da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Apenas duas entrevistas não foram gravadas em áudio pela adversidade das circunstâncias, mas as outras foram gravadas pelo celular com o consentimento de cada interlocutor. Ao todo, garantimos mais de 14 horas de gravação, o que nos permitiu uma transcrição confiável das entrevistas.

Nessas interações, partimos de uma pergunta disparadora, que mobilizasse as narrativas de cada interlocutor: “Como a sua história se encontra com a história do Museu Kuahi?”. Ao longo da entrevista, buscamos identificar os principais agentes ligados ao Museu, ouvir a trajetória de cada um deles, entender os diferentes significados que eram atribuídos ao Kuahi e compreender quais eram as expectativas para a sua reabertura. No decorrer das diferentes interações, percebemos que os significados e expectativas sobre o Museu mudavam se falássemos sobre o seu passado, o seu presente e o seu

futuro e isso nos guiou nas interpretações presentes nas próximas seções.

Nas seções seguintes, os trechos das entrevistas usados foram anonimizados aleatoriamente com números, seguidos da indicação se o interlocutor era indígena ou não indígena e da data da entrevista. Seguindo o mesmo protocolo ético de anonimização, não compartilhamos as entrevistas transcritas, pois essas incluem informações pessoais delicadas e histórias que poderiam levar à identificação do interlocutor.

Quadro 1: Entrevistas realizadas

IDENTIFICAÇÃO	POVO	FUNÇÃO no MUSEU ou COMO SE RELACIONA COM ELE
Entrevista 1, indígena, 08/07/24	Galibi Kali'na	Acervo
Entrevista 2, indígena, 08/07/24	Galibi Kali'na	Acervo
Entrevista 3, indígena, 17/07/24	Galibi Kali'na	Direção
Entrevista 4, indígena, 10/07/24	Galibi Marworno	Direção
Entrevista 5, indígena, 11/07/24	Galibi Marworno	Liderança da AIPGM - Articulação Indígena do Povo Galibi Marworno
Entrevista 6, indígena, 12/07/24	Galibi Marworno	Liderança da OPIMO - Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque
Entrevista 7, indígena, 09/07/24	Galibi Marworno	Biblioteca
Entrevista 8, indígena, 09/07/24	Galibi Marworno	Catálogo
Entrevista 9, indígena, 15/07/24	Karipuna	Vereadora
Entrevista 10, indígena, 17/07/24	Karipuna	Liderança da AMIM - Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão
Entrevista 11, indígena, 09/07/24	Karipuna	Catálogo
Entrevista 12, indígena, 08/07/24	Karipuna	Acervo
Entrevista 13, indígena, 12/07/24	Karipuna	Liderança do CCPIO - Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque
Entrevista 14, indígena, 08/07/24	Karipuna	Biblioteca
Entrevista 15, indígena, 12/07/24	Karipuna	Empório UASEI e representante do Coletivo de Teatro Maiuhi e do Coletivo de artistas Waçá-wara
Entrevista 16, não indígena, 10/07/24	Não indígena	Assessor de valorização cultural do IEPÉ
Entrevista 17, não indígena, 15/07/24	Não indígena	Coordenadora do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UNIFAP
Entrevista 18, não indígena,	Não indígena	Consultora da Secretaria Estadual de Cultura do Amapá

10/07/24		
Entrevista 19, indígena, 15/07/24	Palikur	Empório UASEI
Entrevista 20, indígena, 10/07/24	Palikur	Catálogo
Entrevista 21, indígena, 09/07/24	Palikur	Catálogo e comunicação
Entrevista 22, indígena, 10/07/24	Palikur	Direção

Fonte: Elaboração própria.

Estávamos interessados em compreender de que forma as trajetórias individuais dos participantes se entrelaçavam com a história do Museu, a importância e os significados atribuídos pelas comunidades envolvidas e as expectativas em torno de sua reabertura. Além das entrevistas, adotamos como prática metodológica a observação participante (INGOLD, 2014), que consistiu em impressões e registros acerca do Museu, das atividades que acompanhamos e de seu processo de consolidação. Fomos convidados a conhecer de perto alguns processos de organização do Kuahi, como a catalogação do acervo e reuniões internas. Em todos os momentos do trabalho de campo, a postura adotada foi a de pesquisador-conversador, na qual o pesquisador insere-se como parte do cotidiano e do processo (SPINK, 2008). Também reconhecemos e consideramos como parte integrante do campo as interações ocorridas em conversas após as entrevistas e durante o período de convivência. Se estivemos em campo com essa postura, cabe agora situar que campo é esse.

Contextualização

O Museu Kuahi fica na avenida principal do município de Oiapoque (Imagem 1), entre o edifício da Defensoria Pública do Estado e um mercadinho, no extremo norte do Estado do Amapá, em uma região de fronteira com a Guiana Francesa, com quem divide as margens do Rio Oiapoque e se liga através da Ponte Binacional Franco-Brasileira.

Com cerca de 27.500 habitantes, os indígenas representam mais do que 25% de toda a população (IBGE, 2022): os povos Galibi Kali'na, Palikur, Karipuna, Galibi Marworno, habitantes da bacia do rio Uaçá e do baixo curso do rio Oiapoque e residentes em três diferentes terras indígenas, Galibi (homologada em 1982), a Uaçá (homologada em 1991) e a Juminã (homologada em 1992) (Imagem 2). Os povos “são portadores de tradições culturais heterogêneas, histórias de contato e trajetórias diferenciadas, assim como suas línguas e religiões” (VIDAL, 2008, p. 1). A população indígena do baixo Oiapoque se comunica em diversos idiomas, como o português, o patoá ou kheoul e o idioma nativo de cada povo.



Imagem 01 - Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque, na avenida central da cidade
Foto tirada pela equipe de pesquisa durante trabalho de campo em julho de 2024.

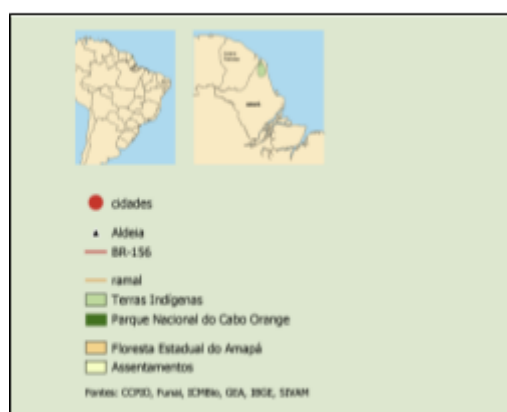


Imagem 2 - Mapa das Terras Indígenas do Oiapoque
Fonte: Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (2019).

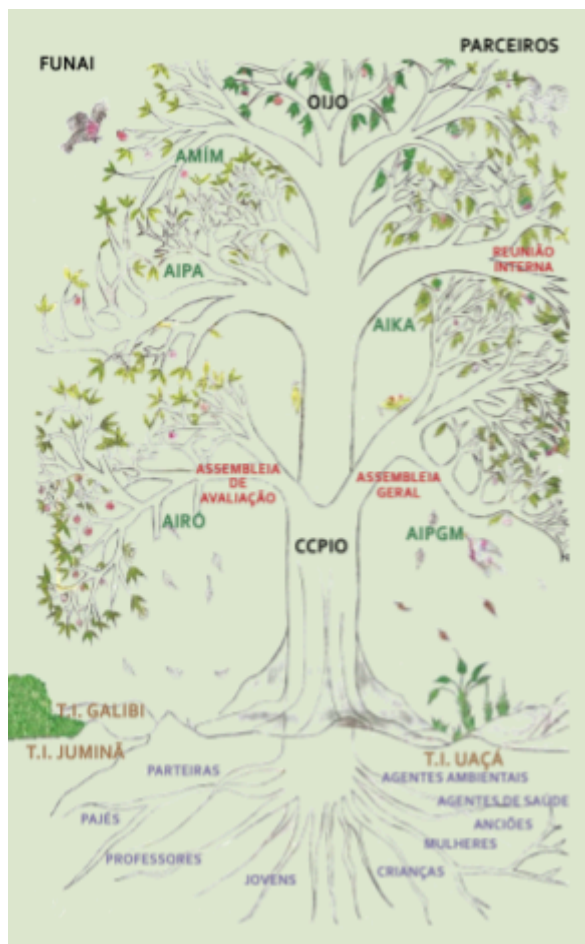
Um dos maiores problemas enfrentados atualmente é a chamada “crise das roças”, uma crise fitossanitária que, em 2023, chegou a ser decretada emergência após o aumento da incidência de doenças causadas por fungos nas plantações de mandioca. Estima-se que aproximadamente 80% das plantações de mandioca tenham sido perdidas devido a esse problema (ANJOS, 2023). A crise tem fortes impactos econômicos sobre a comunidade, já

que a mandioca, além de alimento, também é fonte de renda de muitas das famílias da região. As lideranças enfatizaram também o agravamento de diversas vulnerabilidades que antes atravessavam os povos indígenas do Oiapoque e que, diante da crise das roças e da parca oferta de empregos formais, se tornaram ainda mais intensas, como o aumento do garimpo ilegal.

O município vem recebendo muita visibilidade da mídia devido à grande disponibilidade de petróleo encontrada no território, principalmente com o aumento da presença da Petrobrás. Entretanto, a empresa é acusada de atuar sem um plano de participação social, deixando de lado as representações políticas dos povos e comunidades tradicionais. As lideranças afirmam que a estatal se recusa a passar pelo Protocolo de Consulta, violando um direito garantido nacional e internacionalmente. O enfrentamento desses desafios se dá em diversas frentes, inclusive a cultural.

Lembrando que território é “o lugar onde se articulam os problemas públicos” (BORGES, 2018, p. 25), entendemos a importância alcançada pelos atores locais em ações de caráter coletivo para a

resolução de problemas públicos perpassados por estes. Assim, os povos indígenas do Oiapoque, com uma tradição de assembleias coletivas que remonta ao ano de 1976 (SANTOS, 2018), fundaram em 2007 o Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), que congrega lideranças das aldeias do território. O CCPIO, além de ser uma forma de auto-organização, também é um grande agente para mobilizar atenção, dialogar com autoridades e reivindicar direitos. Apesar de partirem de diferentes culturas, formas de organização, língua e costumes, os povos indígenas do Oiapoque afirmam: “temos diferentes culturas e falamos línguas diferentes, mas estamos unidos e trabalhamos juntos em torno de um objetivo comum, pensando no futuro de nossos filhos e netos” (CCPIO, 2019, p. 11). Essa rede pode ser melhor visualizada através da imagem 3.



Legenda:

OIJO - Organização Indígena dos Jovens de

Oiapoque

AMIM - Associação das Mulheres Indígenas em

Mutirão

AIPA - Associação Indígena Palikur

AIKA - Associação Indígena do Povo Karipuna

AIRO - Articulação Indígena do Rio Oiapoque

AIPGM - Articulação Indígena do Povo Galibi Marworno

Outras organizações:

Associação Nana Kali'na (povo Galibi Kalina)

OPIMO - Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque

Coletivo de Teatro Maiuhí

Empório UASEI - Açaí dos Povos Indígenas do Oiapoque

Imagem 3 - Ecosistema de organizações indígenas no Oiapoque

Fonte: Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (2019).

Além das trocas entre povos indígenas, o topo da árvore de organizações mostra mais dois polos de agentes extremamente importantes no território. De um lado, o principal braço estatal da política indigenista, a FUNAI no Amapá tem uma tradição de gerências indígenas e de atuação próxima e consoante com os movimentos locais. O próprio edifício do Museu Kuahi é o antigo posto do órgão. Do outro lado, entre os “parceiros”, enfatizamos a presença do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), organização indigenista sem fins lucrativos fundada em 2002 por acadêmicas e acadêmicos e com atuação no Amapá e norte do Pará. Atuando formalmente no Oiapoque desde 2008, realiza cursos de formação e capacitação para as populações indígenas e apoia as organizações em atividades de logística e divulgação de publicações.

Nesse quadro, o movimento indígena no Oiapoque é formado por uma trama multifacetada de organizações indígenas, governamentais e não governamentais. Ainda que existam conflitos e disputas entre formas de atuação e relevância das pautas, trata-se de uma rede ampla, consolidada e atenta às questões que afligem o território e suas gentes. É nessa paisagem sociocultural, ambiental e institucional que o Museu Kuahi é gestado.

“O Museu é um instrumento: de ontem, de hoje, de amanhã”

Provocados pela frase de uma das pessoas mais envolvidas com a reconstrução do Museu, partimos para a análise das falas das agentes do Kuahi com esse mote. Durante as interações, era perceptível que o Museu Kuahi mudou desde sua concepção: são outros contextos políticos, outras urgências sociais e outras pessoas. O Museu do passado tem outros significados que o Museu do presente e esses são diferentes daqueles do Museu que ainda virá. Não temos a pretensão de estabelecer uma cronologia do Museu Kuahi, mas ter as palavras e depoimentos de nossas interlocutoras como ponto de partida para a análise, entendendo que o ontem, o hoje e o amanhã, são pontos de encontro simbólicos nesse espaço.

Kuahi ontem: “É uma relíquia guardando outras relíquias”

Seria equívoco dizer que a trajetória do Museu se inicia no seu ano de inauguração, a sua história é fruto de uma extensa luta pela preservação da memória, da vida e da cultura dos povos indígenas do Oiapoque. Existe muito ainda a se explorar e investigar no que tange a construção deste centro de memória, que foi, é e será ainda extremamente relevante para a luta dos povos que ali vivem, assim como de seu patrimônio cultural material e imaterial. O museu esteve vivo desde muito antes de sua construção, porém, é a partir dela que damos início a este estudo.

Assumindo então a limitação do registro formal de onde inicia-se essa história, o pontapé inicial para a concretização desta ideia que há muitos anos era maturada pelos povos da região foi uma viagem realizada em 1997 à Alemanha, França e Portugal. Nesta viagem, Lux Vidal, antropóloga alemã radicada no Brasil, professora emérita da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora que passou parte da década de 1990 estudando e se aproximando dos povos indígenas do Oiapoque, acompanhada de Janete Capiberibe, então deputada estadual, e lideranças indígenas do Oiapoque, propõem juntos a construção de um “centro de referência, de memória, de documentação e de pesquisa” (VIDAL, 2008, p. 110) para os indígenas e sociedade oiapoquense.

Este desejo surge a partir da experiência de visita a diversos museus europeus por onde passaram, nos quais os indígenas ali presentes perceberam a importância de construir um espaço para contarem sua própria história, principalmente ao verem artefatos de muitos outros povos sendo expostos e tendo suas narrativas e peças de seu cotidiano capturadas por instituições alheias à cultura destes povos. Após saírem provocados sobre a importância de comunicar e pesquisar sobre a riqueza cultural que ecoa nas suas comunidades, eles sentiram a necessidade de construir um museu indígena, num formato diferente do que viram, onde eles mesmos pudessem contar suas narrativas, memórias e história de seus povos e dialogar não só com o passado, mas também com o presente e com o futuro.

Assim, após um extenso diálogo coletivo entre pesquisadores da USP, agentes do governo e, principalmente lideranças indígenas, a proposta para a construção do Museu é apresentada ao governo do Amapá em 1998, sendo incluída formalmente no Programa de Desenvolvimento Sustentável de João Alberto Capiberibe, então governador do estado. A obra se inicia no ano 2000, com a proposta de não fazer deste um “museu sobre os índios [sic.], mas dos índios [sic.]” (VIDAL, 2008, p. 111). Esta proposta é posta em prática a partir do momento em que, apesar de ser mantido pelo governo do estado, o Museu é gerido integralmente por uma equipe indígena, onde eram eles os envolvidos em todas as atividades, assim como os responsáveis pela curadoria das peças que ali seriam expostas.

Inaugurado em 2007, o Museu motivou “uma grande festa e alegria” (Entrevista 10, indígena, 17/07/24), já que representava para os indígenas mais do que um espaço para guardar objetos e peças antigas. O Kuahi representa a história dos povos indígenas e simboliza uma relação de afeto e resistência das famílias que o construíram, assim como de todos os povos da região, trazendo “a história dos avós” (Entrevista 9, indígena, 15/07/24) e de toda a comunidade, mantendo uma “ligação por conta das histórias que são contadas” (Entrevista 3, indígena, 17/07/24) dentro e através dele. Afinal, “todos os artefatos têm relação com sua vida cotidiana, ou seja, os objetos expostos no Museu também são utilizados no dia-a-dia das comunidades indígenas” (SANTOS, 2013, p. 15).

Antes de sua inauguração, o governo do estado vinha fornecendo oficinas de capacitação e “formação profissional, técnica, museológica e museográfica, aos dezenove indígenas que trabalham no Museu” (VIDAL, 2008, p. 112), na tentativa de escapar da lógica paternalista assumida historicamente pelo Estado com os indígenas do Brasil. Assume-se então, que a construção da própria cidadania dos indígenas se baseia na reafirmação de seus valores e processos históricos imbricados em suas narrativas (VIDAL, 2008).

Antes mesmo de sua inauguração, o Museu Kuahi toma corpo como um museu-escola, um lugar que viria a proporcionar grande aprendizado não só para os visitantes da cidade, estrangeiros e estudantes da região, mas também para a equipe técnica, que

tem ali a oportunidade de estudar e compreender a própria história e dos outros povos do Oiapoque. A troca entre diferentes povos, línguas e simbologias, através dos grafismos, dos objetos e das histórias ali contadas fizeram com que os indígenas que o visitassem enxergassem a própria história, onde eles “vêm os objetos e lembram da família, se reconhecem nas peças” (Entrevista 2, indígena, 08/07/24).

Era um centro de referência muito grande, eram muitas pessoas passando por aqui, fazendo pesquisa, fazendo reuniões, as assembleias aconteciam aqui e muita gente vindo de fora, do estrangeiro. [...]

Quando eu cheguei há 10 anos atrás o Museu era um espetáculo. Ele trazia uma nova visão, tinha muito turista, tinha muita gente de todo lugar, pessoas passavam aqui pela escola municipal, estadual ou pra fazer pesquisa. Era um centro. O Museu era uma referência para o município. (Entrevista 12, indígena, 08/07/24)

Apesar da empolgação e da grande conquista que o museu-escola simbolizou para os povos da região, um conjunto de fatores, fruto de um processo de desmonte, levou ao seu fechamento. Problemas de infiltração no telhado, a redução da equipe de funcionários relacionada a troca de governo, o redirecionamento da equipe para outras instituições, mudanças no orçamento e a urgência de pautar outros problemas dentro do movimento indígena fizeram com que o museu deixasse de funcionar. Durante este período, o Museu chegou a ser interditado pela Defesa Civil e pelo corpo de bombeiros, já que os problemas de infraestrutura ali existentes representavam um risco para a vida dos funcionários e dos visitantes que passavam pelo prédio.

Quando fechado em 2014, o Museu guardou consigo as histórias e a luta que se ergueram durante sua construção. Na narrativa dos antigos funcionários e visitantes do Museu, “as memórias ficaram presas por 10 anos” (Entrevista 9, indígena, 15/07/24). A partir deste momento, existiu um medo constante de que ele não fosse reabrir, o que se agravou diante do descaso dos governos seguintes, “entra e sai governo e relaxaram com o museu” (Entrevista 2, indígena, 08/07/24). O sentimento de

insegurança e abandono tomou conta do movimento indígena e, concomitantemente às outras pautas urgentes a serem dialogadas naquele momento, ele nunca deixou de ser um tópico nas assembleias e reuniões do movimento.

O espaço destinado a ele continuou sendo utilizado pelas associações indígenas, “mesmo ele sendo atropelado, ele continuava atendendo a demanda de todas as pessoas que se reúnem aqui” (Entrevista 3, indígena, 17/07/24). Mesmo fechado, o Museu continuou sendo um espaço de encontro e referência. Cabe ressaltar que as associações sentiram a necessidade de voltar a pautar este centro de referência num momento de crise e insegurança alimentar, dificuldade de gerar renda para as comunidades e da urgente necessidade de valorizar o artesanato produzido.

Após quase uma década neste cenário, uma nova conjuntura abriu caminhos para a discussão sobre a retomada do Museu. A partir da mudança de gestão estadual e do fortalecimento da pauta indígena na agenda nacional em 2022, junto com uma grande pressão do movimento indígena, uma janela de oportunidade se abriu para que o Museu voltasse a ter relevância. Ao ocuparem cargos institucionais, Kassia Lod, a atual diretora do Museu, Sônia Jean-Jacque, secretária estadual dos povos indígenas e Lília Karipuna, vereadora do município, foram agentes essenciais nessa pressão e no diálogo com o estado em busca de apoio e de recursos para o Museu Kuahi.

A gente sentiu essa necessidade de buscar a reabertura. No governo Clécio, a primeira demanda que eu nunca esqueço. Eu sentei com ele e falei. ‘Clécio, qual a sua prioridade?’ A minha prioridade é a relíquia. Eu senti que ele abraçou a causa, porque o Museu está, entre aspas, com uma cara de museu. Mas precisa de mais ainda, porque antes não estava assim. Era triste entrar aqui, parecia que a luz estava apagada. A Sônia me disse que vamos trabalhar, que vamos conseguir e que não vamos desistir. A Kassia também é uma pessoa que não para. Ela faz a intermediação aqui embaixo, enquanto eu vou para Macapá e Brasília, com a Sônia junto também. Foi um impulso que recebemos. Mas há essa grande preocupação com a saída do Clécio e o esquecimento do Museu Kuahi novamente. Por isso que eu já falo para eles: fez alguma coisa? Fez um pedido? Oficialize.

Guardem. Documentações também são relíquias nessa tramitação e na negociação que fizemos com o governo. (Entrevista 9, indígena, 15/07/24)

A partir dessa abertura, inicia-se um novo momento do Museu, de superação dos obstáculos que levaram ao seu fechamento, de retomada de sua discussão e do fortalecimento e articulação dos povos pela sua reestruturação. Agora, o Museu se encontra no presente, e não mais no passado, não mais dormindo na memória das famílias, mas acordando aos poucos com a luta do movimento indígena. Esse momento de retomada integra todos os aprendizados adquiridos enquanto ele esteve aberto e durante esses 10 anos de fechamento; afirmam: “Agora estamos recomeçando de novo o Museu” (Entrevista 2, indígena, 08/07/24) e “queremos fazer dessa uma nova fase. Voltar com o Museu que era antes. É isso que a gente quer, e é uma honra estar aqui” (Entrevista 12, indígena, 08/07/24).

Kuahi hoje: “Eu vim pra trazer um olhar diferente, um olhar de resgate”

O Museu Kuahi, hoje, é um elo vivo entre o ontem e o amanhã. Do ontem, carrega os significados que nutriram sua reconstrução, e do amanhã, projeta as possibilidades e os sonhos de quem molda seu futuro e sua (re)existência. Representa a possibilidade de “trazer o que está adormecido, mas que está vivo aqui dentro” (Entrevista 9, indígena, 15/07/24) e é uma “tentativa de reconstrução a partir de fragmentos da história” (Entrevista 14, indígena, 08/07/24). Isso é especialmente interessante, ao considerar que a equipe atual do Museu é composta em sua maioria por jovens indígenas, que tiveram um contato limitado com esse espaço nos últimos dez anos. Ao iniciar suas atividades, uma das funcionárias pensou que seria “fácil construir onde não tinha nada” (Entrevista 14, indígena, 08/07/24), mas, convivendo com esse espaço, relatou que pôde conhecer uma “história que vai ser respeitada e honrada”.

Há uma particularidade importante que mudou o perfil do corpo técnico do Museu: a

chegada do campus binacional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em 2007. Muitos dos jovens que trabalham no Museu hoje foram ou são estudantes de bacharelado ou de licenciatura nessa universidade e, "ter professores dos seus povos e falantes de suas línguas foi uma conquista inegável, foi um salto na educação indígena" (Entrevista 18, não indígena, 10/07/24). A consultora da SECULT que também participou da construção do Museu em 2006, afirmou que, diante da demanda da Secretaria pela produção de relatórios e pela profissionalização, os novos funcionários "têm um aporte necessário de autonomia incomparável e isso cria um novo museu" (Entrevista 18, não indígena, 10/07/24). É uma juventude que foi buscar na Universidade mais instrumentos para somar nas lutas dos seus povos e, com isso, articulam hoje no Museu os conhecimentos formais, construídos em salas de aula e em pesquisas, com os conhecimentos orais herdados em suas diferentes tradições.

Sob esse aspecto, a concepção de um novo Museu é marcada pela chegada de jovens engajados e protagonistas, que carregam consigo expectativas de renovação e da criação de vínculos com uma história já trilhada e com aquela que ainda está por vir, afirmando que: "quando a gente caminha, a gente dá dois passos pra frente e um pra trás, pra lembrar da nossa ancestralidade" (Entrevista 10, indígena, 17/07/24). Junto à diretoria, funcionários antigos e lideranças de povo e associações, esses jovens estão reconstruindo um museu que "se a Lux Vidal² visse, ela ficaria muito alegre" (Entrevista 2, indígena, 08/07/24).

Os atuais funcionários foram selecionados para trabalhar no museu a partir de uma indicação das lideranças dos quatro povos e são considerados cargos de representatividade de validação das identidades indígenas.

As lideranças escolheram essas pessoas. Elas sabem que vão fazer um ótimo trabalho, sabem que não é simplesmente estar aqui por necessidade. A gente sabe que está aqui porque realmente foi escolhida e, de forma conjunta, vamos lutar para reerguer o museu. (Entrevista 7, indígena, 09/07/24)

Além de ser uma oportunidade de emprego, que é escassa na região, é uma oportunidade "de estar junto e fazer junto com os parentes" (Entrevista 14,

indígena, 08/07/24) e de "conhecer uma memória do que deixaram aqui pra gente, do meu povo e de uma história minha" (Entrevista 8, indígena, 09/07/24). Nesse sentido, hoje o Museu é um centro que congrega memórias de dentro para dentro - de indígenas sobre indígenas - e de dentro para fora - sobre indígenas para não indígenas.

Vim trabalhar aqui para me realmente conhecer. É, porque eu não sabia muito bem da história do meu povo. Eu me senti orgulhosa do meu povo, dos outros povos, que a gente tem um espaço assim que a gente pode fazer o nosso trabalho, trazer o nosso trabalho e ser valorizado, ser admirado por outras pessoas que vêm ver. (Entrevista 1, indígena, 08/07/24)

Quando eu falo do assobio o que o meu avô dava, eu não tenho uma gravação para ouvir. Mas se eu pegar uma foto antiga, eu posso voltar lá atrás. É como se eu estivesse lá, tirando a casca da mandioca mole, às seis horas da tarde e ele contando as histórias para a gente. Quando eu estou aqui [no Museu], é como se eu visse o meu avô na beira do forno, puxando a farinha e minha avó peneirando. É como se eu estivesse dentro de casa. O Museu Kuahi é eu estar dentro de casa. É eu estar dentro do mato. Então eu me sinto bem. Mesmo eu sendo Karipuna, morando na aldeia do Manga, é como se eu conseguisse percorrer dentro das outras etnias, que também é um berço para mim de muito respeito. (Entrevista 9, indígena, 15/07/24)

Foi em busca desse processo de resgate, que a articulação para sua reabertura ocorreu e segue ocorrendo. O produto do hoje, foram as reivindicações dos movimentos indígenas, das reuniões do Conselho de Caciques e da demanda de acessar "todas essas memórias presas aqui dentro" (Entrevista 9, indígena, 15/07/24).

Kuahi amanhã: "O museu vai ser uma segunda casa depois da nossa aldeia"

Se ontem o Museu representou uma conquista da luta indígena no Oiapoque e a oportunidade de extorverter suas tradições e culturas

para um público amplo e se hoje o Museu vive um processo pulsante de reconstrução, o Kuahi amanhã está sob os signos da incerteza e da potência. Seguindo a ideia de Chagas e Pires (2018, p. 290) já apresentada em seções anteriores de que “os museus não são apenas representação da sociedade, são também projetos, sonhos e desejos de outro mundo, quiçá de um mundo melhor”, as agentes do Kuahi compartilham anseios e receios.

O espectro do fechamento continua rondando os envolvidos no Museu Kuahi. Em suas falas, a palavra “governo” vem acompanhada de sentimentos de hesitação e apreensão. Afinal, as trocas de gestão no passado fizeram com que a gestão do Museu fosse esvaziada e a sua estrutura degradada, com prejuízos graves para os suportes materiais de suas memórias coletivas: “o governo infelizmente deixou abandonado, perdendo muita coisa que eu vi, tinha cada peça ali que a gente não achou... então eu espero que não aconteça isso, que quando ele abrir ele não seja mais fechado” (Entrevista 1, indígena, 08/07/24). Sendo um setor da Secretaria de Cultura do estado, sabem que qualquer ondulação da dinâmica política em Macapá pode afetar rapidamente o Museu. A sombra da descontinuidade é presente: “o governo saiu, quando o governo sai já sabe como é né? Muda tudo” (Entrevista 2, indígena, 08/07/24).

O desejo da reabertura vem acompanhado de um receio sobre como será o dia seguinte: “a gente tá na busca de encontrar melhor o lugar dentro do Estado, deixar de ser um setor da SECULT para que a gente tenha de fato organograma de servidor, quem sabe um concurso, mas que no futuro os povos indígenas sejam autônomos” (Entrevista 3, indígena, 17/07/24). A permanência desse Museu enquanto órgão estatal não basta para os povos indígenas do Oiapoque. Reconhecem a importância das instâncias governamentais para a criação do Kuahi, mas sabem que a sua sustentabilidade não pode depender da política e que a sua existência sempre se sustentou nos movimentos indígenas do território: “depois que reabrir, todas as organizações indígenas vão se empenhar muito para que isso [o fechamento] não venha a acontecer e que essa equipe não seja tirada, mas cada vez mais capacitada” (Entrevista 13, indígena, 12/07/24).

É pensando na importância do Museu para

esses coletivos e para a dignidade das futuras gerações, que as agentes do Kuahi são consoantes nas falas sobre os desejos para o espaço:

A minha filha, ela não teve essa oportunidade de vivenciar a cultura como eu não vivenciei certos costumes que o meu povo praticava. A gente sabe que a cultura é dinâmica, ela vai mudando, então o Museu vai ser um espaço onde a gente possa guardar esses conhecimentos para quando a geração nova chegar e quiser buscar a informação, registrar histórias, narrativas do povo. A gente tem hoje dentro das comunidades os mais velhos que nos contam, os conhecimentos são passados oralmente pra gente, mas hoje a gente vê que a pesquisa também é uma ferramenta que a gente utiliza para documentar isso e o Museu é um espaço onde a gente vai poder guardar tudo que a gente faz. São coisas bem importantes para a gente poder um dia oferecer isso para as crianças poderem conhecer. Hoje eu sinto muita necessidade de ter vivenciado alguns rituais do meu povo e quando eles falam para eu falar sobre isso eu não tenho um certo domínio ou conhecimento sobre aquilo que eu não vivenciei. Se eu não tivesse procurado os mais velhos para conhecer eu não saberia falar sobre isso, mas o Museu vai ser um espaço muito importante para a gente fortalecer as culturas que estão enfraquecidas, os costumes e as práticas que a gente não faz mais. Eu vejo ele como o espaço principal para que sejam assegurados os conhecimentos. A gente recentemente perdeu um grande sábio do nosso povo [Palikur], ele era a pessoa que contava as narrativas, ele era um artesão, um mestre, então quando ele se foi levou muitas coisas que a gente não teve tempo de aprender. Hoje eu enquanto indígena, estudante, pesquisadora, eu tenho esse olhar: eu tenho que documentar para futuramente eu poder ter esses conhecimentos guardados, eu poder repassar, deixar para as novas gerações, que não vão ter essa oportunidade de conhecer sobre o nosso povo. (Entrevista 22, indígena, 10/07/24)

Acho que [minha filha] vai se sentir bem, não vai sentir como se faltasse algo, porque ela vai saber que os parentes são valorizados, nós somos importantes, a nossa cultura é importante, não vai mais sentir vergonha de quem ela é. Então acho que o Museu, para muitas pessoas jovens, vai ser visto como um lugar que fortalece a nossa origem, que dá coragem. [...] Então eu acho que, como

cada povo tem sua história, nossos filhos e netos vão ficar orgulhosos de saber que tem um lugar aqui na cidade que garante nossa cultura, a nossa vida, o nosso ambiente, o nosso estilo de viver. Então acho que eles vão se sentir bem, seguros e ter muito orgulho com certeza da origem deles. Eu acho que o museu vai ser tipo uma a segunda casa depois da nossa aldeia. (Entrevista 1, indígena, 08/07/24)

A gente tá registrando, fazendo de tudo, pesquisando, para guardar tudo que a gente tiver aqui da região dentro do Museu, entendeu? Não é para ficar no passado, mas que vai ser fonte de pesquisa pro futuro, para as pessoas, as crianças perguntarem como era antigamente, saber do seu povo. Lá na última assembleia, em 2022, com a juventude, teve um jovem, eu acho que ele tinha uns 12 anos, ele colocou exatamente isso, ele disse uma frase muito interessante, que era ‘aprender com o passado para não errar no futuro’. (Entrevista 4, indígena, 10/07/24)

Nesses depoimentos, encontramos a expectativa de um museu pulsante. De um lado, é um canalizador das tradições e manifestações culturais dos povos indígenas do Oiapoque que encontram um espaço seguro de guarda dos bens que evocam os conhecimentos transmitidos oralmente pelos mais velhos. Além de um museu, é um centro de referência, no qual o acervo e as pesquisas são o âmago da luta pela preservação desse patrimônio. Por outro lado, é também um catalisador dos movimentos do presente. É uma plataforma para as organizações, associações e articulações que atuam no território conduzirem suas ações que, transversalmente, levam à preocupação com as gerações futuras. O Museu concentra e impulsiona a luta contra a perda dos rituais e narrativas e o constrangimento diário que crianças e jovens têm em relação à sua identidade indígena.

Enquanto canalizador, o Museu é uma oportunidade de encontro entre diferentes povos que buscam compartilhar suas idiossincrasias, mas, principalmente, fortalecer suas afinidades. Como catalisador, o Kuahi é um instrumento da luta por justiça e reconhecimento. O futuro do Museu se divide entre a certeza de seu enraizamento e a incerteza de sua manutenção. O Kuahi amanhã

depende de certos fluxos políticos que extrapolam a agência dos povos, mas esses nunca serão pacientes, pois não se colocam em posição de espera. Sabem o significado e a potência desse espaço meio museu, meio centro de referência, meio escola, meio aldeia.

Considerações finais

Neste artigo, exploramos o caso do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque a fim de discutir as formas pelas quais o museu, enquanto instituição ocidental criada em favor da constituição de memórias oficiais e pacificadas, é apropriado por povos indígenas. Trata-se de um exemplo de como esse espaço marcado pela homogeneidade pode ser ocupado e transformado em instrumento. O Museu Kuahi faz parte de um movimento de aproximação entre povos indígenas e museus (CURY, 2017) e, partindo das problemáticas vocalizadas por autoras e autores no campo da Museologia Social, mantivemos o foco nos compromissos sociais daquelas que constroem o Museu (GOUVEIA; CHAGAS, 2014). Ainda que parte da estrutura estatal, funciona como as outras organizações. Têm consciência da ambiguidade que é a identidade dupla de “ser indígena e ser Estado”, mas não há dúvidas sobre os seus compromissos e filiações. Assim como delimitaram Cury (2017) e Santos (2017b), o Kuahi aplica os princípios de outros museus indígenas, a saber: o protagonismo, a troca intergeracional e a centralidade do acervo.

O Kuahi responde às demandas dos povos indígenas no território. No passado, as provocações elaboradas junto com não indígenas mobilizaram o desejo pela criação de um museu capaz de proteger suas tradições e modos de fazer. Em sua construção, foi possível reunir os quatro povos para produzir uma narrativa museológica, traduzida no acervo e nas exposições, que comunicasse a diversidade e a união dos indígenas. A essa força canalizadora, somaram a potência catalisadora dos movimentos e organizações, incentivando o seu fortalecimento e pesquisas que alimentassem o próprio Museu. No presente, começam a enxergar os frutos de dez anos de mobilizações em favor da reabertura e da sua capacidade auto-organizativa. A juventude que o lidera introjetou o engajamento com as trocas e

responsabilidades intergeracionais e sabem que, mais do que guardar artefatos, o Museu é, ao mesmo tempo, decorrência e alavanca da luta indígena; uma conexão entre os de ontem e os de amanhã.

O futuro do Museu requer zelo, mas é alimentado pelos sonhos de um espaço que sirva para todos os indígenas se sentirem valorizados, fortalecidos e reconhecidos. O exemplo do Kuahi não tem a pretensão de ser representativo, mas acreditamos que pode instigar novos e velhos questionamentos sobre museus indígenas no Brasil. Afinal, como tanto enfatizamos, os museus indígenas são instrumentos e, por isso, respondem às idiossincrasias dos povos que o constroem e reconstróem. No Oiapoque, os Galibi Kali'na, os Galibi Marworno, os Karipuna e os Palikur souberam canalizar suas semelhanças e diferenças para catalisar iniciativas para sua sobrevivência coletiva, material e simbólica.

Notas

1 Muitas das citações utilizadas como referencial teórico vieram de materiais produzidos antes da ascensão do debate sobre a problematização do termo “índio” para se referir aos povos indígenas. Portanto, optou-se por negar o uso deste termo neste artigo, de forma a respeitar e botar em prática a forma como os indígenas envolvidos nesta pesquisa se auto identificam e identificam outros povos.

2 Atualmente, a pesquisadora Lux Vidal é Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 2016 e 2018, publicou como co-organizadora dois importantes livros sobre as tradições dos povos indígenas do Oiapoque (VIDAL *et al.*, 2016; VIDAL; LAVAL, 2018) e continua atuando como pesquisadora e assessora no Oiapoque e com os Xikrin do Cateté, no Pará.

Referências

ADAMS, Tony; BOCHNER, Arthur; ELLIS, Carolyn. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, v. 36, p. 273-290, 2011.

ALVES-SANTOS, Silvio. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

ANJOS, Anna. Base alimentar dos indígenas do Oiapoque, mandioca é ameaçada por pragas no Amapá. Disponível em: https://apublica.org/2023/08/base-alimentar-dos-indigenas-do-oiapoque-mandioca-e-ameacada-por-pragas-no-amapa/#_. Acesso em: 20 set. 2024.

BORGES, Zilma. Perspectivas territoriais na produção da Ação Pública entre Sociedade e Estado. **NAU Social**, v. 9, n. 17, 2018.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, 2002. p. 43 - 81.

CHAGAS, Mário; PIRES, Vladimir. Sociedade, museus e território. In: CHAGAS, M.; PIRES, V. (Org.). **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. p. 285-300. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

CONSELHO DE CACIQUES DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE. **Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque**. Iepé, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Políticas culturais e povos indígenas - uma introdução. In: CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro. (orgs.). **Políticas culturais e povos indígenas**. p. 9 - 24. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

CURY, Marília Xavier. Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos

comunicacionais em discussão. **Cadernos CIMEAC**, v. 7, n. 1, 2017, p. 184 - 211.

GOUVEIA, Inês; CHAGAS, Mário. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**. v. 27 n. 41: Museologia Social, p. 9-22. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Brasília: IBGE. 2022.

INGOLD, Tim. That's enough about ethnography!. **Hau: Journal of ethnographic theory**, v. 4, n. 1, p. 383-395, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2017.

PIRES, Vladimir; CHAGAS, Mário. Território, museus e sociedade. In: CHAGAS, M.; PIRES, V. (org.). **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. p. 9-26. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

REED-DANAHAY, Deborah.

Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social. New York: Routledge, 1997

SANTOS, Fabrício. **História do Museu Kuahi dos povos indígenas do Oiapoque**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) - Licenciatura Intercultural Indígena, Universidade Federal do Amapá. Oiapoque. 2013.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**. v. 19, 2002. p. 115 - 137.

SANTOS, Sinésia. **As Assembleias dos Povos Indígenas do Oiapoque (1976 - 2017)**. 2018, 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena) – Universidade Federal do Amapá, Oiapoque, 2018.

SANTOS, Suzenilson. Autogestão da memória: a experiência da museologia indígena entre os Kanindé no Ceará. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP**. n. 17, 2023, p. 101 - 116.

SANTOS, Suzenilson. **Um Museu Indígena como estratégia interdisciplinar de formação entre os Kanindé no Ceará**. 2021. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Redenção, Ceará, 2021.

SANTOS, Suzy. **Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas**. 2017. 768 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Suzy. Museus indígenas e a construção de museologias afirmativas. **Anais do VII Encontro Paulista "Questões indígenas e museus"**, 2017, p. 174 - 190.

SPINK, Peter. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. spe, p. 70–77, 2008.

STAKE, Robert. Qualitative case studies. In: DENZIN, Norman.; LINCOLN, Yvonna. (Eds.). **Strategies of qualitative inquiry**. Sage Publications: California. 445-454. 2005.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VIDAL, Lux; LAVAL, Pauline. (org.). **Peixes e Pesca**: Conhecimentos e Práticas entre os Povos Indígenas do Baixo Oiapoque, Amapá. São Paulo: Iepé, 2018.

VIDAL, Lux; LEVINHO, José; GRUPIONI, Luiz (org.). **A Presença do Invisível**: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque. Rio de Janeiro: Iepé, Museu do Índio, 2016.

VIDAL, Lux. O museu dos povos indígenas do Oiapoque - Kuahí - Gestão do Patrimônio Cultural pelos Povos Indígenas do Oiapoque, Amapá. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento, p. 109-115, 2008.

Chimurenga epistemologies: diasporic entanglements, colonial afterlives and the struggle of thinking other worlds

Epistemologias Chimurenga: complexidades diaspóricas, vidas coloniais posteriores e a luta para pensar outros mundos

Lennon Mhishi*

Roselyne Masamha**

Keywords: Chimurenga
Anticolonial
Epistemology

Abstract: This paper employs and engages with Chimurenga (the Shona word for the Zimbabwean war of liberation), as a decolonial approach from the Global South. In a move to a more holistic approach to scholarship on museums and heritage in Africa, Chimurenga as a site of resistance in direct response to colonial imposition – is examined in a broader context that expands beyond the limited conceptualisation of Chimurenga as simply political resistance fixed in time or history; but rather, as a philosophy that informs an epistemological understanding, an anticolonial epistemological gesture. Rather than focus on a museum/museums per se, we choose here to utilise indigenous ways of knowing as an approach that can be the foundation from which different approaches to material culture and belongings and processes and histories of museumization can be responded to.

Palavras-chave: Chimurenga
Anticolonial
Epistemologia

Resumo: Este artigo emprega e engaja-se com Chimurenga (a palavra Shona para a guerra de libertação do Zimbábue), como uma abordagem decolonial proveniente do Sul Global. Em uma mudança para uma abordagem mais holística aos estudos sobre museus e patrimônio na África, Chimurenga como um local de resistência em resposta direta à imposição colonial – é examinado além do contexto limitado de ser simplesmente uma forma de resistência política fixada no tempo ou na história; mas sim como uma filosofia que informa uma compreensão epistemológica, um gesto epistemológico anticolonial. Ao invés de focar em um museu/museus em si, escolhemos aqui utilizar formas de conhecimento originárias como uma abordagem que pode ser a base a partir da qual diferentes abordagens à cultura material e pertences e processos e histórias de musealização podem ser respondidas.

Recebido em 7 de outubro de 2024. Aprovado em 03 de dezembro de 2024.

Introduction

This discussion offers Chimurenga¹, the Shona² word for the Zimbabwean liberation struggle, as an anticolonial epistemological gesture and insurrectionary cognitive territory. To broaden scholarship on museums and heritage in Africa, Chimurenga as a site of resistance in direct response to colonial imposition – is examined beyond the limited context of simply being a form of political resistance fixed in time or history; but rather, as a

philosophy that informs an epistemological understanding. We examine the various meanings and applications of Chimurenga locally, globally and within the context of diaspora experiences; extending the focus from a museum/museums per se, we choose here, to utilise indigenous ways of knowing as an approach that can be the foundation from which different approaches to material culture, belongings, processes and histories of museumisation can be responded to.

* Dr Lennon Mhishi (Pitt Rivers Museum; University of Oxford) E-mail: lennon.mhishi@prm.ox.ac.uk

** Dra Roselyne Masamha (Engaged Consultancy Ltd) E-mail: engagedconsultancy@yahoo.com

Chimurenga in this context, represents how subjugated heritages and knowledges can re-emerge from a disqualified status within the knowledge hierarchy and become understood in their complexity.

We position, therefore, Chimurenga as a knowledge system in its own right which not only asserts visibility as more than merely a historical event, but additionally functions to reclaim identity as well as forging other possibilities of knowing and imagining the world from a different Zimbabwean, African, and consequently planetary place (at least in the sense of not speaking for or over a planet, but thinking in planetary terms, as well as being located within a wider relationality of planetary geographies and epistemological groundings).

We relate also to the work of (Rodney 1969), Rodney (1972) in the context of transnational experiences of coloniality.

A planetary position recognises the vast and enduring transnational histories of coloniality and how places and spaces across geographies are intertwined and implicated in these relations. Such a recognition also positions Chimurenga not as solely 'local' as will be evident, as it pertains to Zimbabwean history. Chimurenga is a node, a specific instantiation of the impulse towards some form of emancipation, manifest in the African struggles for land, sovereignty and self-determination, yet resonant and echoing throughout the planet for the dispossessed and marginalised, especially those bearing the brunt of enduring colonialities. This planetary position encapsulates, in other terms, where we know the world from, how we know, and thus shapes the claims to knowledge and authority, beyond the binaries of subjective/objective, local/global, amongst others. It is worth reiterating here, that Chimurenga is not in this way indigenous/traditional as it relates to the past, but as it exists as part of histories of resistance and refusal, premised on an appreciation of cosmologies and knowledges that exist and occupy a significant place in the lives of anticolonial thinking and practice in the present.

We argue, following Clapperton Chakanetsa Mavhunga, that *vanhu*³, as the category of the human in Shona, has always been adequate in

storying experiences of Black life in Zimbabwe. The encounter with the museum as the colonial, however, introduced different categories and conceptualisations that make universal claims of what constitutes the human, displacing *chivanhu*⁴ as an indigenous conceptualisation and cosmology of being human in non-linear ways. This coloniality also inserted *vanhu* into a global terrain characterised by hegemonic discourses, dominating and marginalising practices and narratives. In many ways, coloniality also thinned out *vanhu*'s experience of being human, imposing a bureaucratic rationality premised on extraction and expropriation, and ordering the world along the strict boundaries of alienating administrative and biopolitical technologies. This illustrates the multiple levels at which colonisation as a process operates, colonising even the concept of being human, subjecting all aspects of human life to a hierarchical structure which pushed indigenous people to the subhuman category (Ndlovu-Gatsheni, 2013). Furthermore, as a way of undermining the humanity of indigenous people, coloniality questioned their culture, their practices and their knowledge as a basis upon which to impose their own colonial knowledge. Subsequently, through the coloniality of power, then governing the state of affairs they [colonisers] had created; based on a refusal to acknowledge the co-presence of an established population, the refusal predicated on the paradigm of difference (Ndlovu-Gatsheni 2013). Chivanhu, in this process, thus becomes subservient to a coloniality bent on reshaping and deforming the cultural/spiritual, intellectual and epistemic, among others, bases of being and belonging of a people. Zeleza (1992) notes that, in relation to the universalism emanating from colonialism and the borrowings shaping African universities and intellectual positions:

The imported paradigms pervade all social science disciplines from economics and political science to sociology, psychology and history. Western realities, practices and values are taken as the normative standard....

For a long time this universalism also allowed sociologist and anthropologists to place African societies at the lower rung of a unilinear

evolutionary ladder on top of which was Europe (p. 21).

In tandem with Chimurenga epistemologies, Mavhunga advocates for an African self-reintellectualisation, a reassertion of vatema¹ as intellectual agents (Mavhunga 2017). This reintellectualisation demands not merely a return to some unblemished historical moment, with the associated romanticisations. It is a centering of the forms of living and knowing, the practices of how the human and non-human are understood to interact, the modes of invitation that cultivate different desirings, and reject imperial taxonomies. A reassertion of vatema chimes with Thomas Mapfumo's cry in the song Vanhu Vatema², or Bob Marley's in Africa Unite, stemming from that desire for transnational solidarities and affirmations of Black life across geographies. Although forging a different path towards other futures, Mavhunga's gesturing towards this reintellectualisation exists in other forms throughout decolonisation, especially in the realm of organised politics in Africa, with varied outcomes. Examples include Senghor in Senegal, Nkrumah in Ghana, Lumumba in Congo, Sankara in Burkina Faso, Mugabe in Zimbabwe, Nyerere in Tanzania and Kaunda in Zambia; the spread of these decolonial thinkers across a range of African countries, an illustration of longstanding and sustained intellectually informed refusals within the region.

The historical attempts at this reintellectualisation and reasserting vatema as intellectual agents, do come with a warning of its appropriations and misapplications. To argue for a Chimurenga epistemology is not to legitimise the collapsing of African dreams and livingness conducted in the name of Chimurenga. In terms of ownership and the will to power, Chimurenga, like any other refusal, can become harvested and deployed in the service of further depleting the struggles towards emancipation, and practiced in ways that are neither collective nor liberatory. In the contested terrain of political meaning and credential, histories of liberation and their possibilities can be stymied or recuperated through how they are practiced, for instance in the realms of organised

politics and other such movements. In the words of Bob Marley on Zimbabwe:

No more internal power struggle
We come together to overcome the little trouble
Soon we'll find out who is the real revolutionary
'Cause I don't want my people to be contrary....

To divide and rule could only tear us apart
In everyman's chest, mm - there beats a heart
So soon we'll find out who is the real revolutionaries
And I don't want my people to be tricked by mercenaries

Many attempts have since been made at articulating some of the contradictions and disillusionment following the attainment of what was then regarded as freedom, but has on many fronts not turned out to be so. The thrust here, not being to make attributions as to the sources and reasons of the so-called postcolonial crisis, but rather to exemplify some of the substantive walls run into as efforts are made to assert Chimurenga epistemologies. Stanley Nyamufukudza, in *To Skin a Skunk* (Nyamufukudza 2005), argues that

One of the disturbing black holes on the Zimbabwean social-cultural scene, which appears to absorb and completely obliterate all intellectual light, has been the longstanding absence of a serious non-partisan forum for discussion of cultural, social and even political and other issues. It is a situation that enlarges on and panders to our society's capacity for living comfortably with contradictions, lies and even deliberate mystification of perfectly explainable social phenomena.

Nyamufukudza's argument here is of course keenly contested, not least in terms of the idea of the obliteration of all intellectual light, but also the absence of a platform, when the platform may exist in a manner not legible to how it might have been understood historically, or in as coherent a fashion. What is useful for our purposes here is the pointer to larger political and ideological apparatus that shape intellectual currents, and how, in a society deeply shaped by Chimurenga in its various interpretations and appropriations, spaces for refusal and imagining different futures become limited - even as the very ideological and cosmological

foundations of Chimurenga are mobilised. These contradictions here are raised to alert one to the absence of purity, and the material ramifications of epistemological positions. This is precisely why epistemologies of gathering, solidarity and refusal are essential in both negating the deleterious impacts of coloniality and the attendant knowledge structures, and in building other lives. We acknowledge and seek to navigate in this context, the existence of Mbembe's 'negative moment' where new tensions arise while old ones remain unresolved (Mbembe 2015).

As an enduring oppression, coloniality then demands Chimurenga to be similarly enduring, if not as it has traditionally been understood, then as a progressing and adapting desiring of multiple freedoms, and a refusal of knowing the world, seeing the planet, through imperial lens. An act of defiance to perpetually being defined through the perspective of European thought. Chimurenga here also demands a deep discomfort with coloniality as normative knowledge practice, and the attendant hierarchies. A philosophy and practice of refusal must reject containers, and spill over, onto, and beyond. We approach this, as Zimbabweans inhabiting the elsewhere of 'diaspora' and ask: What can a recuperative Chimurenga epistemology offer us, as part of the wider work of resisting coloniality and freedom struggles in the South, foregrounding indigenous ways of knowing and being? Furthermore, advancing a critical theory based on African agency and rooted in the experiences of African people.

The elements of Chimurenga that we seek to explore, for this writing, can be divided into 3 main dimensions. Firstly, the historical, which examines the formative conditions of Chimurenga, the indigenous cosmologies from which it emanates and the fomenting of resistance to colonial oppression, marginalisation and dispossession. What other parallels of the use of indigenous cosmologies solidify the place of Chimurenga, for instance in other African countries and their uprisings against colonial rule. We relate here to other instances of colonial resistances such as; Nongqause amongst the Xhosa in South Africa, Maji Maji in Tanganyika

(Tanzania), the Mau Mau in Kenya, the Herero Uprising in Namibia, the Ethiopian resistance against Italian domination, amongst others. Outside Africa, there was resistance in Cuba, Russia, China informing a thinking outside of Anglo-American perspectives, giving insight into the geographies of power. We consider here, examples such as the Zapatista movement, the indigenous conflict in Chiapas, Mexico that not only provoked a domestic awareness of indigenous rights, visibility of the indigenous population as well as their self-determination, but ultimately global appreciation of their plight on matters of land, work, housing, food, health education, independence, liberty, justice and peace (Godelmann 2014). How do these histories as well as the suppressions of these histories continue to shape and inform our modern museological worlds?

Secondly, philosophical insights that accompany or derive from the historical circumstances that produce the current understanding of Chimurenga, especially within contexts of its popular cultural appropriations and commodifications, which may not recognise or extend the transformative and resistance ethos of Chimurenga. In sounding out epistemologies, it is important to explore the more nuanced dimensions of otherwise oversimplified concepts. We seek here to attend to the gap that Mavhunga identifies when he asserts,

None of the literature on Chimurenga grapples much with Chimurenga as idea and laboratory. Instead, it is treated as a specific historical episode (the 1960s–1970s war) in which a few-politicians-liberated everyone else (Mavhunga 2017, p. 46).

The struggles for land in Zimbabwe, and the post-2000 experiences of migration, crisis and difficult recoveries, emphasise the contested meanings of Chimurenga in the 'post-colony'. Again a reminder of the importance of thinking Chimurenga in complex ways that are not solely aligned with a singular politics - narrow forms of nationalism and nativist ideologies that are hidden beneath post-colonial African political leader statements and rhetoric about reversing colonial imbalances (Ndhlovu 2021). We contend that

patriotic discourse on the Zimbabwean war of liberation obfuscates the richness of Chimurenga. Therefore, we ask as a platform to engage with these additional dimensions, what is epistemological/museological, about Chimurenga? Why is it not brought into conversation with other sociologies? These are important questions as they broaden the categories with which we think the world with, away from the hegemonic, post-Enlightenment traditions that locate museums firmly in the habitus of empire. This chapter takes Chimurenga as a space;

from which a different, African story of *ruzivo*⁷ (knowledge), *kugadzira*⁸ (making), and *kusika*⁹ (creating) might be told. Read carefully, there seems no need to burden Chimurenga with externally assembled theoretical frameworks that render it illegible; Chimurenga speaks for itself from multiple indigenous archives of deep *chidzimbahwe* that are also philosophies (Mavhunga, 2017, p. 46).

As a counter-narrative to popular global discourse, Chimurenga creates a new space and possibilities for the theorising of a different form of knowledge that is new and that goes beyond merely countering or opposing Western knowledge, to producing an alternative way of representation that is distinctly merited in its own right. Therefore, not just new knowledge but new ways of producing knowledge and more creative ways of thinking of alternatives. Moving beyond questions of inclusion to centering these worlds as composed of knowledge, as centres and sustained structural shifts. Mapara (2009) links this to identity by arguing that these new insights and ‘new’ knowledge systems go beyond just a quest of a people who want to bring their knowledge to the attention of the global membership, but are additionally about reclaiming identity and asserting visibility.

Thirdly, how does an understanding of Chimurenga inform our contemporary world, future thinking and museum work? In this apocalypse desiring and rendering moment, faced with environmental degradation, increased precarity and the algorithmic life of surveillance, discipline and punishment - can Chimurenga offer us the possibilities not just of refusing this world as it has

come to be, but building alternate ones. How does one resist code? We engage her with other thinkers’ attempts to draw meaning informed by occupying a different position to the dominant narratives (McKittrick 2014, Noble 2018, Nyabola 2018, Benjamin 2019). The colonial, as domination and collapsing of ecologies, must then also be resisted at the level of building different codes, affirming life, and cultivating different desires (Gilmore 2002). What else is there that is not deleterious accumulation, extraction and expropriation, that can gesture towards a different relationality, other forms of solidarity, care, of love as a turning away from, a shifting, an affirmation of (Black) life?

Chimurenga as fecund ground, comes to stand with, and for the different forms of anticolonial practice that endure across boundaries, that skip, subvert, swim across, dance around, the border. Yet again, as epistemic delinquency, a necessary disobedience, masking and unmasking, a masquerade, a play at guerilla knowledge. To also hold close, and secret, for is it then Chimurenga if it is known in its entirety? As Wole Soyinka said of Senghor’s Negritude, a tiger does not claim its tigritude, it pounces! Chimurenga, therefore functions as African/Black method as proposed by (McKittrick 2021), performing the task of creating a liminal space to rethink and undo colonial logics whose purpose was to extract, exploit, exclude and own. Instead to present alternative methodologies informed by rich histories across multiple sites.

What is Chimurenga to us?

Chimurenga is a word in the Shona language which loosely translates to the Zimbabwean war of liberation or revolutionary struggle against colonial rule. *Umvukela*¹⁰ in *Ndebele*¹¹, translating to ‘against settler colonialism’. In this context, history records the First Chimurenga (1896-1900) as a resistance against British encroachment that had seen the Ndebele people of the Matebeleland region of Zimbabwe lose their cattle, wives and land. The legacy of this first Chimurenga inspired the Second Chimurenga (1971-1979) which was the struggle for independence against the Rhodesian State. The

word Chimurenga has since been used to describe monumental shifts in Zimbabwe like the fast-track land reform program under Robert Mugabe in the 2000s, sometimes referred to as the 'Third Chimurenga'. Beyond these somewhat surface translations, locked within a specific time period, Chimurenga has much deeper meanings across multiple and complex dimensions.

This paper explores the textured meanings of Chimurenga, its philosophical and epistemic groundings in the context of an African understanding. In so doing, we bring into sharp focus what happens in translation, what elements are lost and more so what erasures occur and with what consequence. In bringing into discussion the multiple elements of Chimurenga we are also pushing back against the colonial construct of dictating that everything should be contained within a single rigid definition. We instead contend that complex concepts should be reflected through multiple definitions. Bleakley and Cleland (2015) in their work on thinking with complexity, posited that complex systems cannot be fully understood by an analysis of their parts as the interactions between these parts and the consequences of these interactions are equally significant. They further outlined that non-linear problems cannot be broken up into little pieces and solved individually to be brought back together to make a complete solution but rather that they must be understood within the context of their complexity. Opara (2021) further affirms that meaning shifts depending on amongst others, sociopolitical, geographical and epistemological positionality. We endeavour therefore to recover and retain the loss of texture and complexity in the translation, going beyond time and space and engaging with multiple disciplines to inform a rounded articulation.

Our discussion is also geared towards the possibilities of museological thinking unbounded from, and by historical centres of what has hitherto been considered universal thought. Thinking the world from the site of Chimurenga implicates us in the historical work and conversations on African and Black world-making, rebellion, revolt, refusal and resistance, indigenous cosmologies and the unfinished nature of liberation. Against this background, we locate our contribution in the larger

frame of conversations on decolonisation, yet simultaneously hesitant to limit the conceptual and material potency of Chimurenga.

Chimurenga as a site for resistance in direct response to colonial imposition

The history of the colonial experience, at least in Zimbabwe, is not a history of acquiescence. The same can be said of other African countries, and in other parts of the world subject to colonial oppression. This is a history of refusal, rebellion and resistance at the imposition of alien ways of life, at dispossession and marginalisation, and the abjection of life as a colonial subject.

Zimbabwe's history of liberatory politics is entwined with aspects of traditional/indigenous cosmology that also function here as epistemic groundings. Foundational to the recognition that the colonial was a project of material as well as spiritual dispossession, *vadzimu*¹², *svikiro*¹³ and the shrines of local religious and political practice became sites for the articulation of freedom dreams, *rusununguko*¹⁴. This implied the multiple forms of capture, *kusungwa nekusungikana*¹⁵, forms of arrest and constriction, performed by technologies of everyday bordering, (the keep, reserve, Native Reserves, *kumaruzevha*¹⁶, and Native Areas, the Land Apportionment Act of 1930 and the Land Husbandry Act of 1951, for instance) that the land and its peoples had been subjected to, collapsing long-standing traditions of human-animal-non-human relations. The legitimisation of the colonial structure and its functions also came, unsurprisingly, from the disciplining of the knowledge of the 'native', establishing ordered categories of worlds inhabited by the 'natives', and shaping how they would be understood and understand themselves. The Southern Rhodesia Native Affairs Department Annual (Howman 1954) is an example of a colonial publication that sought to define 'natives' and their function. These kinds of 'knowledge' produce the museological as the colonial, becoming instrumental in how museums (and anthropological/ethnographic) understanding and knowledge develop.

Bakshi, Jivraj et al. (2016) highlights that political independence from colonisers does not mean the end of coloniality; coloniality crucially remains as a 'socio-epistemic formation' that organises knowledge and experience. Socio-epistemic formation refers to how a knowledge environment is structured by various social practices that dictate the acquisition, processing, transmission, and assessment of information (Goldman 2010). Africa, like other places in the world, had its own Indigenous Knowledge Systems (IKS) which served to facilitate societal cohesion and functioned as the communicative processes through which knowledge was transmitted, preserved, and acquired by the community. Altieri (1995) identifies IKS simply as knowledges originating locally and naturally. Mapara (2009) advances this by stating that IKS are bodies of knowledge of the indigenous people of particular geographical areas that have survived on for a very long time, developed through the processes of acculturation and kinship relationships that societal groups form. These are then handed down through oral tradition and cultural practices, such as rituals and rites. The colonial process, however, sought to override the existing IKS by branding them as primitive and backward (Mawere 2010). Spivak (1999) proposed that colonialism was part of a Eurocentric expansion of modes of knowing that claimed universality therefore positioning other knowledge as inferior. The colonisers, in their embodiment of superiority, asserted new social practices that set particular knowledge expectations between members of a community. These new knowledge expectations were then set as the norms that governed the knowledge validation and exchange processes of that community. Furthermore, the colonial context established through its superiority-based hierarchies a system whereby communities were led to draw information from superiors as opposed to acquiring knowledge through directly interacting with a knowledge environment themselves.

The centrality of the land as *animus* for Chimurenga is evidenced, for instance, in the words of Herbert Chitepo¹⁷

I could go into the whole theories of discrimination in legislation, in residency, in economic opportunities, in education. I could go into that, but I will restrict myself to the question of land because I think this is very basic. To us the essence of exploitation, the essence of white domination, is domination over land. That is the real issue.

Paradza(2021) explores the complex nature of land, making Chimurenga in the context of a fight against dispossession, a struggle across multiple planes. Outside the economic value of land, Paradza articulates the social meaning of land as a place of; belonging, residence, memory, site for ritual performance, interconnectedness with ancestry. From a political perspective, access to land enables participation in decision making, from an economic perspective – an avenue to relieving poverty. In this sense the resistance colonial acquisition of land was with recognition of these layered meanings and values of land.

More importantly, African traditional religions operated in the social system in which the land was an ancestral common, which defined people's cultural identity. In this regard, the implementation of indirect rule and its social injustices led to the contestation of power between the colonial authorities, chiefs and spirit mediums. This ... is analyzed from a social movement theoretical frame—arguing that spirit mediums served as movement intellectuals, who crafted strategies for rebellions against colonialism. (Kaoma, 2016).

These rebellions were compounded by the complex transitions and colonial imposition of taxes, forced labor, land grabs and other oppressive laws. It is important to add that in this cosmological dimension, land carries religious value and meaning. Being the sacred residence of the ancestors, land is a sacred common that links the living to one another, ancestors, other spiritual forces and ultimately to *Mwari - Musikavanhu*¹⁸ (God). In this regard, land is not only the locus of social interactions, but spiritual too. Thus, the expulsion of Africans from their ancestral lands, imposed taxes and rapid social change led to further social and religious insecurity.

We examine also, following Mavhunga, Chimurenga as a legitimate anticolonial struggle and historical genealogy. One of the most interesting features of the precolonial vedzimbahwe¹⁹ concerns their tendency to build their homesteads on hilltops and to fight their enemies from the rocks. The arming of mountains was born out of thorough knowledge of the locale. Passes, caves, and highest points were known, with ambush positions carefully prepared in the camouflaged cliff overhangs overlooking the passes below. The caves were turned into bunkers, stashed with provisions to sustain the occupants for several moons if necessary. The high points were turned into sentinel positions to spot the enemy from afar. It was a common chidzimbahwe practice for chiefs or kings to settle their most trusted vassals—or cowards—on strategic hilltop settlements and near likely enemy approach routes to act as *nharirire*²⁰ (Mavhunga, 2017, p.52).

Chimurenga refers to means and ways of defending or fighting among vedzimbahwe (those of the houses of stone, dzimba dzemabwe or dzimbahwe), who since colonial times have been called the Shona. Dzimbahwe (or dzimbabwe, single imba yebwe [house of stone]) are the structure after which the country Zimbabwe (a big house of stone) is named, in homage to Great Zimbabwe, the biggest such complex (Mavhunga, 2017, p.45).

In other words, Chimurenga must be repositioned for enquiry as a site of creative work that did not start in 1896 or in the 1960s. Seen as such, it becomes an interesting space from which to make some critical interventions into the question of innovation.

In addition to Chimurenga being a resistance to colonial settlers, displacement and death; it was a refusal additionally informed by an understanding of the world(reworlding), of indigenous ecologies and balances, of the impact of settler practices on land, on water collapse, on transnational/regional connections. The impact of settler practices also resulted in indigenous peoples encountering the anthropological/ ethnographic as the colonial. If Chimurenga embodies anticolonial refusals and resistances, then we must also ask what it means to rub this against the grain of what museums, culture

and heritage have existed as, within a coloniality of understanding and existence. Much like anthropology, the disciplines as transposed onto many African contexts have sought to construct 'culture', ways of life and knowing and being, and the African peoples as problems, or potential problems to be solved. How do we understand these people and their social issues in order to discipline and govern them (Nhemachena, Mlambo et al. 2016). What would a museology that is founded on a liberatory praxis, a Chimurenga epistemology, seek to theorise and be in concert, even if at odds in moments, with the peoples that have been historically pathologised, and turned into objects or subjects of study? What Césaire (2001) referred to as 'thingification', a loss of personhood resulting in black people being looked upon as non-human.

In other words, how can one wrestle the machinations, conceptually, theoretically and in practice, of disciplining and the exertion of intellectual resource on the cultivation of ideas of knowledge and the world premised on domination and oppression, using Chimurenga as one of the avenues to mobilise desire for different ways of thinking anti-colonially? Coloniality, as moment, condition and ongoing process can in effect then not be countered as solely overdetermining, or capable of being surpassed, but rather as part of the frictions of the present, in how histories and their ramifications in the present are contested. Away from a binary non-meditation on what possibilities Chimurenga may offer us in the first instance.

Spiritual and gender dimensions within indigenous cosmologies

One of the most prominent features of the Zimbabwean liberation struggle was the power of the traditional religious leaders, *vana sekuru*²¹ (which literally translates to old/elderly men). They held a special position in the psyche of the freedom fighters. *Murenga* (from which Chimurenga is drawn) represents the value attributed to spirit mediums, a sacred ancestor of the people who mediated on their behalf to the gods (Chung 2006). This practice of connection with the spiritual realm in itself is a refusal to be known in flippant and

disrespectful ways. From the 1890s, when whites first entered the country, traditional religious leaders had opposed colonialism and were instrumental in organising opposition to it. One of the key messages of the spirit mediums was that the ancestral spirits fully supported the struggle to regain the land. Freedom fighters firmly believed that they were protected by the ancestral spirits, because the ancestral spirits were committed to ensuring that the land be returned to its rightful owners.

Even though through direct translation *sekuru* means old/elderly man, there were an equal number of female spirit mediums, as the religion appeared to collapse the gender binaries that might have been practiced as fixed in other aspects of sociality. These spirit mediums, who in everyday life would be regarded as women, occupied positions of power and authority in ways that both made gender, in some sense, 'fluid', whilst also negating the assumed hierarchies, especially in etic positions, that would position women as subservient, and low on a gender hierarchy premised on patriarchal relations. One of the main leaders in the first war against colonialism in the 1890s (first Chimurenga) was Nehanda, a woman of outstanding religious and political leadership (Chung 2006). Following the forcible seizure of land, a woman leader as the spirit medium is seen rising to the occasion inspiring, directing, commanding and leading men in the battle against the enemy. Nehanda Nyakasikana, appears in the war annals of post-colonial Zimbabwe as the first war heroine and martyr. To this day Mbuya neHanda remains one of the most regarded mediums (Ndlovu-Gatsheni 2005). She did not lead just a battalion or regional army but a national army in a national struggle for the overthrow of Company rule (British South Africa Company, BSAC, instigated by Cecil John Rhodes, who is yet to fall) and recovery of the land. She was defiant and obdurate to the end, refusing to compromise and subject herself to a process exacting her penitence for a just Liberation War she had proudly, valiantly and justifiably fought.

Nehanda was a distinct and exceptional character who rose to revolutionary ascendancy, not by mere display of leadership qualities such as her command, courage, bravery and planning ability, but by principally her spiritual power as a spirit

medium (Writings and Documents from ZANU and the ZANU Women's League 1974-1979). A famous song reflecting her contribution, still alive in many spaces –

Mbuya Nehanda kufa vachitaura shuwa, kuti tinotora sei nyika. Shoko rimwe ravakatiudza, tora gidi uzvitonge (Translation - She died working out a strategy to get the country back to black majority rule and she instructed, take the gun to rule yourselves- be in charge of your own destiny).

Mbuya Nehanda and Sekuru Kaguvi were hung in 1898 at the height of the white colonial occupation, which they fiercely fought against (Beach 1998). Their heads were brought to Britain and kept as war trophies in London museums, to date, longstanding and continuous campaigns are still ongoing for their remains as well as the skulls of 27 other early revolutionaries and a sacred talking rod to be repatriated back to Zimbabwe. In 2021, a statue of Mbuya neHanda was commissioned and erected in Harare, the capital city of Zimbabwe (Gershon 2021) as contemporary recognition of her leadership as part of Chimurenga. The use of her statue to mark a public space, brings the historical struggle into the modern-day space and the political appropriations in the present, against the diminishing of the role of women in the liberation struggle. Mbuya Nehanda's statue and the conversations that it stimulated also serve to evoke a rethinking of resistance and refusal beyond fixed historical moments. It is an exercise in refusing disposability, beckoning different ways of relating and solidarity.

Ndebele Queen Lozikeyi Dlodlo also played a significant role in the Anglo-Matebele war in 1896 as both a leader as well as an inspirational figure to fighting warriors reclaiming land from the oppressive colonial system. These women amongst other liberation heroines represent an entrenching of practices of refusal as processual and ongoing, iterative and founded on ideological foundations around reclamation and notions of futurity. Her contribution and that of other women and spirit mediums, both in person and symbolically reflects the spiritual and predictive elements of Chimurenga

sociologies – a telling not just of the struggles of the past and their character, but of the struggles of the world to come. An account of vision, a seeing of the coming of oppression, and a forewarning.

The colonial system which was superimposed upon the traditional system created for the woman two levels of oppression - that of traditional society as the first level and that of the political and socio-economic system suffered by both the man and the woman as the second level. The grievances generated by the colonial system were shared by all members of the African community. Hence the need that arose for men and women together as equals under oppression to join hands in the common struggle for national liberation. The national struggle, therefore, especially at its higher level, when it became armed national struggle, became as much a process towards the liberation of the nation as towards the emancipation of the woman. Women proved to be more active than men in their political organisational work. In the urban townships, the women and the youth were the most dependable pressure groups for mobilising support showing more determination and resolve (Writings and Documents from ZANU and the ZANU Women's League 1974-1979).

Women continue(d) to have an active role in freedom struggles and freedom dreams, often articulating their struggles through writing (Khan 2018). Within their writing they assert a clear understanding of the enduring nature of coloniality. Although songs and poetry are generically related, the songs from the war served a single immediate purpose of encouraging the execution of the war, while the poems allowed the poets a fair share of individual exploration of both official and unofficial perspectives of people in Chimurenga. Thus, while songs effectively dwell on the immediate business of the war, the poems have the luxury of space to pontificate, establish philosophies and even quarrel with the very idea of Chimurenga itself (Chirere and Mhandu 2008). Freedom Nyamubaya (Nyamubaya 1986), a well-known female operation commander and poet wrote:

Now that I have put my gun down
For almost obvious reasons
The enemy still is here invisible

My barrel has no definite target

Now

Let my hands work - My mouth sing - My pencil write

About the same things my bullet aimed at.

Chimurenga as Genre

Chimurenga manifested as and through music popularised by Africans during the struggle for independence in Zimbabwe in the 1970s. Chimurenga music was the creation of freedom fighters resisting domination through colonialism, an artistic expression of freedom dreams. War songs played a pivotal role during the struggle for independence in Zimbabwe provoking people's thoughts, feelings and mood to fight for the liberation of the country. Slogans, songs and music that were sung and performed during the war of liberation, instilled hope in both the liberation fighters and the masses as they gave them the strength to continue fighting until the attainment of independence. Both male and female combatants viewed the liberation songs as an effective weapon with which to fight the Smith regime because of the song's capacity to mock the oppressive Rhodesian system; to inspire combatants during training sessions; to revive the fighting spirit of comrades; and to articulate the aims and objectives of the armed struggle to the masses (Rwafa, 2011a; Rwafa, 2011b).

The war songs that were inextricably linked to the hard-fought struggle were the bedrock or cornerstone in boosting the fighters' morale. Thomas Mapfumo's²² words had succored a people wracked by a century of invasion, theft, cultural sabotage, brutality and despotism. During the bloody struggle for independence in the 1970s, Mapfumo's sinewy songs had told Zimbabweans who they were—farmers, fighters and artists, rightful inheritors of a stolen African pastoral (Hove 2016) (p1). Similarly other influential singers such as Stella Chiweshe, Chinx, Kasongo, Mutukudzi, Munhumumwe and Four Brothers, Bhundu Boys produced music that served as inspiration and motivation for resistance to colonial imposition. Songs of liberation dominated Zimbabwean music as expressions of struggle. ZANLA²³ and ZIPRA²⁴

Revolutionary choirs (Matiza and Mutasa 2020) and songs such as *Maruza imi* (you have lost), archive of resistance in music (Pfukwa 2008).

Outside of this specific liberation struggle moment, Chimurenga music was also protest and critique of the oppression of women within African society. Although Chimurenga music emerged in the context of liberation struggles, following independence, Chimurenga music has criticised corruption, poor governance and leadership. Post-independence Zimbabwean singers with varying levels of political consciousness and employing different linguistic strategies have created different ways of naming reality through alternative versions of Chimurenga music (Vambe 2011). Zimbabwean musicians demonstrated that attempts to generate a local discourse of freedom in the era of globalisation and corporate organisations that control the production and distribution of Chimurenga music produce not one version of Chimurenga music, but multiple versions (and sub/versions) of Chimurenga music that confirm, collude, overlap and contradict each other in their ways of naming the post-independence Zimbabwean reality (Vambe 2011). Music was also a site of pan-African solidarity with Congolese artists like Sam Mangwana, bands like OK Success that were in Zimbabwe singing about independence.

Bob Marley also sang Africa liberate Zimbabwe with the first verse;

Every man got a right to decide his own destiny
And in this judgement there is no partiality
So arm in arms, with arms, we'll fight this little struggle
'Cause that's the only way we can overcome our little trouble

The chorus expressed solidarity with the first for independence affirming with the words *'Brother, you're right, you're right, you're right, we gonna fight, fight for our rights'*

Chikowero (2015) asserts that, "it is this tradition of cultures of resistance that gave us the Chimurenga sensibility and musical genre in Zimbabwe", he traces the roots in his book *African Music, Power and Being in colonial Zimbabwe* (Chikowero 2015) to the moments and

continuums of encounters with the Portuguese and the British colonial mission from the 16th through to the 19th century. He continues to argue that, "the very act of refusing to abandon demonized spiritualities and criminalized musical cultures, and the wielding of the same to fight for self-liberation constituted, a culture of resistance that is a broadly shared African heritage." Song and spiritualities formed unassailable, transgenerational cultural technologies of self-liberation during the long, deep-time anti-colonial struggles, as amply documented during the First, and Second Chimurenga in Zimbabwe. His writing also traces the genealogies of these cultures, which earlier writings had misdated to the 1960s with the popularity of the music of Zexie Manatsa, Thomas Mapfumo, Abel Sithole, Cde Chinx and others, whose compositions emboldened and mobilized the spirit of the armed struggle that gave birth to Zimbabwe in 1980" (Chikowero 2015).

Chimurenga as diasporic sense-making?

The United Kingdom (UK) has a solid tradition of Black intellectual culture, although this may not be recognised or celebrated in equal measure. This culture is a product of a colonial history that leads to the convergence in Britain of Black people who share the experiences of oppression and marginalisation from the former colonies, to the structures and institutions that cultivate marginalisation and discrimination in the UK. Walter Rodney articulates these transnational circulations of anticolonial ideas in his writings – the groundings with my brothers (Rodney 1969).

In thinking these questions of Chimurenga in an elsewhere that is constitutive of relationships of empire and coloniality, it is useful to consider the question of mobility and diaspora. It is also important here to return to the point about refusing linear understandings of what possibilities museums hold. What has mobility meant in bringing varying ideas of other worlds into this supposed centre, and how do we articulate these sociologies of the elsewhere, in this elsewhere? Stuart Hall's cultural studies are formative here in offering different ways of reading identity, race and culture, and the wider

sociologies of race, immigration and belonging in the UK (Hall 1980).

The African diaspora in Britain reflects the diasporic entanglements and contradictions that characterise mobilities. Zimbabwean migration to the UK, against the background of Zimbabwe's socio-economic and political problems, and "international" isolation. Specific African solidarities emanating from liberation struggle, "struggle parties" in Southern Africa, juxtaposed with the obscene and grotesque of the post colony (Mbembe 2006) and the practices of the elites in the periphery. What are the implications, after the supposed independence of an African country having waged Chimurenga, in the aftermath of what was thought as decolonisation, that those hailing from such places head to what has been constructed as the centre due to the collapse of their freedom dreams? Outside armed struggle, what else are we struggling with? Epistemic injustice, poverty, inequality, climate justice, to mention but a few. Chimurenga in this space adopts new meanings as everyday struggle of living Black life in the elsewhere, as restorative, creating openings for a recuperative Chimurenga epistemology.

It is in this space, that Chimurenga music also re-emerges as motivation to resist contemporary dominations that Zimbabweans face within the diaspora. Oliver Mtukudzi - *Dada nerudzi rwako*²⁵ (take pride in your heritage and roots) particularly speaks to owning your presence and embracing your identity particularly in diaspora spaces, *dande*²⁶ as mythic home-related to diaspora. The histories and contemporary experiences of African and African diasporic resistance and refusals are also musical experiences - where rhythm, song and sound have functioned in multiple ways to provide soundtracks to the banalities of living with dispossession, and the work of finding beauty and Black livingness even in circumstances of abjection. Music also serves to mitigate the effects of what Ngũgĩ wa Thiong'o in his work on decolonising the mind, refers to as a 'cultural bomb' whose purpose was/is to annihilate people from their own identity (Wa Thiong'o 1992). Music also functions as negotiation of the conditions and tensions articulated by Ndlovu-Gatsheni (2013) who identified the impact of colonial matrices of power that produce alienated

Africans socialised into distancing themselves from the Africa that produced them, while attaching themselves to the Europe and America that rejects them.

Sound is ubiquitous, from the cries and yearnings for freedom by the enslaved, to the coded songs of hope and inspiration sung amid colonial oppression and socio-economic and political imperialism. If one of the tasks of colonialism, and consequently the enduring colonialities, is to alienate the colonised from indigenous forms of knowing and expression, as well as from life itself, then music, as spiritual, convivial, joyous and desiring, yet also ardent and strident, refuses to be bowed to these logics of the colonial.

We explore also the role of agency and the contribution of music and sound to agency. The constant adaptation and adjustments that come with diaspora living and how music plays a significant role in the navigation and negotiation of challenging situations, how the spirit of Chimurenga is evoked through music and encourages resilience and affirms identities which are often in flux in the elsewhere. Handley, Sturdy et al. (2006) affirmed that individuals maintain a sense of agency through adopting and adapting different types of participation and identity construction. Agency understood in this way develops from and through a position of constant negotiation of identities and situations. Understood this way, we also wish to consider Chimurenga as agency, as part of diasporic sense making, as anchoring, as struggle, as a method to achieve freedom dreams, as resolve and as community.

Chimurenga as an anticolonial epistemological gesture and a knowledge system

Traditional Eurocentric ideas around what constitutes knowledge, have dictated and continue to dictate how we arrive at what is understood as knowledge. Africans are often not situated within the knowledge and philosophical domain because of a lack of appreciation for the philosophies that inform their practices (Ndlovu-Gatsheni 2013, Chikowero 2015, Mavhunga 2018). Therefore,

Chimurenga is not considered globally as a philosophy that can inform an anthropological understanding (Nhemachena 2017). Chimurenga as insurrectionary cognitive territory can help to reshape the understanding of knowledge within a broader context. How do we gather the fragments of Chimurenga knowledges and practices in forging alternate sociologies? Particularly when the gathering and dissemination of knowledge itself is a Chimurenga. We return to the assertion that knowledge is constructed, not given; contextual, not absolute; fluid and not fixed.

In the context of climate catastrophe and continuing indigenous struggles over land, Chimurenga remains an important site of possibility for cultivating different ways of being and relating. We see how, for example, the spirit mediums in the context of Chimurenga struggle governed over the environment by forbidding the cutting down of trees, insisting on firewood being sought only from dead trees; how killing of wild animals was prohibited (Chung 2006). In this sense, their awareness of issues of sustainability clear way before 'Western' present day championing of sustainability. What Chimurenga historically emphasised, and holds for museological and cultural thinking in the present, is the inextricable link of the ideological, hegemonic functions of coloniality to the materialities that ensue, or that are integral to its production. Coloniality and the attendant corollaries in racism, marginalisation and disposability, demands the cosmological, epistemic confrontation as much as it demands a reckoning with the material conditions engendered, and the converse also being the case.

Thinking relationally in the way Chimurenga invites us to recognise how we are positioned in relation to people and communities and how power is constituted and impinges on us. Conceptually, Chimurenga undertakes the important function of gesturing towards the possibilities of refusing dominant theoretical formulations that operate as if African ways of knowing and being are additional, or should be included as an exercise of intellectual benevolence or reflexivity. Ndlovu-Gatsheni (2013) names this the task of undoing cognitive empire, which in the same way invades the mental universe.

He reminds us that colonialism is not all over but rather that is all over.

Looking to the future

Where do we go from here? It is easier to offer a bleak ending, a forewarning, as with the vision of the Chimurengas, of tragedy and endings, climatic and otherwise. Particularly prescient in the face of challenges of mobility, global capitalism and inequality. Linda Tuhwai Smith reminds us that research for social justice improves the conditions for justice; it is an exercise of intellectual, cognitive and moral engagement, often fraught, never complete, but worthwhile (Smith 1999). It is also hopeful to be thinking and acting with others in this moment who are committed to working towards different relations and planetary renewal, establishing ways of relating. To take this as an invitation to live into the present embracing multiple planetary sociologies, understanding them as interanimated rather than separate and hierarchised, forcibly recruited into hegemonic structures. Drawing understanding from unlikely sources, outside hegemonic disciplinary bounds. Ngugi waThiong'o draws our attention to the richness that results from embracing multiple perspectives when he stated,

When you crush hierarchy, and replace it with network, then the cultures held in the different languages generate oxygen. They cross-fertilize. Cultures are able to breathe life into each other. Every culture should be taught with a nod to other cultures... They are all very exciting and it is not necessary to put them in a hierarchical relationship to each other. Let them network (Tanuj, 2017).

We are in this moment presented with a liminal space - a transformative space, where meanings and established beliefs can be renegotiated (Gruenewald 2003), an opportunity for a transition to new ways of thinking and acting. We position therefore Chimurenga as an active stand against omission and absence to bring about a commitment

to what Mbembe (2015) refers to as pedagogies of presence.

Notes

- 1 Chimurenga- Zimbabwean war of liberation
- 2 Shona - one of the indigenous languages of Zimbabwe spoken by the majority of the population
- 3 Vanhu – Human beings in the Shona language
- 4 Chivanhu – being Human
- 5 Vatemala – black identity
- 6 Vanhu vatema – black people
- 7 Ruzivo - knowledge
- 8 Kugadzira - making
- 9 Kusika - creating
- 10 Umvukela – against settler colonialism
- 11 Ndebele is one of the indigenous languages of Zimbabwe
- 12 Vadzimu - ancestors
- 13 Svikiro – spirit medium
- 14 Rusununguko - liberation
- 15 Kusungwa nekusungikana - Arrest and constriction
- 16 Kumaruzevha – Native Reserves
- 17 Herbert Chitepo led the Zimbabwe African National Union (ZANU) until his assassination in 1975
- 18 Mwari, Musikavanhu - God
- 19 Vedzimbahwe – those of the houses of stone
- 20 Nharire - sentinels
- 21 Vana sekuru – although this would literally translate to old/elderly men, it references in this instance position of traditional and spiritual authority that are not necessarily age or gender based, as evidenced by women and men of younger age occupying these categories
- 22 Thomas Mapfumo is a popular Zimbabwean musician whose music had significant political influence
- 23 ZANLA - Zimbabwe African National Liberation Army
- 24 ZIPRA- Zimbabwe People's Revolutionary Army
- 25 Dada nerudzi rwako – take pride in your heritage and roots
- 26 Dande – 'Home'

References

ALTIERI, Miguel. **Agroecology**: The science of sustainable agriculture. Boulder: Westview Press, 1955.

BAKSHI, Sandeep; JIVRAJ, Suhraiya; POSOCCO, S. **Decolonizing sexualities**: Transnational perspectives, critical interventions. Oxford: Counterpress Oxford, 2016.

BEACH, David. An innocent woman, unjustly accused? Charwe, medium of the Nehanda Mhondoro spirit, and the 1896–97 Central Shona rising in Zimbabwe. **History in Africa**, v. 25, p. 27-54, 1998.

BENJAMIN, Ruha. **Race after technology**: Abolitionist tools for the new jim code. Oxford: Social Forces, 2019.

BLEAKLEY, Alan; CLELAND, Jennifer. Sticking with messy realities: How 'thinking with complexity' can inform healthcare education research. **Researching medical education**, v. 1 p. 81-92, 2015.

CÉSAIRE, Aime. **Discourse on colonialism**. New York: New York University Press, 2001.

CHIKOWERO, Mhoze. **African music, power, and being in colonial Zimbabwe**. Bloomington, Indiana University Press, 2015.

CHIRERE, Memory; MHANDU, E. Songs that won the war of liberation and poems that grapple with the war and its aftermath. **Muziki**, v. 5, n. 2, p. 271-283, 2008.

CHUNG, Fay. **Re-living the Second Chimurenga**: Memories from the liberation struggle in Zimbabwe. Oxford: African Books Collective, 2006.

GERSHON, Livia. **Spiritual Medium Mbuya Nehanda Defied Colonialists in 19th-Century**

Zimbabwe: A newly unveiled statue in the African country's capital honors an icon of resistance against British imperialism. 2021. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/smart-news/zimbabwe-unveils-statue-anti-colonial-leader-mbuya-nehanda-180977835/>>. Acesso em: setembro de 2024.

GILMORE, Ruth Wilson Fatal couplings of power and difference: Notes on racism and geography. **The professional geographer**, v. 54, n.1, p. 15-24, 2002.

GODELMANN, Iker Reys. **The zapatista movement: The fight for indigenous rights in Mexico**. 2014. Disponível em: <<https://www.internationalaffairs.org.au/news-item/the-zapatista-movement-the-fight-for-indigenous-rights-in-mexico/>>. Acesso em: Setembro de 2024.

GOLDMAN, Alvin. Why social epistemology is real epistemology. In: HADDOCK, Adrian; MILLAR, Alan; PRITCHARD, Duncan (Orgs.). **Social Epistemology**. Oxford: Oxford Academy Press, 2010, p. 1-28.

GRUENEWALD, David The best of both worlds: A critical pedagogy of place. **Educational researcher**, v. 32 n.4, p. 3-12, 2003.

HALL, Stuart. Cultural studies: Two paradigms. **Media, culture & society**, v. 2, n.1, p. 57-72, 1980.

HANDLEY, Karen; STURDY, Andrew; FINCHAM, R.; CLARK, T. Within and beyond communities of practice: Making sense of learning through participation, identity and practice. **Journal of management studies**, v. 43, n. 3, p. 641-653, 2006.

HOVE, Mediel. Lion Songs: Thomas Mapfumo and the Music that Made Zimbabwe. **African Studies Quarterly**, v. 16, n. 3, p. 190-191, 2016.

HOWMAN, R. The native affairs department and the African. **Nada: The Southern Rhodesia Native Affairs Department Annual**, v. 31, p. 42-49, 1954.

KAOMA, Kapya John African Religion and Colonial Rebellion: The Contestation of Power in Colonial Zimbabwe's Chimurenga of 1896-1897. **Journal for the Study of Religion**, v. 29, n. 1, p. 57-84, 2016.

KHAN, Khatija Bibi. Girls of War and Echoes of Liberation: Engaging Female Voices through Chimurenga Songs about Zimbabwe's Armed Struggle. **Muziki**, v. 15, n. 1, p. 58-67.

MAPARA, Jacob. Indigenous knowledge systems in Zimbabwe: Juxtaposing postcolonial theory. **Journal of Pan African Studies**, v. 3, n.1, p. 139-155, 2009.

MATIZA, Vimbai; MUTASA, David. War songs and hope during the Second Chimurenga in Zimbabwe: a critical discourse analysis approach. **South African Journal of African Languages**, v. 40, n. 3, p. 351-357, 2020.

MAVHUNGA, Clapperton Chakanetsa. The language of science, technology, and innovation: A Chimurenga way of seeing from Dzimbahwe. In: MAVHUBGA, Clapperton Chakanetsa. **What do science, technology, and innovation mean from Africa**. Cambridge: MIT PRESS, 2017, p. 45-62.

MAVHUNGA, Clapperton Chakanetsa. **The mobile workshop: the tsetse fly and African**

knowledge production. Cambridge: MIT Press, 2018.

MAWERE, Munyaradzi. Indigenous knowledge systems' (IKSs) potential for establishing a moral, virtuous society: Lessons from selected IKSs in Zimbabwe and Mozambique. **Journal of Sustainable Development in Africa**, v. 12, n. 7, p. 209-221, 2010.

MBEMBE, Achille. The Banality of Power and the Aesthetics of Vulgarity in the Postcolony. In: SHARMA, Aradhan; GUPTA, Akhil. **The Anthropology of the State: a reader.** Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p.11 381-400.

MBEMBE, A. "Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive". 2015.

MCKITTRICK, Katherine. Mathematics black life. **The Black Scholar**, v. 44, n. 2, p. 16-28, 2014.

MCKITTRICK, Katherine. **Dear science and other stories.** Durham: Duke University Press, 2021.

NDHLOVU, Finex. Reading Robert Mugabe Through the Third Chimurenga: Language, Discourse, Exclusion. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 34, n. 1, p. 85-103, 2021.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo. Can Women's Voices be recovered from the Past? Grappling with the Absence of Women Voices in Pre-Colonial History of Zimbabwe. **Wagadu**, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2005.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo. **Coloniality of power in postcolonial Africa**, African Books Collective. Dakar: Codesria, 2013.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo. **Empire, global coloniality and African subjectivity.** Berghahn Books. Camaroon: Langaa RPCIG, 2017.

NNHEMACHENA, Artwell. **Relationality and Resilience in a Not So Relational World?: Knowledge, Chivanhu and (De-) Coloniality in 21st Century Conflict-Torn Zimbabwe.** Camaroon: Langaa RPCIG, 2017.

NHEMACHENA, Artwell; KAUNDJUA, Maria. The notion of the "field" and the practices of researching and writing Africa: towards decolonial praxis. **Africology: The Journal of Pan African Studies**, v. 9, n. 7, p. 15-36, 2016.

NOBLE, Safiya. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism.** New York: New York University Press, 2018.

NYABOLA, Nanjala. **Digital democracy, analogue politics: How the Internet era is transforming politics in Kenya.** Londres: Zed Books Ltd, 2018.

NYAMFUKUDZA, Stanley. (2005). To Skin a Skunk: some observations on Zimbabwe's intellectual development. In: PALMBERG, Mai; PRIMORAC, R (Orgs). **Skinning the Skunk-Facing Zimbabwean Futures.** Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet Discussion Papers 30, 2005, p. 16-25.

NYAMUBAYA, Freedom. **On the road again: Poems during and after the national liberation of Zimbabwe.** Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986.

PFUKWA, Charles. Black September et al: Chimurenga Songs as historical narratives in The Zimbabwean liberation war. **Muziki**, v. 5, n. 1, p. 30-61, 2008.

RODNEY, Walter. **The Groundings with My Brothers**. Londres: Bogle-L'Ouverture Publications, 1969.

RODNEY, Walter. **How Europe Underdeveloped Africa**. Dar-es-Salaam: London, Bogle-L'Ouverture and Dar-es-Salaam, Tanzania Publishing House, 1972..

RWABA, U. Media and development: The politics of framing gender struggles in the postcolonial zimbabwean shona films. **Journal of literary studies**, v. 27, n. 3, p. 39-55, 2011a.

RWABA, Urther. Song and the Zimbabwean film, Flame (1996). **Muziki**, v. 8, n.1, p. 47-58, 2011b.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. New York: St, Martin's Press, 1999.

SPIAK, Gayatri Chakravorty **A critique of postcolonial reason: Toward a history of the vanishing present**. Cambridge: Harvard university press, 1999.

VAMBE, Maurice Taonezvi. Rethinking the notion of chimurenga in the context of political change in Zimbabwe. **Muziki**, v. 8 n. 2, p. 1-28, 2011.

WA THIONG'O, Ngugi. **Decolonising the mind: The politics of language in African literature**. Nairobi: East African Publishers, 1992.

Writings and Documents from ZANU and the ZANU Women's League (1974-1979). "LIBERATION THROUGH PARTICIPATION: Women in the Zimbabwean Revolution."

ZELEZA, Tiyaambe. African social scientists and the struggle for academic freedom. **Journal of Eastern African Research & Development**, v. 22, p. 11-32, 1992.

Ruídos de Arquivos do Ciclo do Marabaixo: Resistência da Cultura Afro no Estado do Amapá

Noises from the Marabaixo Cycle Archives – Resistance of the Afro Culture in the State of Amapá

Cláudia Patrícia Nunes Almeida*

Angélica Vier Munhoz**

Fabiane Olegário***

Palavras-chave:
Ciclo do Marabaixo
Arquivo
Discurso

Resumo: Os apontamentos apresentados neste artigo são decorrentes da pesquisa de doutorado intitulada Um inventário arquivístico do Ciclo do Marabaixo: Vestígios de resistência da cultura Afro-amapaense, que fora desenvolvida, ao longo dos anos de 2020 a 2024, no Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari - Univates/RS, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) e junto ao Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates). O recorte da pesquisa, proposto aqui, diz respeito ao acervo fotográfico do Ciclo do Marabaixo, patrimônio imaterial da cultura do Estado do Amapá, o qual foi investigado por meio de um trabalho arquivístico que envolveu a montagem e a remontagem dos arquivos pesquisados. Desse modo, a investigação toma como procedimento metodológico o arquivo a partir de Michel Foucault (2008), o qual se caracteriza como um conjunto de regras que permite o aparecimento, a ativação e o apagamento de discursos, cujos ecos prolongam-se até o presente. Diante de tal procedimento, verificou-se que os arquivos do Ciclo do Marabaixo são fontes potentes para os estudos arquivísticos, como também para estudos dos saberes culturais afro-amapaenses nos espaços escolares no estado do Amapá.

Keywords:
Marabaixo Cycle
Archive
Discourse

Abstract: The notes presented in this article stem from the doctoral research titled Noises from the Marabaixo Cycle Archives – Resistance of the Afro Culture in the State of Amapá, conducted between 2020 and 2024 in the Post Graduate Program in Teaching at the University of Vale of Taquari. This research was supported by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) and as part of the Research Group Curriculum, Space, Movement. The research focus presented here pertains to the photographic collection of the Marabaixo Cycle, an intangible cultural heritage of the State of Amapá. This collection was examined through an archival process involving the assembly and reassembly of the researched archives. Methodologically, the investigation employs the concept of the archive as defined by Michel Foucault (2008), which is characterized as a set of rules that allows for the emergence, activation, and erasure of discourses, with their echoes extending into the present. Through this approach, it was found that the archives of the Marabaixo Cycle are powerful sources for archival studies and also for the study of Afro-Amapaense cultural knowledge in educational spaces within the state of Amapá.

Recebido em 12 de julho de 2024. Aprovado em 18 de outubro de 2024.

* Licenciada em Letras, mestre e doutoranda em ensino pela Universidade do Vale do Taquari - Univates/RS. Professora do Instituto Federal do Amapá - IFAP. Escritora, poeta e contista. E-mail: claudia.almeida@ifap.edu.br.

** Doutora em Educação. Atua no departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - CHSA e no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari - Univates/RS. Pesquisadora produtividade do CNPq. E-mail: angelicamunhoz@univates.br.

*** Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação. Docente dos cursos de licenciatura e do Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari - Univates/RS. E-mail: fabiole@univates.br.

Introdução

Quando falamos ou pensamos na palavra “arquivo” (do latim *archivum*, lugar onde se guardam documentos), a imagem ou ideia que nos vem à cabeça é a de um conjunto de documentos, como papéis oficiais, manuscritos, cartas e/ou fotografias em formato impresso ou digital, sobre determinados assuntos ou acontecimentos, sejam eles de carácter pessoal, coletivo ou histórico. Entretanto, o arquivo não pode ser pensado apenas como conjunto de documentos, tão pouco como ‘algo’ que não mais reverbera no presente e que não possui mais importância. Pelo contrário, o arquivo é fonte, é vestígio, pois, tal como lembra Perec (1974), existem poucos acontecimentos que não deixam ao menos um vestígio.

Assim, esse carácter de “fonte”, que é próprio do arquivo, levou-nos a tomá-lo como suporte teórico-metodológico da pesquisa de doutorado, ancorados nos estudos de Michel Foucault, bem como em alguns de seus comentadores, como Alfredo Veiga-Neto (2016), Arlette Farge (2017), Julio Groppa Aquino e Gisele do Val (2018), Julio Groppa Aquino (2018, 2020), entre outros. Como dizem Aquino e Val (2018, p. 46), o arquivo é “um instrumento potente da forja histórica, tanto no que se refere à composição de um determinado passado, quanto no que diz respeito à invenção do próprio presente”. Desse modo, podemos entender que o arquivo nos apresenta os acontecimentos tecidos na história das sociedades humanas, mas também nos ajuda a pensar o presente.

A referida tese teve como problemática de pesquisa: de que modo a produção e reapropriação de arquivos dos saberes do ciclo do Marabaixo poderia colaborar para práticas curriculares de ensino, no que tange à valorização, à preservação e ao reconhecimento da cultura afro-amapaense? Diante de tal problema, foram elencados os seguintes objetivos específicos: a) rastrear e arquivar dissertações e teses do banco de dissertações e teses da CAPES (Plataforma Sucupira) relativas ao período de 2003 a 2023, acerca do Ciclo do Marabaixo; b) promover uma roda de conversa com os/as professores/as dos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Amapá - Campus Santana acerca da importância dos saberes do Ciclo

do Marabaixo no currículo dos referidos cursos e, como resultado dessa roda, a escrita de cartas dos professores a respeito do assunto; c) arquivar, montar e remontar um novo arquivo dos saberes do Ciclo do Marabaixo, a partir de fotografias, imagens e escritos, a fim de dar visibilidade a essa cultura do Amapá e possibilitar o reconhecimento de sua importância nos currículos dos cursos mencionados.

Assim, a pesquisa tomou como objeto de estudo os arquivos do Ciclo do Marabaixo – movimento cultural afro-amapaense que possui ritos religiosos e profanos, em honra ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade, organizados pelos descendentes africanos residentes no Estado do Amapá – em especial os arquivos documentais como fotografias, letras de ladrões de Marabaixo, portfólios dos grupos de Marabaixo e receitas antigas que eram feitas nas festividades. Entretanto, os arquivos selecionados para esse artigo dizem respeito apenas ao arquivo fotográfico rastreados durante a composição do inventário arquivístico da pesquisa em questão. Rastrear essas fontes documentais nos possibilitou compreender a potência sociocultural e histórica do processo de composição do Ciclo do Marabaixo, bem como provocar uma reflexão sobre a importância desse arquivo para a formação de alunos no estado do Amapá.

Nas próximas seções, apresentaremos os arquivos do Ciclo do Marabaixo e os seus desdobramentos no decorrer do processo de manuseio do mesmo, tal como os procedimentos operados na (re)montagem de um novo arquivo.

Os arquivos do Ciclo do Marabaixo

O Ciclo do Marabaixo caracteriza-se por ser um ritual com aspectos religiosos e não religiosos da cultura afro-amapaense. A parte religiosa destaca-se pelas novenas em forma de ladainhas em latim, a missa em honra ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade, a benção da murta e o almoço dos inocentes (12 crianças representando os apóstolos). Já a parte não religiosa é marcada pelo som das caixas de Marabaixo (instrumentos de percussão feitos de madeira e com couro de animal – boi, cabra ou cobra – em forma cilíndrica) e pelos

ladrões de Marabaixo, que são as letras das músicas, as quais refletem situações históricas e cotidianas experienciadas pelo povo negro. Durante a roda de Marabaixo, os marabaixeiros dançam, fazendo um movimento circular.

Outra característica própria do momento não religioso da festa é o consumo da tradicional bebida alcoólica, a gengibirra¹. Ela é servida somente nas rodas de Marabaixo. Além disso, conforme vão passando as horas marcadas pelo badalar do relógio, é distribuído o caldo de carne para dar “sustança”, ou seja, para renovar as energias das pessoas que acompanham a festividade. O evento, realizado pelas famílias de descendentes do povo africano que foi trazido como mão de obra escravizada para as terras do Cabo Norte, por volta de 1771, começa sempre na Páscoa e termina no Domingo do Senhor (primeiro domingo após o *Corpus Christi*).

A festividade e o seu imaginário simbólico fazem parte dos saberes culturais e religiosos das comunidades afrodescendentes do Amapá e da vida cultural do Estado. Esses saberes são transmitidos de forma oral e escrita pelos pais aos filhos dentro das comunidades negras. Atualmente, com o advento das mídias digitais e em razão da pandemia causada pelo coronavírus, o Ciclo do Marabaixo também ganhou espaço nas plataformas digitais, por meio das *lives* no *YouTube*²

(<https://www.youtube.com/watch?v=Gc5mxAxSNkI>). Esse novo ambiente digital ajudou a divulgar e a valorizar os saberes culturais do Marabaixo.

Todo esse universo cultural do Ciclo do Marabaixo sempre esteve presente como força emancipadora e de empoderamento do povo da Amazônia, em especial, dos afro-amapaenses. As letras dos ladrões³ de Marabaixo são atos de liberdade e de resistência, entoados pela força da cultura. Percebe-se, nos ditos dos ladrões, informações valiosas a respeito do cotidiano, da cultura e dos acontecimentos históricos envolvendo os primeiros escravizados negros trazidos pela coroa portuguesa para as terras do Cabo Norte.

Nesse sentido, acredita-se que os saberes culturais do Ciclo do Marabaixo e a constituição histórica da fundação da Cidade de Macapá estão entrelaçados em muitas letras dos ladrões de Marabaixo. Esses saberes constituem verdadeiros arquivos que, de algum modo, se caracterizam como

“vestígios de resistência”, pois expressam momentos históricos experienciados pelo povo negro amapaense através de versos cantados. As vozes desses homens e mulheres romperam o tempo e ecoam como ato de liberdade, de amor e de resistência às mazelas sociais, econômicas e históricas enfrentadas pelo povo afro-amapaense.

A esse respeito, Canto (1989, p. 27) comenta que, movido pelo “espírito do progresso” e pela “confiança no futuro”, o capitão Janary Gentil Nunes, nomeado por Getúlio Vargas, ali chegou com sua equipe para executar o trinômio “sanear - educar - povoar”. Para que seus planos não fossem interrompidos e tivessem êxito, Janary Gentil Nunes adotou o processo de entendimento e de conciliação. Ofereceu, então, emprego aos jovens e tratou com cordialidade os moradores mais velhos – chefes patriarcais de famílias tradicionais e líderes de festas religiosas e populares – para conseguir o apoio necessário para a nova política do governo militar, visto que:

[...] essa tática foi fundamental para que o governador pudesse urbanizar Macapá, através de um grande remanejamento de famílias do centro (em cujos arredores existiam roças de mandioca) para lugares mais afastados como o Laguinho, a Favela e o Igarapé das Mulheres (hoje bairros do Laguinho, Santa Rita e Perpétuo Socorro, respectivamente). Todavia, tal fato não teria acontecido pacificamente não fosse a intervenção de Julião Thomaz Ramos (líder do Marabaixo), que conseguiu persuadir os habitantes da Vila de Santa Engrácia (Centro da cidade de Macapá) a se mudarem para os lugares citados (Canto, 1989, p. 28).

Esse processo de urbanização da cidade teve como consequência o deslocamento e a descentralização das famílias negras que lideravam o Marabaixo para outros bairros de Macapá. Dessa forma, o Ciclo do Marabaixo, que até então era centralizado na frente da igreja de São José de Macapá, localizada no centro da cidade, passou a ser realizado nos bairros do Laguinho, liderado por Julião Ramos, e de Santa Rita (Favela), sob a liderança de Gertrudes Saturnino.

O deslocamento das famílias do centro da cidade de Macapá, em especial a de Julião Ramos e a de Gertrudes Saturnino, explica por que o

Marabaixo, em Macapá, conta com dois polos de festejo: o bairro do Laguinho e o bairro da Favela, conhecido como Santa Rita. No Laguinho, a liderança está com os descendentes de Julião Thomaz Ramos; no Santa Rita (antigo bairro da Favela), com os descendentes de Gertrudes Saturnino, através da Associação Cultural Berço das Tradições Amapaenses do Marabaixo da Favela - Barracão Tia Gertrudes.

Hoje é possível afirmar, afoitamente, que a festividade do Ciclo do Marabaixo vem ganhando notoriedade graças ao trabalho de pesquisadores, sobretudo das associações culturais de Marabaixo, a exemplo da associação cultural Berço das Tradições Barracão Tia Gertrudes. No entanto, apesar de todos os esforços dos pesquisadores e das associações para que os arquivos do Marabaixo fossem reconhecidos e valorizados como cultura, o Ciclo de Marabaixo ainda sofre preconceitos advindos de uma boa parte da sociedade amapaense. Da mesma forma, como objeto de estudo no meio acadêmico, também enfrenta barreiras no que diz respeito à sua integração às práticas educacionais curriculares em espaços escolares no estado do Amapá, como no Instituto Federal do Amapá - Campus Santana (escola federal).

Desse modo, a ausência dos saberes culturais e históricos do Marabaixo no currículo do Instituto Federal do Amapá provocou o estranhamento e o concomitante desejo de investigar tais arquivos e a sua potência histórica e sociocultural. Tal anseio teve por finalidade compreender e compor novos olhares no que diz respeito à valorização, ao reconhecimento, à preservação e à divulgação dos saberes do Ciclo do Marabaixo produzidos pela cultura afro-amapaense.

Ruídos de arquivos

Pensar em arquivo é também pensar em fontes documentais, que, muitas vezes, provocam sentimentos de nostalgia ou inquietações, dependendo do que se encontra ou se busca em tal arquivo. Tudo isso demonstra, portanto, que “o arquivo é excesso de sentido quando aquele que o lê sente a beleza, o assombro e um certo abalo emocional. Esse lugar é secreto, diferente para cada

um, porém, em todo itinerário ocorrem encontros que facilitam o acesso a ele e, sobretudo, à sua expressão” (Farge, 2017, p. 36). Para Foucault, o arquivo

[...] é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinitivamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas (Foucault, 2020, p. 158).

Tendo em vista que o arquivo não possui traço de linearidade sem rupturas, pode-se compreender, como bem diz Huberman (2012), que o arquivo é lacunar. Logo, fazer uma pesquisa arqueogenealógica sempre é arriscar-se a pôr, junto com outros, traços de coisas sobreviventes, necessariamente heterogêneos e anacrônicos, posto que vêm de lugares separados e de tempos desunidos por lacunas. Esse risco, como afirma Huberman (2012), recebe o nome de imaginação e montagem.

Contudo, o ato de imaginar e de montar o arquivo traz a ideia de que as lacunas de um arquivo são, muitas vezes, resultado deliberado ou inconsistente de censuras ou agressões, sendo o preconceito a justificativa para atos de destruição dos arquivos. Os estudos de arquivos podem oferecer informações preciosas a esse respeito, elucidando fatos da história recente da humanidade, como a tomada do Talibã no Iraque, quando os extremistas islâmicos destruíram séculos de histórias preservadas nos arquivos do Museu do Iraque. No Brasil, também, acompanhou-se o Museu Nacional do Rio de Janeiro arder em fogo por conta do descaso das autoridades responsáveis pelo acervo arquivístico inventariado. Frente a isso, o arquivo é um sobrevivente, é vestígio de resistência não só do tempo, mas também de ações humanas, as quais podem provocar o seu desaparecimento na medida

em que se torna uma ameaça aos interesses de poder. Tal realidade se apresenta pois “talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade” (Farge, 2017, p. 35).

Por essa razão, é importante pensar a singularidade do arquivo não apenas como um conjunto de papéis, mas como acontecimentos que podem ser problematizados. Isso porque a vida contida no arquivo é enigmática, ultrapassando o tempo e o espaço ao se tornar presente a cada elaboração narrativa, haja vista que “o arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados de informação” (Derrida, 2001, p. 28).

De outra forma, Schwarts e Cook (2004) consideram o arquivo uma construção de verdades sociais, levando em consideração que estaria relacionada à manutenção de poder, ao controle daquilo que é e será conhecido sobre o passado e ao poder da lembrança sobre o esquecimento. Trata-se, desse modo, de pensar o poder como forma de

[...] registrar certos eventos e ideias e não outros, poder para nomear, rotular e ordenar registros de acordo com as necessidades de negócios, governos e pessoas, poder para preservar e mediar o arquivo, poder sobre o acesso, poder sobre o direito e liberdades individuais, sobre a memória coletiva e a identidade nacional (Schwartz; Cook, 2004, p. 18).

Assim, pode-se tomar o poder como “uma espécie de força singular, a mais estranha dentre todas as forças que lutam entre si no interior do corpo social” (Foucault, 2018, p. 142), pois a relação de força e o jogo do poder são a própria substância da história. Se há história e acontecimentos que a memória se pode e se precisa guardar, é precisamente porque, entre os homens, atuam relações de forças.

Foucault (2018) comenta que a história não é simplesmente um analisador ou um decifrador das forças, é a própria força. Logo, a história tornou-se um saber das lutas que se estende por si mesmo e funciona no campo de lutas, no qual combate político e saber histórico se encontram e se articulam.

Nessa perspectiva, poder-se-ia conferir ao arquivo uma espécie de papel de observatório social. Em relação a isso, Farge (2017) destaca que:

[...] não existe história simples, nem mesmo história tranquila. Se o arquivo serve realmente de observatório social, é só por meio da desordem de informações aos pedaços, do quebra-cabeça imperfeitamente reconstituído de acontecimentos obscuros. Trilha-se uma leitura em meio a fraturas e dispersão, forjam-se perguntas a partir de silêncios e balbucios. Mil vezes o caleidoscópio gira diante dos olhos: antes de se cristalizar em uma forma precisa, figuras hipotéticas passam diante dos olhos, se estilhaçam em jatos de luz iriados antes de se imobilizarem sob outros ornamentos. O menor movimento torna-as então perecíveis fazendo com que delas nasçam outras (Farge, 2017, p. 91).

Portanto, o arquivo se apresenta diante dos olhos como feixes de luz. E, ao menor movimento de manuseá-lo, passa-se a manter uma relação íntima, próxima à vida que ali se anuncia. Tal movimento ocorre pois “o arquivo age como um desnudamento; encolhido em algumas linhas, aparece não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade” (Farge, 2017, p. 15). É por causa dessa relação de intimidade entre vidas e fragmentos da verdade que o arquivo possibilita analisar as discursividades dispersas numa superfície, muitas vezes pálida e opaca, porém ainda visível no tempo, de uma massa documental.

Posto isso, pode-se compreender que “em torno do acontecimento alguma coisa se ordena e se solidifica, e é preciso reconhecer seus contornos” (Farge, 2017, p. 105-106), pois, como bem salienta Foucault (2020), é a positividade do discurso, ou, como ele mesmo chamou, o *a priori histórico*, que permite avaliar a condição de realidade para os enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas de isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica do seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. Ainda, com relação ao *a priori*, Foucault (2016) explica que

[...] é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas

um discurso reconhecido como verdadeiro (Foucault, 2016, p. 219).

Logo, o *a priori*, conforme ressalta Foucault (2020), deve dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade, que não pode ser unificada em sua sucessão que não é dedutível. Em outras palavras, o *a priori* tem que deixar claro que de fato o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho.

Uma vez que “o *a priori* não escapa à historicidade, não constitui, acima dos acontecimentos e num universo inalterável, uma estrutura intemporal, define-se como o conjunto de regras que caracterizam uma prática discursiva” (Foucault, 2020, p. 156), ou, como diz Veiga-Neto (2016, p. 92), “os discursos nunca podem colocar-se por fora do acontecimento e, por isso, dos poderes que o acontecimento coloca em circulação”. Desse modo, o arquivo pode ser entendido como um conjunto de relações num discurso, cujo pronunciamento, num determinado momento, está sancionado pelo conteúdo de verdade que lhe é atribuído. Isso porque, “é no interior das regras do arquivo que falamos, já que é ele que dá ao que podemos dizer - e a ele próprio, objeto de nosso discurso - seus modos de aparecimento, suas formas de existência e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de historicidade e de desaparecimento” (Foucault, 2020, p. 159).

Por essa razão, o que Foucault propõe chamar de arquivo não consiste na “totalidade dos textos que foram preservados por uma civilização, nem o conjunto das marcas que se puderam salvar de sua ruína, mas [n]o jogo das regras que determinam, em uma cultura, o surgimento e o desaparecimento dos enunciados” (Foucault, 2004, p. 95). Dessa maneira, pode-se compreender que

[...] temos na densidade das práticas discursivas, sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados

(acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo* (Foucault, 2020, p. 157, grifo do autor).

O arquivo, como bem ressalta Foucault (2020), é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, pois é mister que “ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência: da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de que faz parte” (Foucault, 2020, p. 161). Assim, a possibilidade de sua atualização é uma das particularidades do arquivo. Contudo, só é possível compor um novo arquivo a partir de arquivos já existentes, tomando a arqueologia não como um fim, mas sempre como um recomeço, um devir dos acontecimentos.

Quando se manuseia um arquivo, muitas imagens “atravessam” o ser que realiza tal ato, pois, conforme Didi-Huberman (2012, p. 216), a “imagem é a impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares - fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre si”. Assim, o estudioso mostra que, como arte da memória, imagem e tempo não se aglutinam. A verdade não aparece, então, no desvelo, mas, sim, em um processo que se pode designar, analogicamente, como o incêndio da obra, no qual a forma alcança seu grau maior de luz ao atravessar o sujeito com os afetos nele contidos.

A partir de Didi-Huberman (2012), é possível pensar que a composição de uma imagem é constituída, justamente, de “retalhos”, “cortes”, que constituem esse conjunto de relações temporais dos acontecimentos experienciados pelas pessoas em tempos distintos, em épocas díspares. É isso que faz a imagem ter esse caráter criador e recriador de tempos, capaz de criar uma nova imagem de um tempo que deriva infinitamente, um tempo presente. Esse conjunto de relações de tempo presente, que constantemente derivam de acontecimentos, práticas discursivas e enunciações, constituem o arquivo.

O acervo fotográfico do Ciclo do Marabaixo: montagem e remontagem do arquivo

O arquivo fotográfico aqui apresentado é composto de imagens do evento do Ciclo do Marabaixo, coletados do acervo físico que se encontra sob responsabilidade do Museu de Imagem e Som do Estado do Amapá (MIS-AP), localizado junto ao Colégio Barão do Rio Branco. Esse acervo físico contém, aproximadamente, 255 fotografias do Ciclo do Marabaixo, que estão em tamanhos variados: 10x15, 15x20 e 20x25. Tais fotografias estão, no acervo, misturadas com outras que não pertencem ao Ciclo do Marabaixo. Dessa maneira, foi preciso separá-las e organizá-las, o que consistiu no primeiro procedimento arquivístico da pesquisa em questão, selecionado para ser apresentado neste artigo. Dito de outro modo, foram realizados o processo de arquivamento, montagem e remontagem dos arquivos documentais do Ciclo do Marabaixo, com vistas à produção de um novo arquivo. Debruçar-se sobre o arquivo é instigante, mas, sobretudo, revelador, pois, a cada manuseio do arquivo, ele apresenta os traços próprio de seu tempo, de seus domínios de pertencimento temporal, envolvendo quem o manuseia em uma teia de vida advinda das forças que o compõe e o constitui, visto que

[...] insinua a força recalcitrante da tragicidade que habita o arquivo, oriunda das vidas que teimam em arrastar seus movimentos para além de seu próprio tempo. Vidas que murmuram sem cessar. Vidas inquietas que extravasam os limites de sua própria efetuação, recusando o ostracismo da memória cumulativa da grande História. Vidas minúsculas, mas sustentadas, ainda, por uma força variável que se perfila em despojos descontínuos, fragmentos disparatados, ecos retorcidos. Vidas tão precárias quanto infinitas povoam o arquivo, em situação de exasperação, já que no aguardo de alguma repatriação, mínima que o seja, no presente (Aquino, 2020, p. 344).

As vidas falam, gritam, se movimentam e se transformam mesmo sob a penumbra do esquecimento, pois “entre a tradição e o esquecimento, ele [o arquivo] faz aparecerem as

regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (Foucault, 2020, p. 150). À medida que alguém se debruça sobre a massa documental, essa intercepta o sujeito no presente, transforma-se, metamorfoseia-se, converte-se e toma formas distintas ao toque de quem a manuseia.

É nesse sentido que, tal como afirma Farge (2017, p. 11), ao arquivista supõe-se “uma mão que coleciona e classifica”, haja vista que, ao manusear os manuscritos, o arquivista entrega-se a um procedimento laboral que seleciona e organiza a massa documental. Esse exercício de labor, que engendra o arquivista na teia da construção/reconstrução das fontes selecionadas, faz o arquivo emergir como uma fênix envolta de poeiras voláteis ou “calabouços”, o qual é, muitas vezes, deixado às intempéries do tempo ou entregue à própria sorte, mas que, talvez, por teimosia, resiste. Assim, essa massa de documentos “são os resquícios dos acontecimentos que, por diferentes razões, resistiram ao tempo” (Aquino, 2020, p. 348).

As imagens não são simples objetos-imagens, mas, sim, vidas vindas de diversos lugares. No entanto, todas são sobreviventes do tempo a que pertencem, e essas vidas pulsam no arquivo, logo, elas importam.

A operação de arquivos, por meio da (re)montagem, torna visível a sobrevivência dessas vidas, os anacronismos, os encontros ou não encontros de temporalidades que as afetam. Cada objeto, cada acontecimento, cada pessoa e cada gesto desses corpos que constituem o arquivo põe o sujeito que os opera a imaginar a produção e a criação da montagem de um novo arquivo. Assim,

Os arquivos contam, por fragmentos, como os tempos recomeçam, mudam e nos inventam. Tudo isso por deslocamentos perpétuos. Se os arquivos trazem raízes, não é porque a história deva ser compreendida a partir de uma única origem ou “fonte”: é, precisamente, porque as raças persistem em migrar por toda parte, em escapar, em desaparecer na terra para reaparecer onde não são mais esperadas (Didi-Huberman, 2023, p. 126, tradução da autora).

Dessa maneira, o arquivo possui uma carga exacerbada da verdade própria do tempo que o cerca e que o faz reverberar no passado e no presente, como afirma Didi-Huberman (2023). Em vista disso, as fontes documentais do Ciclo do Marabaixo que foram rastreadas, selecionadas, arquivadas e que passam, agora, por um processo de montagem e remontagem, almejam criar um novo arquivo do Ciclo do Marabaixo, o qual se movimenta e se transforma em vozes e dizeres, constituindo-se em um “corpo-arquivo”. É como se as vidas que se movimentam nos arquivos se materializassem e passassem a povoar o presente, mesmo advindas de um passado fixado no tempo, pertencente ao próprio arquivo, pois, como bem nos diz Foucault (2003, p. 207),

[...] todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. [...] Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam?

Percebe-se que no processo de (re)montar o arquivo, as variadas formas possíveis de compor, recompor, repetir, criar e recriar, afinal o arquivo é sempre aberto ao imprevisível. “Mesmo quando elaborado ‘desde o início’ de qualquer acontecimento, o arquivo, torna-se muito rapidamente um espaço de réplicas, de retornos do reprimido, de diferenças imprevisíveis advindas da repetição” (Didi-Huberman, 2023, p. 126, tradução da autora).

Desse modo, para montar o arquivo fotográfico, foram pensados alguns critérios, o primeiro dizia respeito ao tempo. Assim, as datas das festividades do Ciclo de Marabaixo foram o primeiro critério de seleção para a montagem sequencial das fotografias. Todavia, as distâncias temporais dos anos em que ocorreram esses eventos tornaram-se lacunas enigmáticas, pois a dificuldade de localizar as imagens no tempo cronológico acentuaram-se conforme se montava, (des)montava e (re)montava o arquivo, pois nem todas as fotos apresentavam as datas.

Compreendemos, a partir disso, que não deveríamos procurar uma resposta através de um

tempo marcado cronologicamente, pois a procura seria vã, dado que o tempo de (re)montagem de um arquivo “é um tempo rachado, colocado em pedaços, feito visível nos seus intervalos e descontinuidades de seus fragmentos” (Didi-Huberman, 2010, p. 143). Portanto, frente a isso, o arquivo estava se mostrando lacunar.

Então, a próxima escolha foi selecionar as fotos não somente pela sequência das datas, mas também pela sequência das imagens encadeadas pelas ações e movimentações dos acontecimentos do Ciclo do Marabaixo, ou seja, por semelhanças. Essa forma de lidar com o tempo, na montagem, permite evidenciar indícios de memória que o próprio arquivo apresenta. Cria-se, assim, a partir do ato de montar, um novo sentido para o arquivo operado, não só para quem o (re)monta, o arquivista, mas também para quem o vê como espectador. Outro critério seguido foi o de selecionar as fotos de maneira a dar visibilidade aos mestres e mestras do Ciclo do Marabaixo, cujos nomes estavam escritos nas fotos, e depois seguir a organização do festejo.

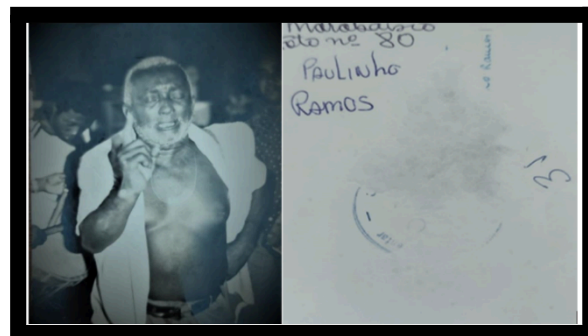
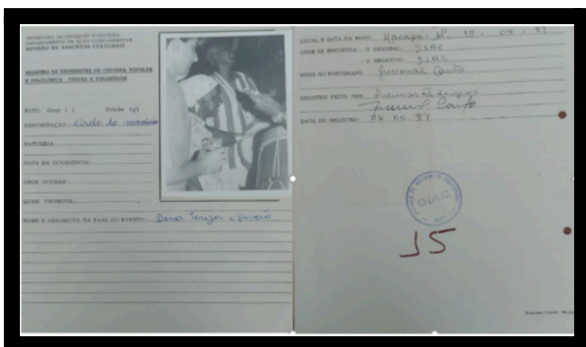


Figura 1: Mestre Paulinho Ramos em uma roda de Marabaixo. O ano não está datado na primeira fotografia. Ele foi um dos pioneiros do festejo do Ciclo do Marabaixo.

Fonte: MIS-SECULT-AP (2023).

A imagem arde em toda a sua força/potência, que a evidencia como conhecimento de um teor histórico. É essa característica que possibilita a (des)montagem e a (re)montagem da imagem para, assim, (re)constituir-se como arquivo, pois, enquanto a imagem arde, “o arquivo é cinza”, como bem salienta Didi-Huberman (2012). É preciso, então, “ver” a imagem arder em chamas que consomem o espectador, mas, também, que o interpela, indaga e questiona: “Não vês que ardo?”.



**Figura 2: Marabaixo no Bairro do Laguinho - 1987-
Mestre Pavão.**

Fonte: MIS-SECULT-AP (2023).

Na Figura (2), Mestre Pavão – Fundador do Grupo de Marabaixo Mestre Pavão, do Bairro do Laginho – toca a caixa de Marabaixo. Sua alegria mostra o quanto a cultura contagia os sujeitos, fazendo-os vibrar diante das forças transformadoras da vida.

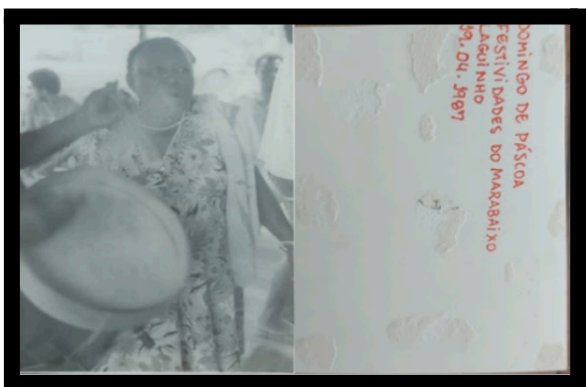


Figura 3: Dona Venina Francisca Trindade.

Fonte: MIS-SECULT-AP (2023).



Figura 4: Natalina Costa.

Fonte: MIS-SECULT-AP (2023).

Nas fotos, vê-se dona Venina Francisca Trindade, liderança e compositora feminina do Marabaixo do bairro do Laguinho (Figura 3), e dona

Natalina Costa (Figura 4), liderança feminina do Marabaixo da Favela, grupo Associação Cultural Berço das Tradições Amapaenses - Marabaixo da Favela - Barracão Tia Gertrudes. Igualmente, vê-se a coragem de mulheres que desafiaram uma sociedade de machismo e fizeram das suas vozes a certeza, o anúncio de um novo tempo, no qual elas eram donas de seus próprios destinos. O arquivo ecoa vozes de um tempo que não se perde em meio aos acontecimentos.

Os grupos de Marabaixo, há décadas, lutam para preservação, valorização e reconhecimento dos saberes culturais do Ciclo do Marabaixo. As vidas que povoam esse arquivo ardem diante dos olhos de quem o vê como o fogo que queima o corpo de uma Fênix, que faz de cada esplendor de sua chama um novo tempo de sua existência. E, assim, o arquivo, apresenta-se como acontecimento da teia da vida, atualizando o passado e possibilitando afirmar que as vidas que o habitam ainda ressoam no presente.

Portanto, possibilitar que esse arquivo faça parte do currículo e das práticas de ensino no Instituto Federal do Amapá poderá proporcionar aos alunos e professores se enxergarem como parte integrante do processo de ensino. Além disso, provocará, conseqüentemente, reflexões sobre os acontecimentos históricos cantados nos ladrões de Marabaixo, bem como fixados nas imagens fotográficas do Ciclo do Marabaixo. Assim, é possível experimentar o sabor do arquivo como fonte, oriunda do Ciclo do Marabaixo.

A ideia de pertencimento que a cultura provoca nos seres se efetua a partir do momento que esses são apresentados ao universo simbólico, parte da cosmovisão desse território. Entende-se, portanto, que:

[...] o mergulhar nas “águas culturais” das massas populares implica em compreendê-las para desenvolver uma nova prática pedagógica, pois o respeito ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural das realidades vivenciadas pelas experiências de cada comunidade (Freire, 2014, p. 110).

Desse modo, é preciso que o currículo, enquanto “lugar coletivo”, também seja território de acolhimento dos contextos culturais nos quais os alunos estão inseridos. Tal fato se consolida pois,

como lembra Brandão (2002), educar é criar cenários, cenas e situações em que, entre elas e eles, pessoas, símbolos sociais e significados da vida e do destino possam ser criados, recriados, negociados e transformados. Aprender é participar de vivências culturais e de eventos fundadores, nos quais cada um possa reinventar a si mesmo.

Em suma, entende-se que diferentes contextos discursivos produzem diferentes identidades culturais. Todavia, não se pode negar que a identidade e o pertencimento à determinada cultura também estejam relacionados à subjetividade. Isso reforça a ideia de que o currículo produz e é produtor de múltiplas e diferentes subjetividades, as quais são engendradas em meio ao social, ao cultural e ao político. É necessário, dessa forma, não esquecer que o currículo é produtor de campos de batalhas, de forças discursivas, no qual, por vezes, poucas vozes são escutadas.

Considerações finais

Diante das fontes documentais rastreadas, arquivadas, montadas e remontadas pudemos perceber que o arquivo é resultado de discursos engendrados pelo poder que os opera, seleciona e conduz como força enunciativa de seu próprio tempo, entretanto ele é, também, produção de fontes documentais. Desse modo, o vasto material produzido consolidou um inventário arquivístico do Ciclo do Marabaixo. É nesse sentido que a pesquisa arquivística se mostra como um trabalho, também, de experimentação e de curadoria feita pela mão do arquivista. O arquivista separa fontes, junta partes, faz as fontes circularem e dispõe montagens e remontagens de uma massa discursiva, mostrando os bastidores do trabalho arquivístico.

Como já mencionado, o objetivo desta pesquisa consistiu em dar visibilidade à cultura do Ciclo do Marabaixo, de modo a mostrar a importância de sua integração nos currículos escolares, em especial do Instituto Federal do Amapá-IFAP, no que tange a sua importância na história cultural local como um movimento de resistência afro em solo Amapaense. Assim sendo, o arquivo digital resultado da pesquisa está disponibilizado na biblioteca do Instituto Federal do

Amapá (IFAP), podendo servir de fonte de pesquisa para futuros estudos acadêmicos.

Nessa perspectiva, os saberes culturais advindos do Ciclo do Marabaixo tornam-se fragmentos, vestígios de discursos pertencentes ao tempo “passado” que repousam no tempo “presente”, tornando-se um ruído dos arquivos de “corpos”. Tais corpos consistem em manuscritos físicos, corpos vivos ou cantigas de roda da cultura oral do Ciclo do Marabaixo, que carregam consigo fragmentos de arquivos, constituindo-o como “ser” derivado de suas práticas de discursos no mundo.

Por fim, podemos salientar, ainda, que trabalhar com arquivo demanda um posicionamento diante do próprio tempo com um gesto de curiosidade. Curiosidade pela história que atravessa aquele que o manuseia, reafirmando o quanto o tempo é senhor de si. Talvez o arquivo ensine a viver o tempo presente.

Notas

- 1 Bebida feita com gengibre, açúcar e cachaça. A gengibirra é similar a um licor.
- 2 *Live* realizada no período da pandemia ocasionada pelo coronavírus.
- 3 “São versos compostos pelo improviso e que buscam criticar, agradecer, exaltar, satirizar ou lamentar fatos que aconteceram no dia a dia da comunidade e nas suas relações sociais” (Videira, 2009, p. 138).

Referências

AQUINO, Julio Groppa. Operação arquivo: pesquisar em educação com Foucault. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Foucault, arquivo, educação: dez pesquisas**. São Paulo: FEUSP, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/530>. Acesso em: 01 jul. 2021.

AQUINO, Julio Groppa; VAL, Gisela Maria. Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. **Pedagogía y Saberes**, Bogotá, n. 49, p. 41-53, 2018.

BRANDÃO, Carlos R. A. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CANTO, Fernando. **Água benta e o diabo**. 2. ed. Macapá: Fundecap, 1989.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/988/o/BOURDIEU_Pierre_O_Poder_Simb%C3%B3lico_\(2\).pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/988/o/BOURDIEU_Pierre_O_Poder_Simb%C3%B3lico_(2).pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges Didi. **Quando as imagens tocam o real**. Tradução de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova. Pós-Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges Didi. **Remontages du temps subi**. L'ceil de l'histoire, 2. Paris: Les Éditions de Minuit, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges Didi. **Tables de montage: regarder, recueillir, raconter**. Éditions de l'Imec. Paris: Le lieu de l'archive, 2023.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: USP, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber: ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. 3. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder: introdução e revisão técnica de Roberto Machado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MIS-SECULT-AP (2023)

PEREC, Georges. **Espèce d'espaces**. Paris: Galilée, 1974.

SCHWARTS, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro: revista do arquivo público de Indaiatuba**, Indaiatuba, v. 3, n. 3, p. 18-33, jul. 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Formulação e aplicação de um modelo de análise fundamentado no conceito de história de Walter Benjamin

Formulation and application of an analysis model based on Walter Benjamin's concept of history

Lucas Canestri de Oliveira*
Mariana Gravina Prates Junqueira**
Ana Paula Lemes de Souza***

Palavras-chave:
Walter Benjamin
Método qualitativo
Teoria da História

Resumo: O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise das diferentes formas com as quais a população das estâncias hidrominerais de Cambuquira, Caxambu e Lambari (Minas Gerais) se relacionam com as águas minerais. O modelo de análise fundamenta-se em aspectos teórico-metodológicos do conceito de história de Walter Benjamin, tais como a utilização da alegoria, a temporalidade presente-passado não linear e a descrição ensaística. A análise foi subsidiada por pesquisa bibliográfica da historiografia local, observação participante e entrevistas semiestruturadas. A partir de situações observadas no presente, foi possível acessar passados que a historiografia tradicional localiza num tempo longínquo. Tal abordagem buscou demonstrar como diferentes maneiras de ocupar e interpretar o espaço vão se confrontando e se arrastando na história, por meio de transmissões culturais materiais e imateriais.

Keywords:
Walter Benjamin
Qualitative method
History Theory

Abstract: The objective of this work was to carry out an analysis of the different ways in which the population of the hydromineral resorts of Cambuquira, Caxambu and Lambari (Minas Gerais) relate to mineral waters. The analysis model is based on theoretical-methodological aspects of Walter Benjamin's concept of history, such as the use of allegory, non-linear present-past temporality and essayistic description. The analysis was supported by bibliographical research on local historiography, participant observation and semi-structured interviews. Based on situations observed in the present, it was possible to access pasts that traditional historiography locates in a distant time. This approach sought to demonstrate how different ways of occupying and interpreting space are confronted and dragged on in history, through material and immaterial cultural transmissions.

Recebido em 27 de julho de 2024. Aprovado em 18 de outubro de 2024.

* Doutor em Administração, na linha de pesquisa Organizações, Gestão e Sociedade pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. E-mail: canestri@gmail.com.

** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC-SP. Pesquisadora no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/USP. E-mail: mariana_junqueira@usp.br.

*** Doutoranda em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FND/UFRJ. E-mail: annapaullals@gmail.com.

Introdução

Uma máxima romana garantia que, *acquae condunt urbes* – “águas fundam cidades”, e de fato foi esse o caso de Cambuquira, Caxambu e Lambari, lugares que são frequentados, disputados, construídos e reconstruídos no entorno das fontes de águas minerais que por lá brotam. As cidades são reconhecidas como estâncias hidrominerais de projeção internacional, numa região conhecida como Circuito das Águas do Sul de Minas Gerais. Por conta desta singularidade, suas histórias são também influenciadas de forma semelhante, embora não necessariamente de forma simultânea ou com a mesma intensidade, pelos movimentos e fatos que redefiniram os contextos históricos nacionais, com suas ondas de reorganização social, seus pontos de referência e atores chave.

Se fossemos aqui utilizar os períodos oriundos da historiografia tradicional, estes marcos poderiam ser; as bandeiras do período colonial, a vinda da corte portuguesa, a república e o pós-II guerra. Esses influxos históricos, atingiram as localidades onde se encontram tais fontes singulares, mudando as razões que levam as pessoas a fazer seu uso cotidiano, bem como as regras formais e sociais que normatizam seu acesso e organizam o espaço.

Contudo, a presente interpretação histórica foi inspirada pelo conceito de história de Walter Benjamin, onde o autor defende que, apesar do passado consumado ser irreparável, a historiografia pode ser mais que a história dos vencedores, retomando em consideração as exigências deixadas sem resposta, uma vez que o passado comporta elementos inacabados no presente (GAGNEBIN, 1993).

Neste sentido, as tipificações históricas aqui apresentadas fundamentam-se em cinco derrotas, ou como prefere Benjamin, cinco catástrofes. A primeira catástrofe é o extermínio e silenciamento das populações ameríndias, a segunda é o desterro dos primeiros colonos, a terceira é a dessacralização das águas e sua transformação em mercadoria, a quarta é o envelhecimento prematuro da modernidade que refundou as cidades e a quinta, a catástrofe em curso, é a contaminação irreversível das águas minerais. Cada catástrofe foi convertida em uma tipificação histórica, que foram denominadas

respectivamente de (i) Histórias Silenciadas; (ii) Águas Santas; (iii) Águas Virtuosas; (iv) Período Científico e (v) Reinvenção.

Estas tipificações históricas não devem ser dispostas numa linearidade. Por isso, foram colhidas e interpretadas por meio de um modelo de análise fundamentado em aspectos teórico-metodológicos benjaminianos, tais como a utilização da alegoria, a temporalidade presente-passado não linear, a descrição ensaística de situações do presente, dentre outros aspectos que serão apresentados no segundo tópico deste trabalho.

Para tanto, tal abordagem tem a intenção de demonstrar que diferentes maneiras de ocupar e interpretar o espaço vão se confrontando e se arrastando na história, por meio de transmissões culturais materiais e imateriais, que influenciam com diferentes intensidades o dia a dia destes municípios.

A análise também foi subsidiada por pesquisa bibliográfica da historiografia local, observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Cabe dizer, que, ao fazer um contraponto com a “historiografia tradicional”, o presente trabalho não desconsidera suas contribuições, mas procura, entretanto, consorcia-se às linhas historiográficas contemporâneas, buscando interfases e complementariedades conceituais.

Para falar com Barros (2022), em que pese o fato das obras hoje atribuídas à historiografia tradicional terem proporcionado uma leitura proveitosa e fluente em certos aspectos, suas análises generalistas podem ser simplificadoras ao ponto de desprezar a complexidade polifônica da sinfonia histórica.

Por fim, avaliamos que o modelo de análise foi capaz de subsidiar a compreensão de situações e conflitos contemporâneos, ampliando o modo de observar suas causas, uma vez que tais causas não ficaram em um passado consumado, pois, suas raízes e camadas envolvem o presente. É um modelo aderente a metodologias participativas e apto a ser utilizado em materiais didáticos.

Por consequência, análises dessa natureza podem colaborar com o esclarecimento e a moderação de conflitos, tendo ainda em vista, a formulação de uma agenda pró ativa de políticas públicas no sentido de evitar as futuras catástrofes.

Aspectos teórico-metodológicos

Aspectos gerais do conceito de história em Walter Benjamin

De acordo com Löwy (2002), a filosofia da história de Walter Benjamin escapa das classificações habituais de caráter progressista ou conservador, revolucionário ou nostálgico. Benjamin é um crítico da filosofia do progresso, do historicismo linear, da história dos vencedores. Sua filosofia da história é uma invenção cuja originalidade deriva de elementos de três diferentes perspectivas aparentemente incompatíveis: o romantismo alemão, o messianismo judaico e o materialismo histórico. Löwy (2002) esclarece que não se trata de uma combinatória ou síntese dessas três perspectivas, e que a expressão "filosofia da história" pode até induzir a erro. Pois não há, em Benjamin, um sistema filosófico, sua reflexão chega até nós por meio de ensaios e aforismos.

Em relação à influência do romantismo alemão no pensamento de Benjamin, Assis & Cordeiro (2013) argumentam que esta se expressa fundamentalmente na crítica que este movimento faz da modernidade e da civilização industrial burguesa. O romantismo já problematizava acerca do progressismo linear que considerava a sociedade burguesa universalmente superior às formas sociais anteriores. O foco da crítica romântica era a quantificação de todas as esferas da vida, a imposição da racionalidade instrumental burocrática e a relação estritamente utilitária dos seres humanos entre si e com a natureza, o que derivou no declínio da racionalidade substantiva, ou seja, dos valores qualitativos de ordem social, religiosa, ética, cultural e estética pré-capitalistas. Tal declínio é compreendido por Benjamin como a expansão da própria barbárie.

Outra fonte de inspiração é o messianismo judaico, que concebe a relação entre passado-presente como um conjunto totalizante (ASSIS & CORDEIRO, 2013). Essa relação passado-presente passa a fundamentar a ideia de uma teoria relacional da história, iluminada pelo presente e não mais pelo passado, que por sua vez, deve ser reelaborado. Benjamin utiliza conceitos teológicos hebraicos para fazer essa crítica radical ao

continuismo da história e ao ideal sem fim do progresso. Estes elementos teológicos agregam as ideias de restauração, reparação e reforma, e são utilizados com intenção de formular um enfoque histórico que seja capaz de reparar as injustiças sociais e superar catástrofes. Ao combater a versão histórica dos opressores, Benjamin inspira-se em noções redencionistas (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

A ideia de que o passado é uma série de derrotas catastróficas está no centro do pensamento benjaminiano. O fascismo por exemplo, que foi analisado por ele, não é visto como um acidente da história, mas uma catástrofe. As irracionalidades inerentes ao fascismo são apenas o avesso da racionalidade instrumental moderna levada às últimas consequências, uma combinação de progresso técnico destrutivo e regressão social. Frente às catástrofes, sempre ofuscadas pelas ilusões do progresso, Benjamin invoca o pessimismo revolucionário, que não deve ser confundido com a resignação fatalista, pois, não se trata de um sentimento contemplativo, mas de um pessimismo ativo, que está a serviço da emancipação das classes oprimidas, buscando impedir as ameaças que o progresso técnico junto com a concentração econômica faz pesar sobre a humanidade (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

A terceira peça fundamental em seu mosaico de influências é o materialismo histórico. Contudo, esta é uma influência na medida em que Benjamin faz a crítica e reelabora tal abordagem (LÖWY, 2002). Mesmo sendo recorrentemente associado ao pensamento marxista presente na Escola de Frankfurt e fazer uso de conceitos como reificação, coisificação, fetichismo, alienação, proletariado e consciência de classe, Benjamin ao mesmo tempo também arrasta seu mosaico de influência anterior (romantismo e messianismo), possibilitando a origem da sua concepção de materialismo histórico (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

Benjamin, tem a intenção de elevar o conteúdo crítico do marxismo "social democrata" presente na II Internacional, buscando aprofundar a oposição entre o materialismo histórico e as filosofias burguesas da história (LÖWY, 2002). Para tanto, o materialismo histórico teria que romper com a forma linear e com a leitura feita por etapas, cujo o

último período é visto sempre como a superação do anterior. Sem romper com esse formato, o materialismo histórico assemelhar-se-ia ao otimismo dileitante burguês, inspirado pela ideologia do progresso linear (ASSIS & CORDEIRO, 2013; LÖWY, 2002).

Benjamin discorda cabalmente da perspectiva evolucionista que permeia o marxismo, que ratifica, ao seu ver, uma leitura darwinista e positivista da história. Para o marxismo, a revolução é concebida como o resultado natural da contradição entre forças e relações de produção, ou seja, é uma perspectiva determinista, que preconiza a inevitabilidade do progresso. Para Benjamin, a revolução é a interrupção e restauração das catástrofes. Neste sentido, propõe uma concepção materialista da história que imponha uma crítica à leitura contemplativa e épica do passado, que construa uma narrativa à contrapelo, ou seja, a partir do presente e do ponto de vista dos vencidos, afastando-se de qualquer empatia com o vencedor, mesmo que sob o discurso da neutralidade científica (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

Para Benjamin (1973) o historicismo identifica-se com os vencedores/dominadores, pois concebe como objeto da história, a sucessão de suas glórias e fatos heroicos. Contrapondo-se a isso, busca apresentar uma alternativa a esse método, interpretando o passado a partir do olhar dos vencidos/dominados. Tais imagens do passado trazidas de maneira crítica e articulada com o presente abririam caminho para a redenção. Isto significaria salvar o passado, no presente, mobilizando-o. Não se trata de um revisionismo histórico, o presente aqui é alertado por este passado que poderia ter sido, como muitos, silenciado permanentemente. Assim, o passado pode ser acessado como uma interpretação de um período que passou, mas, a partir da perspectiva presente, e fazer história seria uma ação do e no presente de um tempo histórico que se arrasta, que permanece no devir (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

A percepção do tempo no pensamento de Benjamin implica na vivência de um tempo de agora. E é pautado nessa temporalidade que ele anuncia como a história deve entender o passado, pois, mesmo que encoberto, o passado continua agindo no presente. Benjamin desconstrói a imagem da

tradição cristalizada e procura pistas, no presente, para uma outra história possível (GAGNEBIN, 2008). Essa relação entre presente e passado ocorre pelo conceito de transmissão cultural, que ocorre a cada instante e que pode ser uma forma de abrir o passado, apresentando como ele continua operando. O conceito de “transmissão cultural” é uma crítica ao conceito de “herança cultural”, utilizado pelo materialismo histórico, que se aproximaria muito, ao seu ver, da ideia de acumulação de objetos do passado no tempo presente. Benjamin entende que, o que se costuma chamar de cultura, é também um manancial de sentidos, não o mero acúmulo de bens culturais (GAGNEBIN, 2008).

Modelo de Análise

Para elaborar um modelo de análise inspirado no conceito de história de Benjamin, destacam-se aqui três aspectos teórico-metodológicos, (i) a temporalidade presente-passado não linear, (ii) a utilização da alegoria e (iii) a análise ensaística.

De acordo com Benjamin (1973;1987), para “escovar a história a contrapelo” é preciso que se parta do presente vivido, conferindo uma concepção de passado distinta daquela apresentada pelo historicismo. “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1987, p.5). Tal reconstrução do passado não busca resgatar os eventos como “de fato” ocorreram cenicamente, mas sim como são vistos a partir do momento presente. Benjamin elabora uma crítica à ideia de um passado consolidado, de uma imagem eterna que preenche lacunas em um tempo homogêneo, linear, encerrado num tempo distante e acessado apenas de modo contemplativo. Seu entendimento da história dá sobrevida ao passado “cujo pulso pode ainda ser sentido no presente” (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

Neste sentido, articular historicamente o passado significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela “relampeja”.

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido (BENJAMIN, 1987, p.2).

Assim, em oposição à representação do tempo contínuo e ininterrupto, a proposta de Benjamin é disruptiva e intensiva. Compreende a presença do passado que pulsa, se arrasta, relampeja na atualidade. O passado não se reduz a uma anterioridade que precede o presente numa linha cronológica; ao contrário, momentos do passado e do presente se interpelam mutuamente numa imagem mnêmica que cria uma nova intensidade temporal (ASSIS & CORDEIRO, 2013). O desdobramento disso é a compreensão de um passado-presente cujo sentido pode revelar-se outro.

O segundo aspecto inspirado em Benjamin é a utilização da alegoria como figura de linguagem. A descontextualização dos objetos possibilitada pela alegoria permite a recriação de novos sentidos e formas, ressaltando a impossibilidade de um sentido único e eterno (ASSIS & CORDEIRO, 2013; GAGNEBIN, 1993). Os dezoito aforismos das “Teses sobre o conceito de História” são permeados delas, como por exemplo a alegoria do boneco “autômato” que joga xadrez, mas que é controlado por um anão escondido. Com esta alegoria ele aponta a dependência, aparentemente oculta, do materialismo histórico (autômato enxadrista) com a teologia (anão escondido), no que se refere a concepção de temporalidade e progresso humano (ASSIS & CORDEIRO, 2013). Outra célebre alegoria é a do “anjo da história”, que parte da observação da obra “*Angelus Novus*” do pintor Paul Klee (1932). Nesta alegoria o anjo encara o passado, mas uma tempestade o impele ao futuro. A cadeia de acontecimentos é vista pelo anjo como uma catástrofe única, cujas ruínas vão acumulando-se aos seus pés e a tempestade que o arrasta é o progresso.

Por fim, o terceiro aspecto é mais um modo de expressão do que uma categoria teórica. Como já exposto, Benjamin não desenvolve uma teoria geral da História, sua abordagem ocorre por meio de ensaios e aforismos, onde apresenta um conjunto de críticas e proposições. Segundo seus comentadores, essa característica permite que seu mosaico de influências possa aprofundar com mais liberdade a oposição entre materialismo histórico e as filosofias burguesas da história, aguçando seu potencial revolucionário e elevando seu conteúdo crítico (GAGNEBIN, 2008; LOWY, 2002).

A seguir, na figura 1, o modelo de análise é apresentado por meio da “alegoria da cebola”, elaborado com a intenção de ser um instrumento heurístico.

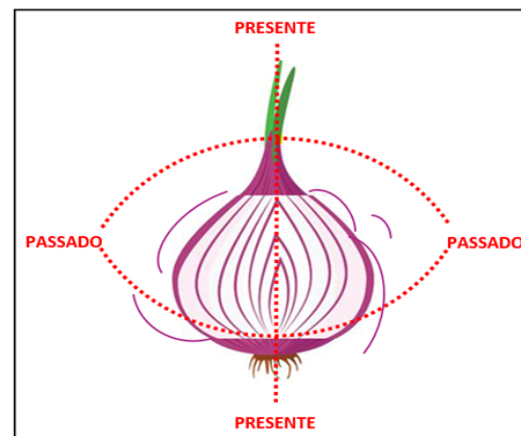


Figura 1: Alegoria da cebola (modelo de análise)

Fonte: Elaborado pelos autores

A alegoria da cebola busca permitir uma visualização da intersecção passado-presente. A cebola representa toda a história humana vista no mesmo instante, semelhante à paisagem de ruínas vista pelo “anjo da história”. As camadas da cebola representam as diferentes temporalidades históricas, que diferentemente da linha temporal historicista, não ficam pelo caminho preenchendo um espaço cada vez mais distante. O presente vivido, a sucessão de “agoras”, está unido ao passado na raiz, e simultaneamente está envolvido por ele, o que difere da ideia de que o presente seja a ponta de uma trajetória linear.

Na cebola da história, as “camadas-temporais” se acumulam pela transmissão cultural material e imaterial, saltando fora da referida continuidade histórica linear.

O passado-presente também é convergente no talo de floração, ou seja, na possibilidade restauradora da germinação de uma nova cebola, ou uma nova história.

Contudo, como numa cebola, há passados que se perdem definitivamente como cascas secas e quebradiças, mesmo que eventualmente sejam encontrados alguns fragmentos, tanto materiais quanto imateriais.

Apresentada a alegoria da cebola, cabe dizer que é possível reforçar e incorporar em suas análises o repertório conceitual da historiografia

contemporânea, como os conceitos de temporalidade, duração, evento, processo e estrutura, bem como identificar interfases com outros modelos de análise, como por exemplo o modelo da “arquitetura de durações” da escola dos Annales.

Estes reforços teóricos serão brevemente apresentados no próximo tópico e revisitados na análise de dados.

Incorporando conceitos da historiografia contemporânea

A intenção deste tópico é apresentar um repertório conceitual auxiliar e já consolidado na historiografia contemporânea referente ao tempo, saltando, todavia, as considerações acerca das perspectivas filosóficas sobre o tempo, as quais também têm se dedicado os historiadores.

Como nos ensina Barros (2014), um sistema conceitual relacionado ao tempo deve ser formado por meio de algumas noções que lhes são correlatas, tais como a *temporalidade, duração, evento, processo e estrutura*.

As *temporalidades* são de certa maneira uma demarcação no tempo, são tipificações. São definidas pelos historiadores e não existem por si mesmas, nem os seus limites são dados de uma vez por todas, porque são percebidas simbolicamente. Quando se singulariza o devir histórico em unidades mais operacionais e compreensíveis como a Antiguidade, a Modernidade e a Contemporaneidade já estamos diante de temporalidades históricas (BARROS, 2014).

A *duração* é um tempo sentido ou percebido subjetivamente e não meramente um tempo cronométrico, “é um tempo interno” (BARROS, 2014, p. 247). Essa característica pode dar a sensação de variações na percepção dos diferentes estados que se sucedem uns aos outros em função do ritmo das mudanças ou permanências, são perceptíveis na experiência individual ou coletiva (BARROS, 2014).

O *evento* sugere à percepção humana a experiência do devir, onde um ininterrupto fato acontece. De modo que o tempo histórico se apresenta sob a forma de sequências de eventos,

processos que se desenvolvem e estruturas que se sucedem ou coexistem (BARROS, 2014).

O *processo* tem duas características fundamentais, se apresenta à compreensão humana como algo que se movimenta e traz transformações no devir e também como algo que perdura, que preenche uma extensão no tempo. Ao ser comparado com processos anteriores, pode revelar mudanças e/ou reatualizar permanências. Se as mudanças se sobressaem ou parecem se encadear de modo compreensível, pode-se falar em processo. (BARROS, 2014).

A *estrutura* pode ser identificada quando as permanências parecem sobressair em detrimento das mudanças. A permanência estrutural, como o processo gradual, pode gerar a sensação de continuidade, mas, diferentemente dos processos, as estruturas podem ter uma continuidade, ainda que de forma secundária, mesmo depois de rupturas na temporalidade. De modo que o tempo histórico pode avançar em velocidades diferentes, produzindo durações diferenciadas e complexos entrelaçamentos para distintos aspectos da realidade (BARROS, 2014).

Apresenta-se como território para diversificadas polêmicas entre historiadores e filósofos a questão de saber como se daria este jogo de durações múltiplas, ou como se organizaria esta arquitetura de durações (BARROS, 2014, p. 248).

Um modelo de análise que se propõe esclarecer tal “jogo de durações múltiplas” é a *arquitetura de durações* da escola dos Annales. Para este modelo, a dialética das durações pode ser estudada por meio de um consórcio conceitual entre estrutura, conjuntura e eventos. Neste modelo há uma arquitetura de três durações, a estrutura circunscreve as conjunturas, e estas circunscrevem os eventos. A originalidade desta representação do tempo histórico lança luzes para um conjunto de aspectos, oportunizando novos objetos, novas fontes, bem como novas abordagens e metodologias (BARROS, 2014).

Na arquitetura de durações o pesquisador constrói sua representação do tempo histórico e apresenta suas proposições aos seus pares. Como criativamente faz Barros (2014), com suas metáforas

musicais, nas quais as durações no tempo histórico são concebidas à maneira de melodias diversas, que se desenvolvem conjuntamente no interior de uma mesma música cada qual portadora de seu próprio ritmo.

Cabe ainda reportar que na historiografia contemporânea o conceito de tempo não vem só subsidiado pela filosofia, física, ou mesmo a música, há também o tempo geológico.

A historiografia do Antropoceno é um tema que vem provocando debates. Desde à aceitação do conceito, originado na geologia, às disputas sobre seus usos e significados quando o campo da História se apropria de tal ideia. Algumas áreas de investigação historiográfica, tais como a história ambiental e a história intelectual, começaram a trabalhar com o conceito pouco tempo depois de sua emergência em 2000 (SULIANI, KLANOVICZ & SILVA, 2023).

O conceito vem retroalimentando reflexões sobre temporalidades e delimitações da contemporaneidade. Falar de Antropoceno em História significa tocar em relações entre humanos e não humanos, tomando tais relações sob uma perspectiva ecológica, acolhendo conceitos e categorias temporais e espaciais de outras ciências e abrindo espaço para novas ou, pelo menos, diferentes perguntas e interesses para o fazer historiográfico (SULIANI, KLANOVICZ & SILVA, 2023).

A produção do campo vem se consolidando no contexto de três viradas da escrita da história, marcadas pela experimentação de novas periodizações, novas perguntas e novas agências, são elas: (i) a virada ético-política, com atenção às novas contemporaneidades, novas diferenças e novas alteridades; (ii) a virada geológica, que propõe o olhar para novas dimensões do tempo profundo, dos ciclos geológicos, do clima ou da atmosfera; (iii) e a virada pós-humanista, que chama atenção para a agência não humana na história e as novas agências (SULIANI, KLANOVICZ & SILVA, 2023).

Pesquisa bibliográfica e de campo

A pesquisa bibliográfica e de campo ocorreu inicialmente no âmbito de uma pesquisa de

doutorado no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras na linha de pesquisa “Organizações, Gestão e Sociedade”. A tese foi defendida em dezembro de 2020 e teve como objetivo demonstrar como uma prática cultural pode refletir por meio de seu estoque de saberes, consensos sociais históricos. (OLIVEIRA, 2021).

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, observação participante, caderno de campo e entrevista semiestruturada. A pesquisa de campo foi realizada por um período de sete (7) meses, nos municípios de Cambuquira, Lambari e Caxambu (setembro de 2018 a março de 2019) e foram entrevistados 108 coletores de água mineral.

Além disso, o dia a dia e conversas informais com outros coletores e não coletores possibilitaram recolher informações que foram incluídas no caderno de campo. Semelhante a modalidade etnográfica que Magnani (2002) caracteriza como “de passagem”.

Que consiste em percorrer a cidade e seus meandros observando espaços, equipamentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz (MAGNANI, 2002, p.18).

A alegoria da cebola orientou a coleta e análise de dados, ou seja, foi por meio da coleta de situações vividas no presente que se buscou observar “relampejos” de passados, que foram organizados em camadas e descritas de forma ensaística. A pesquisa bibliográfica da historiografia regional subsidiou as análises, no sentido de contextualizar e em certa medida contrapor-se a ela.

As três principais referências historiográficas aqui utilizadas foram escritas por médicos, e embora as obras possuam um distanciamento temporal, é cada qual, o “clássico” de sua cidade. Seus autores são: em Caxambu, Henrique Monat (1894); em Cambuquira, Thomé Brandão (1958) e em Lambari, José Mileo (1970). Também foram consultados trabalhos científicos e sítios de internet de instituições públicas.

Análise de dados

Cambuquira, Caxambu e Lambari.

As três cidades compartilham de inúmeras semelhanças, contudo, são lugares diferentes.

De acordo com Barros (2022) o conceito de lugar implica relações intersubjetivas que se integram a uma determinada objetividade. É dotado de uma singularidade, agregando novos níveis ou camadas de sentidos. Tais singularidades não excluem a possibilidade que sua análise se refira a uma totalidade.

Ainda segundo Barros (2022), o lugar tem seu lado de dentro e seu lado de fora, a relação deste lado de dentro com o seu entorno, ou com realidades mais distantes diferencia as pessoas do lugar. A experiência humana que esta relação estabelece molda os modos de vida e os mecanismos de identidade.

Pode parecer óbvio, mas é importante lembrar que as fontes não foram trazidas para as cidades (embora captadas, disputadas, adornadas e pesquisadas nelas). Os olhos d'água já estavam lá e foram primeiramente frequentados, e por estarem onde estão, cada água, com as características distintas que possuem, são como as cidades que surgiram no seu entorno, semelhantes por causa de sua característica mais incomum, quando comparadas às outras águas e outras cidades. Essa característica incomum tipifica os lugares em questão como estâncias hidrominerais e as águas, de minerais.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, as principais fontes destinadas ao envase, uso balneário, industrial e fontanários no estado de Minas Gerais, distribuem-se entre 43 municípios, o que representa 5% dos municípios mineiros. Dessas águas, 80% correspondem às águas fluoretadas e 18% às águas e as chamadas águas de mesa. As águas das cidades de Cambuquira, Caxambu e Lambari correspondem aos tipos mais raros, 2% do total. Estas águas minerais são do grupo das: alcalino-bicarbonatadas, litinadas, carbogasosas, cálcicas, alcalino-terrosas, ferruginosas, sulfurosas e hipotermiais (CODEMGE, 2018).

Nos parques das águas (das três cidades) há trabalho de gerações. Aterros, captações, reformas,

uma constante domesticação da paisagem local. Os parques são infraestruturas complexas, mesmo com a diferença de dimensões. Todos possuem estruturas em comum, em desuso ou danificadas, marcas de reformas, reaproveitamento de materiais e inclusão de novos equipamentos. Existem construções que remetem a diferentes períodos, chamam de arquitetura eclética, além dos galpões de envasamento. Essa arquitetura eclética é hoje um patrimônio material, e reflete as diferentes camadas históricas aqui estudadas. Todos os parques possuem por exemplo, um lugar de orações, de negócios e de cuidado com a saúde.

Mesmo com diferenças proporcionais consideráveis quando comparados entre si, no que diz respeito à população, área e densidade demográfica, os três municípios podem ser tipificados, de acordo com a estratificação do IBGE (2020), como municípios de pequeno porte.

Quadro 1 Dados socioeconômicos

	Cambuquira	Caxambu	Lambari	Minas Gerais
População	12.812	21.610	20.907	20,87 mi
Área	246,380 km ²	100,483 km ²	213,110 km ²	586,528 km ²
Densidade Demográfica	52 hab/km ²	215 hab/km ²	98 hab/km ²	33 hab/km ²
PIB/per capita	R\$17.214,96	R\$14.826,33	R\$15.981,83	R\$16.296,00
IDH	0,699	0,743	0,711	0,731

Fonte: IBGE (2020)

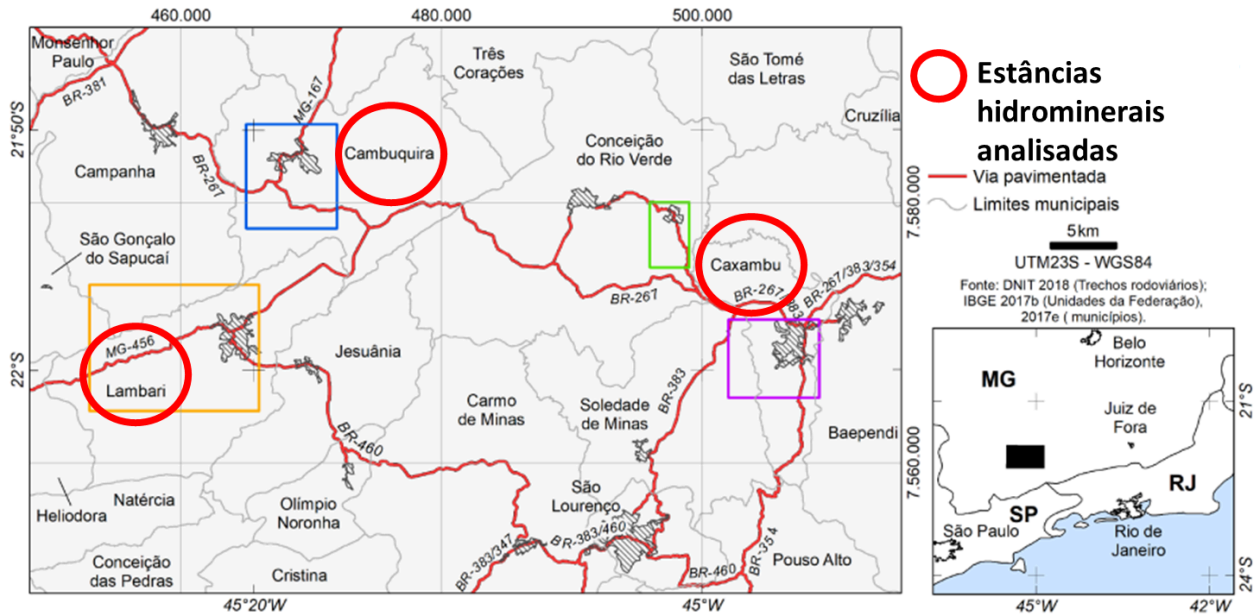


Figura 2 Mapa da Região do Circuito das Águas do Sul de Minas

Fonte: CODEMGE (2018)

Tipificações históricas

Seguindo a tese benjaminiana de temporalidade não linear, em que o passado, mesmo que encoberto, continua agindo no presente, a pesquisa de campo encontrou situações onde “o pulso do passado” pode ser sentido na atualidade. As tipificações históricas aqui apresentadas são ilustradas com tais “relampejos” e iluminadas a partir do presente.

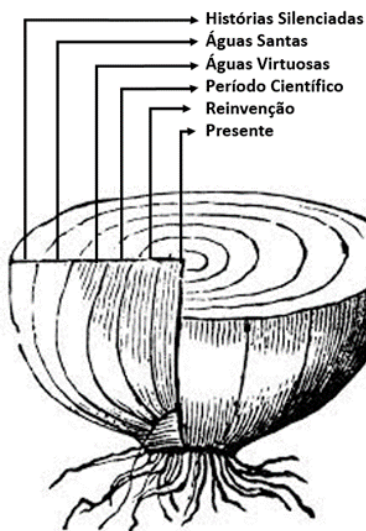


Figura 3: Tipificações históricas na alegoria da cebola

Fonte: elaborado pelos autores

Histórias silenciadas (ou quase)

Situação observada: O subjetivismo animista nas fontes intermitentes

Segundo Viveiros de Castro (2017), os fundamentos que orientam a construção e validação do conhecimento do mundo moderno contrastam com os fundamentos que executam essa função no mundo ameríndio. As correntes epistemológicas ocidentais tendem a corroborar com a ideia de que o conhecimento é fruto da acumulação de informações reproduzíveis de um objeto e que suas causas não têm correlação com o que o observador, enquanto indivíduo, pensa sobre elas. Para a ciência ocidental, o conhecimento está em descartar do fenômeno que se quer conhecer juízos de valor individuais, buscando, no fenômeno, as características capazes de um consenso, mesmo que provisório, entre os iniciados que dominam certa linguagem.

Por outro lado, o olhar que busca o conhecimento no mundo ameríndio, que Viveiros de Castro (2017) chamou de naturalismo ameríndio, é um processo que consiste na atribuição de um máximo de subjetividade àquilo que se conhece. Não há uma relação sujeito/objeto, como na ciência ocidental, a relação é sujeito/sujeito, posto que emana de todo o cosmo uma aura humana. Este modo de interpretar certos fenômenos persiste no

presente do Circuito das Águas.

Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar a existência de um subjetivismo animista nas fontes intermitentes, ou seja, o “relampejo” desse passado ameríndio ocorre na maneira de interpretar a seguinte situação: um sujeito entra no fontanário e água para de jorrar ou começa a jorrar.

Segundo os estudos de hidrologia realizados pela CODEMGE (2018), a mineralização das águas ocorre em decorrência da fricção e pressão da água sobre as fissuras das rochas, desencadeando a liberação de minerais e outras moléculas que geram diferentes combinações químicas, que eventualmente reagem produzindo gases. Existem fontes mais gasosas que outras e a maioria delas são perenes, e não é difícil perceber que há dias e momentos em que a vasão de água que sai na bica é mais abundante ou menos que outros.

Algumas fontes, em decorrência de motivos geofísicos ou pela forma como foram captadas na rocha, são intermitentes, ou seja, descontínuas, intervaladas. Por isso, elas cessam e recomeçam a jorrar novamente. É preciso que um determinado volume de gás se acumule abaixo do volume d'água, para que ele empurre a água até o fontanário. Esse fenômeno é mais complexo que essa síntese explicativa e também é incerto, quer dizer, não há um tempo intervalar exato para ocorrer. Quando ocorre da água parar de jorrar, pode durar segundos ou vários minutos.

A primeira vez que observamos isso foi quando passamos por uma dessas fontes intermitentes com alguns colegas de Caxambu que gentilmente nos acompanharam numa caminhada pelo parque das águas. Passávamos por diversas fontes e pontos do parque, conversávamos sobre assuntos diversos até que chegamos na fonte “Ernestina Guedes”.

“Essa água costuma ser utilizada para banhos”, disse um companheiro, pois possui tais e quais elementos químicos que limpam a pele – “venham experimentar”, convidou descendo as escadas em direção ao fontanário. Todos experimentamos a água e lavamos o rosto. Quando chegou a vez do nosso guia, a água parou de jorrar. Risos, rosto corado, mas, anedota à parte, seu constrangimento foi porque a ele foi atribuído a causa da seca, que inconformado, dirigiu-se à fonte,

questionando a pirraça. Esperamos um tempo e a água não voltou.

Essa relação com as fontes intermitentes “faz parte da cultura do lugar”, e é comum de ocorrer, não foi um caso isolado. Mas na hora, quando o fenômeno da intermitência ocorre, explicações hidrogeológicas ficam em segundo plano. É levado na brincadeira, mas não deixa de ser uma relação com humores não humanos. Se a fonte jorra ou não para de jorrar, deixa ativo os que cultivam uma amizade com a fonte, e o cético sente que está com sorte.

Em Cambuquira, a fonte ferruginosa também é intermitente. Lá, uma informante revelou que “a fonte tem preferência por pessoas de bom coração”. A água jorrava quando por lá estivemos, mas o caso é que atribuir às fontes a capacidade de fazer avaliações morais, escolhas que premiam os justos, previsões quanto ao azar e à fortuna e outras bossas, é atribuir a elas uma alma onisciente, bem como a causa do fenômeno à subjetividade do coletor.

Por ser uma forma de interpretar um fenômeno natural ou uma agência não-humana, essa cultura do lugar tem como característica a permanência estrutural, compõe o patrimônio imaterial e é reproduzida cotidianamente pelos coletores das águas minerais que frequentam tais fontes.

Apesar da presença de diversos sítios arqueológicos registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN em cidades do entorno como Aiuruoca, Conceição do Rio Verde, São Tomé da Letras e Baependi, não há nenhum sítio registrado nas cidades em estudo, contudo, a historiografia registra a existência das aldeias caboclas.

Águas Santas

Situação observada: As periferias tradicionais

A ocupação movida pela busca da restauração da saúde por meio da fé nas águas minerais se estendeu até a última década do século XIX.

Para a historiografia local, a história dos primeiros assentamentos junto às fontes de águas minerais parece começar com o seu expurgo. Estes

desterrados formaram os primeiros núcleos suburbanos locais, e em grande medida foram os primeiros moradores dos atuais bairros do Marimbeiro (Cambuquira), Santa Tereza (Caxambu) e Vila Brasil (Lambari). Estes locais foram considerados por nossos interlocutores nativos “as periferias tradicionais” de cada cidade. Na pesquisa semiestruturada feita nestes bairros, 80,6% dos entrevistados afirmaram ter tido pelo menos um(a) bisavô(ó) que viveu na cidade.

Em Cambuquira, onde hoje é a região central da cidade, foi a sede da fazenda Boa Vista, pertencente a três irmãs solteiras que, após o falecimento da última irmã em 1857, deixaram em testamento, como sucessores os antigos escravos (BRANDÃO, 1958). Como a fazenda ficava na rota da estrada de Campanha, não tardou que a elite rural tomasse conhecimento “de uns pretos ex-escravos, que a esse tempo residiam na velha fazenda, aplacando a sede dos viajantes” (BRANDÃO, 1958, p. 16).

Logo a câmara de Campanha se incomodou com os rumores da formação de um arraial na fazenda de “um bando de ex-escravos” (BRANDÃO, 1958, p. 16). A ação tomada foi a desapropriação em 1861 e a retirada dos herdeiros das três irmãs. Segundo Lemes de Souza (2018), o pagamento pelas terras não ocorreu, o que faz dessa desapropriação um desterro.

Werneck (1912) escreve no posfácio de seu livro “Judith”, que as fontes, após a desapropriação, estavam abandonadas pelo Estado à “ignorância do povo”, e faz uma breve descrição.

Em 1889, deu-se um dia na veneta visitar a *aldeia* de Cambuquira, próxima de Águas Virtuosas. O povoado era composto de casebres de pouco valor, na maioria pertencentes a pobres *caboclos*, havia-se erguido modestamente na fralda de uma colina, para cair logo em lamentável ruína (WERNECK, 1912, p. 213, *grifo nosso*).

Na atual Caxambu, a procura pela água mineral deu origem ao assentamento que ficou conhecido por Água Santa. Conta Monat (1894), que nessa época só havia um poço de doze palmos de circunferência, cujo acesso era por um caminho de troncos picados por cima do atoleiro. Logo, várias pessoas começaram a se dirigir para a região:

Sobretudo, os morféticos, os reumáticos, os papudos, os cancerosos, os cegos e os loucos. Uns limitavam-se a beber a água, a maior parte, porém banhava na fonte seus membros entorpecidos, cobertos de chagas. A princípio abrigavam-se num único rancho de capim promiscuamente; depois foram se fazendo outros, até que surgiu uma verdadeira *aldeia*, em que os morféticos eram em maior número (MONAT, 1894, p. 6, *grifo nosso*).

Em 1841 o juiz municipal de Baependi, o senhor Aleixo Teixeira de Carvalho, mandou intimar as pessoas com ordem para deixarem o local sob pena de prisão. Quarenta e oito horas depois da intimação, estavam abandonados mais de quarenta ranchos que a autoridade mandou queimar (MONAT, 1894).

Sobre Lambari, num ofício de 1826 encaminhado à câmara de Campanha solicita-se dentre outras coisas, a “construção de uma ermida, para se dizer missa ao povo, pois concorrem ali muitos e muitos eclesiásticos” (MILEO, 1970, p.27). O povoado em 1837 era formado por “apenas uma casa de telhas e de algumas choças de sapé” (MILEO, 1970, p.37). No início do século XX, a construção do Cassino deu origem à Vila Brasil. A construção fica sobre um grande aterro, que represou o rio Lambari dando origem ao lago Guanabara. Essas infraestruturas causaram a remoção da população ribeirinha.

Esses primeiros habitantes que moravam em cabanas de capim, eram descendentes de bandeiras colonizadoras ou seus desertores, que buscavam a cura junto às águas minerais orientados por uma racionalidade mística-religiosa, de um cristianismo rústico e miscigenado. Com o desterro das “aldeias das águas santas” surgem as atuais periferias.

Os poucos relatos sobre os assentamentos iniciais parecem terem sido escritos mantendo, ao mesmo tempo, um distanciamento físico e uma reprovação moral. Aos olhos dos ‘primeiros modernos’, como Monat (1894) e Werneck (1912), os habitantes das aldeias das águas santas eram caboclos morféticos que viviam amontoados promiscuamente em cabanas de capim. Não se registra as origens dessas pessoas, famílias, comunidades. O olhar de reprovação e asco ofusca nos seus trabalhos historiográficos as características

que nos permitiriam inferir sobre a reprodução material e simbólica destas comunidades.

Os desterros foram processos semelhantes desencadeados por eventos diferentes. Sob a temporalidade não linear da alegoria da cebola, as mudanças implementadas por tais processos reatualizaram permanências estruturais no que diz respeito à estratificação social brasileira, pois, embora a conjuntura seja outra, a condição de periférico é percebida e atribuída as pessoas residentes naqueles bairros. Além disso, o acesso às fontes ainda hoje possui as características escravocratas e eugenistas de tal estratificação. Todos os parques possuem um acesso ou fonte marginal, concebidos no passado para separar a população dos turistas. Estas fontes são as mais frequentadas pelos trabalhadores urbanos e pela população da periferia.

Águas Virtuosas

Situação observada: O desperdício do ouro líquido

Quando a notícia da existência das águas minerais, nas sesmarias do sertão da Mantiqueira, chegou aos ouvidos dos herdeiros do poder estatal no século XIX, o marco institucional comum a todos estes sítios foi a desapropriação. Esse procedimento visava organizar por meio de concessões, a lavra e a ocupação daqueles territórios. Foi quando os assentamentos das águas santas deram lugar às vilas, freguesias e distritos. Essa temporalidade chamamos de “Águas Virtuosas”, e foi caracterizada por uma racionalidade instrumental pré-científica, que dessacralizou as águas minerais transformando-as em uma mercadoria que possibilitaria diferentes maneiras de fazer fortuna.

Após a proclamação da república em 1889 surge a política de financiamento público que ficou conhecida como ‘encilhamento’. Brandão (1958, p. 22) registra que “para tudo que era possível ser explorado organizavam-se empresas e companhias”, mesmo sem um planejamento eficaz. Embora muitos empreendimentos desta época tenham fracassado, uma vez que foram conduzidos, nos dizeres de Brandão (1958, p.22), “por espíritos incapazes, governados pelo deus Mercúrio”, muitas

benfeitorias foram realizadas nessa época nas três estâncias, acumulando trabalho social, como aterros, novas captações, arruamento e canalizações.

Atualmente, a ideia de que a água mineral é uma riqueza está presente na esfera pública e frequentemente tomamos nota disso durante a imersão no campo. Talvez a transmissão cultural dessa estrutura seja um dos exemplos mais evidentes da colonização do mundo da vida pela racionalidade instrumental, acentuadamente econômica. Importante é frisar a diferença fundamental entre dizer que as águas minerais são uma riqueza, como uma figura de linguagem, uma metáfora com lastro afetivo, e dizer que elas são uma riqueza com sentido de valor de troca, valor monetário, que pode ser convertido em moeda corrente, que é o caso aqui.

O volume de água que sai do fontanário e não é coletado, que escorre pelo ralo e vai para o ribeirão, costuma ser percebido como desperdício por alguns coletores nas três cidades. “É dinheiro escorrendo pelas mãos” diz um coletor. Um outro sugere armazenar em tanques para sua posterior comercialização. Um terceiro sugere colocar uma tampa ou torneira. Avaliamos que, o que todas essas angústias têm em comum é serem orientadas por uma racionalidade pré-científica mercantilista, que vê “ouro líquido” saindo das fontes, e que não percebe e/ou desconhece que a normalidade seria a água seguir seu ciclo, criando um charco e um rego d’água que vai tateando até o ribeirão. Indo um pouco além, quem sabe, a presença dessas águas seja determinante na nutrição ou intoxicação de alguma alga que por sua vez está contida num sistema de trocas e cadeias alimentares da ecologia ribeirinha, assim conectando-se à biosfera...

Enfim, a água descendo ralo abaixo é motivo para falar mal da prefeitura e do Estado, a exploração mercantil das águas minerais seria a solução para os problemas econômicos do município, “uma riqueza dessas e a cidade do jeito que está”. Ou ainda, há quem pense que seja uma solução ignorada propositalmente, como se vivesse sob uma conspiração política.

As fontes exercem um fascínio pela abundância e perenidade. Nos fontanários ouve-se constantemente turistas perguntando aos coletores nativos se o parque fecha a vazão de água à noite. – “Não, a água não para”, respondem. A essa resposta

segue geralmente um bate-papo sobre o fenômeno. Os nativos falam com orgulho, confiança, gratidão e carinho sobre as fontes, também acham graça na pergunta ingênua do forasteiro.

Período Científico

Situação observada: Recomendações crenoterápicas aos forasteiros

A criação da Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1808 pode ser interpretada como um evento inscrito no processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil, em decorrência de uma conjuntura de expansão das guerras napoleônicas na Europa.

Dentre os médicos formados por esta escola, estavam os filhos da elite latifundiária dos sertões da Mantiqueira. O retorno destes médicos recém-formados para o rincão natal foi fundamental para a consolidação do Período Científico.

Com o crescimento da povoação e a chegada da estrada de ferro, foi se formando, nos diferentes territórios, coalizões políticas capitaneadas pelos interesses entre médicos e políticos no sentido de criar uma agenda de refundação das localidades como cidades balneárias com diretrizes higienistas, cada qual com sua especificidade local, mas a historiografia das cidades mostra que a aliança é a mesma (ciência e política) (MARRAS, 2004).

Do final do século XIX até a década de 1960, o número de visitantes em todas as estâncias aumentou gradativamente. A historiografia local chama esse período de *belle époque*, as cidades estavam na moda, a elite do país veraneava por lá. Fundamentadas na ciência naturalista-positivista e no entretenimento, contam os historiadores que, as cidades viviam seus melhores dias.

Com o desenvolvimento da ciência, em meados do século XX, são refutadas as teses sobre a eficiência curativa das águas minerais. Assim, o novo consenso científico alega um baixo poder quimioterápico das águas, quando comparadas às drogas desenvolvidas pela farmacologia.

Contudo, a transmissão cultural do período científico pode ser facialmente percebida nas conversações do dia a dia, sobre o uso medicinal das águas, em que determinados elementos químicos

interagem com determinados órgãos do corpo humano, promovendo a cura.

É comum ouvir, da parte dos coletores, palavras como magnesiânica, ferruginosa, diurética, hepato-renal etc., e em todas as fontes existem placas com a descrição das características físico-químicas e efeitos terapêuticos das águas.

Certa vez, em Caxambu, acompanhando a chegada de um grupo de turistas, observamos que a guia turística respondia a uma bateria de perguntas relacionadas ao consumo das águas, ela utilizava esse vocabulário incomum para a maioria das pessoas. Numa linguagem 'científica', falava de águas alcalinas, bicarbonatadas e radioativas na fonte. O receio geral assentava-se no risco do desencadeamento de uma diarreia. A curiosidade era conhecer uma água que já sai da fonte com gás. O conselho da guia foi de que não bebessem muita água de uma só vez e evitassem misturar, recomendando as fontes D. Pedro e Viotti para encher as garrafas.

Enfim, atualmente, mesmo sem o prestígio científico de outrora, os argumentos de natureza positivo-naturalistas passaram a fazer parte do senso comum, e são reproduzidos por iniciados que não chegaram a estas conclusões por si próprios, mas via transmissões culturais, como nos ensina Benjamin (1987).

Para a medicina local as águas minerais é um assunto superado, de modo geral. Os médicos não se interessam sobre o assunto e o acesso a eles(as) é sempre mediado/dificultado por recepcionistas bem treinadas. Por meio de nossa abordagem dialógica e espontânea, não foi possível entrevistar nenhum médico, seja nos hospitais das cidades ou consultórios particulares. Contudo, esta mesma abordagem foi bem sucedida com outros(as) entrevistados(as) de classe média, como tabeliões, farmacêuticos, dentistas, funcionários públicos estaduais e federais.

Reinvenção

Situação observada: Pautando a pureza das águas nas ruínas da modernidade

Na segunda metade do século XX, inicia-se um outro período para a historiografia das cidades/

estâncias hidrominerais, que passam a lidar com uma crise econômica que tem como causas, duas transformações que impactaram profundamente o acervo imaterial e material destes lugares, a obsolescência das razões científicas naturalista-positivista sobre o uso das águas minerais e a proibição do jogo em 1946.

As estâncias continuaram colhendo frutos de seus investimentos e fama, passaram a entrar no roteiro de outros públicos, como as novas classes médias urbanas, congressos científicos, concentrações de times de futebol, dentre outros eventos. Mas o crescimento demográfico dos anos anteriores sem a moda da vilegiatura burguesa e a ‘indústria do jogo’ impactaram no desenvolvimento das cidades, o que causou desencanto, crise econômica e deterioração do patrimônio, demandando das administrações públicas municipais expedientes distintos dos demais municípios, que não possuem a peculiaridade do fenômeno da mineralização das águas, como sua razão de existir.

Esse fenômeno do mundo objetivo, desde que foi alvo do poder estatal e do dinheiro, está na agenda dos administradores públicos e privados de diferentes maneiras no devir histórico, e prova disso é que as racionalidades que orientaram a criação e recriação das estâncias, deixaram de ser os fios condutores dos consensos contemporâneos, mas, as águas ainda estão sob a tutela desses dois subsistemas. Histórias foram silenciadas e a aliança entre a ciência e a política foi rompida, mas o poder burocrático e econômico persiste.

O turismo ainda tem impacto na economia, mas distante dos “bons tempos”. “Fomos empobrecidos” nos disse um prefeito. Dentre os coletores entrevistados, 68,5% afirmaram que seu trabalho não tem relação direta com o turismo. Poucos hotéis da “*belle époque*” ainda estão em atividade. A maioria não foi construída naquela época, mas ostentam tradição, com mérito, e a arquitetura deixa evidente que são de outra geração, contudo, são emblemáticos e pontos de referência nos centros das cidades, frutos da reinvenção que modernizou o moderno que envelhecia.

Existem ruínas de hotéis e hotéis fechados ou em vias de fechar, seja por falta de hóspedes ou por não conseguirem se adequar às atuais normas de

segurança contra incêndios. Outros se reinventaram passando a hospedar prefeituras e outras repartições públicas, ou ainda, foram transformados em condomínios habitacionais.

O declínio do veraneio foi acompanhado pelo aumento da exploração comercial das águas minerais engarrafadas. Contudo, o desenvolvimento técnico-científico da indústria não foi acompanhado de um desenvolvimento epistemológico. Nos dias atuais, as águas minerais são tratadas como minério/commodity pela engenharia administrativa neoliberal. Essa racionalidade mercantilista com características pré-modernas ainda fundamenta os atuais modelos de gestão e exploração das águas minerais. A imprudência ecológica dessas ações mercantis tem provocado mobilização social crítica ao modelo. Estas reações agem na esfera pública e institucional mobilizando meios para a criação de regulações que limitem o escopo de ação dos sistemas político e econômico. O caso mais conhecido na região é em relação à superexploração e desmineralização das águas pela empresa Nestlé, em São Lourenço (LOBATO, 2018).

Nas cidades estudadas, mobilizações neste sentido são empreendidas por instituições da sociedade civil organizada e universidades. Estas parcerias têm contribuído para que, no âmbito jurídico, concessões mercantis e alvarás sanitários tenham que seguir normas mais específicas, que as definidas até então, seja pelo código de mineração, seja pelos planos diretores, em função da raridade das águas minerais e seu estoque cultural, além de mais transparência nos editais e contratos.

A contaminação do aquífero por nitrato e nitrato foi identificado em 2018 (CODEMGE, 2018). As causas da contaminação podem ter correlação com a utilização de fertilizantes e da presença de lixões em toda serra da Mantiqueira.

Considerações finais

Durante a pesquisa de campo foram observados outros “relampejos de passados”, mas nos detivemos aos exemplos que avaliamos suficientes para ilustrar as diferentes formas com as quais as populações de Cambuquira, Caxambu e Lambari se relacionam com as águas minerais por

meio da tipificação de camadas históricas, cada qual com sua narrativa construída sobre determinado processo histórico e seu conjunto de ações. Permitindo analisar as estâncias hidrominerais enquanto invenção e construção social (PRATS, 1998).

As camadas da alegoria de cebola foram aqui tipificadas sob inspiração da historiografia local e da imersão no campo. Mas sua aplicação como método, pode contribuir, por exemplo, em dinâmicas de diagnósticos participativos ou em pesquisas históricas, sociológicas, antropológicas e arqueológicas, que também tenham como diretriz metodológica dinâmicas dialógicas com as comunidades. Posicionando a pesquisa no mundo real dos conflitos econômicos e das lutas políticas (FUNARI, 2002).

A alegoria da cebola permite o consórcio com teorias e métodos da historiografia contemporânea. Podendo, para além da utilização do vocabulário conceitual do campo, colaborar com o esclarecimento de questões como o “jogo de durações múltiplas da arquitetura de durações”.

Neste sentido, acreditamos que a alegoria da cebola possa inspirar também materiais didáticos, pois, oferece um modo de organizar visualmente, complexidades numa temporalidade presente-passado não linear.

Contudo, o modelo pode ser alvo de aprimoramento teórico e metodológico, e ser reaplicado em futuras pesquisas, sejam elas direcionadas aos inúmeros elementos inacabados do passado que podem ser encontrados na atualidade, seja para realizar prospecções em camadas específicas, posto que possuem, cada qual, inúmeras exigências deixadas sem resposta no presente.

A ousadia e imaginação de Benjamin supera o evolucionismo determinista entranhado no materialismo histórico, deslocando esse enfoque do campo das teorias fundamentadas por arquétipos platônicos, aristotélicos e cartesianos, para o campo das teorias estruturalistas e pós-estruturalistas, fundamentadas em arquétipos kantianos e pós-kantianos. Sua crítica a racionalidade instrumental é um salto paradigmático que abre espaços para a imaginação sociológica. Por exemplo, outros conceitos utilizados por Benjamin merecem mais espaço no modelo de análise, como o caso da

luta de classes.

Esse conceito pode ser ampliado para além dos conflitos entre proprietários e despossuídos, já que Benjamin fala de vencedores e derrotados. Neste caso, é a imposição da racionalidade instrumental sobre todas as dimensões da vida, que fomenta a luta pelo poder entre as próprias classes proprietárias, porque ser dono não é garantia de arbitrar sobre a verdade e o progresso.

Nos casos analisados, os primeiros vencidos acumulam derrotas, mas os vencedores eventuais não acumularam apenas vitórias. Os desterrados nunca foram reparados pelos sesmeiros, estes, por sua vez, tiveram que se submeter aos colonos mercadores, o que parece conveniente, mas derivou na perda de seu poder absoluto. Quando chegam os primeiros modernos, as vilas são refundadas e a “elite rústica” alia-se à “elite ilustrada”, nova conveniência, mas que por sua vez deixou vulnerável essa aliança política à crença positivista do progresso. Quando os ideais de modernidade que sustentavam tal aliança ficaram obsoletos, as “elites locais” que, hoje dão nome as ruas e avenidas, perderam seu poder para uma elite financeira não residente e impessoal, todavia representada por trabalhadores técnicos e burocratas. Novamente o que aparenta ser um desenvolvimento conveniente, faz com que na atualidade, até mesmo pequenos reparos nos fontanários sejam submetidos a estruturas verticais de comando, onde o poder local é meramente consultivo. Não que patrimônios materiais devam estar desprotegidos por arranjos institucionais e expostos a caprichos idiossincráticos, o caso aqui é outro, houve a dissolução do poder sem acarretar em compartilhamento de poder, ou seja, a elite local foi vencida por uma elite desterritorializada. E é dessa forma que a catástrofe da contaminação irreversível do aquífero surge como possibilidade futura e parece impor-se como destino inevitável, pois, mesmo que identificada e anunciada pela racionalidade instrumental, sua solução só é compreendida e aceita por meio de mais ações instrumentais de redução de danos e gerida por administradores que precisam apresentar dividendos crescentes caso queiram permanecer no cargo.

Evitar essa catástrofe seria um ato revolucionário sob o enfoque benjaminiano, apenas ações reativas e remediais não serão suficientes. A

certeza de que a catástrofe está em curso deve despertar o pessimismo pró ativo. Pois, manter excluídas as comunidades das tomadas de decisão, impondo critérios e procedimentos que desqualificam outras formas de compreensão da realidade natural e humana, para continuar drenando os recursos gerados pelo extrativismo mineral para a elite de plantão, está na raiz da alegoria da cebola, todas as camadas tem essa característica, logo, não será por aí a solução.

Referências

- ASSIS, R.J.S & CORDEIRO, V.D. A teoria da história em Walter Benjamin: uma construção entre “História e Coleccionismo: Eduard Fuchs” e as “Teses sobre o conceito de história”. **Revista de Teoria da História**. Ano 5, Número 10, dez/2013.
- BARROS, José D’Assunção. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. **Dimensões**, Vitória. vol. 32 p. 240-266. 2014.
- BARROS, José D’Assunção. História local e história regional: a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**. São Gonçalo, v.18, n. 2, p. 22-53, 2022.
- BENJAMIN, W. Teses Sobre o Conceito de História. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In **Walter Benjamin - Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo:Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BENJAMIN, W. História e Coleccionismo: Edward Fuchs. In: **Discursos interrompidos**. Madrid: Taurus, p. 87-135. 1973.
- BRANDÃO, T. **Cambuquira**: estância hidromineral e climática. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 1958.
- Companhia de desenvolvimento de Minas Gerais CODEMGE. **Institucional**. <http://recursomineralmg.codemge.com.br/substancias-minerais/agua-mineral/#%C3%A1guas-minerais-em-minas-gerais> acessado em 02 de julho de 2020.
- FUNARI, P.P.A. A arqueologia pública na América latina e seu contexto mundial. **Fronteiras : revista de História**, Campo Grande, MS, 6(11): 87-96, jan./jun. 2002.
- GAGNEBIN, J. M. **Walter Benjamin**: os cacos da história. Editora brasiliense. Tradução; Sônia Salzstein. 2ª ed. São Paulo, 1993.
- GAGNEBIN, J. M. Documentos da Cultura/Documentos da Barbárie. **Revista Ide**, 31(46). São Paulo, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Municípios**. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acessado em 02 de julho de 2020.
- LEMES de SOUZA, A. P. A diáspora da água. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Org.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil**. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.
- LOBATO, C. B. de P. **Água pra qué(m)**: discurso e identidade na resistência à superexploração de água mineral em São Lourenço. 2018. 139 p. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

LOWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Revista de Estudos Avançados**, V. 16, 2002.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - v. 17, n 4. 2002.

MARRAS, S. **A propósito de águas virtuosas**: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2004.

MILEO, J.N. **Subsídios para a história de Lambari**. Gráficavila. Guaratinguetá, SP. 1970.

MONAT, H. **Caxambu**. Ed. Luiz Macedo. Rio de Janeiro. 1894.

OLIVEIRA, L. C. de. Gestão social e racionalidade comunicativa: análise da prática cultural de coletar água mineral na fonte. 2020. 166 p. **Tese** (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021. <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/46088>

PEDROSA-SOARES, Antônio C.; JEBER, Adriana; ALKMIM, Fernando F. de; SCUDINO, Paulo C. B.; LA TERRA, Emanuele F.; VOLL, Eliane (coordenadores). **SIGA/CIRCUITO DAS ÁGUAS**: Caracterização geoambiental, geológica, geofísica, hidrogeológica e hidrogeoquímica do Circuito da Águas de Minas Gerais, com ênfase nos parques hidrominerais de Caxambu, Cambuquira, Marimbeiro, Contendas e Lambari. – 1ª ed. – Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) – 2018.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. In: PRATS, L. (Org.) **Política y Sociedad**. Madri. Universidad de Barcelona, 1998. P. 63-76.

SULIANI, C. R. D. P.; KLANOVICZ, J. & SILVA C. M. Antropoceno: história, historiografia e perspectivas. **Cadernos do CEOM**. v. 36, n. 59, Chapecó, 2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2023.59.03>

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Física, metafísica e mitofísica**. Colóquio do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Apresentação oral realizada no dia 04 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hygylCWmdYg&t=816s>.

WERNECK, A. **Judith**. Tipografia 'A Editora Limitada'. Lisboa, 1912.

A antropologia da imagem e a greve geral de 1917 em São Paulo: uma leitura da iconografia fotográfica da morte e a memória do operário José Martinez*

The anthropology of image and the 1917 general strike in São Paulo: a reading of the photographic iconography of death and the memory of worker José Martinez

Eliane Cristina Furoni Vieira dos Santos**

Lucia Maria Machado Bógus***

Palavras-chave:
Greve Geral 1917
Fotografia
Imagem

Resumo: Este artigo traz a proposta de análise das imagens (fotografias) da Greve Geral de 1917, mais especificamente do cortejo fúnebre do imigrante espanhol José Ineguez Martinez, morto durante o movimento paredista em consequência da repressão empreendida pela Força Pública. Sob a ótica da Antropologia da Imagem, cuja teoria permite analisar essas fotografias e tentar compreender o que emerge dessa análise aprofundada, o artigo possibilita conhecer os “silêncios” que podem conter as composições fotográficas e, através dessa investigação, compreender o legado dessas imagens, considerando suas inscrições na memória social ao longo do tempo histórico.

Keywords:
General Strike 1917
Photography
Image

Abstract: This article proposes an analysis of images (photographs) of the 1917 General Strike, more specifically of the funeral procession of Spanish immigrant José Ineguez Martinez, killed during the wall movement as a result of the repression carried out by the Public Force. From the perspective of Image Anthropology, whose theory allows us to analyze these photographs and try to understand what emerges from this in-depth analysis, the article makes it possible to understand the “silences” that may contain photographic compositions and, through this investigation, understand the legacy of these images, considering their inscriptions in social memory throughout historical time.

Recebido em 28 de setembro de 2024. Aprovado em 28 de novembro de 2024.

Introdução

A Greve Geral de 1917 foi o marco das lutas sociais por melhores condições de vida e trabalho no início do século XX no Brasil. Iniciada em julho daquele ano no Cotonifício Crespi, indústria têxtil do bairro operário da Moóca na capital paulista,

alastrou-se rapidamente pelos demais bairros e adjacências, abarcando milhares de trabalhadores e trabalhadoras dos mais diversos setores laborais. Embora já tivessem ocorrido greves anteriores, a Greve de 1917 possuiu características importantes que a fizeram ser o símbolo da luta e surgimento da consciência da classe operária, ganhando seu papel

* Este artigo é parte da discussão da temática da pesquisa de mestrado que se encontra em andamento, intitulada: “Uma Questão Social a ser Compreendida: a repressão policial na Greve Geral de 1917 e os seus mortos e desaparecidos”

** Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. E-mail: elianefuroni@gmail.com.

*** Professora Doutora, titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, atua nas áreas de Sociologia Urbana e Demografia, com ênfase em Política Pública e População. E-mail: lbogus@pucsp.br; lubogus@uol.com.br.

basilar no movimento operário brasileiro (Toledo, 2017). Ocorrida num momento de grave crise econômica e social no período da República Velha (1889-1930), somados ao contexto externo da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), à alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade e às precárias condições de trabalho e de vida do operariado, a greve foi a resposta ao resultado do sufocamento da população menos favorecida.

Esse “fórum de luta de classes” (Toledo, 2017, p. 501) fez da Greve Geral de 1917 um dos maiores combates à exploração da classe trabalhadora. Em termos de importância e significado dentro da construção imagética, o panorama que mais se destaca é a presença de milhares de trabalhadoras e trabalhadores “desenhando” uma multidão de pessoas pela capital paulista. A representação de uma classe social que surge e insurge procura trazer a dimensão dessa massa operária que ousou ocupar as ruas de uma cidade que lhes era sua (por direito), mas que não era apropriada para seu usufruto, a não ser para transitar de casa para o trabalho e vice-versa.

A intenção neste artigo é discutir a representação dessa classe trabalhadora através das análises das imagens escolhidas para este trabalho, referentes à Greve Geral de 1917, mais precisamente, perscrutando as fotografias do cortejo fúnebre do imigrante espanhol José Martinez, e o que tudo isso representou sob a ótica da construção imagética que a Antropologia da Imagem permite estudar; utilizando a ideia de uma linha temporal que vai desde como eram as condições de vida e trabalho antes do movimento grevista, passando pela morte e o cortejo fúnebre, até o legado, nos dias de hoje, da imagem de Martinez.

A interpretação de uma fotografia pode ter vários enfoques, como apenas admirar o objeto, a pessoa, a paisagem, etc fotografados, ou, como é proposto neste trabalho, realizar uma análise antropológica - a qual requer que se faça uma sintaxe da imagem fotográfica - considerando os sujeitos explícitos e implícitos, a intencionalidade, o contexto histórico, social e político da época em que a fotografia fora produzida. Como diz Geertz (2008, p. 13) “traçar a curva de um discurso social: fixá-lo numa forma inspecionável”. Essa “forma inspecionável” de analisarmos uma fotografia proporciona que o ato de “olhar” seja uma ação mais

cuidadosa, mais demorada, identificando pormenores que estão contidos na composição fotográfica, mas sobretudo, fazendo emergir situações que se encontram implícitas, escondidas ou quase imperceptíveis. Através de um pequeno objeto (um retrato, uma paisagem), é possível compreender aspectos antropológicos e construir uma história que se encontra subjacente à imagem observada. Clifford Geertz (2008, p. 17) diz que “somente pequenos vãos de raciocínio tendem a ser efetivos em antropologia”.

E, diante dessa abordagem antropológica, a “análise da fotografia” é transformada em “análise da imagem”. Na concepção antropológica de imagem, para entendimento da proposta deste trabalho, é trazida, também, a consideração de Hans Belting de que a imagem pode viver em uma figura, em um objeto, mas não vai se equiparar a eles. Ou seja, ela é produzida pelo ser humano que a constrói através de seus sentidos (tato e visão, por exemplo) de modo que “ela só faz sentido quando somos nós que a perguntamos, porque vivemos em corpos físicos” (Belting, 2005, p. 66).

Com isso, dentro dessa metodologia de análise, qual seja, a “forma inspecionável”, será feita a observação das fotografias icônicas da Greve Geral de 1917, considerando também, o papel historiográfico que essas fotografias possuem no sentido de que essas mesmas reproduções fotográficas são fontes históricas. O documento iconográfico, juntamente com outros documentos que dizem sobre ele pode ser um considerável aliado na interpretação de fatos históricos, sendo este uma fonte primária. O que emerge das fotografias pode ser uma ferramenta essencial de interpretação dos fatos que carregam genealogias e historicidades, sendo uma importante proposta de investigação (Kossoy, 2001; Schwarcz, 2014).

Assim, através deste artigo, propõe-se realizar a “leitura das imagens” da Greve de 1917 e observar os “pequenos silêncios” que podem conter as fotografias, com enfoque na ocorrência mais significativa desse movimento, que foi a morte do sapateiro espanhol José Martinez, vítima da repressão e que causou uma enorme comoção, fazendo com que a greve tomasse proporções inimagináveis e se tornasse, sobretudo, um símbolo de solidariedade entre a classe trabalhadora.

A greve e a sua imagem

O conhecimento das imagens, de sua origem, suas leis é uma das chaves de nosso tempo. (...) É o meio também de julgar o passado com olhos novos e pedir-lhe esclarecimentos condizentes com nossas preocupações presentes, refazendo uma vez mais a história à nossa medida, como é o direito e dever de cada geração. (FRANCASTEL, Pierre – A Realidade Figurativa)

O Cotonifício e os operários



Figura 1 – Trabalhadores em frente ao Cotonifício Crespi

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Esta fotografia foi tirada, provavelmente, em 1907. Ela mostra uma das mais importantes fábricas têxteis da década de 1910 na cidade de São Paulo. Trata-se do Cotonifício Crespi, que em 1917, foi palco do início dos movimentos grevistas.

Na Rua Visconde de Laguna, esquina com a Rua dos Trilhos, trabalhadoras e trabalhadores fixam seus olhares em direção ao aparelho fotográfico e uns até ensaiam uma pose. Chama a atenção a quantidade de crianças operárias e mulheres jovens, constatando-se a questão social vivida pela classe trabalhadora da época. Suas vestimentas denotam suas condições: as mulheres com vestidos e aventais de operárias e com os cabelos presos, bem ao estilo da época. Os homens vestem calças e camisas e alguns estão com casacos. Todos eles estão de chapéus. Talvez a qualidade dessas roupas não seja a mesma da confeccionada com os tecidos que produziam na fábrica. Seus semblantes carregam o

peso do trabalho extenuante e das longas jornadas diárias.

As crianças menores, algumas delas, prestam atenção ao seu entorno, enquanto que a maioria fita atentamente às prováveis orientações do fotógrafo. Os mais pequeninos formam a linha de frente desta composição fotográfica e estão

abraçados. As roupas das crianças reproduziam as roupas dos adultos: as meninas com vestidos e sapatos cujos modelos lembravam os utilizados pelas mulheres adultas e os meninos com roupas e chapéus, cujas vestimentas simulavam serem “pequenos homens”. A infância era-lhes roubada não apenas exercendo o ofício de operários, mas, também, em seus costumes. Naquele período, era muito comum empregar crianças nas fábricas, pois, seus corpos pequenos e ágeis facilitavam nos serviços de apoio à logística fabril. Entre os teares das indústrias, esses pequenos e pequenas alimentavam as máquinas com rolos de linhas e buscavam um ou outro material nas seções que necessitavam de reposições (por vezes se machucando nessa tarefa). Na lógica do mercado liberal da Velha República, a admissão de crianças como trabalhadores ajudava a baratear o custo da mão-de-obra e a desvalorizar os salários.

Através da representação iconográfica, como observa Boris Kossoy, é possível depreender (se realizado com olhar mais atento) o contexto social e político em que a fotografia está inserida, possibilitando compreender ideologias para além da estética dos personagens envolvidos na composição fotográfica:

(...) a representação fotográfica reflete e documenta em seu conteúdo não apenas uma estética inerente à sua expressão, mas também uma estética de vida ideologicamente preponderante num particular contexto social e geográfico, num momento preciso da história. (Kossoy, 2001, p. 133)

Continuando a análise da fotografia, nota-se na fachada da fábrica, acima do que parece ser uma grande janela, bem ao lado de um poste de energia, umas inscrições que pela qualidade do material fotográfico não estão bem nítidas, porém, a indicação do ano de 1897 salta aos olhos. Nas construções daquela época era comum ter a

anotação do ano em que as edificações foram construídas e neste caso do Cotonifício Crespi, o ano de 1897 é o ano de sua fundação. Abaixo

consta a inscrição “Regoli, Crespi & Cia” que era a razão social do Cotonifício. O industrial Rodolfo Crespi inicia o empreendimento em sociedade com seu sogro Pietro Regoli em 1897 (desfeita em 1904). Em 1917, a fábrica já se encontrava sob a direção única de Crespi.

No canto esquerdo do retrato, é possível notar sob os pés de alguns garotos, os trilhos do bonde que circulava pelas ruas do bairro da Moóca. No entroncamento registrado na fotografia, fica a rua que recebeu o nome de “Rua dos Trilhos”, cuja nomenclatura permanece até os dias atuais. Na visão da lateral da fábrica, no lado esquerdo da foto, ao longo das grandes janelas, aparecem algumas pessoas que encontraram uma melhor maneira de sair no registro fotográfico, possivelmente, por conta da aglomeração dos demais trabalhadores. Por toda a extensão da edificação (nas duas laterais do Cotonifício) é possível notar a composição arquitetônica com frontões e grandes janelas, o que denotava a imponência das indústrias no início do século XX.

Este registro fotográfico eternizou a característica dos trabalhadores que, dez anos depois, dariam início à jornada de luta, que ocorreria ao longo do mês de julho até meados de agosto de 1917. A inscrição imagética que ficaria para a posteridade merecia aqueles minutos de atenção dos futuros agentes da Greve. A fotografia permitiu dar visibilidade àqueles sujeitos e sujeitas que eram considerados invisíveis e até indesejáveis para a sociedade burguesa industrial que apenas os considerava como mão-de-obra explorável. A imagem construída de significados disse mais deles do que fora captado pela lente. Em outras palavras, foi possível extrair uma nova leitura para além daquela que a fotografia revelou, ou conforme ensina Boris Kossoy (2001, p.96): poder fazer “uma incursão em profundidade na cena representada”.

O mártir representado nas imagens

*Toda fotografia é um resíduo do passado.
(KOSSOY, Boris - Fotografia e História)*

O jovem Martinez

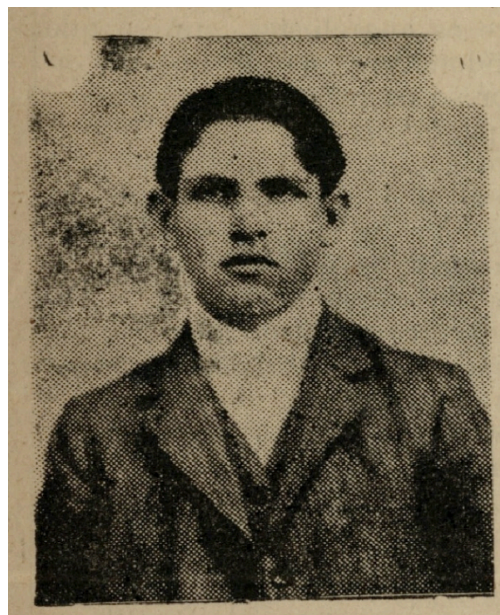


Figura 2 – O retrato de José Martinez

Fonte: Jornal a Plebe (21/07/1917) Ano I - Ed Nº 6, p. 4

Espanhol, 21 anos, sapateiro de profissão e membro do Grupo Jovens Incansáveis de orientação anarquista. Esse era José Iniguez Martinez.

Martinez, como ficou conhecido, chegou ao Brasil, juntamente com sua família, no início do ano de 1917. Vindos da Argentina, estabeleceram-se na Rua Caetano Pinto, na casa de número 91, no bairro operário do Brás. Talvez este retrato tenha sido feito para a documentação da imigração. Com os olhos voltados para o horizonte, esse rapaz poderia estar pensando no futuro que seria concebido num país diferente do seu. Esta fotografia foi publicada nos jornais e revistas durante o movimento grevista de 1917.

Esta fotografia passou por uma técnica chamada de “*half-tone*”¹ (meio tom). A imagem reticulada era resultado desse processo para reprodução em jornais e revistas. Embora não apresentasse nitidez, era o método mais econômico para publicação em jornais de baixo custo.

No dia 09 de julho de 1917 acontece um enfrentamento na porta da Fábrica Mariângela, de propriedade do industrial Francisco Matarazzo. Operários e soldados da Força Pública entram em confronto seguido de tiroteio. No meio do alvoroço, Martinez é ferido gravemente por uma bala de revólver. Atendido ali mesmo, na Rua Monsenhor

Andrade, no bairro do Brás, o jovem é encaminhado à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Na manhã do dia 10 de julho, às 09:30h, José Martinez, com ferimentos graves na região do tórax e abdômen, não resiste e falece. De acordo com informações veiculadas nos noticiários da época, seu irmão, inconformado com o acontecido, dirige-se ao prédio da Polícia Central e começa a gritar impropérios aos policiais numa atitude desesperada, possivelmente tentando procurar os culpados pelo ocorrido. Os jornais noticiaram amplamente o ocorrido.

Após a divulgação de seu falecimento, muitos operários e operárias se reuniram no Salão Almeida Garrett, na região central do bairro do Brás, para discutirem sobre os acontecimentos. Naquele momento, decidem divulgar boletins para convocar os trabalhadores e trabalhadoras a estarem presente no funeral de José Martinez e a protestar contra as violências da polícia.

O retrato do jovem ficou impresso por dias nas colunas dos noticiários da Greve, circulando em São Paulo e em outros estados do país. Deixou marcado o olhar do rapaz sério, de roupa elegante, postura distinta, que permaneceu além do tempo e transformou a imagem em “memória cristalizada”, como diz Boris Kossoy (2001, p. 152), fazendo daquela fotografia uma fonte de recordação e emoção. Um fragmento que se destacou da descontinuidade da vida.

A solidariedade



Figura 3 – A multidão se dirige ao Brás

Fonte: Revista “A Cigarra” (26/07/1917) Ano IV - Ed Nº 71, p. 12

Nessa foto, constata-se milhares de pessoas que descem a Ladeira do Carmo, na região central de São Paulo, a caminho do bairro operário do Brás. A convocação para o funeral de Martinez mobiliza a população e transforma o movimento grevista, também, em movimento de solidariedade, fazendo com que muitos trabalhadores decidissem aderir à greve. A morte do jovem operário causou uma enorme comoção.

Neste registro é possível verificar que uma grande quantidade de pessoas tomou toda a extensão da rua. Logo de início, percebe-se muitas crianças e rapazes; passando mais os olhos pela fotografia, nota-se as bandeiras anarquistas no meio da multidão. Ao longo da ladeira, na lateral direita, verifica-se as construções da década de 1910. Ainda no canto direito da imagem, há o que parece ser um toldo meio caído (uma figura imprecisa para ser descrita). No canto esquerdo da fotografia identifica-se uns rapazes e um garoto que está à frente deles, num local que parece ser a igreja da Ordem Terceira do Carmo². Os olhos atentos dos retratados se faz presente. A fotografia foi realizada para a revista “A Cigarra”³. O periódico quinzenal que tratava de questões do cotidiano (variedades) e com um editorial que atraía a elite paulistana do início do século XX, estampou em suas páginas, naquelas semanas de julho de 1917, a questão dos trabalhadores que protagonizavam sua luta pelas ruas de São Paulo.

A câmera fotográfica estava estacionada no patamar em frente à igreja. O trecho em questão é hoje a Rangel Pestana (antiga Ladeira do Carmo), uma movimentada avenida que conecta o Brás ao centro velho da capital paulista. Quem a produziu tomou o cuidado de se posicionar de um local onde pudesse ter uma melhor visão daquela multidão que caminhava lentamente, como numa procissão. Não se sabe quantos registros foram feitos desse evento, mas fica claro, por exemplo, que o fotógrafo esperou as bandeiras estarem num local representativo da imagem, já que, aparentemente, haviam apenas essas duas. Isso demonstra que quem fotografou tinha interesse de realçar a questão político-ideológica envolvida no ato. Os jornais do país, especialmente os de visão burguesa, insistiam que embora a greve fosse um direito justo e sensato, os anarquistas eram elementos perniciosos para o convívio em sociedade

e que eram os responsáveis pelos atos violentos no transcorrer da greve. Segundo essa visão, a polícia agiu com emprego da força em resposta à ação violenta dos militantes grevistas.

De qualquer forma, a imagem produzida, captada nesse fragmento de fotografia, traduziu a grandiosidade do que foi aquele movimento de 1917. Imagens são linguagens construídas por meio de nossos sentidos, e que tem significados sociais e políticos. Talvez esses trabalhadores e trabalhadoras não soubessem, mas naquele momento estavam exercendo esses papéis (sociais e políticos). Seus corpos eram as suas armas na interface desse levante.

O velório



Figura 4 – O caixão de Martinez

Fonte: Biblioteca Terra Livre

A multidão convocada aglomera-se e busca ajeitar o féretro e sua coroa de flores com cadeiras para sustentá-lo. Quem sabe essa composição fora exigência do próprio fotógrafo para um melhor enquadramento, ou talvez, para demonstrar a intencionalidade da fotografia: o semicírculo formado pelas pessoas e o caixão centralizado, os rostos atentos para o registro, as pessoas com os chapéus em mãos (num claro sinal de respeito) e a exibição dos símbolos como as bandeiras. O fato é que na manhã fria e chuvosa de 12 de julho de 1917, uma quinta-feira, o caixão com o corpo de José Martinez é velado por parentes, amigos e operários solidários ao movimento.

Verifica-se que o caixão é confeccionado de madeira simples, sem ornamentos, talvez de cor preta, com uma lista de coloração clara que envolve

suas laterais⁵. Aquele era um funeral completamente diferente dos funerais dos industriais da época: com carros acompanhando, centenas de coroas de flores e o povo, literalmente, à margem do evento. As celebrações fúnebres⁶ do empresário do ramo varejista e têxtil, o libanês Nami Jafet (1860-1923), é exemplo disso. Ao invés de simples registros fotográficos, seu funeral foi inteiramente filmado (o recurso filmográfico era extremamente caro naquele tempo), mostrando desde seu casarão onde ocorreu o velório, passando pelo cortejo conduzido por carros, até a chegada e sepultamento no Cemitério da Consolação.

Dando seguimento à leitura da imagem, no canto esquerdo da fotografia nota-se que há uma mulher quase que coberta por uma bandeira; outra mulher é possível ser identificada segurando um estandarte do lado direito do caixão; um homem segura o outro estandarte, do lado esquerdo. Dois rapazes do lado direito da fotografia não estavam atentos ao clique do fotógrafo: nota-se seus rostos virados para o lado contrário e um deles está sorrindo. O motivo do sorriso é desconhecido.

As pessoas deste retrato eram, possivelmente, imigrantes em sua maioria. Faziam parte dos Comitês das Ligas Operárias e estavam ali não apenas para prestar as condolências aos familiares do jovem assassinado e lhe fazer a última despedida, mas, sobretudo, para realizar um ato político e de repúdio às violências sofridas durante o movimento paredista. Martinez era a primeira vítima fatal da repressão que a polícia empreendeu contra os grevistas. No dia seguinte, mais duas pessoas morreriam nos confrontos: Eduarda Bindo, uma garota de 08 anos, atingida na cabeça, num episódio no bairro da Barra Funda e Nicola Salerno, pedreiro de 28 anos, baleado na Rua Augusta. Não existem registros fotográficos realizados (ou talvez se perderam ao longo do tempo) dessas outras mortes.

Também não há fotografias do velório de Martinez, propriamente dito, com o caixão aberto e seu corpo exposto. Não sabemos se foram realizadas e perdidas com o passar do tempo, ou se realmente esse momento do funeral não foi registrado. É possível também, por conta da repressão, que esses registros tenham sido destruídos. Essa “falta” da imagem do corpo de Martinez pode causar uma falsa percepção da realidade dando a impressão de que o

“morto não existiu”, ou como discorda Boris Kossoy em seu livro “Fotografia e História” (2001), de se acreditar (como prova irrefutável) se existe registro fotográfico, existe o fato. Interessante salientar, que, de forma geral, a crença na verdade está ligada à objetividade positivista da fotografia. Essa realidade é criada apenas do ponto de vista iconográfico (o registro fotográfico propriamente dito). No entanto, dentro da construção imagética, pode haver outras realidades subjacentes, silenciadas e escondidas; isto é, não é pelo motivo de não existirem as imagens que o fato não aconteceu.

O cortejo



Figura 5 – O caixão de Martinez sendo carregado

Fonte: Jornal a Plebe (25/08/1917) Ano I - Ed Nº 11, p. 4

As notícias dos jornais davam conta de que o cortejo fúnebre de Martinez iniciou com cerca de duas mil pessoas. A fotografia captura uma parte dessa multidão. Nela percebe-se muitos homens com seus chapéus e vestimentas típicas da década de 1910 e uma mulher no canto inferior direito segurando o que parecia ser um ramallete de flores. Apenas um dos presentes segura um guarda-chuva. Os noticiários diziam ser aquele um dia frio e chuvoso na cidade de São Paulo.

Alguns desses homens prestam-se a segurar o caixão em seus ombros (ao invés de utilizarem suas alças) naquela que era a marcha rumo ao cemitério do Araçá. Às 09h, conforme combinado pelos organizadores, o séquito saiu da Rua Caetano Pinto e foi em direção à Av. Rangel Pestana, passando pela Ladeira do Carmo, a Rua do Carmo, a Rua Benjamin Constant, pelo Largo da Sé e a Rua Quinze de Novembro. Seu cortejo não teve carros,

mas sim, companheiros que se revezavam para carregar o seu caixão, atravessando a cidade. Era um “cortejo-protesto”.

Neste momento da caminhada, o fotógrafo faz um registro em uma perspectiva acima dos presentes. A fotografia foi feita em alguma sacada das residências daquela rua, através do que parece ser a beirada dessa edificação bem no canto esquerdo da imagem. Mais uma vez é notória a atenção que os presentes dispensam à câmera que registrou a foto, eternizada nos jornais da época. Um deles, bem ao centro da fotografia, levanta o seu chapéu como num gesto de aceno ao fotógrafo. A cena indica a movimentação do cortejo. Há um homem, à frente do caixão, de terno e chapéu escuros, que se posiciona como que a orientar o cortejo. Poderia ser um parente do jovem sapateiro espanhol? Um amigo? Impossível saber. Culturalmente, os parentes e amigos mais próximos do falecido são os que ficam junto ao féretro. Na parte superior da fotografia (o que seria na parte detrás do caixão), verifica-se alguns homens conversando entre si e outros com seus rostos voltados para o lado esquerdo da fotografia, de modo que parecessem estar prestando atenção em algo que não fosse àquela comitiva. O que poderia estar acontecendo de mais importante? Algo ocorreu e não foi registrado pela câmera fotográfica? Também não será possível saber.



Figura 6 – O cortejo fúnebre

Fonte: Jornal a Plebe (28/07/1917) Ano I - Ed Nº 7, p. 4

No canto superior esquerdo da imagem (continuando a análise da Figura 5), nota-se a presença de alguns soldados da Força Pública. A polícia acompanhou o cortejo até o cemitério. Não estavam desempenhando o papel protetivo da população e sim, tentando coibir manifestações mais

calorosas e impedindo que passassem por determinados caminhos da região central de São Paulo. O corpo sem vida do jovem operário Martinez é levado pela multidão. Naquele momento, aquele corpo se tornava o lema, a bandeira daquela luta.

A morte também costuma denunciar as classes sociais. Entre o Cemitério do Araçá e o da Consolação, Martinez não teve outra escolha: sua condição de imigrante pobre e operário permitia-lhe ter como última morada a Quadra Geral do Cemitério do Araçá.

No Cemitério da Consolação era onde sepultavam as pessoas de classe mais abastada. O Comitê de Defesa Proletária fez uma arrecadação em prol da família de José Martinez para auxiliar nos custos do enterro. No jornal operário “A Plebe”, de julho de 1917, foram divulgados os balanços das arrecadações que não só favoreceram o sepultamento do jovem espanhol, como também, dos outros dois mortos oficiais da Greve Geral (a menina Eduarda e o pedreiro Nicola Salerno), ambos também sepultados no Araçá. O Comitê arrecadou dinheiro durante todo o movimento grevista para auxiliar seus companheiros, inclusive para as custas processuais nos pedidos de habeas corpus de operários que se encontravam presos.



Figura 7 – Mais um aspecto do cortejo fúnebre

Fonte: Jornal a Plebe (18/08/1917) Ano I - Ed Nº 10, p. 4

No canto superior esquerdo da imagem (continuando a análise da Figura 5), nota-se a presença de alguns soldados da Força Pública. A polícia acompanhou o cortejo até o cemitério. Não estavam desempenhando o papel protetivo da população e sim, tentando coibir manifestações mais calorosas e impedindo que passassem por

determinados caminhos da região central de São Paulo. O corpo sem vida do jovem operário Martinez é levado pela multidão. Naquele momento, aquele corpo se tornava o lema, a bandeira daquela luta.

As fotografias (Figuras 6 e 7) capturaram mais instantes do cortejo fúnebre que atravessou as ruas centrais de São Paulo e conseguiu transmitir a grande comoção causada na população. Estas fotos foram veiculadas no Jornal “A Plebe”⁷, periódico operário de orientação anarquista que cobriu amplamente os acontecimentos da Greve Geral de 1917. Por se tratarem de fotos impressas em jornal, não há nitidez na imagem, diferente das que eram publicadas nas revistas.

Na “Figura 6” verifica-se a multidão que continua em marcha em direção ao Cemitério do Araçá. Não há menção da rua em que se encontravam. Sob seus pés, os trilhos dos bondes que, àquela altura, já não mais trafegavam pelas ruas de São Paulo. No canto superior direito da foto, há um grupo de pessoas enfileiradas observando a passagem do cortejo. Em meio às pessoas, é possível notar a presença de mais soldados da Força Pública. Percebe-se, também, alguns participantes com guarda-chuvas e uma mulher, bem ao centro da foto, que caminha à frente do caixão, segurando as bandeiras. Diante dela, está uma pessoa carregando uma coroa de flores. A imagem do esquife de Martinez, sendo levado nos ombros de seus companheiros, se sobressai à composição fotográfica. Há uma polissemia inscrita nesta imagem: o estandarte anarquista e o símbolo de luta que o corpo de Martinez representou na Greve Geral, ou seja, as “bandeiras” do movimento operário. O “visível fotográfico” denominado por Kossoy (2001, p.156) nos mostra essa composição de sentidos à medida que identificamos, na fotografia, as bandeiras anarquistas (símbolos da luta política) sendo carregadas à frente do caixão, e a “bandeira” da luta grevista que se transformou o caixão sendo conduzido pelas ruas.

A “Figura 7” causa a impressão de que o cortejo vem se aproximando (tendo em vista a movimentação que a imagem reproduz). Também não há menção, na publicação da fotografia, em que parte da cidade se encontravam. Possivelmente esta foto também fora realizada em uma perspectiva

acima dos transeuntes. Na parte mais frontal da imagem, percebe-se alguns homens e crianças olhando para a câmera. Sob seus pés, os paralelepípedos da rua e o trilho dos bondes. Seguindo a linha visual desenhada pelo caminho que o caixão está sendo conduzido, nota-se, à frente, mais uma vez, as bandeiras anarquistas e as coroas de flores.

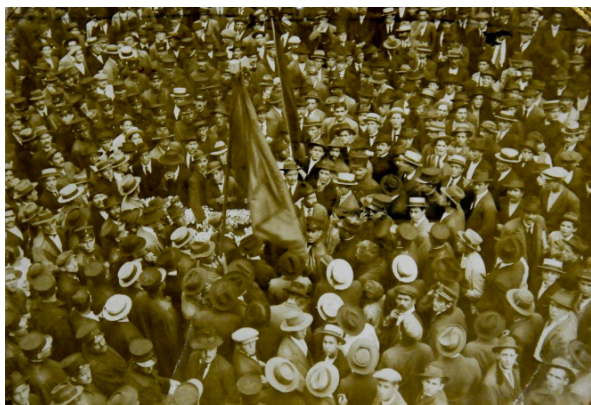


Figura 8 – O “cortejo-protesto”

Fonte: Revista “A Cigarra (26/07/1917) Ano IV - Ed Nº 04, p.12

A “Figura 8” continua contando a história dessa caminhada e de algumas paradas estratégicas que foram realizadas para que oradores pudessem fazer seus discursos. O jornal “Correio Paulistano”, de 12 de julho de 1917, conta que o cortejo parou nas imediações do “Progredior” (um importante restaurante e café, localizado na Rua XV de Novembro, região central paulista), momento em que os manifestantes colocaram o caixão de Martinez no chão, indo uma comissão exigir do Delegado Geral da Polícia, o Sr. Thyrso Martins, a soltura do operário e anarquista Antonio Nalepinski, que se encontrava preso, por conta da greve, no prédio da Polícia Central, localizado nas proximidades da Rua XV de Novembro. Aos gritos de “Libertem Nalepinski!”, os companheiros de luta e luto fizeram suas exigências.

A foto mostra, numa perspectiva acima da multidão, uma dessas paradas do “cortejo-protesto”. Nesta reprodução fotográfica, verifica-se que possivelmente o caixão (tendo em vista as flores identificadas) encontra-se bem ao centro da imagem, ao que parece estar no chão, cercado pelos estandartes. A grande maioria das pessoas presentes levantam seus rostos para olharem para a câmera.

Pelas laterais, mais ao fundo e na parte da frente da foto, observa-se a presença dos soldados da Força Pública. Um desses soldados, inclusive, que aparece quase no canto inferior esquerdo da fotografia, olha para a lente com um semblante sisudo. A fotografia, talvez, tenha capturado a simbologia da repressão contra a questão da luta social⁸.

O cenário impresso em uma foto, como já discutido neste trabalho, não esgota as suas representações e seus significados na simples imagem retida no papel fotográfico. Em uma captura fotográfica estão contidas informações subjacentes, referentes ao contexto histórico, aos costumes, às problemáticas sociais, às questões políticas, etc. de uma época, ou seja, “um inventário de informações” sobre um determinado momento passado (Kossoy, 2001, p. 47) e que permanecem intrínsecas, submergindo, somente, através da leitura que é possível extrair dela.

Assim, permanecendo na ideia da leitura da imagem, sabe-se que, a essa altura do movimento, o mártir da Grande Greve já reunia cerca de 50 mil operários numa cidade de 400 mil habitantes (Biondi, 2009). São Paulo estava tomada pelos manifestantes. Os estabelecimentos com suas portas fechadas, os bondes parados, o fornecimento de gás e energia elétrica interrompidos. A cidade pertencia – naquele instante – aos trabalhadores e às trabalhadoras, e não apenas à elite que os explorava. Continuaram seu cortejo pelo Viaduto do Chá, pela Rua Xavier de Toledo, Rua da Consolação e a Avenida Municipal (hoje Avenida Dr. Arnaldo), onde o cemitério se localiza. Depois de percorrerem cerca de cinco quilômetros (desde a saída do cortejo da Rua Caetano Pinto), por volta das 15h o corpo de José Martinez, finalmente, é sepultado na Quadra Geral nº 139, na sepultura nº 172 do Cemitério do Araújo.

Não há registros fotográficos desse momento, mas é sabido pelos noticiários dos periódicos, de que mais discursos de seus companheiros de luta foram proferidos ao pé de sua sepultura.

O legado da imagem de Martinez

Toda fotografia tem atrás de si uma história
(KOSSOY, Boris - *Fotografia e História*)

A sequência de fotos apresentadas (Figuras 9 e 10), mostram a quadra do Cemitério do Araçá nos dias atuais.

A “Figura 9” revela onde se encontra a lápide de José Martinez que faz homenagem ao mártir da Greve de 1917. Entre o seu sepultamento e a colocação desta placa, transcorreram cem anos⁹. Esta placa foi colocada durante as comemorações do Centenário da Greve Geral de 1917, num ato promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT-SP). Anterior ao ano de 2017, não havia qualquer identificação de onde se encontrava a sepultura de José Ineguez Martinez. Por meio de informações de diversas fontes (sobretudo jornais), colhidas em estudos realizados por historiadores como Edilene Toledo (2018) e Luigi Biondi (2018), Christina Lopreato (1996) e José Luiz Del Roio (2017), é que foi possível saber qual o cemitério e quadra em que ele havia sido sepultado. Não há registros fotográficos do túmulo de 1917, na Quadra Geral nº 139.

Esta lápide se encontra na Quadra nº 132x do cemitério. Ao fundo da fotografia, é possível identificar a condição dos túmulos que fazem parte deste terreno e, pelo que é visível, essas campas encontram-se muito danificadas (sem registros das inumações e destroçadas pela ação do tempo). A lápide, registrada na foto, mostra em seus dizeres que foi colocada em honra a José Martinez e homenageia, da mesma forma, todas as outras pessoas que fizeram parte da Greve Geral de 1917. Num lugar em que a cena de devastação é testemunhada, a lápide do mártir da Greve Geral demarca e simboliza a luta pela sobrevivência - dado o movimento grevista por melhores condições de vida - e a morte, provocada pela repressão policial a esta luta, silenciando as vozes que se insurgiram contra a exploração da classe trabalhadora no início do século XX.

A “Figura 10” mostra, de uma outra perspectiva da necrópole (a parte detrás de onde está instalada a lápide), a Quadra de número 132x¹⁰. Pode-se observar o aspecto de abandono em relação às outras quadras.

Constata-se, pela leitura da imagem, que um local de importância histórica e social está abandonado ao descaso, deixando de significar, de forma respeitosa e expressiva, aquele corpo que fora inumado ali, vítima da violência do Estado. O apagamento da memória social torna-se um projeto de poder à medida em impede a sociedade de conhecer o passado e com isso, constituir uma mentalidade crítica e consciente, a fim de evitar ou minimizar as relações de exploração. Essa observação mais atenta à fotografia e o que dela nos provoca, possibilita compreender aquilo que Walter Benjamin (1994, p. 94) trouxe ao dizer que “a natureza que fala à câmara não é a mesma que fala ao olhar”.

A sepultura



Figura 9 – A lápide de Martinez no Araçá

Fonte: Arquivo pessoal da autora - 26/01/2018



Figura 10 – O “Vietnã” (Quadra 132x)

Fonte: Arquivo pessoal da autora - 30/05/2024

O Troféu

Em 09 de julho de 2017 foi instituída, em São Paulo, a Lei Municipal 16.634 que comemora o Dia da Luta Operária. A figura de José Martinez se converte em medalha para premiar, desde então, as pessoas que se destacaram/destacam na luta trabalhista.

Martinez se torna símbolo mais uma vez, agora na forma de um busto que reconfigura seu retrato (Figura 11) em imagem tridimensional, confeccionado em ferro fundido. A tridimensionalidade extraída da imagem da fotografia é como se fosse a materialização dessa própria fotografia, criando textura e forma, aguçando mais os sentidos do expectador. A imagem produzida por esse “medium” parece que ganha muitos outros significados do que simplesmente o olhar para o papel fotográfico em que está reproduzido o retrato. Este mesmo retrato - por meio de uma nova configuração - torna-se objeto tátil, assim como na cultura da Grécia Antiga que se recorria “à máscaras, às efígies ou aos crânios enfeitados evocadores da pessoa falecida” (Belting, 2005, p. 65).

A representação simbólica de um troféu é, por natureza, uma representação de enobrecimento. Receber um troféu significa ter atingido o nível de excelência por algo realizado. José Martinez agora transmuta sua importância (da luta trabalhista, do movimento social, da resistência à exploração da classe trabalhadora) ao objeto e premia os que concorreram ou que concorrem para que seu legado permaneça. O objeto (troféu) é o significante que tal como uma estátua, uma fotografia, uma obra de arte ou uma placa comemorativa emitem seu significado. Para que se possa evidenciar a memória de fatos e pessoas, é necessário esse intermédio que é o objeto que “faz lembrar”, possibilitando fazer a composição imagética de uma sociedade, de um período, de um fato.

(...) Sob o efeito dos deslocamentos de poder, como os que estão hoje iminentes, aperfeiçoar e tornar mais exato o processo de captar traços fisionômicos pode converter-se numa necessidade vital. Quer sejamos de direita ou de esquerda, temos que nos habituar a ser vistos, venhamos de onde viermos(...). (Benjamin, 1994, pg 103)



Figura 11 – O busto de Martinez

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos

Considerações finais

Como afirmou Boris Kossoy (2001, p. 50) “toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural”. Com isso, ratifica-se essa afirmação, após as análises das imagens neste artigo, dizendo que a fotografia tem sua origem por meio do desejo não somente de um indivíduo, mas de um grupo, de uma classe que necessita transmitir ou construir situações, deixando impressões para quem as observa, como se pudesse (e por vezes, até consegue) reescrever a história a seu bel prazer com objetivo único de esconder fatos e constituir novas narrativas. As relações de disputas políticas podem ser criadas através das imagens de um tempo, de uma sociedade, de pessoas, etc. Em síntese: há sempre intencionalidades num registro iconográfico.

Por meio das “leituras atentas” que é possível realizar, emergem as imagens que estão subjacentes e que são traduzidas pelos diversos entendimentos e conhecimentos de mundo, experiências e experimentações. As imagens são compostas através dos sentidos dos seres humanos. É possível, contudo, conhecer outras culturas, compreender a própria cultura, descortinar intenções, e vislumbrar os agenciamentos dos retratados.

Através da análise das imagens da Greve Geral de 1917, percorrendo o que a morte de um jovem operário significou, viabilizou-se compreender fatos e utilizar a linguagem visual como ferramenta de interpretação e o fazer historiográfico.

Notas

- 1 Técnica conhecida também por meio-tom ou autotipia. Os tons de cinza da fotografia eram um gradiente de pequenos pontos quase imperceptíveis a olho nu. Depois de impressos em papel, a ilusão de ótica que se tinha fazia com que esses pontos se fundissem e parecessem a cor cinza em vários tons. Quanto maior os pontos, mais escuro o cinza.
- 2 Para conhecer sobre a Capela da Ordem Terceira do Carmo, ver trabalho de MURAYAMA, 2009.
- 3 Para conhecer sobre a linha editorial da revista, ver trabalho de BAIOCATO, 2012.
- 4 Na publicação de 26 de julho de 1917, intitulada “A Gréve Geral em S. Paulo” na revista “A Cigarra”, a legenda faz questão de realçar o fato das bandeiras serem vermelhas, associadas aos anarquistas.
- 5 Não há precisão em identificar as cores por conta da monocromia da reprodução fotográfica. Sobre as fotografias coloridas: o primeiro filme colorido moderno, o Kodachrome, foi introduzido somente em 1935.
- 6 Vide Filmografia “Funerais do Comendador Nami Jafet (1924)”
- 7 Para compreender sobre a ideologia do Jornal “A Plebe”, vide trabalho de GONÇALVES, 2008.
- 8 Na Primeira República (1889-1930), a questão social era tratada através da repressão policial ao invés do implemento de políticas públicas. As greves, sobretudo a Greve Geral de 1917, foram duramente reprimidas pela polícia com aval do Governo do Estado e dos industriais.
- 9 Em relação à data de sepultamento, há divergências de informações, sendo que alguns jornais trazem a data de enterramento no dia 10 de julho de 1917, outros no dia 11 de julho de 1917, porém, em pesquisas realizadas no livro de enterramento do cemitério do Araçá, disponível no site Family Search, a data oficial consta como 12 de julho de 1917. As inscrições na lápide constam como a data de sepultamento, o dia 10 de julho de 1917.
- 10 Em uma visita “in loco” ao Cemitério do Araçá, em 2024, passados 107 anos do enterro de José Martinez, suscitou-se a curiosidade em saber mais sobre essa quadra. A administração do cemitério informou que a mesma é conhecida pelos funcionários como “Vietnã” (visto à configuração de devastação, lembrando um campo de guerra), sendo

ela centenária e que foi utilizada para enterrar os ossos exumados da Quadra Geral nº 139 (onde fora sepultado Martinez em 1917).

Referências

- ACORSI, André Reinaldo; BONI, Paulo César. A margem de interpretação e a geração de sentido no fotojornalismo. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UnB*, 2006.
- APESP. Memória Urbana. **A grande São Paulo até 1940**. V. 2. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- BELTING, Hans. **Por uma antropologia da imagem**. Revista Concinnitas, v. 2, n. 8, p. 64-78, 2005.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. **Discursos interrompidos I**, p. 61-83, 1994.
- BIONDI, Luigi. A Greve Geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. **Cadernos AEL**, v.15, n.27, p.263-306, 2009.
- BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma Revolta Urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.
- DEL ROIO, José Luiz. **A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena**. São Paulo: Alameda, 2017.
- GEERTZ Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 2008
- GONÇALVES, Aracely Mehl; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A educação nas folhas do jornal “A Plebe”: 1917-1919. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 16, n. 2, pg. 361, 2008.

KOSSOY, B. **Fotografia & história**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. 1996. 273 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1996.

MURAYAMA, Eduardo Tsutomu. A Capela de Santa Teresa da Venerável Ordem Terceira do Carmo da cidade de São Paulo e o resgate da pintura do padre Jesuíno do Monte Carmelo. **Encontro da associação nacional de pesquisadores em artes plásticas transversalidades nas artes visuais**, v. 18, p. 1743-1755, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, p. 391-431, 2014.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 30, p. 497-518, 2017.

Os Nossos Mortos. **Jornal “A Plebe”**, São Paulo, 21 jul. de 1917. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/fd5d1677-ca0c-4147-83f7-589ede8882f9/content>. Acesso em: 31 jun. de 2024.

O Operário. **Jornal “A Plebe”**, 28 jul. de 1917. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/97def32f-1a95-45c0-a8d6-e2dedee61e25/content>. Acesso em: 31 jun. de 2024.

Reminiscências da Greve. **Jornal “A Plebe”**, 18 ago. de 1917. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/plebe/pdf/1917/10.pdf>. Acesso em: 31 jun. de 2024.

A Greve Geral em S. Paulo. **Revista “A Cigarra”**, 26 jul. 1917. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/37a12a40-4396-4df1-9c8e-94ecfe126d57/content>. Acesso em: 31 jun. de 2024.

A Greve Geral de 1917. **Biblioteca Terra Livre**: Disponível em: <https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/editora/a-gr-eve-geral-de-1917/>. Acesso em: 31 jun de 2024

Dia da Luta Operária, 9 de julho, celebra ativistas, lutas e conquistas. **Sindicato dos Metalúrgicos**: Disponível em: <https://metalurgicos.org.br/noticias/dia-da-luta-operaria-9-de-julho-celebra-ativistas/>. Acesso em: 31 jun.de 2024.

História do Cinema Brasileiro. **Funerais do Comendador Nami Jafet (1924) – Filme Completo**. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pD5T3rk3CKQ>. Acesso em: 06 jun. de 2024.

A atuação da pistolagem no ciberespaço como meio de controle da Fazenda Santa Clara, sudeste do Pará

The action of pistolagem in cyberspace as means of control of Fazenda Santa Clara, Southwest of Pará

Marcos Antonio Amorim Lemos*

Airton dos Reis Pereira**

Palavras-chave:
Pistolagem
Conflitos agrários
Violência

Resumo: Este artigo analisa o controle territorial exercido pela pistolagem no ciberespaço, tomando como caso os conflitos entre os trabalhadores rurais do Acampamento Boa Esperança e os proprietários da Fazenda Santa Clara, município de Marabá, ocorridos entre 2018 e 2021. Além das fontes bibliográficas, foram importantes as informações propiciadas por meio das análises dos inquéritos policiais da Delegacia de Conflitos Agrários (Deca), dos Processos Administrativos do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e do Ministério Público do Pará (MPPA), e do processo de ação de reintegração de posse, da Vara Agrária, sobre o litígio na Fazenda Santa Clara, bem como análises dos relatos orais de integrantes do Acampamento Boa Esperança e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobre a temática estudada. Os pistoleiros, utilizando-se da internet e de aparelhos digitais, além de armas de grosso calibre, intimidaram, ameaçaram e agrediram as famílias acampadas à medida que controlaram a área da fazenda.

Keywords:
Gunmen
Agrarian conflicts
Violence

Abstract: This article analyzes the territorial control exercised by gunmen in cyberspace, taking as a case the conflicts between the rural workers of the Good Hope Camp and the owners of Fazenda Santa Clara, municipality of Marabá, occurred between 2018 and 2021. In addition to the bibliographical sources, the information provided through the analysis of the police inquiries of the Agrarian Conflicts Police Station (Deca), the Administrative Processes of the Institute of Terras do Pará (Iterpa) and the Public Ministry of Pará (MPPA) and the process of reinstatement of possession action, the Agrarian Court, on the litigation at the Santa Clara Farm, as well as analysis of oral reports of members of the Camp Good Hope and the Pastoral Land Commission (CPT), on the subject studied. The gunmen, using the internet and digital devices, as well as large-caliber weapons, intimidated, threatened and assaulted the camped families as they controlled the area of the farm.

Recebido em 30 de julho de 2024. Aprovado em 30 de outubro de 2024.

* Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), e Escrivão de Polícia Civil do Estado do Pará, lotado em Marabá. E-mail: marcosaalemos@gmail.com.

** Doutor em História, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus VIII/Marabá. E-mail: airton@uepa.br.

Introdução

Este artigo tem como objetivo explicar as práticas da pistolagem no sudeste do Pará, tomando como caso os conflitos entre os trabalhadores rurais do Acampamento Boa Esperança e os supostos proprietários da Fazenda Santa Clara, município de Marabá, ocorridos entre 2018 e 2021. Busca-se compreender como a violência (coerção, ameaças de morte e de expulsão, assassinatos, entre outros), de milícias armadas, tradicionalmente relacionada ao mundo físico, está sendo, cada vez mais, praticada com auxílio da internet e de aparelhos digitais no meio rural.

A área almejada pelos trabalhadores do Acampamento Boa Esperança, denominada “Fazenda Santa Clara” é constituída por terras públicas estaduais, na Gleba Ampulheta, município de Marabá, no sudeste do Pará, ocupadas ilegalmente pela família Campos de Macedo. Embora esteja localizada nos limites do município de Marabá, a principal via de acesso à fazenda é por Parauapebas, no km 53 da vicinal da Placa, próximo da Colônia Paulo Fonteles. O Acampamento Boa Esperança permaneceu por muitos anos às margens dessa vicinal, nas proximidades da fazenda. Este acampamento era constituído por 120 famílias de trabalhadores rurais (homens, mulheres, crianças, idosos), provenientes de regiões dos estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso. Chegaram ao sudeste paraense em busca de melhores condições de vida.

O período estudado compreende os anos entre 2018 e 2021. A escalada dos conflitos nessa fazenda tornou-se mais intensa a partir de 2018, envolvendo os membros do Acampamento Boa Esperança e os supostos proprietários. Até 2018, esta fazenda estava sob domínio da família Campos de Macedo, que foi vendida para Prime Mineração Ltda. A partir deste ano, os “novos proprietários” contrataram pistoleiros para vigiar e expulsar as famílias de trabalhadores rurais do acampamento. Foi também a partir de 2018 que ocorreu uma mudança na liderança do acampamento com a saída de Eva da Silva Sousa e a entrada de Amilson Abreu Cardoso, trazendo consigo uma nova abordagem política da luta pela terra da área em litígio.

Embora os trabalhadores rurais ligados ao Acampamento Boa Esperança tenham iniciado as reivindicações da área em 2015, foi a partir de 2018, que começaram a ocupar mais tenazmente o interior da fazenda. Foi nesse ano que ocorreu o cumprimento de uma ordem de reintegração de posse em favor dos fazendeiros, com a retirada de todos os trabalhadores da área, mas alguns meses depois, os trabalhadores reocuparam a área e ali montaram o seu acampamento, erguendo os seus barracos de palha de babaçu e de lona preta. Foi justamente com essa reocupação do imóvel que os pistoleiros passaram agir com mais frequência contra os trabalhadores rurais.

Em 2018 e nos anos subsequentes, vários pistoleiros foram presos pela Polícia Civil, revelando um sistema organizado de pistolagem na proteção desse território. Isso levou à abertura do Inquérito Policial nº 26-0/2018, pela Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (Deca) de Marabá, que foi tratado como uma das fontes documentais deste estudo. Foi em 2018 também que o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), a partir da luta dos trabalhadores rurais, deu início ao Processo Administrativo nº 2018/468814, interferindo diretamente nas disputas da área.

Em 2021, depois de tensas rodadas de negociações, envolvendo o Iterpa, a Defensoria Pública do Estado, a Deca e o Ministério Público Estadual do Pará (MPPA), finalmente uma parte da Fazenda Santa Clara foi destinada às 120 famílias de trabalhadores rurais do Acampamento Boa Esperança.

Os conflitos envolvendo essa área pública estadual conhecida por Fazenda Santa Clara experimentaram uma escalada significativa a partir de 2018, mantendo-se até 2021, sendo reconhecidos pelos agentes e entidades intervenientes como um dos mais complexos do sudeste paraense durante esse intervalo de tempo. Ou seja, esse período foi marcado por intensas lutas pela terra por parte dos trabalhadores rurais, além de ameaças, intimidações e coerções perpetradas por um sistema de pistolagem que atuou no controle dessa área pública. Os pistoleiros, utilizando-se da internet e de aparelhos digitais, além de armas de grosso calibre, dominaram e controlaram o território, transitando e se articulando de maneira diferente de outros casos

conhecidos na região. Eles inspecionavam e controlavam a área através de celulares, drones, câmeras de vigilância e cercas de arame com fios elétricos, procurando impedir as atividades cotidianas dos acampados e o acesso à sede da fazenda.

Essas ações, mediadas pelo ciberespaço, são centrais para compreender o *modus operandi* de atuação e controle territorial pelos pistoleiros no sudeste do Pará na atualidade. Este percurso investigativo, encadeado pelo IPL 26-0/2018 no âmbito policial e pela observação atenta dos pesquisadores, revela os fenômenos que compõem essa nova forma de comportamento criminoso. A atuação dos pistoleiros, utilizando-se da internet e de aparelhos digitais para coordenar suas ações, evidencia como a tecnologia se tornou uma ferramenta essencial no controle e vigilância de territórios rurais.

Para a construção deste trabalho, além das análises dos inquéritos policiais IPL nº 26-0/2018 e nº 05-5/2017, dos Processos Administrativos nº 2018/468814, do Iterpa, e nº 001809-920/2017, do MPPA, e do processo de ação de reintegração de posse nº 0009638-50.2016.8.14.0028, da Vara Agrária de Marabá, foram de fundamentais importância as informações propiciadas por meio das fontes orais através da metodologia da história oral, com uso de entrevistas temáticas. Foram entrevistados Jonathan Silva, do Acampamento Boa Esperança, em 19 de junho de 2022, em Parauapebas/PA; Amilson Abreu Cardoso, ex-coordenador do Acampamento no período de 2018 a 2021, em 21 de outubro de 2022, em Marabá/PA. Nesse mesmo dia, Maria Solange de Carvalho Almeida, ex-integrante do Acampamento, também concedeu entrevista em Marabá-PA. Por fim, José Batista Gonçalves Afonso, advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá, concedeu entrevista em 9 de março de 2023, também em Marabá.

Segundo Guimarães Neto (2012), a história oral não busca ressuscitar vozes e nem autoriza alguém a falar em nome de outrem. A história oral possibilita que as pessoas contêm as suas histórias, permitindo a construção de narrativas que são elaboradas com base nas questões emergentes do contexto atual ou do diálogo entre o presente e o

passado. Ainda segundo Guimarães Neto (2012), as fontes orais, por meio da história oral, não são complementos aos documentos escritos, mas fonte de conhecimento especial, independente e valiosa. Segundo ela, o pesquisador não deve atribuí-las como “testemunho da realidade”, “ligação com o real”, “apreensão do real”, ou considerá-las como fontes que permitem “reviver o passado” ou “dar voz aos silenciados” de maneira ingênua. As fontes orais contribuem de forma singular no enriquecimento dos fundamentos teóricos que alimentam as discussões e análises específicas de temas contemporâneos. Segundo Vilanova (1998, p.9):

[...] o primordial das fontes orais é que nos devolvem o senso comum e a orientação das bússolas através dos acontecimentos e dos tempos, para abrir-nos as portas do caminho insólito e fascinante em direção do invisível, o qual, como os silêncios, resulta ser sempre a rocha sobre a qual se sedimenta uma interpretação senão certa, ao menos, profícua.

Quer dizer, a história oral nos fornece múltiplas perspectivas sobre o mesmo evento, potencializando, assim, a compreensão histórica através da diversidade de vozes. Os relatos das pessoas entrevistadas, em diálogo com as outras fontes, possibilitaram perceber aspectos e detalhes até então não estudado a respeito da atuação de pistoleiros nos conflitos agrários na Amazônia.

A atuação da pistolagem no ciberespaço como meio de controle dos trabalhadores rurais do Acampamento Boa Esperança

Os representantes das famílias dos trabalhadores rurais do Acampamento Boa Esperança, a partir de 2018, passaram a procurar, com mais frequência, a Deca devido as ameaças persistentes que vinham enfrentando por parte dos pistoleiros da Fazenda Santa Clara, principalmente porque no ano anterior dois trabalhadores do acampamento haviam sido assassinados por pistoleiros. Eraldo Moreira Luz, o “Pirata”, coordenador do Acampamento Boa Esperança, e Jorge Matias da Silva, o “Irmãozinho”, foram assassinados em 13 de setembro de 2017, por

pistoleiros, em um dos barracos do referido acampamento. As investigações iniciais da polícia apontam que, provavelmente, estes assassinatos estejam relacionados à área vizinha, uma vez que o fazendeiro temia que os trabalhadores rurais estivessem interessados em sua fazenda e não a Fazenda Santa Clara.

Essas ameaças, a partir da chegada do grupo de pistoleiro à fazenda, se manifestavam de maneira direta, com a presença intimidadora de homens armados nas imediações do acampamento, causando apreensão entre as famílias. Além disso, houve o emprego de intermediários para transmitir mensagens verbais que insinuavam a possibilidade de ocorrerem atentados contra a vida dos trabalhadores rurais. Há registros de episódios de intimidação, como disparos de arma de fogo, entre outras formas de coerção, ocorridos nas proximidades do acampamento. Os pistoleiros abrigavam-se na sede da fazenda e ali adotavam uma rotina de revezamento, conduzindo veículos ao longo das estradas e vias secundárias, comumente percorrendo áreas próximas ao acampamento dos trabalhadores.

Mas as ameaças e intimidações ocorriam também no período noturno, com a prática de alternar disparos de armas de fogo e foguetes dentro de um raio que permitisse que os acampados ouvissem, fazendo perceber que estavam guarnecendo a fazenda. O trabalhador rural Washington da Costa Marinho procurou a Deca em 17 de outubro 2018, trazendo o seguinte relato:

Que, na data de 08/10/2018, por volta das 22:00 da noite, passaram três camionetes (sendo que acredita ser duas de cores brancas e uma outra de cor prata) e uma patrulha rural (cor verde) na frente do acampamento, e, próximo ao acampamento começaram a efetuar vários disparos de arma de fogo, devido ao estrondo suponha ser calibre 12; Que, acredita ter ouvido algo em torno de uns 100 disparos ou mais; Que, os disparos deram-se até umas 03 da manhã, aplicando o terror nas redondezas do acampamento; Que, ficou sabendo através de uma acampada, que um senhor conhecido como MARCÃO perguntou para ela, na cidade de Parauapebas-PA, há uns 15 dias, quem é os caras da frente do acampamento (textuais); Que, o declarante informa que ele é conhecido por resolver problemas de pistologem para os fazendeiros, sendo que, o MARCÃO hoje

é casado com a sobrinha do Cowboy, e, o Cowboy outrora fazia parte do acampamento, sendo retirado quando descoberto que estava levando informação do acampamento para os Fazendeiros da região (IPL 26-0, 2018, p. 73).¹

A maneira como os pistoleiros operaram nessa fazenda os distingue de outras formas de atuação na região, conforme explicados por Guimarães (2010), Loureiro e Pinto (2005), Pereira (2015). Nessa fazenda, ao fazer uso da internet e empregar tecnologias digitais, exploravam esses recursos e, impulsionados pela disseminação do ciberespaço, conseguiam dominar e controlar o território à distância. Ou seja, agindo como uma *longa manus*, exerceram vigilância constante sobre a área do imóvel, utilizando uma gama diversificada de tecnologias digitais, como aparelhos telefônicos móveis, rádios comunicadores HT, drones e câmeras de vigilância de acesso remoto, além de internet via satélite.

Através desses meios, foram capazes de comandar estruturas complexas de organização social, além de transitar e articular suas ações de forma eficaz. Sua presença e monitoramento ostensivo resultaram na prevenção de tentativas de entrada de pessoas ou grupos interessados em acessar o espaço sob seu controle, evidenciando o domínio e controle exercido por esse grupo sobre a área em questão.

Esse *modus operandi* demonstra claramente que a pistologem no sudeste do Pará tem atualizado as suas práticas, deixando de usar tão somente uma arma de fogo, especialmente um revólver calibre 38, como é o caso de Sebastião da Terezona, na década de 1980 (Pereira, 2015). Ou seja, além de armas de grosso calibre como espingardas cal. 12, passaram a utilizar tecnologias digitais, geralmente, um ambiente de interação que ocorre no dia a dia e que o Estado, por meio de suas agências de Segurança Pública, não controla em tempo real, como as conversas via WhatsApp. Estas tecnologias digitais, atualmente acessíveis nas pontas dos dedos, facilitam o uso do gatilho de uma arma de fogo, assim como os contatos com seus patrões e agentes públicos. Conforme Pereira “[...] a relação estreita da agência policial e judicial com proprietários de terra e, às vezes, com pistoleiros tem sido parte da peça de

engrenagem do sistema de pistolagem no Brasil contemporâneo” (2015, p. 238).

Segundo Loureiro e Pinto (2005), na Amazônia, especialmente a partir dos anos 70 do século XX, o Estado compartilhou seu poder com empresários, políticos, grileiros e diversos aventureiros. Pereira (2015), ao analisar a atuação da pistolagem nos conflitos de terra na Amazônia, durante os últimos anos da ditadura militar e período da Nova República, compreende que o “[...] uso da força física foi capturado pela esfera privada” porque, segundo ele, a “tendência das autoridades civis e militares foi de secundar os grandes proprietários, partindo da concepção de que estes seriam os guardiões da ordem social e política vigente” (p. 232). Ao compartilhar o monopólio da força física, o seu controle passou a ser exercido em conjunto por uma variedade de agentes que não foram legalmente constituídos nem socialmente legitimados. Essa situação persiste até os dias atuais, uma vez que o Estado se encontra prostrado, incapaz de administrar efetivamente a situação e recuperar o poder que partilhou com determinados agentes.

A prática da pistolagem, nessa parte do território amazônico, revela um alinhamento de interesses entre fazendeiros ávidos por terras, poder e *status* social e político e autoridades que fechavam os olhos para a atuação desses pistoleiros. Ou seja, as ações diretas de pistoleiros numa determinada área é uma das peças da engrenagem da pistolagem. Essas ações de enfrentamento aos trabalhadores rurais têm se efetivado em rede, atualmente, utilizando os canais do ciberespaço. Na década de 1980, no sudeste do Pará, era comum entre os pistoleiros as trocas de bilhetes como um dos meios de comunicação entre eles, como bem constatou Pereira (2013) em sua pesquisa de campo. Entre cartas e bilhetes, Pereira (2013), menciona um bilhete escrito à mão pelo pistoleiro Valdir Pereira Araújo a seu tio, também pistoleiro, Sebastião da Terezona, informando os confrontos do grupo de pistoleiros com os posseiros de uma área em litígio. Hoje, a forma mais eficiente são os meios digitais.

Nesse sentido, podemos afirmar que a violência, especialmente como controle social (Tavares dos Santos, 1995) dos grandes proprietários de terras por meios de suas milícias armadas se adaptou às mudanças tecnológicas e se manifesta

agora através dos canais do ciberespaço. Se no passado os pistoleiros se comunicavam por meio de bilhetes, hoje utilizam a tecnologia digital para coordenar suas ações. Essa adaptação dos pistoleiros aos espaços midiáticos evidencia a flexibilidade desse fenômeno social, que se reinventa para se manter relevante em um mundo em constante transformação. A migração para o ambiente digital permite uma comunicação mais ágil e uma coordenação mais eficiente das atividades criminosas, como visto no controle da Fazenda Santa Clara.

A expressão “ciberespaço” foi introduzida por William Gibson em 1984, em seu livro de ficção científica *Neuromancer*. Nessa obra, o termo refere-se ao universo das redes digitais, concebido como um campo de batalha entre as corporações multinacionais, um cenário de conflitos globais e uma nova fronteira cultural e econômica. Gibson descreve o ciberespaço como uma geografia fluida e móvel da informação, muitas vezes invisível aos olhos físicos. Desde então, o termo tem sido adotado e reinterpretado por usuários e criadores das redes digitais, ganhando diferentes significados e aplicações ao longo do tempo (Lévy, 2021).

Lévy (2021), compreende o ciberespaço como um meio e um espaço de comunicação aberta que permite a conexão global de computadores e a interconexão entre dispositivos digitais. Ele amplia essa compreensão ao considerar o conjunto de sistemas de comunicação eletrônica, incluindo as formas tradicionais de telefonia, que transmitem informações originadas de fontes digitais. Uma característica distintiva do ciberespaço é a sua natureza virtual da informação, que transcende as limitações físicas do espaço tradicional.

Quando uma informação é lançada no ciberespaço, ela adentra o universo virtual e fica imediatamente disponível para o destinatário do conteúdo veiculado. Essa informação pode consistir em um comando crucial ou em uma simples mensagem casual. Assim que é enviada, a informação passa a fazer parte do presente, revelando-se para o passado. De fato, a informação transmitida de forma instantânea está situada na ordem do momento atual, ultrapassando as limitações espaciais de seu suporte físico. Em outras palavras, ela transcende as

fronteiras geográficas do emissor e do receptor (Lévy, 2021).

No século XXI, a estrutura da sociedade em rede é peculiar, pois é construída em torno ou no cerne das redes digitais de comunicação. A análise das relações de poder torna-se essencial para compreender as formas e os processos da comunicação socializada, ou seja, as redes de comunicação que têm como base a internet e a comunicação sem fio (Castells, 2015). De acordo com Castells, as estruturas sociais são definidas como “[...] arranjos organizacionais de seres humanos em relações de produção, reprodução, experiência e poder, expressos em uma comunicação significativa codificada pela cultura” (2015, p. 70).

A rede de pistolagem, inserida na trama da sociedade contemporânea, encontra terreno fértil para atuar e expandir sua influência no ciberespaço. Originada nas complexas relações de poder e controle territorial, essa rede se adapta aos novos meios de comunicação digital, explorando suas potencialidades para administrar determinados territórios à distância, potencializando conflitos e impondo sua autoridade remota. Assim, a apropriação do ciberespaço pela rede de pistolagem representa não apenas uma alteração no modelo de atuação, mas também uma expansão de seu alcance e influência sobre os territórios que busca controlar.

Com efeito, o auto-circunstanciado nº 01/2018, que versou sobre a extração dos dados telemáticos, em conformidade com a autorização judicial de quebra de sigilo de dados telefônicos, está contido nas páginas 150 a 158 do IPL 26-0/2018. A investigação, denominada “Longa Manus”, buscou solucionar alguns crimes, como formação de milícia privada, porte ilegal de arma de fogo, ameaças e disparos de arma de fogo. As vítimas, entre 2018 e 2021, eram os trabalhadores rurais que estavam acampados (Acampamento Boa Esperança) às margens da Vicinal da Placa, perto da Fazenda Santa Clara.

Essa operação recebeu a designação “Longa Manus” em razão de o controle territorial da Fazenda Santa Clara ter-se dado à longa distância, principalmente porque o líder dos pistoleiros a comandava de outra área territorial. Esse líder da organização desempenhava um papel essencial na dinâmica criminoso. De suas outras localidades, ele

emitia ordens de ação por mensagens escritas e áudios, via WhatsApp, para seus subordinados – os pistoleiros que atuavam no local conforme instruídos. Para ameaçar e amedrontar os trabalhadores rurais do acampamento eles utilizavam armas de fogo, dinamites e foguetes. Vejamos um trecho do IPL 26-0/2018, da Deca, que revela essa problemática:

[...] solicita a [...] para que leve munições de calibre 38 e calibre 20 para a Fazenda Santa Clara, local onde o miliciano [...] foi preso em flagrante portando revolver cal. 38, além de vasta quantidade de munições de mesmo calibre. Ademais, consta na mesma conversa o recebimento de determinações para cumprimento de tarefas na Fazenda Santa Clara, que é vizinha a área dos Mirandas [...]. Há de se frisar que as datas das conversas constantes nos prints são contemporâneas as datas dos cometimentos dos crimes na área da Fazenda Santa Clara (IPL 26-0, 2018, p. 152).²

É importante esclarecer que essa rede de pistolagem não se limitou ao uso do ciberespaço. Os pistoleiros não estavam apenas no mundo virtual. Homens estavam fisicamente presentes para “proteger” a Fazenda Santa Clara, mas agiam apenas sob as ordens diretas do líder do grupo, exceto em situações de urgência, como reocupações repentinas, em que precisavam agir imediatamente. Essa dinâmica revelou a hierarquia e o controle rígidos dentro da organização, com o líder exercendo autoridade sobre os membros, mesmo à distância, através da comunicação digital.

O líder, por meio de mensagens escritas e áudios via WhatsApp, coordenava as atividades dos pistoleiros, instruindo-os a realizar ações específicas no local. O uso de armas de fogo, dinamites e foguetes, conforme mencionado, demonstrou a gravidade e a violência na área. Além disso, a comunicação digital permitiu uma rápida disseminação de ordens e informações, possibilitando uma resposta ágil aos acontecimentos. A sincronia entre as datas das conversas e a execução dos crimes ressalta a eficácia desse método de coordenação e controle. Segundo Amilson Abreu Cardoso, 48 anos, uma das lideranças do acampamento na época:

Isso ficou comprovado no processo das investigações, né?, [...] inquirido da Deca, em que a investigação conseguiu interceptar umas conversas de WhatsApp e eu vi conversa deles, está lá nos autos do processo, dele passando instrução (Entrevista realizada em 21 de outubro de 2022).

José Batista Gonçalves Afonso, 60 anos, advogado da CPT de Marabá, ao falar sobre os conflitos e violência na Fazenda Santa Clara, destaca que nos últimos anos a pistolagem tem se efetivado por meio milícias rurais: grupos fortemente armados e organizados como “empresas de segurança” contratados por grandes proprietários de terra na região:

O caso Santa Clara, é bem emblemático e exemplifica a forma como ocorrem geralmente os conflitos de luta pela terra aqui nessa região. Geralmente, em quase todos os casos, um componente básico dessa luta é a violência. A violência, principalmente nas décadas passadas, era um pouco diferente, que era a violência utilizada através do pistoleiro. Fazendeiros contratavam pistoleiros e eliminavam as lideranças desses trabalhadores ou até mesmo promoviam chacinas para expulsar os trabalhadores. Então, um caso, por exemplo, famoso, pistoleiro Sebastião da Terezona, aqui de Marabá, era um desses chefes de pistolagem, agência de pistolagem, naquele tempo em que vendia esses tipos de serviços para os fazendeiros que o procuravam. Então, esse modus operandi, do emprego da violência através do pistoleiro, foi muito forte nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Isso causou assassinatos de centenas de trabalhadores rurais nessa região, dezenas de lideranças e a ocorrência de inúmeras chacinas e massacres. O caso da Santa Clara traz um componente novo. Qual é o componente? O uso de milícias no meio rural, que já é outro aspecto, outra face da violência no campo, porque se sai do pistoleiro que faz o serviço um pouco mais individualizado ou ligado a um chefe dele e você passa para uma outra esfera, que é a organização das milícias rurais. E nessas milícias, você tem, vamos dizer assim, o envolvimento de um número de pessoas. Uma empresa de segurança de fachada ou outra forma de organização desse tipo de serviço e então passa a utilizar as milícias para vender o serviço de uso da violência para intervir nessas áreas de ocupação quando há conflito com

sem-terra. Nos últimos anos, nós tivemos muitos registros de ações de milícias aqui na região, em que as famílias foram expulsas sem ordem judicial, por exemplo, barracos queimados, pertences todos destruídos, sem que houvesse ali uma ordem judicial sendo cumprida, por iniciativa própria de um dos grupos armados. No caso da Santa Clara, teve as duas coisas. Teve despejo autorizado pela Vara Agrária de Marabá, mas aproveitando, vamos dizer assim, a ação de despejo teve a ação das milícias, da milícia ligada ao senhor muito conhecido aqui na região, que tentou segurar e evitar que houvesse reocupação da área novamente. E aí, vamos dizer assim, usando de uma forma de violência muito forte contra as famílias (Entrevista realizada em 9 de março de 2023).

Corroborando com as reflexões de José Batista Gonçalves Afonso, o trabalhador rural Amilson Abreu Cardoso, ex-coordenador do Acampamento Boa Esperança, explica que logo após o cumprimento de uma ação de reintegração de posse, o grupo de pistoleiros se instalou na sede da Fazenda Santa Clara, intimidando e ameaçando as famílias acampadas:

A polícia saiu com a reintegração de posse por volta das dezoito horas; às dezenove horas já chegou o carro cheio de homens armados. Não tinha, até então a gente não via [pistoleiros]. Até essa data, a gente via antes do lado dos Miranda, por causa da situação do Pirata, mas resolveu com a questão do Pirata. Os homens dos Miranda ficaram até fazer a cerca; feito a cerca, eles sumiram. E aí, quando houve a reintegração de posse, que foi entregue à fazenda, quando foi à noite, já chegou dois carros de homens armados e eles começaram a tirar a noite. Não foi coincidência. Na Santa Clara em si, o lado dos Miranda foi só enquanto feita a cerca, a gente viu os homens armados do pessoal do Miranda até então fazer cerca, terminou a cerca eles foram embora e vivia todo mundo em paz. Agora houve reintegração de posse, cumprindo a reintegração de posse no dia lá no final do dia, quando foi à noite, já chegou esses homens armados e eles chegaram com a missão de casa bem detalhada, porque era tiro das dezoito horas até por volta das vinte da noite, e aí dava uma trégua quando era três horas da manhã até cinco horas começavam de novo. Era para intimidar, só que assim eles

começaram na sede que ficava a três km do acampamento, só que esse acampamento pelo fundo, ele ficava limitado, quase limite com a Santa Clara. Eu acredito que tenha só um lote de dois alqueires, entre um e o outro, no fundo da Santa Clara. Com esse lote que nós estávamos. Então o que eles passaram a fazer o seguinte, depois de três dias, eles fizeram uma trincheira próximo ao fundo dos lotes, montavam lá uma barricada, aí eles vinham por dentro de carro e começavam a atirar desse local em direção ao acampamento, enquanto uma equipe fazia isso, a outra começava a passar em uma caminhonete cheia de homens armados em frente o acampamento vinha manobrar bem em frente e voltava. Isso em 2018 (Entrevista realizada em 21 de outubro de 2022).

Maria Solange de Carvalho Almeida, 50 anos, ex-integrante do Acampamento Boa Esperança, destaca a tensão vivenciada, sobretudo pelas trabalhadoras rurais: “Quando dava nas voltas das quatro horas da manhã, nós mulheres já dormíamos preparadas; já acordava com os tiros. Depois das três horas da manhã, ninguém dormia mais” (Entrevista realizada em 21 de outubro de 2022).

Ao analisarmos o Inquérito Policial nº 2018/26-0, constatamos que a Deca anexou várias denúncias anônimas, recebidas através do canal do “Disque Denúncia”, ao referido inquérito (IPL, 2018, p. 207). Presumivelmente feitas pelos próprios trabalhadores rurais que vigiavam discretamente as atividades dos pistoleiros que protegiam a fazenda. Geralmente essas denúncias continham informações sobre horário da troca de turno dos pistoleiros, ameaças aos acampados, cores das caminhonetes que rondavam pelas estradas da fazenda, entre outras informações.

Essas denúncias, os contatos e negociações com as autoridades, com apoio da CPT, foram fundamentais para que a Deca pudesse prender alguns pistoleiros que atuavam na referida fazenda:

No último dia 08/10/2018, após inúmeras denúncias de ações criminosas de homens armados a serviço da Fazenda Santa Clara, a Delegacia Especializada de Conflitos Agrários de Marabá, realizou a Operação Santa Clara II, na qual foram presos em flagrante 05 (cinco) indivíduos, além de 06 (seis) armas de fogo, sendo

03 (três) armas longas, calibres 12, 20 e 28, 02 (dois) revólveres, cal. 38 e 01 (uma) Pistola Taurus, cal. 380, farta quantidade de munições, 01 (uma) balaclava e uma máquina tipo taser - máquina de choque -, além de uma Pick up [...], que há muito tempo já era utilizada para as ações da milícia, conforme Boletim de ocorrência [...] e termo de apreensão de armas às fls. 38, 39 e 40. Desde o mês de fevereiro deste ano de 2018 a Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá vinha recebendo pelo Sistema DISQUE DENÚNCIA, relatos de ações criminosas envolvendo a Milícia [...]. A partir daí a Deca/MBA realizou a Operação [...] que resultou na prisão em flagrante de [...], gerente da Fazenda [...] por estar portando ilegalmente arma de fogo, tipo revólver, cal. 38 e na posse de munições de calibres diversos [...]. Salienta-se que esse mesmo [...] atualmente foi preso em flagrante na Operação Santa Clara II, pelas práticas dos crimes de Porte Ilegal de Arma de Fogo e Milícia Privada, conforme B.O da Prisão em Flagrante anexo. O [...] já vem agindo há um bom tempo com sua milícia [...]” (IPL 26-0, 2018, p. 238).³

Assim como um caçador habilidoso usa suas táticas para superar as defesas de sua presa, segundo Certeau (2021), as pessoas comuns encontram maneiras de resistir e subverter as imposições do poder dominante. Elas fazem isso por meio de práticas cotidianas simples, como contar histórias, brincar, desviar e burlar regras, expressando sua criatividade e exercendo poder pessoal dentro de um sistema mais amplo que as tenta controlar. A astúcia de caçador simboliza a capacidade dos indivíduos de operar criativamente dentro das limitações das estruturas sociais e culturais, afirmando sua agência e identidade em meio à dominação (Certeau, 2021).

Nesse contexto, podemos compreender as ações dos integrantes do Acampamento Boa Esperança. Com o uso de seus aparelhos telefônicos, com a garantia do anonimato revelaram nuances cruciais, o que lhes permitiu denunciar os pistoleiros.

Essas denúncias permitiram que a Deca de Marabá prendesse os pistoleiros que protegiam a área da fazenda em várias ocasiões. Tal astúcia demonstrou não apenas habilidades práticas, mas também uma forma de resistência criativa que os trabalhadores rurais encontram para desafiar o poder

dominante e afirmar sua agência dentro das estruturas sociais estabelecidas. Ou seja, os trabalhadores rurais puderam utilizar recursos aparentemente simples para exercer um poder significativo e influenciar o curso dos acontecimentos em seu ambiente.

Ainda tomando as reflexões de Certeau (2021), podemos afirmar que os trabalhadores rurais empregaram outras táticas a seu favor. Eles reocuparam a área em 13 de julho de 2018 como forma de pressionar as autoridades a resolverem as situações de conflitos, mas pouco tempo depois saíram “voluntariamente” da área em conformidade com as orientações de seus apoiadores e as preocupações expressadas pela autoridade policial da Deca sobre a potencial violência dos pistoleiros. Passados alguns dias, esses trabalhadores rurais entraram em contato com a Deca de Marabá para informar que haviam encontrado nos fundos da fazenda armas e munições dos pistoleiros. Ao mesmo tempo, solicitaram que os policiais da Deca fossem ao acampamento em um horário especificado por eles para recolher essas armas. Mas acontece que os trabalhadores rurais escolheram um horário que coincidia com o retorno dos pistoleiros à sede da fazenda, após terem sido expulsos pelos próprios trabalhadores rurais. Eles queriam que os policiais não só recolhessem as armas e munições que haviam encontrado nos fundos da fazenda, mas pudessem, eles mesmos, constatarem a presença dos pistoleiros fortemente armados no interior da fazenda:

Já no dia seguinte, 14/07/2018, a equipe da DECA/MBA retornou ao local por determinação desta Autoridade Policial, para buscar 02 (duas) armas longas - uma cal. 12 e outra cal. 44 - além de munições, que os integrantes do Movimento Sem Terra encontraram nos fundos da sede da Fazenda, quando chegando ao local, foi informada de que existia um veículo em situação suspeita na porteira da Faz. Santa Clara com alguns homens no seu interior. Incontinenti, os policiais abordaram o veículo, prendendo em flagrante [...] que portavam uma Espingarda Cal. 20 acompanhada de munição, um Revólver Rossi, cal. 38, com 05 munições, e uma Pistola Taururs, cal. 380 com um carregador e 8 munições. No momento da abordagem, chegou de moto o nacional [...]⁴ portando uma Pistola Cal 380, acompanhada de um carregador e 12 munições, momento em que

foi dada voz de prisão em flagrante, conforme Boletim de Ocorrência nº 00201/2018.1000333-1, as fls. 56 e 57 e termo de exibição de armas, a fl. 56. (IPL 26-0, 2018, p. 237-238).

Enquanto os pistoleiros se valeram de diversos recursos digitais, os trabalhadores rurais do Acampamento Boa Esperança utilizaram meios igualmente astutos, mesmo com recursos limitados. No Inquérito Policial nº 26-0/2018, os registros demonstram que os trabalhadores rurais para se defenderem, usaram os seus telefones celulares não só para denunciar as ações da milícia rural, por meio do “Disque Denúncia”, mas também para informar a respeito das atividades dos pistoleiros.

Essa habilidade não foi apenas testada com a prisão dos pistoleiros, mas também evidenciou uma forma de resistência criativa por parte dos trabalhadores rurais. Ao escolherem, cuidadosamente, o momento ideal para informar à Deca sobre a entrega das armas e munições por eles encontradas para recolhimento, não apenas garantiram a segurança de sua comunidade, mas também expuseram a rede criminosa que os ameaçava. Esse contraste entre as estratégias dos dois grupos (pistoleiros e trabalhadores rurais) não apenas demonstra a adaptação às novas ferramentas disponíveis e o poder aquisitivo dos fazendeiros para obtê-los, mas também destacou a capacidade dos indivíduos comuns – os trabalhadores rurais – em desafiar o poder dominante, mesmo diante de recursos limitados dentro das estruturas condicionantes sociais.

Segundo Rogério Greco (2014), a teoria do domínio do fato é utilizada para referir a responsabilidade criminal de quem tem o controle e a autoridade sobre os detalhes de uma empreitada criminosa. Ele não precisa ser o executor direto do crime, mas, sim, quem planeja e fiscaliza a ação criminosa nos bastidores, determinando quais e quantos cometerão o crime, e como esse será cometido. Essa definição está alinhada com a descrição de César Barreira sobre os elementos dos crimes de pistolagem:

[...] o que distingue o crime de pistolagem de outros delitos que resultam em morte é a presença de duas figuras: o executor de uma ação conhecida

como ‘serviço’ ou ‘trabalho’, e o segundo, o mandante (Barreira, 2014, p. 308).

No recorte do auto-circunstanciado é possível perceber, com base nas conversas dos aparelhos telefônicos apreendidos dos pistoleiros, a participação de outros envolvidos, em particular do líder da milícia armada:

Em outra conversação entre [...] e o terceiro [...]⁵ informa que estar em deslocamento para a Fazenda [...] juntamente com um pessoal que o [...] enviou por conta de um movimento que ocorre naquela propriedade rural. A imagem nº 05 atesta a gravidade da conversa, pois, se trata de um disque denúncia datado em 09/08/2018, um dia após a conversa contida na imagem nº 04, no qual relata o aparecimento de 08 (oito) homens [...] praticando crimes como grave ameaça, por meio de armas de fogo, aos moradores inseridos interior da Fazenda [...]. (IPL 26-0, 2018, p. 154-155).

Nesse dia, os pistoleiros informaram ao seu líder que os membros do acampamento reocupariam a fazenda. Foi aí que mobilizou outro grupo de pistoleiros para fortalecer os que já estavam na fazenda, com o objetivo de impedir a reocupação.

É possível entender o território como uma área de acesso controlado, tanto em relação à informação como ao seu uso. A vigilância constante do território é exercida como uma forma de poder e controle contínuos. Uma dinâmica crescente de terror é fundamentada em novas tendências de desterritorialização, impulsionadas pelas mídias de massa e pela revolução digital, o que permite uma flutuação nos diferentes modos de fronteira (Haesbaert, 2003; Lemos, 2007). É importante esclarecer que esse controle foi além da comunicação, incluindo vigilância e monitoramento das atividades na fazenda.

De acordo com Haesbaert (2003), a palavra “território” está, etimologicamente, ligada ao termo “terror”. Originariamente, o conceito de território se relaciona com a ideia de domínio da terra e carrega uma conotação de medo e terror, especialmente para aqueles que são excluídos desse domínio ou impedidos de o acessar. O território, portanto, está associado ao exercício do poder, abrangendo tanto a dominação física da terra como a sua apropriação simbólica.

Através do fenômeno do território em rede, as ações de territorialização, exercidas pelos pistoleiros da Fazenda Santa Clara por meio do ciberespaço, provocaram a desterritorialização dos trabalhadores rurais do Acampamento Boa Esperança. É relevante notar que a dinâmica social está em constante mudança, gerando, assim, oportunidades e formas de territorialização, como exemplificado por atividades ciberativistas, redes “ponto a ponto” (P2P) e comunidades virtuais, entre outras. Nesse contexto, o ciberespaço emerge como um espaço estratificado, sujeito ao controle tanto dos poderes instituídos como dos poderes alternativos (Lemos, 2007).

Considerações finais

A complexidade dos conflitos agrários no sudeste paraense revela um cenário multifacetado, onde interesses políticos, econômicos e sociais se entrelaçam, frequentemente em detrimento dos direitos dos trabalhadores rurais. É nesse contexto a atuação de grupos armados, contratados para ameaçar, expulsar e assassinar trabalhadores rurais e suas lideranças sindicais. Neste trabalho, as análises das práticas da milícia armada da Fazenda Santa Clara expuseram questões que vão além das disputas pela posse da terra em si. Revela, conforme Pereira (2015), que

a prática da pistolagem é essa maquinaria que deve ser analisada levando em conta um conjunto de ações por diferentes atores e não somente a atuação de pistoleiros e/ou milícias armadas no campo de forma isolada (p. 255).

Embora a atuação da polícia na investigação e prisão dos pistoleiros, as ações de pistoleiros na Amazônia brasileira, não podem ser pensadas sem levar em consideração, inclusive, interesses que interpenetram entre proprietários de terras e aparelhos do Estado na questão agrária.

As análises dos eventos revelam não apenas os mecanismos utilizados pelos pistoleiros, mas também ilumina a transformação dessas práticas no contexto contemporâneo, especialmente com o uso crescente de tecnologias digitais. A adaptação dos

pistoleiros ao ciberespaço reconfigurou suas estratégias de vigilância e controle territorial, desafiando as estruturas investigativas. O esquema de pistolagem operava tanto no território físico quanto no digital, monitorando e controlando o acesso dos trabalhadores rurais às áreas públicas estaduais apropriadas pelos fazendeiros. Quer dizer, este estudo revela que a prática contemporânea de pistolagem na Amazônia se efetiva não só com armas de fogo e de relações de interesses com proprietários rurais e agentes públicos, mas com o uso de meios digitais no ciberespaço. Ao utilizar o ambiente digital, os pistoleiros não apenas mantêm suas atividades violentas por meio de armas de fogo, mas também ampliam seu alcance e *modus* operacional, utilizando dispositivos como smartphones para coordenar ataques, transmitir ordens e monitorar o território.

Nesse sentido, a capacidade dos pistoleiros de adaptarem-se aos avanços tecnológicos reflete não apenas uma resposta às mudanças na sociedade contemporânea, mas também uma busca por manter e expandir o controle sobre territórios disputados. A comunicação instantânea via *WhatsApp* e outros aplicativos de mensagens, por exemplo, permitiu uma coordenação rápida e eficiente das atividades criminosas, como visto nas operações de segurança da Fazenda Santa Clara. Essa vulnerabilidade não apenas facilitou a execução de atos violentos, mas também desafiou as estruturas legais e sociais existentes.

Em dezembro de 2020, os trabalhadores rurais, conseguiram, finalmente, por meio de um acordo judicial no âmbito do processo de reintegração de posse a imissão na posse da área, algo que ocorreu em 18 de fevereiro de 2021. Este acordo resultou na regularização fundiária daquela área pública. Carca de 650 hectares ficaram para as 120 famílias dos trabalhadores rurais do Acampamento Boa Esperança e 2.250 hectares ficaram para o fazendeiro. Foi, em certa medida, um acordo desproporcional, uma vez que os fazendeiros ficaram com 2.250 hectares, enquanto 120 famílias de trabalhadores rurais foram contempladas apenas 650 hectares. Isso ocorreu, provavelmente, em razão do cansaço acumulado ao longo dos anos pelos trabalhadores, vivendo em condições precárias no acampamento e, sobretudo, devido a violência

sofrida. Durante esse tempo foram alvo de inúmeras intimidações, ameaças de morte e de agressões físicas, além dos assassinatos de Eraldo Moreira Luz, o “Pirata” e de Jorge Matias da Silva, o “Irmãozinho”.

Em suma, o estudo do caso da Fazenda Santa Clara documenta uma mudança na forma como a pistolagem é praticada, destacando os desafios contemporâneos. Este estudo evidencia a complexidade e atualidade da prática de pistolagem no contexto brasileiro contemporâneo, mostrando como a adaptação aos meios digitais transforma as estratégias criminosas e desafia as estruturas legais e sociais, além de tentar impedir os trabalhadores rurais ter acesso à terra para sobrevivência de suas famílias.

Notas

- 1 O indivíduo conhecido como cowboy, enquanto operava no Acampamento Boa Esperança, colhia informações para posterior repasse, possivelmente em troca de benefícios. Essa dinâmica pode ser entendida à luz das estratégias delineadas por Certeau (2021), especialmente quando consideradas em favor dos fazendeiros.
- 2 Por medidas de segurança os nomes dos pistoleiros não são revelados aqui.
- 3 Por medidas de segurança o nome do gerente da referida fazenda não é revelado aqui.
- 4 Por medidas de segurança o nome do pistoleiro não é revelado aqui.
- 5 Por medidas de segurança os nomes dos pistoleiros não são revelados aqui.

Referências

- AZEVEDO, Marcelo André; SALIM, Alexandre. **Direito Penal: parte geral**. 12. ed. São Paulo: Juspodivm, 2022.
- BARREIRA, César. Crimes de pistolagem e de mando. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (org.). **Crime, política e justiça no Brasil**. São

Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 308-317. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21049/1/2014_capliv_cbarreira.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. Matadores de gente: trajetória da pistolagem. In: **Revista de ciências sociais**. v. 33, n. 2, p. 84-89, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/39661/95649>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Palavras e coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Buenos Aires: Editora Século XXI, 2002. p. 3-170. Disponível em: <https://sigaa.unifesspa.edu.br/sigaa/portais/discente/turmas.jsf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GUIMARÃES, Ed Carlos de Sousa. **A violência desnuda: justiça penal e pistolagem no Pará**. 2010. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, 2010. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4943/1/Tese_ViolenciaDesnudaJustica.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. p. 01-20. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 1769-1777, jan-jun. 2004.

LEMOS, André. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. In: MÉDOLA, Ana Silvia. **Imagem, visibilidade e cultura midiática. Livro da XV COMPÓS**. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 01-17. Disponível em: <https://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrele mos/territorio.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2024.

LEMOS, André A comunicação das coisas. Internet das Coisas e Teoria Ator-Rede. Etiquetas de Radiofrequência em uniformes escolares na Bahia. In: PESSOA, Fernando (Org.). **Cyber Arte Cultura: a trama das redes**. Rio de Janeiro: ES Museu Vale, 2013, v. 1, p. 18-47. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-comunicacao-das-coisas-internet-das-coisas-e-teoria-ator-rede>. Acesso em: 12 mar. 2024.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. In: **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, v. 19, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10071/11643>. Acesso em: 21 abr. 2024.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; GUIMARÃES, Ed Carlos. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. In: **Revista Direito GV**, v. 3, n. 1, p. 222-246, jan.-jun., 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/issue/view/1921/2105>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PARÁ. **Tribunal de Justiça**. Autos do Processo nº 0009638-50.2016.814.0028.

PARÁ. **Secretária de Segurança Pública**. Inquérito por Portaria Legal nº 00201/2018.100026-0. Arquivo cartório da DECA/MBA.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 265 f. Tese (doutorado em história) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2013. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11582/1/Tese%20de%20Airton%20dos%20Reis%20Pereira.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). *In: Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2015.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A violência como dispositivo de excesso de poder. *In: Sociedade e Estado*. Brasília, 10(2), 1995, p. 281-298.

A política pública do Pronaf em Chapecó/SC: histórico, caracterização e perspectivas

The public policy of Pronaf in Chapecó/SC: History, characterization and perspective

Juliano Luiz Fossá*

Darlan Christiano Kroth**

Ana Paula Schervinski Villwock***

Alessandra Troian****

Palavras-chave:
Agricultura Familiar
Desenvolvimento Rural
Crédito Rural

Resumo: A agropecuária brasileira historicamente obteve na política de crédito rural um instrumento para ampliação de suas atividades produtivas. O estudo visa analisar o acesso e a distribuição do crédito do Pronaf em Chapecó/SC entre 1996 e 2023. A pesquisa possui abordagem histórica-dedutiva, com coleta e análise de dados secundários. Foram analisados dados do Pronaf, junto ao sítio oficial do Banco Central do Brasil, através da plataforma Matriz de Dados do Crédito Rural (2013-2023) e do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1996-2012). Ainda, foram examinadas estatísticas do Censo Agropecuário de 2017 e informações da Produção Agrícola da Produção Pecuária Municipal. Os recursos do custeio agrícola (94,3%) são utilizados para cinco atividades: Máquinas e Implementos; Tratores/Demais Veículos; Infraestrutura Física; Bovinos; Energia Renovável. Constata-se a necessidade de adequações na política pública para atender seu público alvo, assim como as finalidades e objetivos do programa.

Keywords:
Family Farming
Rural Development
Rural credit

Abstract: Brazilian agriculture has historically obtained from rural credit policy an instrument to expand its productive activities. The study aims to analyze access and distribution of credit from the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf) in the municipality of Chapecó/SC between 1996 and 2023. The research has a historical-deductive approach, carried out through collection and secondary data analysis. Pronaf data were analyzed, on the official website of the Central Bank of Brazil, through the Rural Credit Data Matrix platform (2013-2023) and the Rural Credit Statistical Yearbook (1996-2012). Furthermore, statistics from the 2017 Agricultural Census and information on Agricultural Production from Municipal Livestock Production were examined. Agricultural funding resources (94.3%) are used to five activities: Machines and Implements; Tractors/Other Vehicles; Physical Infrastructure; Cattle; Renewable energy. There is a need for adjustments in public policy to meet its target audience, as well as the aims and objectives of the program.

Recebido em 06 de junho de 2024. Aprovado em 02 de setembro de 2024.

* Doutor em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: julianofossa@unipampa.edu.br

** Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: dckroth@uffs.edu.br

*** Doutora em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora na Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: ana.agronomia@gmail.com

**** Doutora em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: alessandratroian@unipampa.edu.br

Introdução

A agricultura familiar se constitui como o principal modelo de organização social e de produção da agricultura brasileira. Os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado no ano de 2017 registram que, dos 5,1 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, aproximadamente 3,9 milhões se enquadram na Lei Federal n. 11.236/2006.

No estado de Santa Catarina, a presença da agricultura familiar se constitui de forma ainda mais significativa. Em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, de um total de 183.066 estabelecimentos, 142.987 destes pertenciam ao modelo familiar, significando 78,1% do total do estado catarinense naquele ano (IBGE, 2017). Já no município de Chapecó/SC este percentual é de 78,4%, pois, dos 1.661 estabelecimentos rurais, 1.303 se enquadram enquanto agricultura familiar. A significativa presença da forma familiar de agricultura no município, assim como em toda a região Oeste do estado, se constituiu a partir dos nexos do processo de ocupação e colonização deste território (Piazza, 1983; Testa *et al.*, 1996; Renk, 2000, 2006; Werlang, 2006; Goularti Filho, 2010).

Para além da expoente participação das formas familiares na estrutura rural do município, esta também apresenta potencial produtivo, econômico e social. Segundo Kroth (2016), a agricultura familiar é a base estruturante complexo agroindustrial presente na mesorregião Oeste catarinense, sendo o município de Chapecó seu centro regional. Esse desempenho socioeconômico pode ser verificado pelas estatísticas de produção agropecuária e agroindustrial, que posicionam Chapecó como um dos maiores produtores do país e com destaque internacional (Epagri/CEPA, 2023).

Em complemento, deve-se destacar que esse complexo agroindustrial se consolidou no tempo, estabelecendo um vínculo muito estreito entre agricultura familiar e agroindústria, via integração vertical, resultando em uma agricultura familiar subordinada às diretrizes das grandes empresas de alimentos (Zonin; Martins, 2016).

Neste contexto, em recente estudo sobre a distribuição dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Chapecó aparece entre os dez municípios que mais acessaram os recursos no período de 2013 e 2020, em esfera nacional (Fossá; Matte; Mattei, 2022). O Pronaf se materializa como o principal programa de crédito para a agricultura familiar, portanto, a principal ação do Estado brasileiro em apoio ao segmento no país (Aquino; Schneider, 2015). Enquanto política pública, tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, por intermédio da concessão de crédito, destinados ao aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares (Brasil, 1996, 2001).

Diante de sua relevância para a agricultura familiar, o Pronaf vem sendo muito estudado pela literatura de desenvolvimento rural. Uma de suas principais interpretações é a de que se por um lado o Pronaf promoveu a democratização do crédito rural e contribuiu para a ampliação da produção agropecuária no país, por outro lado, ele manteve uma concentração geográfica em regiões produtoras tradicionais (Sul e Sudeste), reforçando a produção de *commodities* e, principalmente, não conseguindo alterar o modelo de desenvolvimento rural brasileiro, favorecendo e fortalecendo os agricultores mais integrados ao mercado (Resende; Mafra, 2016; Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

Considerando a expressiva presença da agricultura familiar no município de Chapecó, sua forte relação com os mercados de alimentos e as características históricas do Pronaf no país, compreende-se que a análise da evolução do Pronaf em Chapecó é um importante objeto de pesquisa, visando para ampliar a compreensão dos efeitos do crédito sobre o desenvolvimento da agricultura familiar e, assim, propor melhorias nessa política pública. Diante do exposto, a questão do presente estudo se materializa em: Como se deu o acesso e distribuição do crédito Pronaf no município de Chapecó entre 1996 e 2023? Para tanto, o objetivo versa sobre analisar o acesso e a distribuição do crédito Pronaf no município de Chapecó entre 1996 e 2023.

Para alcance do objetivo de pesquisa, o texto lança mão do método histórico-dedutivo, mediante pesquisa documental, realizando análise descritiva de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural (BCB, 2024b) e do Anuário Estatístico do Crédito Rural, fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2024a). Dessa forma, o texto encontra-se estruturado em quatro seções, para além desta introdução. Na primeira seção são apresentados aspectos históricos da construção da política pública do Pronaf, bem como os principais elementos constitutivos dos seus aproximadamente 30 anos de execução no país. Na segunda seção são apresentados os procedimentos metodológicos e, na sequência, na terceira seção, são analisados os resultados dos dados coletados. As considerações finais são tecidas na quarta seção, na qual são retomadas as principais questões argumentadas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Na iminência de completar três décadas de sua implementação, a política pública do Pronaf se posiciona entre aquelas que mais receberam do meio acadêmico estudos, pesquisas e avaliações, pois há importância em termos de cobertura, volume de recursos e capilaridade nacional, ao mesmo tempo que se posiciona como a principal intervenção do Estado brasileiro de apoio à agricultura familiar (Aquino; Schneider, 2015; Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

O Pronaf foi criado apenas em 1996, e sua existência remonta a histórica característica do crédito rural estar vinculado aos grandes proprietários de terra no Brasil. Conforme Grisa e Schneider (2014), a distribuição do crédito rural nas primeiras décadas de execução do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) não contemplou a agricultura familiar brasileira, direcionando a grande maioria dos recursos para o modelo empresarial/patronal (Grisa; Schneider, 2014, 2015).

Sorj (1980) classifica este cenário de exclusão do segmento familiar como tríplex seletividade do SNCR, ou seja, recursos a um modelo de agricultura, de algumas regiões e daqueles produtos destinados à exportação. No decorrer dos anos de

1980, com o agravamento da condição econômica do país, o crédito rural passa a ser ainda mais seletivo e como consequência amplia o quadro de restrição à agricultura familiar em termos de acesso aos recursos (Martine, 1991; Delgado, 1985, 2012).

Em face deste ambiente hostil aos interesses dos segmentos da agricultura familiar, se deflagrou aos longos dos anos uma marcha de lutas, proposições e reivindicações das organizações sociais do campo, especialmente sob articulação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) (Mattei, 2015). Soma-se a estes elementos o novo sindicalismo rural, criação e desenvolvimento de cooperativas de crédito rural, além dos espaços participativos na agenda do Estado brasileiro proporcionados com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Grisa; Schneider, 2015).

No plano histórico, a contribuição acadêmica se somou a esse contexto supracitado, e outros dois aspectos foram determinantes para criação de uma linha de crédito específica à agricultura familiar no decorrer da década de 1990 (Aquino; Schneider, 2015; Schneider; Cazella; Mattei, 2021). O primeiro destes aspectos está na publicação de textos acadêmicos, como Abramovay (1992), Veiga (1991) e Lamarche (1993), que possibilitaram a virada conceitual no país ao comprovaram a importância da agricultura familiar no desenvolvimento dos países capitalistas e a sua importância para o caso brasileiro. O segundo aspecto está relacionado ao estudo/relatório em parceria entre a FAO/Incrá de 1994, que estabeleceu as principais diretrizes sobre a agricultura familiar no país (Grisa; Schneider, 2015).

O processo embrionário do Pronaf se inicia com a criação, em 1994, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape). Para Bianchini (2015), o Provape não teve capilaridade nacional, mas sua utilidade foi a de ser projeto inicial que deu as bases para criação do Pronaf em 1996. A partir do Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996 se estabeleceu o programa Pronaf, o qual tinha por finalidade fortalecer o segmento da agricultura familiar promovendo os meios para seu desenvolvimento sustentável (Brasil, 1996).

Com a criação do Pronaf, se estabeleceu uma nova relação entre o Estado brasileiro e a categoria da agricultura familiar, pois, além de ser a primeira

política pública específica à agricultura familiar, o programa é tido como um marco temporal ao longo de toda a história do segmento rural familiar brasileiro (Mattei, 2006; Guanziroli, 2007; Gazolla; Schneider, 2013; Aquino; Schneider, 2015; Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

O programa Pronaf em seus primeiros anos efetivou uma discriminação em seu público-alvo, priorizando aqueles com maior nível de renda monetária (Fossá, 2021), resultando em mais de 70% de suas operações destinadas em somente à região Sul do país entre 1996 e 1998 (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Segundo Fossá *et al.* (2020), o estado de Santa Catarina, no primeiro ano do programa (1996), foi o segundo estado brasileiro com maior volume de crédito contratado e, além disso, a maior parte dos contratos efetivados no estado se concentraram em poucas culturas.

A trajetória do programa nos anos posteriores seguiu a lógica de concentração e seleção estrutural, já ocorrida no âmbito do SNCR, contudo, no interior do segmento da agricultura familiar (Fossá; Villwock; Matte, 2024). Segundo Mattei (2015), é no decorrer da primeira década dos anos 2000 que ocorrem mudanças institucionais no sentido de ampliação do seu público-alvo, cobertura geográfica, redução das taxas de juros e prazos de pagamentos, bem como o estabelecimento de linhas de financiamentos a modelos de agricultura sustentáveis e fortalecimento de grupos marginalizados no interior do segmento da agricultura familiar.

Entre as medidas mencionadas somente a cobertura geográfica foi exitosa nos anos posteriores, especialmente no Nordeste e em alguns estados do Norte, que já se colocam entre os estados com maior acesso dos recursos (Baccarin; Oliveira, 2021). Em estudo sobre a distribuição entre os municípios brasileiros, Fossá, Matte e Mattei (2022) demonstram que apenas 43 dos 5.565 não registraram acesso às operações do Pronaf entre 2013 e 2020, o que, por sua vez, exemplifica a cobertura do programa no território nacional.

No que tange às taxas de juros e condições de pagamentos, estas tiveram melhorias, especialmente as reduções das taxas de juros entre os anos de 2003 e 2010 (Mattei, 2015). É importante situar que, nos governos federais de Michel Temer e Jair Bolsonaro,

as operações do Pronaf tiveram incremento nas taxas de juros e ainda em alguns momentos insuficiência de recursos, principalmente aqueles destinados ao investimento (Mattei, 2018; Fossá; Renk, 2021).

Em relação às linhas que visam o financiamento de modelos de agriculturas sustentáveis e agroecologia, o programa praticamente inexistente em termos de operações realizadas e recursos destinados. Aquino, Gazolla e Schneider (2017, 2021) classificam o desempenho das linhas “verdes” como pífio e, além disso, Niederle e Wesz Junior (2022) consideram que são necessárias mudanças estruturais para adequação destas linhas de financiamento à necessidade de seu público-alvo. Em complemento, Fossá *et al.* (2023) demonstram que houve, entre as linhas do Pronaf Floresta, Pronaf ECO e Pronaf Agroecologia, uma média de 324 contratos anuais no período entre 2015 e 2021.

Já as operações destinadas a públicos específicos no interior da agricultura familiar, como o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem, enfrentam desafios tão grandes como aqueles das linhas “verdes”. Schmoeller (2023), em análise sobre Pronaf Mulher no estado do Paraná, argumenta que, em toda sua história, o Pronaf Mulher vem apresentando números baixos em termos de contratos e volume de crédito concedido.

Em relação à linha destinada ao público jovem, o cenário se repete, pois, em análise sobre as operações no cenário nacional, Fossá, Matte e Mattei (2022) verificaram apenas a realização de 1.998 contratos no período de 2013 a 2020, o que por si só demonstra a distância desta linha de crédito do Pronaf daquilo que poderia ser considerado um mínimo satisfatório. Marin (2020) considera, a partir da realização de um estudo em uma região central do Rio Grande do Sul, que o Pronaf Jovem até o momento não passa apenas de uma boa intenção e não tem apresentado os resultados esperados.

O panorama atual do Pronaf revela que muitos desafios de sua trajetória ainda persistem, inúmeros estudos da atualidade revelam que o programa segue centrado no financiamento de poucas culturas, na especialização produtiva e focado em um perfil de agricultores familiares com maior nível de capacidade produtiva de algumas regiões e estados do país (Aquino; Schneider, 2015; Schneider; Cazella; Mattei, 2021; Fossá, 2021;

Búrigo *et al.*, 2021; Wesz Junior, 2021; Conterato; Bráz; Rodrigues, 2021). Além disso, o Pronaf vem apresentando trajetória de expressiva queda do número de contratos. Somente entre 2013 e 2022, o número de contratos reduziu de 1,9 milhão para 1,4 milhão, ou seja, 30,5% entre os anos (Fossá; Villwock; Matte, 2024).

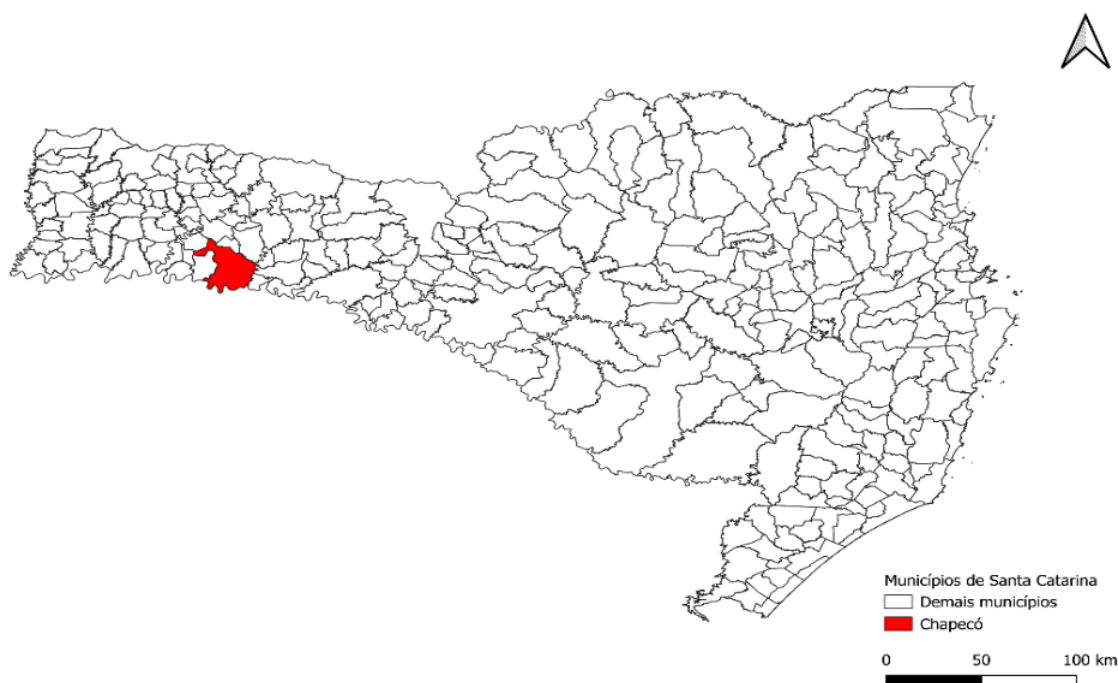
Metodologia

O presente estudo possui natureza histórica-dedutiva. Segundo Bresser-Pereira (2009) e Corazza (2009), esse método, de matriz histórica, é tradicional na análise socioeconômica, buscando fazer interpretações dos fenômenos socioeconômicos, a partir da observação das mudanças e complexidades que permeiam a

realidade. Dessa forma, é um método que reúne e analisa dados e fatos (experiências históricas), analisando suas regularidades e tendências.

A delimitação da área de estudo é o município de Chapecó, situado na região Oeste do estado de Santa Catarina. A escolha por esta localidade se deu em função de quatro aspectos principais: i) a relevância histórica e política do município e das organizações ligadas ao segmento da agricultura familiar; ii) o significativo acesso em termos de contratos e recursos, com destaque no cenário nacional; iii) a presença da agricultura familiar como a principal forma de organização da agricultura local; e iv) interesse em aprofundar estudos e pesquisas de caráter municipal sobre a temática.

Figura 1: Mapa do Município de Chapecó/SC.



Fonte: Autores (2024).

Em relação à técnica de coleta de dados, foram utilizados dados secundários, os quais foram contempladas variáveis relacionados ao crédito rural do Pronaf, junto ao sítio oficial do Banco Central do Brasil (BCB), através da plataforma Matriz de Dados do Crédito Rural (2013-2023) e do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1996-2012). A série histórica compreende desde o primeiro ano de operacionalização do programa Pronaf em 1996 até o ano de 2023, acessados conforme disponibilidade das informações junto ao banco de dados do BCB. Além disso, salienta-se que os dados das variáveis referente aos recursos financeiros foram corrigidos (deflacionados), para o ano de 2023, tendo como base para elaboração dos cálculos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Com objetivo de caracterizar o município estudado, foram examinadas estatísticas do Censo Agropecuário de 2017, assim como as informações da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Produção Pecuária Municipal (PPM). Tais fontes de dados secundários são oriundas do IBGE (2022a; 2022b). As informações e dados utilizados foram organizados, selecionados e tratados através do Microsoft Excel 2016.

A análise dos resultados se deu através da estatística descritiva, envolvendo dois conjuntos de análises. No primeiro, foram apresentadas e discutidas características gerais do Pronaf, como: número de contratos, montante de recursos acessados, valores médios e distribuição dos recursos no município de Chapecó, considerando todo o período de existência do Pronaf, 1996-2023.

No segundo conjunto de análise, priorizou-se uma avaliação desagregada dos recursos destinados às modalidades de custeio e de investimento, permitindo observar onde que o Pronaf está sendo aplicado, dando maiores elementos para compreender sua dinâmica. Para esse segundo conjunto, o período analisado foi de 2013-2023, em virtude da disponibilidade de dados para esse nível de desagregação.

Ressalta-se que a análise descritiva dos dados foi complementada com a pesquisa bibliográfica, com base em estudos da área do desenvolvimento rural e sócio-histórico. O primeiro se debruçando em estudos sobre a agricultura familiar e efeitos do crédito rural (Pronaf) e o segundo enfatizando a

trajetória histórica e o tecido sociocultural da região Oeste de Santa Catarina.

Agricultura familiar e Pronaf: acesso e distribuição no município de Chapecó

O município de Chapecó localiza-se na região Oeste de Santa Catarina e, historicamente, se coloca como expressivo local em termos econômicos e sociais no que diz respeito à presença e importância da agricultura familiar (Espírito Santo, 1999; Renk, 2006; Goularti Filho, 2010). Os dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que, do total de 1.661 estabelecimentos rurais, 1.303 pertencem à agricultura familiar, o que representa 78,4% em relação ao total (IBGE, 2017).

Entre aqueles que participaram do evento censitário, 86% foram do sexo masculino e, ainda, em relação ao total, 80,3% (1.046) dos envolvidos possuíam acima de 45 anos (IBGE, 2017). Os indicadores refletem problemáticas importantes acerca da agricultura familiar em Chapecó e do estado de Santa Catarina, especialmente aquelas relacionadas à sucessão familiar, patriarcado e as relações de gênero do meio rural (Renk; Dorigon, 2014).

Em relação ao pessoal ocupado, a agricultura familiar chapecoense corresponde a 66% (3.211) das 4.866 ocupações registradas no ano de 2017 a partir do Censo Agropecuário. É válido ressaltar que 241 (7,5%) de tais ocupações são de pessoas sem laços de parentesco com os proprietários dos estabelecimentos rurais. Em comparativo com a agricultura patronal/empresarial no município, este percentual salta para 19,6%, ou seja, 952 ocupações (IBGE, 2017).

Em relação ao Valor da produção, os dados do Censo Agropecuário de 2017 foram deflacionados para o ano de 2023. A agricultura familiar produziu em termos comerciais R\$ 102,7 milhões, que, por sua vez, significou 48,7% comparativamente aos R\$ 210,7 milhões no conjunto de toda produção agropecuária de Chapecó. Sobre este aspecto, é válido ressaltar que não são computados os alimentos produzidos para o autoconsumo familiar, condição essencial da reprodução social da

agricultura familiar no município e em todo o país (Villwock, 2015; Badalotti *et al.*, 2020).

Em relação ao Pronaf, a construção da análise se deu a partir do acesso e da distribuição do crédito rural no município de Chapecó. Para tanto, inicia-se pela apresentação do número de contratos e o valor financeiro acessado entre as modalidades do programa. Em seguida, serão apresentados os resultados da destinação financeira entre os principais produtos financiados pelo Pronaf.

Em relação ao número de contratos, sua trajetória no município apresenta significativa redução, de 89,9%, ao longo dos anos de 1996 e 2023, conforme Gráfico 1. Os anos de 1996 e 1997 podem ser caracterizados como pontos “fora da curva” em função das operações do Pronaf terem sido realizadas em “grupinhos” de no mínimo cinco agricultores familiares, o que, por sua vez, elevou o número de contratos nos referidos anos. Já nos anos de 1998 e 1999 o número a menor se deu em função de terem sido realizadas pouquíssimas operações na modalidade de investimento.

Apesar da significativa redução do número de contratos, percebe-se que no período de 2015-2023 ocorreu certa estabilidade, com média de 394 operações anuais. A este respeito, ao menos duas considerações são preponderantes, a saber: i) no município, a política pública do Pronaf está contemplando um percentual muito baixo (30,3%) na comparação com os estabelecimentos familiares (1.303), o que por sua vez, coloca em debate o desempenho da inclusão ao acesso do crédito, pois pode haver um contingente de agricultores familiares

que desejam acessar o crédito e não estão conseguindo se adequar as normas operacionais do programa; ii) Chapecó/SC se insere na própria dinâmica estrutural de redução dos contratos em esfera nacional e de diferentes localidades já verificada em muitos estudos (Viana *et al.*, 2021; Zanetti *et al.*, 2021; Dalcin; Hartmann, 2021; Wesz Junior, 2021; Cerqueira; Jesus; Pinheiro, 2021; Fossá; Matte; Mattei, 2022; Scapin; Troian, 2023).

Em relação aos recursos financeiros, apresentados no Gráfico 2, os valores evoluíram de R\$ 75,9 milhões em 1996 para R\$ 134 milhões no ano de 2023, o que significou um crescimento de 176,4% no período. Quais aspectos explicam tal crescimento ao considerar que o número de contratos representou em 2023 apenas 14,5% no comparativo com ano de 1996?

Pode-se evidenciar, em um primeiro momento, que houve uma concentração no acesso ao Pronaf, isto é, um menor número de agricultores está acessando o crédito. Essa concentração pode estar indicando uma menor presença da agricultura familiar no município nos últimos anos e ampliação do tamanho dos estabelecimentos rurais remanescentes, realidade que vem ocorrendo desde a década de 1990 (Testa *et al.*, 1996; Renk; Dorigon, 2014; Kroth, 2016). Para além dessa realidade, cabe ainda um questionamento sobre o que explica esse crescimento expressivo no volume de recursos. A resposta é, sem dúvida, complexa, contudo, apresenta-se quatro aspectos que contribuem para o entendimento.

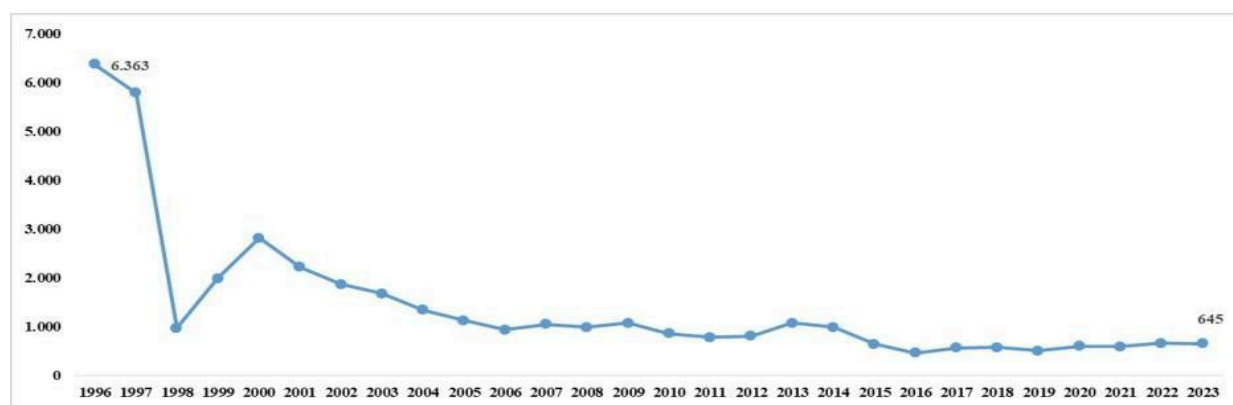


Gráfico 1: Número de contratos anuais do Pronaf contratados no município de Chapecó/SC, entre 1996 e 2023

Fonte: Autores (2024).

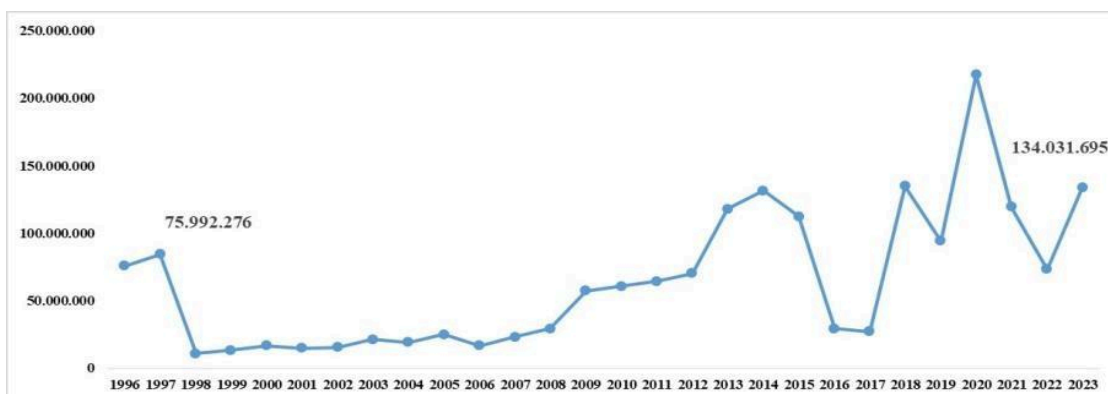


Gráfico 2: Montante de recursos anuais do Pronaf acessados no município de Chapecó/SC, entre 1996 e 2023
Fonte: Autores (2024).

O primeiro aspecto relacionado ao crescimento do montante acessado está associado ao custo de produção, que, por sua vez, vem crescendo significativamente no estado de Santa Catarina (Epagri/CEPA, 2023). O segundo está associado à necessidade constante do uso de equipamentos com maior nível de tecnologia nas atividades agropecuárias. O terceiro aspecto está relacionado ao crescente movimento de arrendamento das terras na região Oeste de Santa Catarina, que, por sua vez, demanda um maior nível de crédito rural em função da ampliação da produção (Guedes; Cazella; Capellesso, 2019).

O quarto aspecto relaciona-se ao acesso ao programa por cooperativas com sede em Chapecó e atuação em nível nacional, que acabam captando

volumes significativos de recursos via linha Pronaf Agroindústria². Entre os anos de 2016 a 2023, a média de recursos na modalidade de industrialização foi de R\$ 44,7 milhões no município. Acerca da distribuição entre as modalidades do Pronaf no município de Chapecó, de acordo com o Gráfico 3, verifica-se que o crédito de custeio entre 1996 e 2023 acumulou R\$ 972,5 milhões, representando 53,5% do total. Ao considerar o total de 33.352 contratos, o valor médio dos contratos nesta modalidade foi de R\$ 29 mil. Por sua vez, a linha de investimento na série histórica registrou o montante de R\$ 420,2 milhões (23,1% do total), e, em relação ao número de contratos, foram realizadas 6.296 operações com um valor médio por contrato de R\$ 66,7 mil.

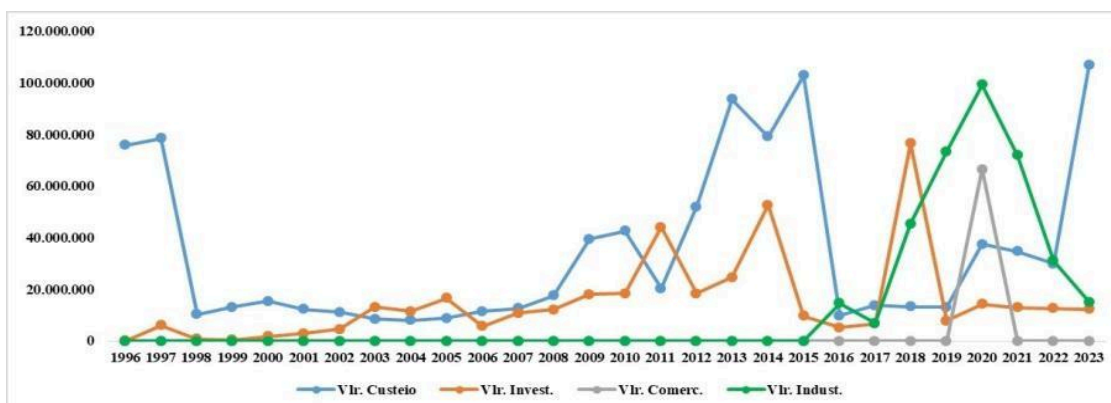


Gráfico 3: Montante de recursos do Pronaf por modalidade acessados no município de Chapecó/SC, entre 1996 e 2023
Fonte: Autores (2024).

No que se refere à modalidade de comercialização, foi registrada apenas no ano de 2020, no qual apenas duas operações contratuais com o total de R\$ 66,5 milhões, e representando 3,7% do total de todo o período analisado. Por fim, na modalidade de industrialização, este ocorre a partir do ano de 2016 com um total de 40 contratos e um montante de R\$ 357,6 milhões (19,7% do total).

Sobre o Pronaf Industrialização, há pelo menos um aspecto a ser ressaltar, pois, ao recortarmos somente a partir de seu registro no ano de 2016, sua participação é de 43% do total, sendo a modalidade que mais captou recursos, superando tanto o custeio como o investimento. Comparativamente, Fossá *et al.* (2020), ao analisarem a distribuição no estado de Santa Catarina, identificaram o valor em torno de 4% para a modalidade de investimento entre 2016 e 2019.

Neste momento, inicia-se um segundo conjunto de análise, enfatizando um maior aprofundamento da distribuição dos recursos dentro de cada modalidade. Para essas análises, considerou-se o recorte temporal de 2013-2023.

Em relação à distribuição dos recursos na modalidade de custeio agrícola, disposta na Tabela 1,

observa-se que foram acessados R\$ 534,6 milhões entre 2013 e 2023. Desse recurso, apenas cinco produtos (Tabela 1) concentraram 94,3% do total dos valores disponibilizados. Os “Outros Produtos/Insumos/Recursos a Cooperados” captaram 42,3% dos recursos, totalizando aproximadamente R\$ 225,9 milhões. Sobre este ponto, nos termos de Bittencourt (2003), é necessário um “abrir da caixa preta” para compreender no detalhe os destinos dos recursos de crédito rural, pois a principal destinação dos recursos de custeio agrícola aglutina-se em descrições gerais e não especificam claramente sua finalidade.

A categoria de produtos “Bovinos” aparece com R\$ 129,6 milhões entre 2013-2023, representando 24,2% do total. O município de Chapecó, assim como toda a grande região do Oeste catarinense, se constitui em uma grande bacia leiteira, pois somente no ano de 2023 foram produzidas, na microrregião³ de Chapecó, 695,4 milhões de litros de leite, o que significou 25,6% do total do estado e a maior produtora entre as microrregiões do estado de Santa Catarina (Epagri/CEPA, 2023). Além disso, conforme Jochims, Dorigon e Portes (2016), ocorre o aumento das atividades de gado de corte na região Oeste.

Tabela 1: Cinco principais Produtos financiados pelo Pronaf Custeio no município de Chapecó/SC entre 2013 e 2023

Ano	O. Prod / Insumos / R. Coe	%	Bovinos	%	Capital de Giro	%	Milho	%	Soja	%
2013	74.307.760	79,4	3.929.321	4,2	0	0,0	4.483.421	4,8	4.442.904	4,7
2014	65.370.089	82,6	4.856.697	6,1	0	0,0	4.167.842	5,3	2.475.552	3,1
2015	45.189.167	43,9	50.406.100	49,0	0	0,0	2.791.600	2,7	2.302.198	2,2
2016	146.617	1,5	4.096.632	42,0	0	0,0	2.790.396	28,6	1.808.927	18,6
2017	290.828	2,1	7.399.616	53,8	0	0,0	2.185.602	15,9	2.154.617	15,7
2018	0	0,0	7.540.059	56,5	0	0,0	1.879.566	14,1	2.381.487	17,8
2019	0	0,0	7.944.207	60,2	0	0,0	1.446.914	11,0	1.950.556	14,8
2020	24.204.356	64,5	7.407.841	19,7	0	0,0	2.653.620	7,1	1.818.727	4,8
2021	16.479.000	47,5	9.742.905	28,1	0	0,0	2.942.337	8,5	2.974.520	8,6
2022	0	0,0	12.813.997	42,8	0	0,0	6.840.734	22,9	5.827.967	19,5
2023	0	0,0	13.510.774	12,6	80.000.000	74,9	3.220.794	3,0	5.264.265	4,9
Total	225.987.817	42,3	129.648.149	24,2	80.000.000	15,0	35.402.825	6,6	33.401.719	6,2

Fonte: Autores (2024).

O produto “Capital de Giro” se coloca na terceira posição em termos de acesso dos recursos de custeio agrícola. Apenas com dois contratos no ano de 2023 foram suficientes para representar 15% do total da finalidade entre 2013 e 2023, o que também por este ângulo evidencia as contradições desta política pública que ao longo de sua trajetória (1996-2023) resultou, conforme mencionado acima, em um valor médio das operações de custeio agrícola de apenas R\$ 29 mil.

O quarto produto que mais acessou os recursos em Chapecó, entre 2013 e 2023, foi o “Milho”, com o montante de R\$ 35,4 milhões (6,6% do total), o que se justifica, isto porque o cereal se constitui, para além de sua comercialização, como um item fundamental na alimentação de animais. Na quinta posição aparece o produto “Soja”, com R\$ 33,4 milhões (6,2% do total), que evoluiu 18,5% no comparativo entre 2013/2023.

O posicionamento da soja apenas como a quinta em termos de acesso pode até ser considerado uma surpresa, pois em estudos de Viana *et al.* (2021), Wesz Junior (2021), Conterato, Bráz e Rodrigues (2021) e Fossá, Villwock e Matte (2024) o cultivo aparece entre os principais destinos dos recursos de crédito rural. Os possíveis motivos para esta questão podem estar relacionados ao acesso dos agricultores familiares com maior nível de renda e capacidade produtiva, via outros programas, especialmente o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), além do custeio por conta própria, neste caso, em função do elevado preço de venda das últimas safras, que de alguma forma pode ter sido um vetor à capitalização.

O acesso de recursos de investimento por produto, entre 2013 e 2023, somou no município de Chapecó o total de R\$ 235,1 milhões. Em função da significativa diversidade cadastral, os itens foram agrupados conforme sua finalidade de investimento no interior do estabelecimento rural familiar, conforme Quadro 1. A seguir são apresentadas as cinco categorias de produtos que mais acessaram recursos na modalidade de investimento.

As “Máquinas e Implementos”, de todos os gêneros, foram os itens que mais acumularam no período em análise. Ao todo foram R\$ 101,2 milhões, o que representou 43% do total dos recursos. Em seguida, consta os “Tratores/Demais

Veículos” que acessaram o montante de R\$ 34,9 milhões (14,8% do total). Na terceira posição em termos de acesso consta os produtos enquadrados na categoria “Infraestrutura Física”, os quais foram contratados o montante de R\$ 23,1 milhões (9,9% do total). As três categorias de produtos são fundamentais à estrutura produtiva e, conseqüentemente, em se considerando seu caráter apresentam resultados a médio e longo prazo.

Quadro 1: Principais modalidades de investimento do Pronaf entre 2013 e 2023 no município de Chapecó/SC

	Modalidade de investimento	Valor – milhões de reais	Porcentagem
Categorias de produtos	Máquinas e Implementos	R\$ 101,2	43%
	Tratores/Demais Veículos	R\$ 34,9	14,8%
	Infraestrutura Física	R\$ 23,1	9,9%
	Bovinos	R\$ 14,1	6%
	Energia Renovável	R\$ 7,9	3,4%

Fonte: Autores (2024).

Em continuidade, o produto “Bovinos”, que se refere à compra de animais, captou junto à linha do Pronaf Investimento, entre 2013 e 2023, R\$ 14,1 milhões (6% do total). Por fim, entre os produtos com maior nível de acesso aos recursos de investimento, posiciona-se o financiamento de “Energia Renovável”, que, apesar de ter registro apenas a partir do ano de 2018, acumulou o montante de R\$ 7,9 milhões (3,4% do total). Atualmente, a Energia Renovável pode ser financiada por meio do Pronaf Bioeconomia⁴ e possui como limite o valor de R\$ 210 mil (Brasil, 2023).

Por fim, salienta-se que o Pronaf faz parte da vida dos produtores rurais de Chapecó desde sua criação, sendo uma política pública importante para o desenvolvimento rural do município, financiando, em sua maioria, a produção de produtos agrícolas e maquinários para a produção, mas constata-se a necessidade de adequações na política pública para melhor atender seu público-alvo.

Considerações finais

O município de Chapecó é um importante produtor da agropecuária catarinense. A política pública do crédito rural é um instrumento de fundamental relevância na viabilização das atividades produtivas do meio rural e, conseqüentemente, na atividade econômica. Em relação ao Pronaf, o programa se enquadra potencialmente em mais de 80% dos estabelecimentos rurais do município em estudo. No que tange os objetivos de pesquisa, quatro elementos são fundamentais e merecem serem retomados.

O primeiro elemento relaciona-se ao fato de a trajetória das operações contratuais reduzirem significativamente, resultando no ano de 2023 em apenas 645 e a consequente cobertura dos estabelecimentos familiares rurais inferior aos 50% de cobertura, se considerada apenas uma operação por unidade familiar. Este é um ponto importante para o debate da eficiência e desempenho desta política pública em Chapecó. Entretanto, é necessária a junção de forças das organizações da sociedade civil, especialmente aquelas vinculadas aos movimentos sociais do campo no sentido de inserir este debate na agenda pública em nível local, estadual e regional.

O segundo elemento relaciona-se em contradição ao primeiro, pois os valores financiados cresceram significativamente no período (76,4%), o que, por sua vez, indica que um conjunto muito menor de agricultores familiares está precisando cada vez mais recursos para financiar suas atividades produtivas. Além disso, a escalada no volume de recursos também está associada ao acesso de grandes quantias por parte de grandes cooperativas agropecuárias com sede no município de Chapecó. Isso fragiliza e restringe ainda mais o acesso ao se considerar apenas as famílias de agricultores.

O terceiro elemento está associado à destinação dos recursos por produto, isto porque, em relação aos créditos de custeio agrícola, as cinco principais categorias captaram praticamente a totalidade dos recursos (94,3%). Já em relação ao crédito de investimento, apesar de se apresentar de forma concentrada, a maior parte dos recursos contratados no município se colocam como elementos estruturantes das atividades produtivas. A

contradição verificada coloca frente a frente um programa específico à agricultura familiar caminhando a passos largos no amplo incentivo à especialização produtiva e à monocultura em modelo de estrutura de agricultura, que possui na diversificação produtiva suas raízes históricas e elemento fundamental a sua reprodução social.

O quarto elemento se relaciona ao incentivo, via Pronaf, de práticas sustentáveis de agricultura no município. O financiamento da energia renovável com participação de 3,4% dos recursos de investimento entre 2013/2023 é um alento para um cenário de praticamente inexistência de crédito do Pronaf para financiamento de iniciativas sustentáveis e de produção orgânica e agroecológica no município. Por fim, é fundamental as discussões em torno da agricultura familiar e o acesso a políticas públicas de apoio ao segmento em nível local, ao mesmo tempo que se sugere que novos estudos possam aprofundar esta realidade a partir de outros olhares e perspectivas epistemológicas.

Notas

1 O Plano Safra 2023/2024 prevê o limite de captação do Pronaf Agroindústria no total de R\$ 35 milhões.

2 A Síntese Anual da Agricultura Catarinense não disponibiliza os dados municipais.

3 Anteriormente denominava-se Pronaf Eco.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios. In: SAMBUICHI, R. H. et al. (org.). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: IPEA, 2017. p. 197-227.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 163-189, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5548>

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015. p. 53-81.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Uma avaliação da distribuição do Pronaf entre as regiões geográficas do Brasil. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 114-140, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5477>

BADALOTTI, R. M. *et al.* A produção de alimentos para autoconsumo na região Oeste Catarinense. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 17, n. 3, p. 138-159, jul./set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.26767/1747>

BLANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília, DF: SAF; MDA, 2015.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BCB – Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. 1996-2012. Brasília,

2024. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BCB – Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. Brasília, 2024. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jun. 1996.

BRASIL. Decreto n. 3.991, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 out. 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Plano/Safra da Agricultura Familiar 2023/2024**. Brasília, DF: MDA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, Niterói, v. 29, n. 2, p. 163-190, abr. 2009.

BÚRIGO, F. L. *et al.* O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 635-668, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-6>.

CERQUEIRA, C. A.; JESUS, C. M.; PINHEIRO, L. I. F. PRONAF nos territórios da cidadania da Bahia nos governos instituídos entre 1999 e 2018.

Revista Grifos, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 327-349, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5544>

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. A Commoditização do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5578>

CORAZZA, Gentil. Ciência e método na história do pensamento econômico. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 2, p. 107-135, maio/ago. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v35i2.17206>

DALCIN, D.; HARTMANN, R. J. Captação e Características do PRONAF no COREDE Missões/RS (2013-2018). **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 301-326, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5415>

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo, SP: Ícone, 1985.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura a economia do agronegócio**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2012.

EPAGRI/CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Epagri/CEPA, 2023.

ESPÍRITO SANTO, E. **A agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó, SC: Grifos, 1999.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; INCRA – Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil. **Diretrizes de política agrícola e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, DF: FAO; INCRA, 1994.

FOSSÁ, J. L. **A agricultura familiar e as alterações promovidas pelo PRONAF em Santa Catarina**. 2021. 232 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FOSSÁ, J. L. *et al.* (A falta de) financiamento de crédito rural: reflexões a partir do PRONAF linhas “verdes”. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, n. 20, n. 2, p. 189-203, abr./jun. 2023. DOI:

<http://dx.doi.org/10.17058/redes.v28i1.17972>

FOSSÁ, J. L. *et al.* Acesso e distribuição do Pronaf entre agricultores familiares no estado de Santa Catarina. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n. 53, p. 222-244, out./dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.53.222-244>

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 29, n. 1, p. 1-27, jan./mar. 2022. DOI:

<https://doi.org/10.5902/2318179668371>

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 54, p. 74-93, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54>

FOSSÁ, J. L.; VILLWOCK, A. P. S.; MATTE, A. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022.

Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 22, n. 60, p. 1-22, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14701>

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da agricultura familiar? uma análise do Pronaf Crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000100003>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 19-50.

GOULARTI FILHO, A. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, L.; LINS, H. N. (org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 29-62.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>

GUEDES, A. C.; CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J. Arrendamento de terras: a heterogeneidade de atores sociais no meio oeste catarinense. **Campo. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 14, n. 34, p. 255-284, 2019. DOI:

<http://dx.doi.org/10.14393/RCT143411>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2022a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2022b.

JOCHIMS, F.; DORIGON C.; PORTES, V. M. O leite para o Oeste Catarinense. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 18-21, set./dez. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/rac/article/view/67>. Acesso em: 20 abr. 2024.

KROTH, D. C. A agroindústria do Oeste Catarinense e o desenvolvimento regional sustentável: os velhos e os novos desafios no novo século. In: RADIN, J. C.; CORAZZA, G. (org.). **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. Florianópolis, SC: Insular, 2016. p. 129-162.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme**. Campinas, SP: Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, 1993.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia**

Rural, Brasília, v. 58, n. 2, p. 1-19, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438>

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 293-307, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41318>

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2015.v35.421>

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília, DF: MDA, 2006. (NEAD Estudos).

NIEDERLE, P.; WESZ JUNIOR, V. J. A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 42, n. especial, p. 507-520, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.804>

PIAZZA, W. F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis, SC: UFSC, 1983.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. rev. Chapecó, SC: Argos, 2006.

RENK, A. **Sociodicéia às Avestas**. Chapecó, SC: Grifos, 2000.

RENK, A.; DORIGON, C. (org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó, SC: Argos, 2014.

RESENDE, C. M.; MAFRA, R. L. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 261-280, abr./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540204>

SCAPIN, B.; TROIAN, A. PRONAF e Território: O Crédito Rural na Agricultura Familiar da Quarta Colônia/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 21, n. 59, p. 1-19, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13136>

SCHMOELLER, S. **Desafios e impactos do acesso ao PRONAF Mulher no Paraná**. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656>

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1980.

TESTA, V. M. *et al.* **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: (proposta para discussão). Florianópolis, SC: Epagri, 1996.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo, SP: EDUSP, 1991.

VIANA, J. G. A. *et al.* Evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul: análise por atividade e finalidade dos recursos de 2006 a 2018. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 291-303, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2021v14n2e7686>

VILLWOCK, A. P. S. **As estratégias de renda dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste nos anos 2005 e 2010.** 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

WERLANG, A. A. **Disputas e ocupação do espaço no Oeste Catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó, SC: Argos, 2006.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5353>

ZANETTI, C. *et al.* Evolução do PRONAF no território rural do Vale do Taquari/RS (2012-2017). **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 257-279, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5434>

ZONIN, J. V.; MARTINS, S. R. Por uma agricultura familiar liberta e sem fronteiras: desafios e perspectivas no contexto da mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. In: RADIN, J. C.; CORAZZA, G. (org.). **Fronteira Sul:** ensaios socioeconômicos. Florianópolis, SC: Insular, 2016. p. 229-252.

Brinquedos e brincadeiras de príncipes e princesas no Antigo Convento do Carmo, Rio de Janeiro

Toys and games of princes and princesses at the Antigo Convento do Carmo archaeological site, city of Rio de Janeiro

Daniela Alves*

Palavras-chave:
Crianças
Sítio arqueológico Antigo Convento do Carmo
Brincadeiras e jogos

Resumo: Nesta pesquisa buscou-se caracterizar a cultura material associada às crianças identificada no sítio arqueológico Antigo Convento do Carmo, situado na atual Praça XV de Novembro, Centro Histórico do Rio de Janeiro. O convento e outras edificações próximas foram ocupadas pela família real portuguesa entre 1808 e 1889. A partir da análise dos artefatos conjugada à investigação de documentação escrita sugeriu-se que as crianças da família real utilizaram o espaço do convento para diversas atividades, particularmente para brincadeiras e jogos. Inferiu-se que o brincar foi uma atividade constituidora das infâncias dos príncipes e princesas ao longo do século XIX.

Keywords:
Children
Antigo Convento do Carmo archaeological site
Toys and games

Abstract: In this research, an attempt was made to characterize the material culture associated with children from the archaeological site of the Antigo Convento do Carmo, located in the current XV de Novembro Square, Historic Center, in the city of Rio de Janeiro. The convent and other nearby buildings were occupied by the Portuguese royal family between 1808 and 1889. From the analysis of the artifacts combined with the investigation of written documentation, it was suggested the children of the royal family used the convent space for various activities, particularly for playing and games. In conclusion, play was a constitutive activity of the childhoods of the princes and princesses throughout the 19th century.

Recebido em 10 de junho de 2024. Aprovado em 23 de setembro de 2024.

Introdução

O Antigo Convento do Carmo situa-se na atual Praça XV de Novembro, no Centro Histórico do Rio de Janeiro. Conjuntamente com o Palácio dos Governadores, a casa de Câmara e Cadeia e a igreja formaram um complexo de edificações utilizadas pela corte portuguesa entre os anos de 1808 e 1889. Em 2019, iniciaram-se as obras de restauro no convento, concomitantemente às pesquisas arqueológicas. Nesse momento foram recuperados artefatos referentes aos distintos momentos de ocupação do local, inclusive objetos associados às crianças, atinentes ao século XIX.

Brookshaw (2009) asseverou que, mesmo sendo parte das sociedades adultas nas quais viveram, as crianças poderiam apresentar cultura material própria. Esses objetos, manufaturados, modificados e usados pelas crianças permitiria aos indivíduos desse grupo serem identificados como parte dele por meio da posse e do uso. Tais interpretações seriam subjetivas e abertas a diferentes concepções. Seria fundamental atentar-se que as crianças compartilharam o mesmo mundo dos adultos e muitas vezes a mesma cultura material e, para determinados artefatos, a associação com as crianças poderia ter se perdido como resultado das distâncias históricas e culturais. Segundo Dozier (2016), os

* Doutora em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia/USP. E-mail: danymalves@gmail.com.

artefatos associados às crianças em contextos históricos têm sido marcados pela identificação de brinquedos, tais como bolinhas de gude, bonecas e livros, além de pertences pessoais referentes aos corpos infantis e suas presenças físicas nos espaços, como calçados, chupetas, roupas e berços. Soafer Derevenski (2000) salientou ainda a importância da observação do contexto e do ambiente no qual as crianças viveram para interpretação de suas materialidades.

A principal categoria de objetos identificados em sítios históricos são os brinquedos. Então, como os pesquisadores reconhecem os brinquedos no registro arqueológico? Crawford (2009) apontou que o principal método tem sido por similaridade, observando o que se conhece sobre os brinquedos atuais. Em segundo lugar, seriam identificados por analogia, utilizando-se fontes iconográficas, etnográficas ou registros históricos escritos.

No sítio Antigo Convento do Carmo, a maioria dos objetos considerados como pertencentes ao universo das crianças, por meio dos métodos acima mencionados, corresponde aos brinquedos. Cabe salientar, contudo, que a análise efetuada não permitiu inferir que esses brinquedos tivessem sido manufaturados pelas próprias crianças. Como argumentaram Munita e Mera (2016), nos sítios do período histórico a principal forma de identificação das crianças seria por meio do registro de artefatos elaborados para elas, mais do que pela identificação e associações de objetos criados ou reciclados pelas crianças.

Além disso, o contexto arqueológico não possibilitou o apontamento de inferências capazes de ampliar os conhecimentos sobre as atividades infantis. Assim, perante a ausência de um bom contexto arqueológico e tendo em vista que as ações infantis se concentram no brincar, nas brincadeiras e jogos praticados cotidianamente entre crianças e seus pares e entre crianças e adultos, esta investigação orienta-se para explorar as experiências do brincar a partir de um espaço e tempo específicos, combinando a análise de artefatos às fontes escritas do período oitocentista. Para tanto, analisa-se o brincar sob o conceito de atividade situada, em Evaldsson e Corsaro (1998) e aplica-se o estudo de Vigotski (2010) para classificar e interpretar

possibilidades de participação das crianças nessas atividades.

O brincar tem sido investigado desde fins do século XIX em diversos campos científicos. Segundo Bomtempo, Hussein e Zamberlan (1986), nesse tempo, acentuavam-se ainda pesquisas de cunho evolucionista sobre o papel das brincadeiras e jogos na vida dos pequenos. Julgava-se que essas atividades comportariam vestígios de antigos costumes “tribais” que foram úteis à espécie. Segundo Montgomery (2009), o brincar se tornou uma via de pesquisa, pois os especialistas reconheceram-no como essencial para o bem-estar infantil e como fator importante para o desenvolvimento. O brincar seria tão fundamental para as crianças, assim como o trabalho seria para os adultos.

As investigações etnográficas revelaram que brincar seria comum entre as crianças em diversas sociedades e, portanto, poderia ser considerado um fenômeno universal, como salientou Lancy (2007). Vigotski foi um desses estudiosos, que nas primeiras décadas do século XX, observou crianças brincando e relacionou tais atividades ao desenvolvimento e à aprendizagem.

A arqueologia também tem explorado o brincar ante a cultura material recuperada nos sítios ou proveniente de coleções, particularmente buscando contributos de outras áreas científicas. Baxter (2006), por exemplo, realizou um estudo comparativo a partir da análise da distribuição espacial de artefatos referentes às crianças identificados em cinco sítios domésticos do século XIX. Demonstrou que com a identificação de padrões de distribuição espacial dos objetos se poderia investigar como as crianças foram socializadas no passado. Ao final, classificou que a maioria dos objetos estaria dentro dos âmbitos “habitual” e “geral” das brincadeiras infantis e, portanto, em conformidade com a ideia de que grande parte das tarefas das crianças aconteceria mais perto de casa. Vlahos (2014, 2015), por sua vez, dentre inúmeros objetos analisados de coleções referentes ao século XIX, examinou os brinquedos, o brincar e a agência infantil. Propôs que as crianças alteraram, criaram e usaram os artefatos de acordo com a criatividade, inclusive se apropriaram de um cachimbo, transformando-o por meio de adornos para refletir seu mundo ao invés do mundo adulto.

Lima (2019) analisou brinquedos, dentre outros objetos, provenientes de cinco sítios oitocentistas, referentes a contextos urbanos e rurais da cidade do Rio de Janeiro. Foram coletados partes e fragmentos de bonecas de biscuit e porcelana, soldadinhos de chumbo, bolinhas de gude de vidro, miniaturas de peças de jogo de chá, peça para jogo de dominó em osso e fragmentos de louça com pinturas de motivos infantis. De acordo com a autora, os contextos referiram-se a lixeiras domésticas, áreas de aterro ou amostras de superfície. A autora também utilizou textos e imagens do período, examinando o papel da socialização na vida das crianças.

Vale ressaltar, finalmente, que a cultura material recuperada no Antigo Convento do Carmo poderia ter pertencido às crianças da família real. Embora tivessem horários estabelecidos para estudos, para participação em celebrações e demais compromissos referentes às posições que ocupavam, brincadeiras e jogos fizeram parte da vida dos príncipes e princesas, isto é, foram atividades constituidoras de suas infâncias no decorrer do século XIX.

A pesquisa arqueológica no sítio Antigo Convento do Carmo

A pesquisa arqueológica¹ desenvolveu-se nas três edificações que compõem o convento, atestando os diferentes momentos de ocupação do lugar. As atividades interventivas iniciaram-se no bloco I, o mais antigo deles, composto por três pavimentos: dois foram construídos entre 1619 e 1750 e o outro em 1750. Em todos os blocos, coletaram-se fragmentos ósseos, vítreos, metais, fragmentos de louça e cerâmica, além de materiais construtivos (DIAS, 2019).

Os blocos II e III foram erguidos no século XIX. Durante as intervenções no bloco III identificaram-se cinco sepultamentos e no bloco II três sepultamentos. Um deles foi localizado sobre o nível do lençol freático, a 1,70 metros de profundidade. Tratava-se de sepultamento primário associado a grupos originários do período pré-colonial ou de contato (DIAS, 2019). Dias (2021) investigou sobre a ocupação desses povos, assim como contatos entre as populações africanas e

européias, entre os séculos XVI e XVIII, a partir dos esqueletos e artefatos identificados no Antigo Convento do Carmo e na Antiga Sé (igreja Carmelita).

Os objetos associados às crianças foram coletados em um único local, correspondente ao corredor do terceiro andar do bloco I, alterando-se apenas as camadas estratigráficas. Segundo Dias (2019), neste andar, após a retirada do piso de assoalho, identificou-se ao longo das doze janelas, grande quantidade de material arqueológico. Um sítio soterrado nos interstícios dos barrotes. Aí foram coletados artefatos ósseos, grande quantidade de fragmentos de louça, além de leques, fragmentos de fios de perucas, pentes em osso, uma pequena ametista, tecidos em seda e veludo, fitas, linhas, pulseiras de palha, anéis de piaçava, dedais, fusos de madeira, carretéis, moedas oitocentistas, fragmentos do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, com data de 11 de agosto de 1828 e uma tira de metal dobrada em V, com os dizeres gravados: “Independência ou Morte”. Nesse contexto inseriram-se os brinquedos e demais objetos referentes às crianças. Poderia ser um lugar onde elas brincavam com frequência, talvez distante dos olhares adultos; ou um local próximo a uma sala de jogos na qual crianças e adultos interagiram. Os brinquedos ainda poderiam ter ali caído por acidente ou terem sido descartados, quando não mais desejados. Diante disso, aventou-se que esses objetos poderiam ser associados às crianças da família real, por diferentes gerações no transcorrer do século XIX. Possivelmente, outras crianças escolhidas dentre as famílias abastadas do Rio de Janeiro para brincarem com as crianças reais, também tenham usufruído dos brinquedos ou talvez até mesmo possam ter sido reapropriados pelos filhos e filhas de pessoas escravizadas que ali viveram.

O Largo do Paço e um pouco do cotidiano das crianças

A vinda da família real em 1808 transformou o país, particularmente o cotidiano das pessoas no Rio de Janeiro. O Largo do Paço, como era chamado à época, assim como as edificações ali existentes foram adaptadas para acomodar os recém-chegados. Debret (1940) assinalou que dentre os integrantes da

família real estavam Dona Maria I, Dom João VI e sua esposa Dona Carlota Joaquina; as princesas Dona Maria Teresa, Dona Maria Isabel, Dona Maria Francisca, Dona Isabel Maria, Dona Maria da Assunção e Dona Ana de Jesus Maria; os príncipes Dom Pedro, Dom Miguel e Dom Pedro Carlos, da Espanha (sobrinho de Dom João VI)².

Segundo Macedo (1862) foi preciso destruir parte do convento para abrir comunicação entre o Largo do Paço (atual Praça XV de Novembro) e a rua do Cano (atual rua Sete de Setembro) para abrigar os novos moradores. O convento começava no extremo da rua Misericórdia, um pouco adiante da rua da Assembleia (antes chamada rua da Cadeia), estendia-se por toda largura do Largo até a entrada da rua Direita, onde terminava com a igreja. Pela frente da praça observava-se o pavimento inferior, dois andares que tinham janelas com balcões de ferro e rótulas de madeira, utilizados como dormitórios. Em seguida, estava a igreja de Nossa Senhora do Carmo, transformada em capela real e ao lado da torre uma capela para Nosso Senhor dos Passos. Até o hospital, que ficava contíguo à capela foi tomado pela realza, depois transformado em biblioteca.

Debret (1940) apontou que o segundo andar do convento ficou reservado ao serviço do palácio e, portanto, fora dividido em pequenos aposentos para as pessoas da corte. Dona Maria I e suas damas ocuparam alguns dos aposentos. A mãe de Dom João VI aí permaneceu até sua morte, em 20 de março de 1816. No andar térreo, estavam as despensas, cozinhas e aposentos da criadagem. Dona Carlota, ocupou os cômodos que lhe foram reservados no centro da fachada lateral do palácio, ao lado da grande praça, enquanto Dom Pedro I ocupou com seu preceptor o edifício que terminava nessa mesma fachada ao lado da capela. Depois de reformada, a chácara passou a abrigar Dom João e Dona Maria Teresa (filha mais velha). Oliveira Lima (1908) reiterou que mesmo depois de preparado o palácio da Boa Vista, Dona Carlota e as infantas menores continuaram vivendo no palácio da cidade, indo diariamente à missa das nove horas em São Cristóvão e voltando às infantas à galope para jantar às quatro horas com o pai.

Como Dom João VI e Dona Carlota Joaquina não costumavam compartilhar diariamente o mesmo espaço, as crianças acompanhavam os pais,

ao menos enquanto pequenas. As meninas estavam com mais frequência em companhia de Dona Carlota, enquanto Dom Pedro e Dom Miguel estavam em idade de estudos, consequentemente tinham rotinas diferentes das irmãs mais novas. Como informou Guimarães (1936), Dom Pedro tinha dez anos quando aqui chegou e Dom Miguel seis.

Os brinquedos identificados no Antigo Convento do Carmo possivelmente fizeram parte das brincadeiras de Dona Maria Isabel, Dona Maria Francisca, Dona Isabel Maria, Dona Maria da Assunção, Dona Ana de Jesus Maria, Dom Pedro e Dom Miguel. Dona Maria Teresa provavelmente não participou das brincadeiras com seus irmãos menores, assim como seu primo, Dom Pedro Carlos. Como explicou Pereira (1946), os dois já eram crescidos quando chegaram ao Brasil e logo Dona Maria Teresa³ passou a trabalhar como secretária no Largo do Paço, auxiliando o pai em diversas tarefas.

Sousa (2015) aludiu que Dom Pedro cresceu brincando, montando cavalos e encontrando prazer em cuidar deles, dar-lhes banho e aprender a ferrá-los. Inclusive, iniciou-se no esporte de conduzir carros à disparada. Também recebia muitos regalos. Dom Marcos de Noronha e Brito, oitavo conde de Arcos de Valdevez, sempre enviava presentes ao príncipe. Sabia que Dom Pedro devotava-se a marcenaria e mandava-lhe pedaços de preciosas madeiras. Presas (2013), secretário de Dona Carlota, também destacou dois pequenos canhões recebidos de presente por Dom Miguel por um dos chefes da esquadra inglesa.

Após a independência do país, o Largo do Paço seguiu como importante centro das decisões políticas e das movimentações sociais. As edificações, entretanto, passaram a servir ocasionalmente como residência do imperador e de sua família, pois como alegou Sousa (2015), Dom Pedro I e Dona Leopoldina optaram por viver no palácio em São Cristóvão após o casamento.

Os filhos de Dom Pedro I e Dona Leopoldina, Dona Maria da Glória, Dom Pedro II, Dona Januária, Dona Francisca e Dona Paula Marianna poderiam também ter partilhado várias brincadeiras com os brinquedos identificados no Antigo Convento do Carmo.

Santos (1927) declarou que entre o final de 1826 e o início de 1827, quando Dom Pedro I esteve ausente do Rio de Janeiro a princesa presidia algumas reuniões com os ministros, assumindo o cargo de regente do país. Provavelmente, Dona Leopoldina e os filhos tenham residido no palácio do centro da cidade nesse período⁴.

De acordo com Lyra (1938), o cotidiano de Dom Pedro II era visto de perto pelo preceptor, frei Pedro. Normalmente, levantava-se às sete horas da manhã. Às oito horas servia-se o almoço na presença do médico. Às nove horas, tinha suas lições, que se prolongavam até cerca de onze e meia. Às duas, também na presença do médico, era servido o jantar. Um camarista e, às vezes, Dona Mariana de Verna (dama de Dom Pedro II) acompanhavam as refeições. Após a refeição ele não devia correr, nem saltar ou dormir. Por volta das cinco horas, era permitido um passeio pelo parque do palácio, leituras ou dedicar-se às coisas compatíveis com sua idade e seu desenvolvimento intelectual. À noite, frei Pedro costumava recitar-lhe textos de história e de literatura. As lições recebidas eram sobre ciências físicas e naturais, literatura, religião, música, desenho, dança, geografia, história, matemática e equitação. Ministraram-lhe aulas também de português, francês, inglês, alemão, latim e grego. Dona Januária e Dona Francisca também recebiam as mesmas lições. Já as aulas de dança eram bastante descontraídas e os funcionários do palácio da cidade podiam assisti-las.

As meninas Isabel e Isabel Maria⁵, filhas de Dom Pedro I com Domitila de Castro Canto e Melo, porventura tenham participado das brincadeiras com seus meios-irmãos. Segundo documento do acervo histórico do Museu Imperial⁶ (apud WITTE, 2021, p.39), Dom Pedro I obrigou Dona Leopoldina a aceitar Isabel para ser educada conjuntamente com seus outros filhos. Rezzutti (2013) informou que em 1827, após a morte de Dona Leopoldina, Dom Pedro I tirou as duas filhas de Domitila e levou-as para viver no palácio do Paço.

Em 1831, com a partida de Dom Pedro I e de sua segunda esposa Dona Amélia, as vidas das crianças sofreram forte impacto. Dona Maria da Glória, a filha mais velha, partira com o pai a fim de assumir o trono português. Dom Pedro, Dona

Francisca, Dona Januária e Dona Paula Marianna aqui permaneceram aos cuidados de um tutor.

Lyra (1938) reiterou que os primeiros tempos da Regência foram conturbados. A todo momento era preciso pensar na segurança das crianças. Várias vezes foi preciso tirá-las de São Cristóvão para colocá-las em segurança em um lugar distante da capital. Enfatizou os diversos desentendimentos entre o tutor José Bonifácio de Andrada e Silva e demais deputados e senadores. Certo dia, o tutor tirou as crianças do palácio da cidade e levou-as para São Cristóvão, causando descontentamento entre todos. Depois do episódio, foi afastado da tutoria, assumindo-a Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém. Macedo (1862) informou que várias revoltas eclodiram nesse período e que o partido Restaurador conspirava contra o governo Regencial. Assim, entre o final de 1833 e 1834, o palácio tornou-se morada ininterrupta das crianças. Findada a turbulência, todos regressaram ao palácio de São Cristóvão.

No início de 1833, ocorreu outro forte impacto para as crianças, pois Dona Paula Marianna faleceu com apenas nove anos de idade (SILVA, CARVALLHO, MUNIZ, 1833). Em 1836, sofreram outra perda. Campos (1871) descreveu que a notícia da morte do pai foi difícil. O príncipe e as princesas saíram dos aposentos em que se achavam, rapidamente se encontraram e se abraçaram com muitas lágrimas, comovendo a todos no entorno.

Segundo Lyra (1938), dentro de casa, nos dias de chuva ou de grande calor, as crianças divertiam-se jogando cartas ou então com brincadeiras de imaginação. Dona Francisca fantasiava-se de padre, a irmã e o irmão de sacristãos. Havia ainda um teatrinho, onde declamavam em língua francesa e um jogo de cavalinhos. Guimarães (1936) alegou que Dom Pedro gostava de brincar de soldado, enquanto Dona Januária e Dona Francisca preferiam brincar de cozinhar.

No Boletim nº 144 da Assembléa Geral Legislativa de 1837, o deputado Rafael de Carvalho discorreu suas considerações sobre a educação dos infantes. Indignou-se com o modelo de ensino conduzido pelo tutor e pela falta de brinquedos e divertimentos disponibilizados, como pode ser observado no trecho abaixo:

Agora quero passar ao ponto mais interessante para o Brasil: a educação de S. M., e A. A. II. Quanto á educação domestica, e moral dos Pupillos da Nação, nada posso nem devo dizer: caiba toda a gloria, e gratidão do Brasil ao Tutor, se ella for boa; acarrete elle todas as maldições do Brasil se ella for má. Os divertimentos, que fazem parte de huma boa educação, são tão escassos para as Pessoas Imperiaes, que se não pode passar em silencio huma tão grande falta. O tanque, de que fallei, onde navegava hum bote, e o jogo dos cavallinhos, eis a que se reduzem os divertimentos de exercicio: o jogo das cartas, e o Theatrinho, são os do entendimento. Sobre este ultimo, tenho de fazer algumas observações. Este tem a capacidade necessária, e está arranjado com gosto, e simplicidade: o panno da boca merece particular attenção. Este pano representa o Brasil nos seus tres estados de Cathegoria. Em hum Porto acha-se ancorado hum navio de tres mastros muito grande, e se bem me lembro sem bandeira; na praia estão em hum canto, alguns homens trajados affonsinamente, levantando huma grande e pesada cruz, com a qual mal podem as suas forças: ao longo da mesma praia achão-se alguns indigenas trajados marcialmente, assentados sobre montes de bananas, cajus, e ananazes, de costas viradas para tão grandes novidades. A sua postura indolente, o seu ar de estúpida indifferença, e o seu arreganho marcial, fazem huma tal desharmonia, que se diz, ou que elles não partilhão a natureza humana, ou que o pintor fez hum painel de phantasia. Hum anjo suspenso no ar tem na mão esquerda abaixada a bandeira do Reino Unido, com a qual está fazendo foscas áquella Santa Cruz; e na direita a Bandeira Imperial, conservando o braço tão levantado que a insignia serve de ventilador á Divindade. Neste Theatrinho representão as pessoas imperiaes, e abi se exercitão na declamação cômica. Mas quanto eh para lastimar, que essa declamação seja na lingua Franceza! Isto parece incrível, mas eh hum facto. Quem despresa a lingua Nacional, eh porque não tem idéias sãs de cousa alguma. O Imperador tem o seu jardimzinho, onde se distrahe algumas vezes plantando flores: se pelo que vi tenho de julgar da assiduidade, ella he muito escassa. A Princeza Imperial não tem hum jardim seu, e nem a Princeza D. Francisca; existindo naquelle Paço, hum so jardim muito pequeno, mal colocado, e muito pobre. A Administração não devera de ter sido tão negligente á este respeito; não ha hum Palacio, dos Imperiaes, que tenha jardim! Devera sim lembrar-se, que para huma Sra. não ha

divertimento mais proprio que hum jardim, animado pela sua presença, e vivificado pela sua mão. Quando Deos formou o jardim da natureza, cuja flor primosa eh a mulher, quiz com isto impor-nos a obrigação de fazer jardins, onde todas as outras flores fossem reunidas para fazer companhia, e prestar culto áquella sua flor mimosa (CARVALHO, 1925, p. 73, 74).

Por este excerto percebem-se as disputas políticas nas quais as crianças estiveram envolvidas nesse tempo. O cuidado e a educação do príncipe e das princesas eram assuntos de Estado e por isso tudo a elas relacionado poderia ser motivo para manipulações.

Silva, Moniz e Gama (1925) assinaram dois documentos em 14 de dezembro de 1833. No primeiro, a Regência Permanente julgava que José Bonifácio deveria ser afastado da tutoria de Dom Pedro e das irmãs, devido à “graves males”. No segundo, dispôs-se sobre a nomeação do marquês de Itanhaém para o cargo. Observando-se a data do texto de Carvalho, o marquês de Itanhaém também parecia não cumprir devidamente seu trabalho.

Teriam sido as declarações do deputado apenas para prejudicar politicamente o marquês de Itanhaém? Talvez sim. O próprio Dom Pedro I, mesmo distante, enviou vários brinquedos para o filho. Segundo documento do arquivo histórico do Museu Imperial⁷ (apud MAUAD, 2018, p. 145) em dado momento, Dom Pedro I enviou uma carta e um conjunto de brinquedos com três balões, uma caixa de soldados, uma espingarda, um talabarte, uma espada, uma lanterna mágica, uma pistola, uma carroça, uma corda e um trem de cozinha.

Com a ascensão de Dom Pedro II como imperador do Brasil em 1840, o Largo do Paço persistiu como cenário relevante no desencadear de acontecimentos políticos e sociais. As dependências do palácio, do convento, da casa de câmara e cadeia seguiam utilizadas para atividades administrativas e decisões políticas; porém, eventualmente eram usadas como residência por Dom Pedro. Como defendeu Guimarães (1936), o monarca preferia estar em São Cristóvão ou no palácio de verão em Petrópolis, particularmente a partir de 1850 após o surto de febre amarela.

As filhas de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina⁸, Dona Isabel e Dona Leopoldina talvez

tenham usufruído dos brinquedos. Lyra (1938) informou que a família residia em São Cristóvão e nos dias de chuva estavam no centro da cidade. No verão, todos iam para Petrópolis.

Segundo Calmon (1941), Dona Isabel e Dona Leopoldina divertiam-se ao ar livre, especialmente ao cuidar do jardim. Também desenvolveram o gosto pelo teatro. Na mesma área externa do palácio do Paço, as meninas brincavam de representar no antigo teatro também usado por Dom Pedro II e as tias, perante os mesmos funcionários.

Como destacou Del Priore (2008), além das meninas escolhidas para brincar com as princesas, o filho da Condessa de Barral, Dominique, era grande companheiro de Isabel e Leopoldina, pois ele estava sempre com a mãe.

Com o casamento de Dona Isabel, em 1864, o palácio das Laranjeiras tornou-se sua morada. Embora tenha assumido como princesa regente em três momentos diferentes, quando Dom Pedro II esteve ausente, o conde D'Eu, seu marido, conjuntamente com os filhos não costumavam alojarem-se no Largo do Paço⁹. Dona Leopoldina casou-se no mesmo ano e passou a residir em um palácio ao lado de São Cristóvão, contudo passava longas temporadas na Europa (CALMON, 1941). Segundo Lacombe (1989), Dona Isabel dividia seu tempo entre o Rio de Janeiro e Petrópolis e nos tempos de sua regência, ela e a família acolheram-se na residência em São Cristóvão. Dirigia-se ao palácio do Paço para reuniões e para sanções de lei importantes.

Outrossim, não se encontrou na documentação escrita menção de que os filhos de Dona Isabel e Dona Leopoldina tenham frequentado as edificações do Largo do Paço, portanto, é improvável que tenham usufruído dos brinquedos dali provenientes.

O palácio do Largo do Paço serviu ainda como último reduto onde Dom Pedro II e sua família estiveram antes de regressarem a Portugal. Com a proclamação da República em 1889 ficaram ali detidos. O governo provisório instalado naquele ano havia concedido 24 horas para que todos deixassem o Brasil. Dona Isabel encontrava-se afita, pois seus filhos ainda estavam em Petrópolis, sendo

de lá trazidos pouco antes do embarque (LYRA, 1940).



Figura 1: Vista atual do Antigo Convento do Carmo (bloco I).

Fonte: Fulviusbsas. Disponível em:

<https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-antigo-convento-do-carmo/#!/map=38329&loc=-22.903736999999992,-43.175038,17>. Acesso em: 22 jun. de 2023.

Brinquedos e brincadeiras de príncipes e princesas

Para análise do brincar utilizou-se o conceito de atividade situada, descrito por Evaldsson e Corsaro (1998) como qualquer atividade produzida em lugares reais, com crianças reais, que frequentemente teriam longas relações interacionais. Essa participação em atividades coletivas e rotineiras simbolizaria alguém como parte do grupo.

Vigotski (2010) realizou estudos de referência sobre o papel do brincar no desenvolvimento infantil. Para ele, as situações de brinquedo também se dariam a partir de normas locais, aplicáveis a determinado contexto e atividade. Outro aspecto crucial seria a distinção entre o brincar e outras formas de atividade. Na brincadeira, as crianças sempre criariam situações imaginárias, assim sendo, a imaginação seria uma propriedade definidora da brincadeira. Aliás, a capacidade de imaginar seria a característica que nos tornaria humanos e, portanto, nos diferenciaria dos demais animais. Salientou, contudo, que brincar não estaria somente associado ao prazer, estaria relacionado também ao descontentamento. Na interação com os brinquedos

e com as pessoas, desejos não atendidos e soluções não encontradas poderiam gerar frustração, especialmente para bebês e crianças pequenas. Isso porque as crianças pequenas não planejavam atividades para o futuro, estariam imersas em seu mundo, buscando compreendê-lo e ansiando pela satisfação de suas necessidades. Quando as crianças pequenas queriam algo e não tinham resposta imediata, perante essa tensão, mudariam de comportamento, envolvendo-se em situações imaginárias, desviando a atenção das situações desagradáveis, entrando em um momento de contentamento na imaginação, pois ali seus desejos seriam concretizados.

Vigotski (2010) justificou não haver limites claros entre jogos de regras e brincadeiras de imaginação, pois, em ambas atividades, existiriam regras e imaginação. Os jogos possuiriam normas estabelecidas, nas quais as crianças se engajariam, aprenderiam à medida que as praticavam e/ou observavam os jogadores experientes. Utilizou o jogo de xadrez para explicar que nele ocorreria situação imaginária, pois o cavalo, o rei, a rainha se moveriam de maneiras determinadas; porque comer e proteger peças seriam conceitos do xadrez. Embora não se fizesse a substituição direta das relações da vida real, as próprias normas aplicadas ao jogo criariam situações imaginárias; isto é, a imaginação estaria implícita no jogo. No caso das brincadeiras de imaginação, as regras seriam de caráter transitório, se alterariam à medida que aparecessem novos integrantes ou segundo a vontade destes ou segundo a vontade do líder; havendo sempre espaço para improvisação, para criação de novas normas e exclusão de outras. Nas brincadeiras com bonecas e bonecos, por exemplo, as crianças assumiriam comportamentos e atitudes sobre os conhecimentos que teriam acerca da figura materna. Portanto, jogos e brincadeiras seriam dependentes da aceitação de preceitos em situações particulares, sendo a regra básica e primordial a reciprocidade entre os participantes.

Como mencionado, os brinquedos compuseram a categoria mais representativa. Com o auxílio da documentação histórica exposta no item anterior, as atividades do brincar das crianças foram situadas de acordo com a proposição de Evaldsson e Corsaro (1998). Em seguida, essas atividades foram

classificadas em brincadeiras de imaginação e jogos de regras, tendo em vista as sugestões de Vigotski (2010).

A cultura material associada às crianças do Antigo Convento do Carmo contemplou 76 artefatos, compreendendo 71 brinquedos, dois dedais, um saquinho em algodão com restos de vegetais secos (amuleto ou breve¹⁰), um lápis fragmentado e uma peça de roupa. Todos foram identificados na área do corredor, bloco I, piso 3. Os setores variaram, bem como a camada estratigráfica, abarcando do nível superficial aos 0,70 metros.

Concernente aos brinquedos classificados nas brincadeiras de imaginação, abarcam 52 objetos. Dentre estas, as peças para montar compreendem 27 artefatos em madeira de tamanhos e formatos variados. Serviriam para montar diferentes tipos de brinquedos como carroças, trens, castelos, miniaturas de arco e flecha. Esse conjunto foi organizado em subgrupos, de acordo com o formato das peças, descritos a seguir.

Quanto ao formato circular, somam-se dezoito artefatos. Sete peças circulares fragmentadas; cinco peças circulares, inteiras; duas peças circulares inteiras, com faces planas e um furo vazado na porção central; uma peça circular, fragmentada, com faces planas e perfuração na porção central; uma peça circular, fragmentada, de espessura fina e semelhante a uma argola; uma peça circular, inteira, com as faces planas (sem perfuração); uma peça circular, inteira, com faces planas e lados arredondados, apresentando perfuração central e seis pequenos furos vazados na lateral.

Quanto ao formato cilíndrico, somam-se quatro peças. Uma peça cilíndrica comprida, com uma das pontas afunilada, semelhante a ponta de um lápis; três peças cilíndricas pequenas.

Quanto ao formato retangular, observam-se três peças. Uma peça retangular, fragmentada, com faces planas e perfuração vazada em um dos lados. No lado oposto, apresenta uma pequena haste arredondada; uma peça retangular, fragmentada, com faces planas, lados planos e uma concavidade na porção central de uma das faces; um artefato retangular de faces planas com suave movimento circular, uma das faces com uma concavidade na porção central, possivelmente para encaixe de outra peça.

Quanto ao formato losangular, observam-se duas peças. A primeira e menor exibe cor vermelha, base plana em formato quadrangular com uma pequena perfuração e sobre a base um losango. A segunda, de tamanho maior, mostra cor vermelha, uma base quadrangular com uma pequena perfuração central e sobre a base um losango também vermelho.

As peças de chá para bonecas englobam quinze artefatos em madeira, que constam organizados de acordo com a funcionalidade.

Os pratos abarcam quatro peças inteiras, uma fragmentada e uma base. O primeiro prato mostra pintura de três traços finos pretos e oito círculos preenchidos. Os círculos exibem as cores vermelho e preto. Os outros três, também inteiros, apresentam traços e círculos preenchidos, nas cores vermelho e preto, porém menos nítidos. O prato fragmentado mostra traços finos de cor preta pintados no centro da peça. A pequena base não apresenta decoração.

As tigelas abrangem quatro peças inteiras, em formato circular. Três delas exibem base plana e estreita e boca larga. Em uma delas há resquícios de pinturas de cor preta na porção interna. A quarta possui base plana e estreita e boca larga. O corpo mostra decorações incisadas em seu entorno e uma cobertura, uma espécie de tampa com pequeno puxador, exibindo aí decoração com traços finos pretos e círculos preenchidos, vermelhos.

Os potes englobam três artefatos em madeira, inteiros. O primeiro contém uma base plana,

circular e estreita, corpo mais volumoso que a base. Exibe uma faixa pintada de preto e decoração incisada circundando a peça e também alguns furos de deterioração da madeira. O segundo mostra base plana, circular e estreita, corpo levemente mais volumoso e boca mais estreita. Aí existem dois traços incisados contornando a peça. Este pote exibe a boca coberta com um pequeno puxador. Mostra alguns traços pintados em preto e vários furos de deterioração da madeira. O terceiro apresenta base plana, circular e estreita, o corpo levemente mais volumoso e boca estreita e dois traços incisados contornando a peça. Também exibe boca coberta com pequeno puxador e pinturas com traços finos de cor preta, círculos preenchidos em vermelho por toda peça e alguns furos de deterioração da madeira.

Uma tampa em madeira, inteira. Expõe um círculo menor e sobre este um maior e acima um puxador. Na porção mais larga há decoração pintada com finos traços pretos e quatro círculos preenchidos pretos.

Um suporte inteiro. Expõe base plana e circular, além da pintura de um círculo preenchido em vermelho e outro em preto. Depois, apresenta uma haste estreita e acima uma forma arredondada, levemente desgastada e por último a boca da peça, também de formato arredondado.

Na Figura 2 constam alguns desses objetos:



Figura 2: Peça circular e peça losangular para montar. Potinho de jogo de chá para bonecas.

Fonte: Daniela Alves (2022).

Os brinquedos que representam animais somam quatro artefatos. Dois peixes em metal, um deles com uma pequena argola na boca; uma galinha em metal, fragmentada; um animal aquático (camarão ou cavalo-marinho) em porcelana branca.

Os soldadinhos de chumbo somam três peças. O primeiro soldado não tem cabeça, exibe botas, uma espada presa na cintura e algum objeto nas mãos e resquícios de cor vermelha. Apresenta ainda uma base para que o brinquedo permaneça em pé. A segunda peça está bastante deteriorada. O soldado não tem cabeça e o cavalo não tem cabeça e as patas dianteiras. Mostra resquícios de cor vermelha. Uma haste fina e outra peça estão separadas do soldadinho. O terceiro também está bastante deteriorado. O soldado mostra capacete ou chapéu, o cavalo não tem uma das patas dianteiras. Também exibe resquícios de cor vermelha.

As roupas para bonecas englobam duas peças. Uma delas compreende uma blusa para boneca, em algodão, fragmentada. Apresenta bainha, mangas e gola com costura preservada. Conjuntamente, há uma faixa em algodão que serviria como laço para a blusa, com pequenos desenhos de cor roxa por toda a peça. A outra vestimenta, em seda, encontra-se também fragmentada. Poderia ser um vestido ou uma blusa. O tecido exibe detalhes de cor bege, costura trançada na porção da gola até as mangas, dentre outros detalhes de costura por todo o corpo da peça (utilizados para franzir o tecido). Não possui mangas e não é possível notar o acabamento final da peça. Na Figura 3 encontra-se um exemplar.



Figura 3: Blusa em algodão para boneca.

Fonte: Daniela Alves (2022).

Um apito em marfim, fragmentado, também está incluso na categoria dos brinquedos. Possui formato cilíndrico e três aberturas para produção de som.

Tendo em vista os estudos de Vigotski (2010), as peças para montar remetem às situações imaginárias. As brincadeiras poderiam transitar entre os castelos portugueses, entre as carroças observadas pelas crianças nos caminhos pelos quais passavam ou nas fazendas das quais dispunham. Igualmente, as miniaturas de canhões, os soldadinhos de chumbo, o apito, bem como os brinquedos que representam animais mostram semelhanças às brincadeiras de imaginação. A partir desses brinquedos, as crianças poderiam imitar os animais ou imaginarem-se comandando uma tropa de soldados, organizando todos com um forte sopro de apito.

As peças de chá para bonecas também remetem às brincadeiras de imaginação. Ao brincar com as miniaturas de madeira que imitam utensílios domésticos, as crianças poderiam representar os comportamentos, de mãe, filhas, rainha, de pai, filhos ou rei. Poderiam arranjar os utensílios de madeira sobre uma mesa para participarem de um banquete em uma festividade religiosa, em um evento de coroação ou celebração do nascimento de uma filha ou filho.

As crianças também gostavam de encenar peças teatrais e de representar personagens religiosos. Dona Francisca costumava se vestir de padre, Dona Januária de sacristã e Dom Pedro II de sacristão, conforme afirmou Lyra (1938). Tais atividades corresponderiam às situações imaginárias, de experiências reais das crianças que deviam ir à missa todos os domingos e participarem de outras celebrações na antiga igreja dos Carmelitas, além disso assistiam peças teatrais, estudavam a língua francesa, portanto, essas brincadeiras representariam experiências concretas das crianças.

Concernente aos jogos de regras, englobam dezenove objetos. Quatro deles para jogo de damas em madeira, inteiras; dois dados em marfim; duas peças circulares em louça, com faces planas e decoração pintada em azul em uma das faces; duas peças circulares em cerâmica, com faces planas e decoração pintada em vermelho em uma das faces; uma peça cônica em madeira, com base plana; um

pino em madeira; uma peça circular em madeira, fragmentada.

Os piões compreendem três artefatos. O primeiro está inteiro, possui a porção afunilada fragmentada e um traço inciso circundando a peça. O segundo encontra-se partido ao meio, com uma rachadura em sua porção afunilada. O terceiro está inteiro, contém decoração incisa no centro, dois traços circundando o pião e alguns leves pontos de deterioração da madeira.

As bolinhas abarcam três artefatos. Uma bolinha em cerâmica com um furo não vazado na porção central; uma bolinha em madeira, lisa, com uma faixa pintada em preto no centro; uma bolinha em cerâmica inteira.

As peças para jogo de damas, os dados, os pinos de madeira, as peças circulares de cerâmica e de louça são objetos alusivos aos jogos de regras. O jogo de xadrez também fez parte da diversão de Dom Pedro I, inclusive foi um brinquedo que atravessou gerações, como salientou Guedes (2002) e, certamente, possibilitou relações intergeracionais. A autora afirmou existirem dois brinquedos pertencentes a Dom Pedro I no acervo do Museu Histórico Nacional¹¹, um tabuleiro de xadrez, datado do final do século XVIII e início do XIX e um brinquedo de corda; um junco representando um palácio flutuante do século XVIII, ambos feitos em marfim e de origem chinesa. O tabuleiro possuía as iniciais PI e seguramente Dom Pedro I o ganhou e seguiu usando-o quando adulto. Teria sido de Dona Maria I, depois de Dom João VI, que finalmente o deu para Dom Pedro I. Quanto ao outro brinquedo, seria um presente, talvez do conde de Arcos.

Se, para as crianças, não importaria o grau de similaridade entre os objetos com os quais se brinca e os objetos denotados, como salientou Vigotski (2010), as crianças poderiam ter utilizado os pinos de madeira para os jogos de tabuleiro e também para representar cavaleiros em uma batalha ou em outras brincadeiras. Ademais, a peça para jogo de damas poderia ter substituído uma roda de carroça ou de um trem, pois apresentou uma perfuração vazada, diferentemente das demais, que apresentaram pequeninos furos centrais não vazados. Um desses artefatos pode ser visto na Figura 4, a seguir.



Figura 4: Peça para jogo de damas com perfuração vazada.

Fonte: Daniela Alves (2022).

Quanto ao pião, haveria similaridades aos jogos, pois seria necessário conhecer o mecanismo de funcionamento do brinquedo, assim como para as bolinhas (madeira e cerâmica), que poderiam ter sido usadas no jogo do gude. Segundo Câmara Cascudo (1998), o pião deveria ser puxado com força e destreza pelo cordão existente em uma das extremidades para rodar velozmente. Contudo, existiriam várias convenções entre as crianças para o desenrolar do jogo.

Vigotski (2010) explicou ainda que o engajamento nos jogos de regras seria uma continuação das brincadeiras de imaginação e que as crianças mais velhas estariam mais propensas a aderirem a esses tipos de jogos, assim como seriam capazes de criar situações imaginárias mais complexas. Sob esse aspecto, a participação nos jogos com regras implicaria em uma mudança, as crianças dariam um novo passo. Além de participarem nas brincadeiras de imaginação, teriam se apropriado das condições cognitivas necessárias para participarem dos jogos. O processo da imaginação e o reconhecimento da existência de regras desenvolveriam nas crianças o controle do pensamento abstrato.

Além dos brinquedos, outros cinco objetos foram associados às crianças. Dois pequenos dedais em metal com entalhes e aberturas para inserção dos dedos; um lápis de secção circular, fragmentado ao meio; uma vestimenta em linho, com presença de elástico na porção das pernas. Talvez servisse para uso sobre a fralda do bebê ou da criança; um

saquinho em algodão com detalhes de folhas e flores vermelhas. Apresenta costura dos três lados e um lado aberto, por onde se observam restos vegetais ainda preservados. Possivelmente, serviria como amuleto para proteção do bebê ou criança e dentro poderiam ser guardados os dentes e/ou sementes e vegetais, como consta na Figura 5.



Figura 5: Saquinho em algodão com restos vegetais (amuleto ou breve).

Fonte: Daniela Alves (2022).

Considerações finais

O Largo do Paço sofreu uma série de alterações com a vinda da corte portuguesa no ano de 1808. A cronologia verificada na documentação escrita em relação ao uso do espaço do Antigo Convento do Carmo e das demais edificações mostrou-se complexa. Após a chegada da família real, as atividades de gerenciamento do Estado misturaram-se aos cotidianos de funcionários de alto e baixo escalão, das pessoas escravizadas e das crianças. Não foi possível determinar a quais grupos familiares pertenceram os brinquedos e demais objetos no decorrer do século XIX.

Ao tomar, como exemplo, as experiências de Dom Pedro II, Dona Francisca e Dona Januária, as crianças deviam entremear atividades intelectuais e esportivas, participação em eventos públicos e festividades religiosas às brincadeiras e jogos. Precisaram lidar com momentos difíceis, como a partida de parte da família para Portugal, a morte da irmã e, posteriormente, a morte do pai. Os irmãos poderiam ter fortalecido seus vínculos perante tais situações e diante das brincadeiras e jogos que partilharam juntos; por ventura compartilharam brincadeiras e jogos com as damas, aias eaios por eles responsáveis e com outras crianças com as quais conviviam.

Por meio das brincadeiras e jogos, as crianças usaram uma gama de habilidades comunicativas ao interagiram com os pares e com os adultos e utilizaram os brinquedos criados para elas com criatividade. A peça para jogo de damas com furo vazado, além de ser usada nos jogos poderia ter servido como roda de um veículo, ou em outras brincadeiras.

Notas

1 Pesquisas históricas e arquitetônicas sobre o Antigo Convento do Carmo iniciaram-se na década de 1950 e culminaram com um parecer pelo não tombamento. Novas investigações conduziram ao parecer de tombamento exarado em 31 de julho de 1964, sob o número de processo 689-T-1962. O nome atribuído consta Casa à Praça Quinze de Novembro, nº 101 (Antigo Convento do Carmo). Novas pesquisas tiveram início na década de 1980, englobando as investigações anteriormente efetuadas de maneira isolada, considerando a área do entorno. Assim, buscou-se delimitar um perímetro de proteção, sendo a Área Central da Praça XV de Novembro e imediações registrada no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro Histórico e no Livro das Belas Artes. A região também é protegida na esfera municipal pela Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SubPC), ligada à Secretaria Municipal de Cultura (MENDES, 2012). Em 2019 inicializaram-se as pesquisas arqueológicas e o local foi registrado como sítio no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). O material coletado encontra-se salvaguardado no Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB-Belford Roxo/RJ). No início da década de 1980 também foram realizadas

intervenções arqueológicas conjugadas às obras de restauro no palácio do Paço. Pinheiro da Silva, Morley e Ferreira da Silva (1984) declararam que a maior parte dos artefatos e estruturas identificados estavam relacionados à ocupação como Casa da Moeda. Entretanto, outra área foi identificada como Armazéns Gerais, na qual observaram-se fragmentos de louça, cerâmica, talheres em prata, moedas de cobre e cachimbos. Constatou-se uma passagem subterrânea para pessoas, construída ainda no século XVIII que interligava a Casa de Câmara e Cadeia, a Relação e o palácio do Paço. Com as pesquisas e obras de restauro finalizadas, o prédio foi reaberto ao público como Centro Cultural da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2022. De acordo com o site da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (2023), atualmente, o convento abriga diversas atividades, como exposições artísticas temporárias, exposição permanente sobre a história do convento, com exibição dos artefatos arqueológicos ali coletados.

2 Francisco Antonio, outro filho de Dona Carlota e Dom João havia morrido quando a família veio para o Brasil, segundo Pereira (1946).

3 De acordo com Pereira (1946) em 13 de maio de 1810 celebrou-se o casamento de Dona Maria Teresa e seu primo espanhol Dom Pedro Carlos. Dessa união nasceu Dom Sebastião. Em 1812, Dom Pedro Carlos faleceu, em seguida Dona Maria Teresa seguiu com seu filho para Espanha, a fim de reivindicar o trono em favor do filho.

4 Como descreveu Santos (1927), Dom Pedro I partiu para o sul, rumo a guerra da Cisplatina em 23 de novembro de 1826. Dona Leopoldina estava enferma, contudo presidia reuniões com os ministros. Quando morreu, em 15 de janeiro de 1827 encontrava-se no palácio no Largo do Paço. As crianças eram ainda pequenas.

5 Isabel, a primeira filha de Dom Pedro I e Domitila nasceu em maio de 1824. Em abril de 1825, Domitila foi nomeada dama camarista da imperatriz e passou a frequentar o palácio do Paço. Em dezembro de 1825 nasceu Pedro, o segundo filho de Domitila com o imperador, que morreu com poucos meses de vida. Em agosto de 1827 nasceu Maria Isabel, a terceira filha do casal e dias depois Dom Pedro I tirou as meninas de Domitila, levando-as para viver no Paço. Em agosto de 1829, Domitila partiu para São Paulo. Em 1830 nasceu Maria Isabel, a quarta filha do casal (REZZUTTI, 2013).

6 Arquivo Histórico: I-POB-1826-IM.do – Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

7 Cartas Correspondência entre Dom Pedro I e Dom Pedro II, Arquivo Histórico do Museu Imperial I POB 22.2.831 PI.B.C1-8.

8 O casal teve outros dois filhos, Dom Afonso e Dom Pedro, que morreram ainda crianças (CAMPOS, 1871).

9 Dona Isabel e o Conde D'Eu tiveram três filhos: Pedro, Luís e Antônio, sendo o terceiro (Antônio) nascido na Europa (LACOMBE, 1989).

10 Segundo Câmara Cascudo (1998), o breve seria um saquinho de pano ou couro, contendo uma oração qualquer, pendente no pescoço por uma fita. Seria usado contra perigos e dificuldades de todos os tipos.

11 Esses brinquedos foram transferidos do então Museu Nacional da Quinta da Boa Vista para o Museu Histórico Nacional em 1922, ano de fundação deste último, conforme assinalou Guedes (2002).

Agradecimentos

Agradeço à Jandira Dias e Ondemar Dias, coordenadores do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB, Belford Roxo/RJ) e à toda atenciosa equipe que lá trabalha.

Referências

BAXTER, Jane Eva. The archaeology of childhood in context. **American Anthropological Association**, v. 15, p. 1-9, 2006.

BOMTEMPO, Edda; HUSSEIN, Carmen Lucia; ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. **Psicologia do brinquedo. Aspectos teóricos e metodológicos**. São Paulo: Edusp, Nova Stella, 1986.

BROOKSHAW, Sharon. The material culture of children and childhood. Understanding childhood objects in the museum context. **Journal of material culture**, v. 14, n. 3, p. 365-383, 2009.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S. A., 1998.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. **O senhor D. Pedro II, imperador do Brasil**. Porto: Typographia Pereira da Silva, 1871.

CARVALHO, Rafael de. Boletim n. 144 da Assembléa Geral Legislativa em 1837. In: Publicações do Archivo Nacional. **Infância e adolescência de D. Pedro II. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário do nascimento do grande brasileiro ocorrido em 2 de dezembro de 1825**. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1925, p. 73-78.

CALMON, Pedro. **A princesa Isabel, “a redentora”**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CRAWFORD, Sally. The Archaeology of Play Things. Theorising a Toy Stage in the Biography of Objects. **Childhood in the Past. An International Journal**, v. 2, p. 56-71, 2009.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Terceiro volume. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral. A paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.

DIAS, Josefa Jandira Neto Ferreira. Anexo I - **Relatório semestral das prospecções. Projeto de prospecção arqueológica e monitoramento das obras de restauração do Antigo Convento do Carmo, Rio de Janeiro, RJ**. Rio de Janeiro: Instituto de Arqueologia Brasileira, 2019.

DIAS, Josefa Jandira Neto Ferreira. **A Praça XV nos séculos XVI e XVII – Estudos Comparados de arqueologia e história**. 2021. 509f. Tese

(Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

DOZIER, Crystal A. Finding children without toys: The archaeology of children at Shabbona Grove, Illinois. **Childhood in the Past: An International Journal**, v. 9, n. 1, p. 58-74, 2016.

EVALDSSON, Ann-Carita; CORSARO, William A. Play and games in the peer cultures of preschool and preadolescent children. An interpretative approach. **Childhood**, p. 377-402, 1998.

GUEDES, Angela Cardoso. Brinquedos: a formação da coleção do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 34, p. 343-370, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Carlos D'Araújo. **A corte no Brasil. Figuras e aspectos**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1936.

LACOMBE, Lourenço Luiz. **Isabel, a princesa redentora**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, Editora Gráfica Serrana Ltda, 1989.

LANCY, David. Accounting for variability in mother-child play. **American Anthropologist**, v. 109, p. 273-284, 2007.

LIMA, Tânia Andrade. Brinquedos subliminares: doutrinação de crianças e introjeção de papéis sociais no Rio de Janeiro oitocentista. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.). **A (in) visibilidade de crianças no registro arqueológico**. Séries Livros Digital 16. Rio de Janeiro: Museu Nacional, p. 67-91, 2019.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II - 1825-1891. Ascensão 1825-1879**. Primeiro

volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II - 1825-1891. Declínio 1880-1891.** Terceiro volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro. Tomo I e II.** Rio de Janeiro: Livreiro editor do Instituto Histórico do Brasil, 1862.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2018, p. 137-176.

MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. **Área central da Praça XV de Novembro: o papel do Estado na preservação de um sítio histórico urbano (1938-1990).** 2012. 200f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2012.

MONTGOMERY, Heather. **An introduction to childhood: anthropological perspectives on children's lives.** West Sussex: Willey Blackwell, 2009.

MUNITA, Doina; MERA, C. Rodrigo. Por aquellos olvidados...Niños y niñas en la arqueología histórica industrial de Valdivia. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, n. 31, p. 131-144, 2016.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Dom João VI no Brasil 1808-1821.** Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1908.

PEREIRA, Ângelo. **Os filhos de el-rei D. João VI. Reconstituição histórica com documentos inéditos que, na sua maioria, pertenceram ao real gabinete.** Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

PINHEIRO DA SILVA, Regina; MORLEY, Edna; FERREIRA DA SILVA, Catarina. A pesquisa arqueológica: primeiras notas. **Revista do Iphan**, n. 20, p. 158-165, 1984.

PRESAS, José. Da índole e caráter que manifestou com a idade de oito anos o sereníssimo infante D. Miguel, atual rei de Portugal. Tradução de Magalhães Júnior. In: PRESAS, José. **Memórias secretas de Carlota Joaquina.** Brasília: Edições do Senado Federal, v. 130, 2013, p. 90-92.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro Cultural PGE-RJ. **Novo espaço de cultura.** Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/centro-cultural/> . Acesso em 28 mar. 2023.

REZZUTTI, Paulo Marcelo. **Domitila, a verdadeira história da Marquesa de Santos.** São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SANTOS, Amilcar Salgado. **A imperatriz D. Leopoldina (mãe do imperador D. Pedro II).** São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1927.

SILVA, Francisco de Lima e; CARVALLHO, José da Costa; MUNIZ, João Braulio. Falla com que a regência do império em nome de S. M. o imperador o senhor D. Pedro Segundo encerrou a seção extraordinária e abriu a seção ordinária da assembléa geral legislativa, no dia 3 de maio de 1833. **Diário do Rio de Janeiro**, n. 4, 1833.

SILVA, Francisco de Lima; MONIZ, João Braulio; GAMA, Antonio Pinto Chichorro da. Decreto nomeando o marquez de Itanhaem para tutor de S. M. I. em 14 de dezembro de 1833. *In*: Publicações do Archivo Nacional. **Infância e adolescência de D. Pedro II. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário do nascimento do grande brasileiro ocorrido em 2 de dezembro de 1825**. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Archivo Nacional, 1925, p. 41-42.

WITTE, Claudia Thomé. Amélia, uma imperatriz desconhecida. **Anuário do Museu Imperial**, v. 2, p. 37-62, 2021.

SOAFER DEREVENSKI, Joanna. Material Culture Shock. Confronting expectations in the material culture of children. *In*: SOAFER DEREVENSKI, Joanna. (Ed). **Children and Material Culture**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2000, p. 3-16.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. A vida de Dom Pedro I. V. I. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 209a, 2015.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VLAHOS, Margaretha Marie-Louise. **Developing an archaeology of childhood. Experiences in Australia 1788-1901**. Queensland: School of Social Science, University of Queensland, 2014.

VLAHOS, Margaretha Marie-Louise. Exploring the experiences of nineteenth-century colonial children in Australia with the application of interpretive reproduction theory-An alternative approach in the study of childhood in the past. **Childhood in the Past. An International Journal**, v. 8, n. 1, p. 48-63, 2015.

Memórias e reflexões sobre as enchentes em Canoas (RS): Como superar esses traumas?

Memories and reflections on the floods in Canoas (RS): How to overcome these traumas?

Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves*

Jéssica da Rocha Testa**

Judite Sanson de Bem***

Moisés Waismann****

Palavras-chave:

Enchentes

Canoas

Memórias

Resumo: Canoas situa-se na Região Metropolitana de Porto Alegre e nestes últimos 70 anos tem sofrido sobremaneira devido aos alagamentos. No mês de maio de 2024, o município sofreu uma terrível enchente derivada do transbordamento e do rompimento dos diques de contenção que circundam a cidade, mas que deveriam evitar essas catástrofes. O objetivo deste artigo é apontar a trajetória de incidentes neste município que tem prejudicado sobremaneira a população e traz memórias sociais difíceis de serem superadas. As imagens foram coletadas através de pesquisa bibliográfica e documental em sites, na Fototeca do Museu do Unilasalle e artigos. Este trabalho é o resultado parcial de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais.

Keywords:

Floods

Canoas

Memories

Abstract: Canoas is located in the Metropolitan Region of Porto Alegre and in the last 70 years it has suffered greatly due to flooding. In May 2024, the municipality suffered a terrible flood resulting from the overflow and rupture of the containment dikes that surround the city, but which were supposed to prevent these catastrophes. The objective of this article is to point out the trajectory of incidents in this municipality that have greatly harmed the population and bring back social memories that are difficult to overcome. The images were collected through bibliographic and documentary research on websites, in the Unilasalle Museum Photo Library and articles. This work is the partial result of research from the Postgraduate Program in Social Memory and Cultural Assets.

Recebido em 04 de julho de 2024. Aprovado em 18 de setembro de 2024.

* Doutoranda e Mestra em Memória Social e Bens Culturais (Linha: Memória, Cultura e Gestão) pela Universidade La Salle (Unilasalle). E-mail: claudiani.vargas@gmail.com.

** Historiadora e Mestranda em Memória Social e Bens Culturais (Linha: Memória, Cultura e Identidade) pela Universidade La Salle (Unilasalle). E-mail: jessica.testa0123@unilasalle.edu.br.

*** Doutora em História Íbero Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: juditesanson63@gmail.com.

**** Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (Linha: Memória, Cultura e Gestão) pela Universidade La Salle (Unilasalle). E-mail: moises.waismann@unilasalle.edu.br.

Introdução

Canoas é um município que se emancipou de Gravataí em 1939. À época, estas terras estavam às margens dos trilhos que ligavam Porto Alegre a São Leopoldo. De um local cuja principal atividade era receber as pessoas para passarem o veraneio, gradativamente houve uma ampliação de seu protagonismo derivado da instalação de indústrias, comércio e sobretudo da Petrobrás – Refinaria Alberto Pasqualini, da Base do 5º Comando Aéreo Regional (V Comar), além de empresas de máquinas e equipamentos, de grande porte, nos ramos de tratores, ar condicionado, de alimentos, ou de serviços, como Universidades, UBER's de saúde, entre outros.

Apresenta uma extensão geográfica de 131 mil km² e, segundo o IBGE (2022) possui 347.657 pessoas, sendo sua população ocupada [2021] de 27,54%, com um PIB per capita de R\$ 65.892,77.

Como localização, Canoas se comunica com todos os demais com que faz divisa: Porto Alegre, Esteio, Nova Santa Rita, Cachoeirinha, etc. Em seu território passa a BR 116 que corta o Brasil de Sul a Norte. Está próximo ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, além de outras importantes vias como a BR 101, a RS 438 e a BR 290.

Com isto, este dossiê tem como principal ferramenta metodológica o uso de imagens, fotos, que apresentam os diferentes momentos da memória das cheias no município e suas diferenças. Se utiliza, também, de documentos da Prefeitura Municipal de Canoas e com a utilização das fotos, como eixo principal, pode-se dizer que o texto esboça a tristeza dos diferentes momentos retratados.

De acordo com Kossoy (2001), a imagem fotográfica remete um assunto, uma história, um percurso envolvido que deve ser refletido e compreendido, uma vez que a fotografia é um registro sistemático do real e que adquire sentido ou “símbolo” (Dubois, 1993). Fabris (2007) concorda com os autores quando diz que a fotografia se refere a uma realidade e que é um vestígio do que aconteceu, não podendo representar um olhar apenas estético.

Para Mauad (2005), do ponto de vista temporal, com a fotografia é possível rememorar o passado no presente, pois a imagem visual possui

uma capacidade narrativa através do tempo, que direciona a referências culturais salientando acontecimentos, vivências, histórias e memórias. É uma fonte histórica, considerada como um produto cultural, mas não fala por si só, ou seja, é necessário que a imagem contextualize a sua narrativa intencional.

Mauad (2005) ainda diz que a fotografia é uma fonte histórica e um testemunho válido, independentemente se o registro fotográfico foi realizado para descrever um fato ou um estilo de vida, ou seja, a fotografia “atesta a existência de uma realidade” (Mauad, 2005, p. 136).

Mauad (2005) também acredita que a fotografia forma uma escrita textualizada em determinada época, com a ressalva de que esta acompanha um texto de caráter verbal ou não-verbal.

Logo, as fotografias são muito mais do que um mero aspecto ilustrativo: elas portam a marca do passado produzido e consumido, refletindo a memória presente que um dia existiu na vida daqueles que a guardaram como lembranças ou verdadeiras relíquias, fortalecendo o conceito de que “toda a imagem é histórica” (Mauad, 2005, p. 151) e, por isso, portadora de memória.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é fazer um dossiê que apresente imagens do município de Canoas e os diferentes momentos de situações de cheias, sobretudo a que ocorreu em Maio de 2024, deixando praticamente metade do município inundado. Os desastres naturais são definidos como eventos extremos da natureza que podem causar grandes danos físicos e socioeconômicos, tanto no momento em que ocorrem quanto posteriormente, devido às suas consequências (Alcántara-Ayala, 2002).

Embora muitos desses eventos sejam previsíveis, sua ocorrência costuma ser súbita e violenta, o que amplifica seus impactos. Alexander (1995) discute que o termo “desastres naturais” está relacionado a quatro elementos principais: agentes geofísicos, número de mortes, custo dos danos e impactos no sistema social. Esses quatro fatores são essenciais para distinguir um desastre de um simples evento natural, conforme evidenciado por Coppok (1995). O autor também alerta para a crescente incidência e intensidade de desastres naturais nas últimas décadas, consequência direta do crescimento

populacional, da segregação socioespacial e da ocupação de áreas perigosas.

Esses desastres estão diretamente associados a três conceitos-chave: perigo, vulnerabilidade e risco. O perigo (*hazard*) se refere ao evento em si, que pode ocorrer naturalmente ou ser induzido pelo ser humano, com potencial de causar danos. A vulnerabilidade diz respeito à extensão desses danos, dependendo das condições sociais e econômicas da área afetada. Já o risco é a probabilidade de consequências danosas, resultantes da interação entre perigo e vulnerabilidade (Marcelino, 2005).

A ciência hidrológica desempenha um papel crucial na compreensão e mitigação dos desastres naturais, particularmente aqueles relacionados à dinâmica da água na superfície terrestre, como enchentes e secas. Tucci (2000) destaca que essa ciência evoluiu significativamente, impulsionada pelo aumento da utilização da água e seus impactos ambientais.

Monteiro (1991) ressalta que muitos desastres naturais, como enchentes e deslizamentos, poderiam ser menos prejudiciais se a ocupação urbana fosse planejada de maneira adequada, evitando áreas de risco. Isso reforça a necessidade de considerar a ação humana nas análises de risco, conforme argumentado por Lavell (1996), ao qual aponta que as atitudes humanas podem agravar a frequência e os impactos dos desastres naturais.

Sobretudo também é importante salientar que quando trata-se de eventos catastróficos e desastres naturais, o historiador Schenk (2007) aponta a relação dessas tragédias históricas com as memórias traumáticas, constituídas a partir de um grupo coletivo que experimentou de um mesmo trauma. O autor acredita que pouco se estuda, historicamente, sobre o campo de pesquisa “catástrofe/desastre”, e que o primeiro passo seria considerar esses fenômenos como objeto de pesquisa para que seja analisado do ponto de vista em que outras vertentes possam ser exploradas.

Ainda, Schenk (2017) salienta que as memórias traumáticas, por serem marcantes para os indivíduos, podem ser transmitidas por meio das gerações de diferentes formas, levando em consideração os aspectos culturais envolvidos. Ele também enfatiza que essas memórias traumáticas são reproduzidas através da vivência compartilhada com

o coletivo e que de igual forma, as transmissões das narrativas se propagam em grupos, de maneira que uma identidade coletiva é criada e fomentada, ganhando espaço e força.

Para o autor, a memória traumática envolve a persistência do trauma, onde a memória coletiva permanece viva num grupo ou comunidade através das lembranças, recordações ou mesmo comemorações. Ela é transmitida de tão forma, que mesmo aqueles que não vivenciaram os fatos, acabam absorvendo seu impacto. Além disso, a memória traumática também envolve os processos de mediação cultural, ou seja, a memória pode ser moldada através da literatura, mídias e política, já que é uma forma de preservar a lembrança para que não seja esquecida, mas apresente sentido e esteja presente. Por fim, a memória traumática influencia as gerações futuras, pois é a partir desta influência que a própria identidade é criada e passa a motivar o sentido de pertencimento.

É importante ressaltar que segundo Schenk (2017), lidar com os desastres é um elemento constitutivo e orienta na formação cultural. Ainda, os fatores socioculturais desempenham papéis importantes no tempo e no espaço, visto que extrapolam a experiência do passado visando uma expectativa do futuro.

Ao remetermos ao trauma, Paul Ricoeur (2008) traz que o processo de repetição dos fatos contribui para manter uma lembrança ativa. Porém, o autor se apoia em Freud para alertar sobre a problemática, inclusive numa categoria psicológica, sobre os usos e abusos da memória traumática num viés coletivo, onde a repetição dos fatos e a demanda do luto estariam presentes. Ricoeur (2008) comenta que quando este luto é aceito e permitido, se constrói uma “memória feliz”, ao qual permite o reconhecimento e a reconciliação com as lembranças traumáticas, reduzindo, assim, os impactos psicológicos.

Para Ricoeur (2008), os traumas coletivos de uma comunidade podem afetar a memória coletiva, tornando o processo de reconhecimento e reconciliação um trabalho árduo e doloroso. Por isso, as experiências históricas traumáticas estariam em constante disputa, entre a memória impedida e o esquecimento. O ideal, segundo o autor, é propiciar espaços públicos onde o trauma não apagável possa

se reconciliar e reconstruir novos sentidos, menos dolorosos, aos fatos passados.

Retomando os dados apresentados neste artigo, como já dito anteriormente, o município de Canoas recebe seus contornos na década de 1940. Assim, pode-se perceber as diferenças através das imagens do município desde seus primeiros

assentamentos e gradativamente passamos para os anos de 2020. As figuras 1, 2 e 3 mostram as vistas aéreas de Canoas ao longo de seu crescimento.

A figura 2 mostra a imagem de Canoas nos anos de 1960 com principal foco: os prédios do atual complexo La Salle Colégio Canoas e o internato.



Figura 1: Vista aérea dos Bairros Niterói e Rio Branco – Canoas, 1960.

Fonte: MAHLS – Museu Histórico La Salle (2024).



Figura 2: Vista aérea de Canoas – Década de 1960.

Fonte: Fototeca do MAHLS in Graebin (2015).



Figura 3: Canoas 2023 – Imagem da cidade com foco no Colégio e Universidade La Salle.

Fonte: Prefeitura Municipal de Canoas – PMCANOAS (2024).

Nesta figura 3 há uma Canoas completamente diferente, ampla, com uma área urbana que se sobressai. Vê-se o Trensurb e o Centro já verticalizado.

Mas toda esta pujança foi construída com muito esforço e momentos difíceis, como as perdas de patrimônio e vidas, ao longo do tempo.

Momentos difíceis da cidade e seus bairros através das enchentes recorrentes

Canoas é um município que está rodeado por água em todos os quadrantes. A figura 4 mostra o Mapa de Recursos Hídricos do município.



Figura 4: Mapa de Recursos Hídricos do município de Canoas.

Fonte: Geocanoas (2024).

Derivado dessa imagem pode-se deduzir que a região é passível de enchentes, sobretudo do Delta do Jacuí, do Sinos e do Gravataí. Antes de maio de 2024 houve diferentes eventos, tais como (PMCANOAS, 2024; Barcelos, 2024; MAHLS, 2024):

- A primeira, a inundação de 1873, atingiu uma parte da Região Metropolitana ficando algumas zonas submersas e atrasando a construção da estrada de ferro, que cortava a Fazenda Gravataí, ligando Porto Alegre e São Leopoldo. A chuva iniciou em outubro de 1873 e causou muitas mortes e destruição provinda dos mesmos rios que em 2024 causaram o desastre.

- Outro evento foi a enchente de setembro de 1941. Barcos se tornaram o principal meio de transporte durante o período. No centro da cidade, no lugar dos automóveis e bondes, barcos e canoas faziam o transporte de pedestres. Segundo registros da época, um terço dos estabelecimentos comerciais da cidade ficaram embaixo d'água por cerca de 40 dias.

Assim, pode-se afirmar aquilo que Halbwachs já ministrava. As memórias, ainda que em certa medida individuais, será coletiva pois, para que houvesse o desenvolvimento dessa memória, o indivíduo maneja sentimentos passados a ele seja por costumes, tradição e ou relação social desenvolvida no núcleo que está inserido. Por isso, diz-se que:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, [...] mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivermos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 2006, p. 26).

Na década de 1960 outros eventos prejudicaram a cidade de Canoas, trazendo para a população memórias trágicas, à medida que houve perdas patrimoniais e humanas. Assim, se configurou, por conta dos desastres naturais, que

assolam seu território em proporções alarmantes, situações de difícil contorno.

Nesse momento, na década de 1960, a administração municipal teve que adotar, como prioridade, a criação de uma estratégia que sanasse o problema das inundações.

Para isso foram construídos diques de contenção, nos bairros que faziam limites com os Rio Gravataí e dos Sinos e instaladas casas de bombas para transbordo. Essa medida se tornou realidade, a partir da década de 70. A partir dessas medidas, diminuiu, de certa forma, a fragilidade que os moradores das áreas atingidas pelas enchentes sofriam. Para isso, era necessário manutenções periódicas nos equipamentos e uma conscientização da população em relação ao descarte de lixo em vias públicas (Notícias da Aldeia, 2024).



Figura 5: Enchente da década de 1960 – Canoas.

Fonte: MAHLS – Museu Histórico La Salle (2024).

Também foi decretada uma lei que não permitia construções de prédios para residências sob o dique de contenção e em áreas entre os diques e os Rios dos Sinos e Gravataí, não sendo liberado licença para as mesmas. No entanto, tal lei não se confirmou com o passar do tempo. Parte das áreas que foram desapropriadas para a construção dos diques de contenções foram ocupadas para construção de residências, ainda na década de 1970, formando nesse local núcleos suburbanos irregulares.

As figuras 6, 7, 8 e 9 mostram as cheias nos bairros Mathias Velho e Rio Branco, em 1960.



Figura 6: Enchente da década de 1960 – Bairro Mathias Velho.

Fonte: Notícias da Aldeia (2023).



Figura 7: Vala de Escoamento paralela a Rua Florianópolis – Bairro Mathias Velho.

Fonte: Blogspot.com Mathias Velho (2024).

De acordo com as fotos, observamos que as áreas mais atingidas em todos os eventos são os mesmos bairros que em 2024 também foram afetados: Mathias Velho e Rio Branco. No entanto, com o passar do tempo outros vão sendo edificadas:

como São Luís, Ilhas das Graças e Niterói, sendo estes, em 2024, também inundados.

A figura 9 mostra outra situação muito desesperadora: uma senhora lavando a roupa nas águas da enchente, com a casa quase submersa.



Figura 8: Enchente de 1966 – Bairro Mathias Velho.

Fonte: Blogspot.com Mathias Velho (2024).



Figura 9: Senhora lavando a roupa nas águas da enchente no Bairro Rio Branco.

Fonte: Notícias da Aldeia (2023).



Figura 10: Imagens da enchente de 1963 – abrigados em um vagão de trem.

Fonte: Notícias da Aldeia (2023).

Um dos lugares ocupados pelos abrigados em um dos episódios foram os vagões dos trens. (Figura 10).

[...] mas é válido desenhar que após os eventos traumáticos do século XX e movimentos sociais pela valorização da memória e busca da verdade dos fatos os testemunhos ganharam espaço e peso nas discussões pois “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 2009, p.55).

Autores têm trabalhado com a problemática das inundações devido ao aumento e a frequência destas, não só no Sul como no hemisfério Norte do planeta.

Aqui, o aumento dos impactos antrópicos pode ser rastreado através de uma mudança artificial nas magnitudes e frequências dos processos “naturais”. Isso inclui riscos de inundação, desequilíbrio

de sedimentos, contaminação química e eutrofização. Eles também podem ser vistos através da modificação direta de estruturas de várzea “naturais” resultantes da colonização da planície de inundação, regulação da água e fragmentação do rio. [...] As sociedades atuaram como agentes de mudança, mas também foram moldadas pelos sistemas fluviais em termos de suas atividades econômicas, estruturas sociopolíticas e até mesmo suas ideias religiosas (Werther, Mehler, Schenk, Zielhofer, 2021).

Já no século XXI, em alguns momentos mais e em outros menos, as águas sempre foram uma ameaça ao município de Canoas, como por exemplo em setembro de 2023. No entanto, foi em 2024 que houve o grande desastre.

No século XXI alguns municípios da RMPA foram afetados pelas forças das águas que atingiram sobretudo os municípios de Eldorado, Porto Alegre, Cachoeirinha, Guaíba, Canoas e outros. Entre a

madrugada da sexta-feira (3 de maio de 2024) para o sábado (4 de maio de 2024) um caos se instalou em Canoas. As estruturas dos diques de contenção de Canoas situados nos bairros Mathias Velho e Rio Branco foram rompidos (PMCANOAS, 2024; UOL, 2024).

Em 29 de maio de 2024, há uma estimativa, por parte da Prefeitura Municipal de Canoas, de que houve uma ruptura de 50 metros em ambos os diques, o que causou as enchentes no lado Oeste da cidade (PMCANOAS, 2024).

Dessa forma, os bairros Rio Branco, Fátima, Mato Grande, Harmonia, Mathias Velho, São Luís e Niterói, à medida que houve a elevação do volume da água das chuvas no Rio Jacuí (12 de maio de

2024), ficaram inundados. As figuras 11, 12 e 13 mostram a tragédia.

Todo o lado Oeste da cidade ficou comprometido. Aproximadamente 2/4 da cidade ficam sob as águas do Delta do Jacuí, Sinos e Gravataí. De acordo com o Prefeito de Canoas, Sr. Jairo Jorge, em 6 de maio de 2024 o município já computava 2 mortes pela enchente e a previsão é que as águas baixassem em 45 dias nas áreas mais afetadas. Outra informação: “Jairo Jorge diz que mais de 60% das casas, empresas, indústrias e comércios da cidade foram invadidos pela água; há locais em que a água chega a 5 metros de profundidade”.



Figura 11: Enchente de maio de 2024 – Canoas, RS.

Fonte: G1 – O Globo (2024).



Figura 12: Pessoas foram atingidas pela cheia em Canoas.

Fonte: Correio do Povo (2024).

De acordo com dados do Censo do IBGE (2022), os bairros mais populosos da cidade respectivamente são: Mathias Velho (43.263), Guajuviras (40.803), Harmonia (34.802), Niterói (33.002) e Estância Velha (30.519). Já os bairros com menos moradores são: Ilha das Graças (zero), Industrial (32), Brigadeira (437) e São Luís (4.407).

Salienta-se que o bairro Mathias Velho foi extremamente afetado.

Além das dificuldades e perdas humanas, sobressaiu-se as perdas patrimoniais: micro, pequenas e grandes empresas tiveram seus equipamentos, instalações e produtos perdidos. A figura 14 mostra um caso significativo.



Figura 13: Entrada do Bairro Mathias Velho, no município de Canoas.

Fonte: O Timoneiro (2024).



Figura 14: Armazém da processadora de soja Bianchini, Bairro Mato Grande, no município de Canoas.

Fonte: Portal iG (2024).

Também houve perdas nos bens ou equipamentos culturais. Um exemplo é o Parque de diversões (figura 15). Em todo o Estado do RS houve situações desastrosas, como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), a Casa de Cultura Mário Quintana, o Museu Visconde de São Leopoldo, entre outros.

A Figura 16 mostra o desespero que se acometeu nos dias que se seguiram à enchente em Canoas, o também desespero dos órgãos públicos municipais, bem como a necessidade de maior aporte de pessoas e equipamentos, ao qual vieram de todo o Brasil.



Figura 15: Parque de diversões no Bairro Mathias Velho, no município de Canoas.

Fonte: CNN Brasil (2024).



Figura 16: Salvamento de um morador por bombeiros militares, no município de Canoas.

Fonte: Folha de São Paulo, Imagem Renan Mattos/Reuters (2024).

Pergunta-se ao final deste dossiê: como sair ileso destes momentos, destas perdas, ou mesmo das cenas?

Pode-se dizer ainda que as memórias e por consequência os testemunhos são dotados de paixões humanas e que, independentemente de traumas ou situações traumáticas, ainda assim serão carregadas de sentimentos dos mais variados possíveis (Melo; Simões, 2022, p.4).

Considerações finais

Este artigo utilizou-se de documentos da Prefeitura Municipal de Canoas, entre outros, e de imagens e recortes jornalísticos como ferramenta metodológica para evidenciar a última catástrofe climática ocorrida no início do mês de maio de 2024 no município de Canoas, estado do Rio Grande do Sul. Baseou-se na fonte imagética, pois segundo Mauad (2005), a imagem é história e, por consequência, portadora de memória.

As memórias advindas de momentos trágicos talvez sejam mais difíceis de serem esquecidas, mas também podem ser um estopim para a tomada de decisões que demoraram um pouco mais pelas iniciativas públicas e civil.

Desde sua emancipação, Canoas vem

sofrendo, em diversos momentos, de desastres provindos de enchentes que oportunizaram perdas tanto às pessoas quanto ao patrimônio, e em ambos os casos estas perdas são de difícil recomposição ou mesmo impossíveis, como no caso das vidas humanas. Como visto ao longo deste artigo, no mês de maio de 2024 o município passou por uma catástrofe. Foram mais de 40 dias para a recomposição dos diferentes bairros de Canoas, como Mathias Velho e Rio Branco, sendo estes os mais afetados. Nestas áreas, casas e estabelecimentos comerciais ficaram submersos o que significa que o recomeço será de médio a longo prazo, somando-se o fato de que ainda existem locais em que há lixo acumulado e pessoas que não conseguiram retornar às suas moradias, pois foram completamente perdidas.

Como contextualizar estes problemas quando se trata de um município que é o segundo em PIB e população da RMPA? A responsabilidade pode ser compartilhada entre a iniciativa privada, pública municipal e estadual?

Acreditamos que antes de discutir-se a responsabilidade tem-se que auxiliar estas pessoas atingidas e ver uma possibilidade permanente de bem-estar. De longe, já sabemos que o aumento do PIB não garante desenvolvimento, assim, os recursos e a geração de renda devem proporcionar melhorias

de infraestruturas. Mas também sabemos que o território é interligado e que a vazante sofre com os percalços causados com a jusante, ou seja, as águas que chegaram ao Guaíba foram reflexo, também, das cheias de locais a jusante, como os rios Taquari, Caí e Jacuí.

Logo, tanto o acontecido na RMPA quanto em outras localidades, forma uma complexa teia de memórias que se misturam com sentimentos de tristeza, impotência e insegurança, refletindo em traumas ao qual alimentam a memória coletiva, mas também a do indivíduo, sendo reproduzidas, lembradas e retransmitidas de tempos em tempos por aqueles que a testemunham de alguma forma.

Permanecem aqui as indagações sobre as possíveis e viáveis resoluções políticas que precisam ser aplicadas em caráter de urgência no Estado do Rio Grande do Sul na sua total abrangência, destacando o município de Canoas como uma das regiões prioritárias, no entanto, ressalta-se o olhar atento às memórias que se construíram, e que ainda estão em movimento de constituição num cenário pós enchentes.

A reflexão agora diz respeito ao que ficou marcado, as narrativas que avivam as lembranças e aos silenciamentos que fortalecem os esquecimentos, talvez involuntários, mas também provocados por uma necessidade de impulsionar o apagamento das memórias traumáticas que se formaram. Permanecem as lacunas do que esperar para o futuro, contudo incita-se o diálogo e a possibilidade de fala dos atingidos (direta ou indiretamente) para que estes eventos não sejam minimizados, mas sim tratados e conduzidos considerando, de fato, as reais proporções.

Referências

- ALCÁNTARA-AYALA, Irasema. Vulnerability and natural hazards: a global overview. **Journal of Natural Hazards**, v. 26, n. 1, p. 23-35, 2002.
- ALEXANDER, David. The study of natural hazards. **Disaster Prevention and Management**, v. 4, n. 4, p. 227-236, 1995.
- BARCELOS, Edison. Canoas, suas canoas e suas enchentes. **Notícias da Aldeia**, 26 set. 2023. Disponível em: <https://noticiasdaaldeia.com.br/canoas-suas-canoas-e-suas-enchentes/>. Acesso em: 02 jun. 2024.
- BLOG DO BAIRRO MATHIAS VELHO. **Fotos Antigas do Bairro**. Disponível em: <https://mathiasvelhocanoas.blogspot.com/search?updated-max=2009-09-05T18:00:00-07:00&max-results=10&start=181&by-date=false>. Acesso em: 02 jun. 2024.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 15. ed.
- BRASIL DE FATO RS. **Canoas no Censo 2022**: população e domicílios dos bairros. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2024/04/03/canoas-no-censo-2022-populacao-e-domicilios-dos-bairros>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- COPPOCK, John Terry. GIS and natural hazards: an overview from a GIS perspective. In: Carrara, Arnaud; Guzzetti, Fausto. **Geographical information systems in assessing natural hazards**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995. Cap. 2, p. 21-34.
- CORREIO DO POVO. **Canoas confirma 2 mortes pela enchente**. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/canoas-confirma-2-mortes-pela-enchente-e-previs%C3%A3o-%C3%A9-que-as-%C3%A1guas-baixem-em-45-dias-nas-%C3%A1reas-mais-afetadas-1.1491984>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- CNN. **Enchente no RS**: parque de diversões fica embaixo d'água em Canoas; veja como ficou. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/enchente-no-rs-parque-de-diversoes-fica-embaixo-dagua-em-canoas-veja-como-ficou/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

DUBOIS, Philippe. **O Ato fotográfico e outros ensaios**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

FABRIS, Annateresa. Capítulo: Discutindo a imagem fotográfica. **Domínios da imagem**, Londrina, v. i, n. 1, p. 39, nov. 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Canoas (RS) tem famílias nos telhados, hospital inundado e 150 mil atingidos por enchentes**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/canoas-rs-tem-familias-nos-telhados-hospital-inundado-e-150-mil-atingidos-por-enchentes.shtml>. Acesso em: 24 mai. 2024.

G1 O GLOBO. **Imagens aéreas mostram Canoas inundada durante enchente no RS**; mais de 180 mil pessoas foram atingidas. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/08/video-imagens-aereas-mostram-canoas-inundada-durante-enchente-no-rs-mais-de-180-mil-pessoas-foram-atingidas-diz-prefeitura.ghtml>. Acesso em: 08 mai. 2024.

GEOCANOAS. **Mapa dos Recursos hídricos de Canoas**. Disponível em: <https://geo.canoas.rs.gov.br/portal/sharing/rest/content/items/ae09ad134ee94ca2804b023b2c2e1daa/data>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GRAEBIN, Cleusa. Uma escola em sua materialidade: recordações visuais da trajetória da obra educativa dos Irmãos Lassalistas em Canoas, RS (1908-1960). **Revista Memória em Rede**, julho 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283567259>. Acesso em: 10 jun. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canoas/panorama>. Acesso em: 12 jun. 2024.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAVELL, Allan. Degradación ambiental, riesgo y desastres urbanos. Problemas y conceptos: hacia la definición de una agenda de investigación. In: Fernández, María Augusta (Ed.) **Ciudades en riesgo**: degradación ambiental, riesgos urbanos y desastres. Cap. 2, p. 12-42, 1996. Disponível em: http://www.desenredando.org/public/libros/1996/cer/CER_todo_ene-7-2003.pdf. Acesso em 06 set. 2024.

MARCELINO, Emerson. **Desastres naturais**. Palestra realizada junto à disciplina de Hidrologia Florestal da turma de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da UFSC. Florianópolis, 4 abr 2005.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. Sér. v. 13, n. 1, p. 133-174, jan.-jun. 2005.

MELO, Pedro Henrique de; SIMÕES, Giulia Constante. **Memórias Traumáticas e Testemunhos**: Os Novos Desafios da História. XXIII Encontro Regional de História da ANPUH Minas Gerais, 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.mg.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-mg-eeh2022/1660338921_ARQUIVO_61e661b6117b70b804786614f4301c35.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Clima e excepcionalismo**: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis: UFSC, 1991. 241p

O TIMONEIRO. **Tragédia em Canoas deixa milhares de desabrigados e cena é de guerra**. 4 mai. 2024. Disponível em: <https://jornaltimoneiro.com.br/index.php/2024/05/04/tragedia-em-canoas-deixa-milhares-de-desabrigados-e-cena-e-de-guerra/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PORTAL IG. **Enchente rompe armazém com 100 mil toneladas de soja em Canoas**. 12 mai. 2024. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2024-05-12/enchente-rompe-armazem-com-100-mil-toneladas-de-soja-em-canoas.html>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS – PMC CANOAS. **Canoas Hoje**. Informações Turísticas. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/servicos/informacoes-turisticas/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

SCHENK, Gerrit Jasper. Historical disaster research: state of research, concepts, methods and case studies. **Historical Social Research**, v. 32, n. 3, p. 9-31, 2007. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/29142/ssoar-hsr-2007-no_3_no_121-schenk-historical_disaster_research_state_of.pdf?isAllowed=y&lnkname=ssoar-hsr-2007-no_3_no_121-schenk-historical_disaster_research_state_of.pdf&sequence=1. Acesso em: 05 set. 2024.

SCHENK, Gerrit Jasper. Mental Maps – Die Wahrnehmung von Katastrophen in Mittelalter und

Früher Neuzeit und ihre Tradierung. In: JANKU, Andrea; SCHENK, Gerrit; MAUELSHAGEN, Franz (orgs.). **Historical Disasters in Context: Science, Religion, and Politics**. Palgrave Macmillan, 2012. p. 207-228.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. Hydrology and its interdisciplinary nature. **Water Resources Research**, v. 36, n. 7, p. 1871-1880, 2000.

UOL. **Como cidades devem se preparar para enfrentar eventos climáticos extremos**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2024/05/22/como-cidades-devem-se-preparar-para-enfrentar-eventos-climaticos-extremos.htm>. Acesso em: 24 mai. 2024.

VESTENA, Leandro Redin. A importância da hidrologia na prevenção e mitigação de desastres naturais. In: **Ambiência - Revista do setor de Ciências Agrárias e Ambientais**, v. 4, n. 1, p. 153-167, jan./abr. 2008.

WERTHER, Lukas; MEHLER, Natascha; SCHENK, Gerrit Jasper; ZIELHOFER, Christoph. On the Way to the Fluvial Anthroposphere—Current Limitations and Perspectives of Multidisciplinary Research. **Water** 2021, 13, 2188

Nós, o meio e o tempo: percepções ambientais sobre as mudanças climáticas antropogênicas

The time, the environment and us: environmental perceptions about anthropogenic climate change

Guilherme Budke*

Mirian Carbonera**

Gisele Leite de Lima Primam***

Palavras-chave:
Representação social
Perturbações ambientais
antrópicas
Clima

Resumo: Este artigo apresenta uma análise de percepções sobre meio ambiente e mudanças climáticas. Metodologicamente, trata-se de pesquisa de caráter qualitativo, com dados interpretados por meio de análise de conteúdo. Como resultado, identificamos dados textuais com características majoritárias de representações de meio ambiente naturalistas. Em relação às mudanças climáticas, verificamos a percepção de impactos onde as pessoas vivem. Acreditamos que os resultados suscitam mais questionamentos sobre as temáticas e possibilidades de estudos sobre estratégias de enfrentamento e resiliência aos desafios que as mudanças climáticas representam.

Keywords:
Social representation
Anthropogenic disturbances
Climate

Abstract: This paper presents an analysis of perceptions about the environment and climate change. Methodologically, it is a qualitative research study, with data interpreted through content analysis. As a result, we identified textual data that predominantly reflect naturalistic representations of the environment. Regarding climate change, we observed the perception of impacts in people's living areas. We believe the results raise further questions about these topics and open up possibilities for studies on strategies to address and build resilience to the challenges posed by climate change.

Recebido em 16 de julho de 2024. Aprovado em 24 de setembro de 2024.

Introdução

As mudanças climáticas são recorrentemente abordadas no cotidiano das pessoas, seja por meios de comunicação, contexto escolar ou esferas governamentais; contudo, essas mudanças possuem caráter abrangente, complexo e multidisciplinar, representando um dos maiores desafios para a ciência, a nível global, haja vista a necessidade de se compreender as suas causas, os seus impactos e as

medidas de mitigação a serem implementadas (Nobre; Reid; Veiga, 2012). Considerando a sua potencialidade de evolução, o clima pode ser influenciado por fatores externos, dentre os quais podemos mencionar o ciclo solar e as grandes erupções vulcânicas, além de causas consideradas antropogênicas, dentre as quais destacamos as emissões de gases de efeito estufa (Hawkins, 2012), como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e dióxido de enxofre (SO₂),

* Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó e graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza. Professor da educação básica na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. E-mail: guilherme.budke@unochapeco.edu.br.

** Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e graduada em História pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais e responsável pelo CEOM, na Universidade Comunitária da Região de Chapecó. E-mail: mirianc@unochapeco.edu.br.

*** Doutora e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e graduada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do curso de graduação em Geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó. E-mail: glima@uffs.edu.br.

gases esses, e outros, continuamente liberados na atmosfera (Singh et al., 2023), que representam impactos significativos no ambiente.

Desse modo, as mudanças climáticas podem ser caracterizadas com base em tendências a longo prazo sobre variáveis como temperatura, precipitação, pressão e níveis de humidade, sendo que os efeitos mais conhecidos, a nível global, incluem padrões irregulares de clima, retração das calotas polares e aumento dos níveis oceânicos (Abbass et al., 2022). Portanto, causam danos irreversíveis aos sistemas naturais e humanos, também provocando insegurança alimentar, aumento das secas, liberação de contaminantes no ambiente (Ahmadi Dehrashid et al., 2022) e demais impactos perceptíveis na atualidade.

De acordo com Murunga, Macleod e Pecl (2024), o engajamento público é crucial para explorarmos soluções para as crises da atualidade, sendo que o poder compartilhado (e não apenas o acesso a informações), o investimento em relações para resultados mutuamente desejáveis e uma maior interação na governança das mudanças climáticas são, supostamente, estratégias para o aumento do engajamento das pessoas e para que mudanças transformadoras sejam possíveis nos cenários atuais. Além disso, para que possamos entender as consequências das mudanças climáticas, que ameaçam condições biológicas e geológicas do planeta, ambas necessárias para a sobrevivência humana, também é necessário pensar nos seres humanos como formas de vida e a história da humanidade como parte integrante da história da vida deste planeta (Chakrabarty, 2009). Desse modo, neste trabalho buscamos analisar percepções ambientais a partir de representações sociais de meio ambiente, bem como de percepções sobre mudanças climáticas antropogênicas e os seus potenciais impactos socioambientais adversos.

Material e Métodos

O presente trabalho envolve pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, visando compreensão sobre diferentes percepções ambientais e noções sobre as mudanças climáticas e os seus impactos. Para tanto, conduzimos levantamento de

dados por meio de uma amostra não probabilística por conveniência. Essa técnica de amostragem compreende seleção aleatória de fácil obtenção, embora não permita extrapolações e generalizações para a população (Saunders; Lewis; Thornhill, 2009), selecionada para a condução do estudo devido às restrições sanitárias impostas durante a pandemia de SARS-CoV-2¹.

Os participantes da pesquisa correspondem a 314 pessoas que responderam ao questionário estruturado em plataforma on-line², enviado para toda a comunidade da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, no período entre os meses de março e agosto de 2021. Referido questionário está representado em Apêndice 1 deste trabalho, contemplando questionamentos sobre noções de meio ambiente e mudanças climáticas, problemáticas ambientais associadas ao tema e perspectivas de mudanças e de mitigação. Visando garantir o anonimato e o sigilo de dados pessoais, o nome dos participantes foi alterado e a identificação foi realizada por meio de pseudônimos.

Os dados textuais foram interpretados por meio de análise de conteúdo, visando a condensação dos dados brutos disponíveis para a manipulação, sendo realizada por meio da codificação do material em um sistema de categorias, caracterizadas pelo agrupamento de partes em comum existentes entre os elementos desse material (Bardin, 1977). Visando a categorização dos dados, empregamos dois processos inversos de análise: no primeiro, com o sistema de categorias previamente disponível, os processos de organização e de categorização do material ocorreram conforme seus elementos foram encontrados; no segundo processo, não havendo sistema de categorias fornecido previamente, o material e seus elementos foram organizados de maneira análoga e progressiva, sendo definido o título conceitual de cada categoria apenas ao final da operação (Bardin, 1977).

O sistema previamente disponível, aplicado neste estudo, envolveu três representações sociais de meio ambiente: a naturalista, a antropocêntrica e a globalizante (Reigota, 1990), abordadas a seguir. Enquanto isso, em relação à percepção dos impactos das mudanças climáticas, utilizamos nosso próprio sistema para a categorização dos dados, apresentado ao longo deste trabalho.

As representações de meio ambiente

Neste artigo, abordamos primordialmente sobre os impactos ambientais antrópicos e as mudanças climáticas a partir de percepções e da opinião pública das pessoas de uma comunidade³. No entanto, antes de avançarmos sobre esses temas, precisamos nos atentar para um fator essencial envolvido nessas problemáticas: o ser humano e a sua relação com o meio em que vive. Nesse sentido, abordamos a seguir acerca das representações sociais de meio ambiente, mais precisamente sobre como as pessoas percebem esse meio, podendo compreender, de modo geral, tanto o mundo natural como o mundo socialmente construído.

Embora não exista consenso no meio científico sobre a definição de meio ambiente, considerando o seu caráter difuso e variado, é possível defini-lo como “[...] o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação [...]”, relações essas que envolvem diferentes processos, incluindo a criação cultural e tecnológica e a transformação do meio natural e construído (Reigota, 2010, p. 14). No entanto, como explicitado, essa definição é passível de variações, podendo diferir de acordo com vivências e claro, percepções. Aqui, iremos considerar a definição supra de meio ambiente e, com relação a percepção, em particular a ambiental, iremos conceitua-la como a consciência, os sentimentos ou a forma como as pessoas apreendem o ambiente pelos sentidos (Zube, 1999).

Neste trabalho, consideramos o conteúdo textual e analisamos as respostas de 314 pessoas sobre a percepção de ambiente. Adicionalmente, também verificamos as características do perfil dos participantes, representando um pequeno recorte da população de uma comunidade acadêmica. Desse modo, podemos observar a predominância do gênero feminino (59%), de pessoas com idades entre 18 a 24 anos (59%), de alunos de graduação da Universidade (61%) e de pessoas com renda familiar entre 01 a 03 (42%) e 04 a 10 (34%) salários mínimos. Ainda, com relação à área de conhecimento (graduação ou pós-graduação) dos participantes, houve predominância das Ciências Sociais Aplicadas (42%), Ciências da Saúde (16%) e Ciências Biológicas (10%).

Os dados disponíveis foram categorizados de acordo com as características de três representações sociais de meio ambiente e assim foram distribuídos: representação naturalista, globalizante e antropocêntrica (Tabela 1). Após processo de análise e categorização das respostas, verificamos dados majoritariamente naturalistas, considerando todos os parâmetros avaliados. Desse modo, independentemente de gênero, faixa etária, escolaridade, área do conhecimento e renda familiar, a maioria das respostas provenientes dessa comunidade foram consideradas naturalistas.

Nessa perspectiva, podemos mencionar fragmentos das respostas dos participantes, como a percepção de participante Primavera, que define o meio ambiente como “[...] o estado natural de nosso planeta sem sofrer interferência humana” (part. nº 301), portanto, englobando elementos como “A fauna e a flora. O mundo não humano” (Floração, part. nº 96). Assim, são percebidos apenas aspectos naturais bióticos, abióticos e físico-químicos, como a água, o solo e os seres vivos, ou seja, as respostas naturalistas incluem tudo aquilo que não faz parte do sistema social (Reigota, 1990).

Tabela 1. Representações de meio ambiente.

Descrição	%
Naturalista	78
Globalizante	15
Antropocêntrica	7
Total	100

Fonte: Autores (2024); Reigota (1990).

Em contraste com a representação naturalista, verificamos nas respostas globalizantes uma percepção de que o meio ambiente engloba elementos de diferentes esferas, como “[...] social, material e natural” (Verão, part. nº 55). Assim, o meio “[...] permeia todas as formas de vida e suas interações, sejam com fatores bióticos ou abióticos. Transcende a dimensão física e diz respeito também as relações subjetivas, socioculturais, políticas e econômicas” (Brisa, part. nº 175). Ainda, pode ser percebido como “orientação de espaço e tempo em que se vive, com tudo aquilo que ali está contido, que atravessa, permeia, condiciona, determina e altera a existência dos seres que o compõe” (Garoa, part. nº 233). Portanto, em respostas globalizantes,

há destaque para as relações de diferentes esferas, a natural e a social (Reigota, 1990). Dessa forma, também considera tudo o que é decorrente da iniciativa humana como integrante da natureza (Carvalho, 1999).

Enquanto isso, nas respostas categorizadas como antropocêntricas, podemos verificar que o ambiente é percebido, basicamente, como um meio “[...] necessário para nossa sobrevivência” (Outono, part. nº 06), portanto, trata-se de “[...] algo que o ser humano necessita” (Caducifolia, part. nº 206), ou seja, o local “[...] onde encontramos os recursos, como água e solo” (Equinócio, part. nº 85). Assim, verificamos a ação do ser humano no meio, apenas como um usuário, utilizando-o e moldando-o à sua vontade (Reigota, 1990).

Embora o caráter subjetivo das categorizações deva ser levado em consideração, pois diferentes interpretações podem levar a alteração dos resultados finais, precisamos destacar que a partir da análise de conteúdo (Bardin, 1977), unidades de contexto e de registro facilitam a identificação de elementos distintos e em comum entre os dados textuais em análise. Na representação naturalista, por exemplo, a qual foi predominante nos dados desta pesquisa, podemos exemplificar que o meio ambiente pode ser percebido apenas com elementos relacionados ao “natural” e como parte integrante da “natureza”.

Esses termos, inclusive, podem ser compreendidos como um contraponto para o que é considerado artificial, ou seja, natural seria somente aquilo que a natureza originou (Carvalho, 1999). Essa predominância de respostas naturalistas pode ser explicada, possivelmente, pelo mito de paraísos naturais intocados, ou da natureza intocada, em que é comum a percepção de uma natureza selvagem, intocada e intocável, a qual possui força entre populações urbanas (Diegues, 2008).

As mudanças climáticas antropogênicas

O estudo do clima se refere a tendências de longo prazo, as quais podem ser constatadas ou projetadas considerando fatores que condicionam o sistema climático (Marques, 2015). Nesse sentido, podemos entender o clima como um conjunto dessas tendências, a longo prazo e em condições

específicas mais duradouras, enquanto o conceito de tempo meteorológico está relacionado a combinações de condições com duração mais curta, ou seja, que são passageiras (Barros; Zavattini, 2009). Com essa distinção descrita, ressaltamos que ao longo da história do planeta, as mudanças do clima são decorrentes de variações na órbita da Terra em torno do sol, da produção solar e da mudança nas relações entre os componentes do sistema climático, contudo, verificamos evidências crescentes de que a humanidade e as suas atividades também são um dos componentes desse sistema (WMO, 2018). Nesse sentido, embora outras espécies possam modificar ou realizar intervenções no ambiente, apenas os seres humanos utilizam tecnologia capaz de modificá-lo em escala global (Williams et al., 2016).

Levando em consideração informações sobre o sistema climático e a história evolutiva do planeta, questionamentos sobre a origem e a recorrência das mudanças climáticas podem ocorrer. Conforme explicitado por Sullivan e White (2019), existem lacunas entre as percepções do público e de especialistas, em particular quanto aos riscos das mudanças climáticas. Nesse sentido, buscamos verificar a opinião de nosso grupo de participantes sobre a origem, se antropogênica ou não, e o período de ocorrência dessas mudanças. Assim, observamos quase unanimidade dentre os participantes: 99% dessas pessoas afirmaram que mudanças climáticas estão ocorrendo atualmente e que são decorrentes de atividades humanas. Conforme dados de trabalho com temática semelhante realizado no país, os autores também verificam que as pessoas parecem ter conhecimento de que as mudanças climáticas existem (Pinheiro; Cavalcanti; Barros, 2018).

Historicamente, algumas variáveis podem influenciar em diferenças entre a opinião das pessoas sobre as mudanças climáticas e sobre os seus efeitos negativos no ambiente, incluindo questões socioeconômicas, posicionamento político e profundidade do conhecimento científico (Haque, 2023). Nessa perspectiva, considerando variáveis mais homogêneas sobre o perfil dos participantes da pesquisa, embora generalizações não sejam adequadas à natureza do trabalho, sugerimos potencial influência da formação acadêmica do grupo amostrado em relação à ausência de divergências significativas sobre a percepção das

mudanças climáticas antropogênicas.

Percepções de mudanças e de impactos adversos

A percepção dos impactos das mudanças climáticas foi um dos enfoques deste trabalho. Desse modo, as pessoas do grupo de participantes foram questionadas sobre a existência de potenciais impactos decorrentes dessas mudanças em sua região. A partir disso, verificamos que essas pessoas percebem, majoritariamente, efeitos ou impactos no local onde vivem (Gráfico 1).

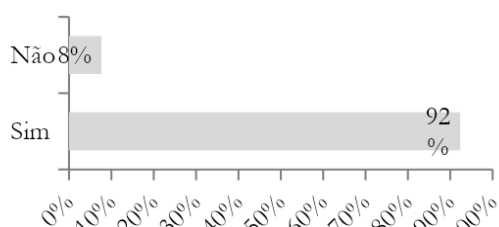


Gráfico 1. Percepção de impactos das mudanças climáticas na região onde os participantes vivem.

Fonte: Autores (2024).

Posteriormente, também foram relatadas as percepções de influências e de impactos das mudanças climáticas, especificamente na região onde vivem e na vida do grupo de participantes. Após análise dos relatos, os dados textuais disponíveis foram tratados e organizados em duas categorias gerais sobre a percepção dos impactos das mudanças climáticas: (i) Condições climáticas; e (ii) Ambientais, socioeconômicos e culturais (Tabela 2). Enquanto a primeira categoria engloba aspectos e elementos físicos e climáticos sobre percepções de impactos adversos, a segunda inclui, além desses mesmos elementos, aspectos socioambientais atrelados às mudanças climáticas.

Tabela 2. Descrição das categorias sobre a percepção dos impactos das mudanças climáticas.

Descrição das categorias de impactos	%
Condições climáticas	74
Ambientais, socioeconômicos e culturais	13
Não responderam	13
Total	100

Fonte: Autores (2024).

Conforme Nevisco (part. nº 176), atualmente podemos verificar “[...] menos dias de frio intenso no inverno. Quando era criança tinha semanas inteiras de frio, geada e presenciei até neve. Hoje tem um ou dois dias frio e depois calor [...]”. Essa também foi a percepção de outras pessoas, em especial sobre a região em que vivem: “O que eu mais escuto é “Chapecó não faz tão frio como antigamente” ou que está mais calor que o habitual em meses que não costumavam ser tão quentes [...]” (Inverno, part. nº 17). Para Neblina (part. nº 49), o “[...] inverno que durava 3 meses há 30 anos, atualmente dura 3 semanas [...]”. Nesse sentido, podemos verificar uma “Instabilidade climática. Dia extremamente quente seguido por dia extremamente frio” (Friaca, part. nº 308). Conforme podemos verificar, percepções sobre as mudanças climáticas de estudantes da região Norte do Brasil também foram associadas a sensação térmica, considerando o aumento da temperatura (Gomes et al., 2024). Contribuindo sobre a percepção das estações do ano como um todo, Aurora (part. nº 145) relata:

Percebo que as estações do ano não são mais tão bem definidas quanto já me pareceram há anos; variação de temperatura, atingindo sensação térmica bastante elevada no verão; piora na qualidade do ar; intensificação da neblina de alguns anos para cá e, portanto, menos horas de sol em alguns dias do ano; períodos com excesso de chuvas concentradas que provocam inundações, alternados por períodos de seca e escassez de água [...].

Assim, ressaltamos que as mudanças climáticas podem ser compreendidas como alterações sistêmicas em propriedades do clima, em prolongados períodos de tempo, as quais podem apresentar tendências extremas para determinados elementos do clima (WMO, 2018). Para Arco-íris (part. nº 201), esses impactos envolvem:

Desaparecimento de espécies, mudanças nas estações climáticas e fenômenos climáticos como tornados e ciclones, alteração nos ciclos reprodutivos de muitas espécies, desequilíbrio ecológico e perda da biodiversidade, impactos na economia e na produção de alimentos, crises energéticas, diminuição da qualidade de vida humana e prejuízos à saúde da população,

debates e discussões sobre como minimizar ou enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.

De acordo com Geada (part. nº 127), as mudanças podem “[...] influenciar na disponibilidade de recursos, no aumento dos preços dos alimentos e na saúde”. Além disso, “impactam diretamente na qualidade de vida, afinal influenciam no cultivo de alimentos e água potável” (Ventania, part. nº 09) e “[...] no agravamento de alergias e imunidade[...]” (Relâmpago, part. nº 43). Dessa forma, abordagens sobre a saúde humana e a qualidade de vida também estiveram presentes, incluindo relato de Nuvem (part. nº 07) sobre os efeitos da “[...] mudança de temperatura brusca [...]” no “bem-estar humano”. Com relação a isso, inclusive, podemos verificar que o entendimento da relação entre as mudanças climáticas com a saúde pode levar os indivíduos a mudarem o seu comportamento e a aumentarem o apoio em estratégias de mitigação (Toan et al., 2014).

Além da saúde, também verificamos preocupações relacionadas a economia local, renda e produtividade. Conforme relatado por Trovoada (part. nº 178) as mudanças também afetam em “recentes secas que deixam muitos produtores rurais sem ter o que colher”. Esse efeito também é percebido por Mormaço (part. nº 213), abrangendo o município de Chapecó, SC e relata:

Poderia citar inúmeros, mas me restrinjo a um: a seca. Enfrentamos, na região, uma seca terrível. Tenho parentes no meio rural que enfrentam sofredamente esta seca, segundo eles, nunca vista igual. Eu [...], em Chapecó, senti falta de água para higiene pessoal e para beber nos últimos anos, mas a água não faltou para a carnificina das agroindústrias. É possível ver a olho nu alguns córregos e rios, antes abundantes, mingando ou já secos (vi um no mês passado e me apavorei), bastariam estudos longitudinais para comprovar as mudanças climáticas (crimes ambientais). Penso que talvez as causas sejam mais pertinentes de ser estudadas do que os efeitos. Os efeitos são evidentes: o sofrimento da espécie, a depressão e culpabilização individual pela responsabilidade que deveria ser coletiva, o aumento de doenças respiratórias, etc. O progresso econômico e financeiro tem sido

inversamente proporcional à manutenção da vida na terra.

Com percepção de impactos diversos decorrentes das mudanças climáticas, também mencionamos o relato de Orvalho (part. nº 129):

Sou indígena e detentor de conhecimentos milenares que cultivamos no seio da comunidade indígena. Mas com as mudanças climáticas, estão cada vez mais comprometidos, pois nossos contos, crenças, hábitos alimentares, costumes e tradições, também estão sendo afetados.

Em trabalhos com propostas similares, podemos verificar resultados que corroboram os dados desta pesquisa. Em estudo sobre o risco de cheias e a percepção sobre as mudanças climáticas, a maioria dos participantes também acreditam que o clima está mudando, e que tal mudança, associada às alterações de temperatura e de precipitação, vem se agravando nos últimos 10 anos (Coelho et al., 2004). Nessa mesma perspectiva, grande parte de estudantes do Distrito Federal acreditam que as mudanças climáticas já ocorrem e que devem continuar no futuro (Mesquita; Curi; Bursztyn, 2018). Ainda, em outra pesquisa de opinião pública, considerando diferentes variáveis, foi verificado que a renda familiar e a escolaridade apresentam relação positiva na avaliação da percepção de risco de mudanças climáticas (Bursztyn; Eiró, 2015).

Perturbações ambientais, mitigação e resiliência

Ao pensarmos sobre os impactos antropogênicos, a sua magnitude e a própria relação ser humano-natureza, nos questionamos também sobre a capacidade humana de modificar e causar impactos ambientais considerados negativos ou adversos. Nessa perspectiva, alguns fenômenos como o aparecimento e aumento de depósitos antropogênicos, rotatividade biótica, eventos catastróficos e as mudanças climáticas, inclusive, podem ser estudados no contexto do antropoceno (Waters et al., 2014), embora se trate de uma proposta recentemente recusada (Witze, 2024), como abordaremos mais à frente.

De modo generalista, considerando as respostas dos participantes dessa pesquisa, acreditamos que as pessoas percebem a existência de uma relação entre os impactos ambientais antropogênicos com alterações significativas no planeta, a nível global. Para a grande maioria das pessoas (98% dos participantes), a humanidade é sim capaz de tais modificações e impactos ambientais adversos. Nessa mesma perspectiva, envolvendo a magnitude ou o nível desses impactos, verificamos que as pessoas acreditam, majoritariamente (96%), em impactos globais e não apenas locais.

Ressaltamos que as pessoas não vivem em um sistema global, mas sim, em lugares; contudo, o que se verifica é que as repercussões das atividades humanas ameaçam, justamente, a habitabilidade, a qual é experimentada unicamente por meio de lugares, sendo necessário também considerar as diferenças socioeconômicas e culturais existentes na humanidade (Tsing, 2019). Nesse sentido, conforme verificado nesta pesquisa, podemos compreender que os participantes acreditam que as atividades humanas são capazes de modificações e impactos globais, além de alterações de aspectos bióticos e abióticos que podem ameaçar a habitabilidade dos lugares em que vivem. Para Tsing (2019, p. 205):

O Antropoceno é global; só faz sentido em escala planetária. E é também sempre restrito, perspectivo e performativo. Isso não é apenas porque várias pessoas imaginam o Antropoceno de forma diferente, ou apenas porque os sistemas globais causam impacto em vários tipos de pessoas de maneira diferente. É mais que isso. O Antropoceno é fragmentado porque é composto de várias assembleias de habitabilidade.

Embora a proposta de Antropoceno tenha sido recusada em âmbito da Geologia, a qual envolvia o estabelecimento de uma nova época na escala de tempo geológica, marcada por impactos antropogênicos e alterações significativas do planeta (Adam, 2024; Witze, 2024), precisamos lembrar de que o conceito é abrangente, utilizado e debatido por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e disciplinas (Malhi, 2017) e que podem ter continuidade de estudo, mesmo com a rejeição da proposta estratigráfica. Além disso, o

Antropoceno também poderia ser considerado como um evento geológico em curso, até que sejam conduzidas caracterizações estratigráficas consideradas robustas (Gibbard et al., 2021; Bauer et al., 2021). No entanto, mesmo sem reconhecimento formal, o Antropoceno veio para ficar (Voosen, 2024).

Considerando as perturbações antropogênicas e as mudanças climáticas, também discutidas na perspectiva de Antropoceno, verificamos em nosso grupo de participantes sobre potenciais mudanças de hábitos, ações de mitigação, adaptação e resiliência frente aos desafios potenciais causados por essas mudanças. Conforme respostas obtidas, 75% das pessoas estariam dispostas a reverem e a mudarem os seus hábitos e 91% acreditam que ações cotidianas individuais podem surtir efeito na mitigação das mudanças climáticas. Para análise desses dois últimos pontos, acreditamos que maiores detalhamentos poderiam ter sido estruturados e implementados em questionário, proporcionando espaço para que os participantes pudessem detalhar suas respostas e perspectivas de maneira mais abrangente e detalhada, pois questões fechadas podem não ter favorecido todas as potencialidades, conhecimentos e alternativas a serem propostas.

Além disso, embora o conhecimento e a percepção dos problemas relacionados às mudanças climáticas e perturbações ambientais antrópicas possa ser verificado, não há garantias de que um discurso já estabelecido e que conduza potencialmente “[...] ao aprofundamento da consciência de modo crítico, capaz de questionar a ação antrópica, o seu modo de produção, consumo e o seu protagonismo gerador da crise ambiental e planetária” (Pinto; Pires; Georges, 2020, p. 3) possa ser constatado efetivamente ou que reflexões como essas possam existir.

Nesse sentido, com relação a contradições nas percepções sobre as mudanças climáticas e preferências políticas, podemos mencionar situações como a verificada em estudo norte-americano: embora parte das pessoas apoie políticas de níveis internacionais de mitigação, as mesmas se opõem a potenciais impostos, que os afetariam diretamente, denotando que a percepção pública de riscos pode, portanto, compelir ou restringir ações políticas,

econômicas e sociais determinantes (Leiserowitz, 2006). Desse modo, também emergem questionamentos que, possivelmente, podem não ser prontamente respondidos e que merecem reflexão, em particular sobre o alarme, a gravidade, explicações sobre a ocorrência dessas mudanças, além de questões relacionadas ao capitalismo, poder e classe, perspectivas de antropocentrismo e visões consideradas dualistas de “natureza” e “sociedade”, bem como sobre novas maneiras de se pensar as relações humanidade-na-natureza e a natureza-na-humanidade (Moore, 2016).

Conclusão

A partir da análise de percepções ambientais desempenhada neste estudo, verificamos respostas sobre o significado e percepção de meio ambiente de uma comunidade acadêmica, as quais foram consideradas majoritariamente como naturalistas (78%), ou seja, representações caracterizadas apenas por aspectos naturais bióticos, abióticos e físico-químicos. No que diz respeito às mudanças climáticas, quantitativo considerável dos participantes percebe os efeitos dessas mudanças onde essas pessoas vivem (92%), além de abordarem noções de alteração ou mudança do clima, antropogênica ou não.

Inclusive, por meio de análise realizada, sugerimos a existência de uma potencial relação entre as representações sociais naturalistas que foram identificadas e as respostas de percepções de influências e de impactos das mudanças climáticas, as quais estão voltadas, principalmente, para a categoria de condições climáticas deste estudo, englobando apenas aspectos e elementos físicos do clima (74%), portanto, com ausência de aspectos e efeitos socioambientais atrelados às mudanças climáticas. No entanto, devido à natureza deste trabalho e método de amostragem conduzido, induções estatísticas são inviabilizadas.

Desse modo, considerando os resultados do estudo realizado, acreditamos que esses dados podem suscitar mais questionamentos sobre as temáticas aqui discutidas e, também, possibilidades de estudos sobre estratégias a serem adotadas ou desenvolvidas para enfrentamento e resiliência aos

desafios atuais e futuros que as mudanças climáticas representam. Além disso, sugerimos estudos comparativos posteriores sobre as percepções presentes neste trabalho, em particular de efeitos dessas mudanças locais e regionais, com dados disponíveis na literatura e registros históricos sobre a ocorrência e frequência de fenômenos das mudanças e de desastres naturais na região do estudo.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES, à Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 12/2021, por meio do projeto “Mudanças climáticas, paisagens e povoamento pré-histórico na bacia do rio Uruguai” e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) processo 305609/2022-0.

Notas

- 1 A coleta de dados foi realizada no ano de 2021, durante a pandemia de SARS-CoV-2, momento em que estavam vigentes restrições sanitárias.
- 2 Formulários Google foi selecionado como plataforma para criação e aplicação de questionário on-line.
- 3 A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, com parecer do CEP/Unochapecó nº 4.450.624, de 09/12/2020.

Referências

ABBASS, K.; QASIM, M. Z.; SONG, H.; MURSHED, M.; MAHMOOD, H.; YOUNIS, I. A review of the global climate change impacts, adaptation, and sustainable mitigation measures. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 29, n. 28, p. 42539–42559, 1 jun. 2022.

ADAM, D. Ditching 'Anthropocene': why ecologists say the term still matters. **Nature**, 2024.

AHMADI DEHRASHID, A.; VALIZADEH, N.; GHOLIZADEH, M. H.; DEHRASHID, H. A.; NASROLLAHIZADEH, B. Perspectives of Climate Change. In: BANDH, S. A. (Ed.). **Climate Change: The Social and Scientific Construct**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 369–388.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, J. R.; ZAVATTINI, J. A. Bases conceituais em climatologia geográfica. **Mercator**, v. 8, n. 16, p. 255–261, 2009.

BAUER, A. M.; EDGEWORTH, M.; EDWARDS, L. E.; ELLIS, E. C.; GIBBARD, P.; MERRITTS, D. J. Anthropocene: event or epoch? **Nature**, v. 597, n. 7876, p. 332–332, 14 set. 2021.

BURSZTYN, M.; EIRÓ, F. Mudanças climáticas e distribuição social da percepção de risco no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, p. 471–493, 2015.

CARVALHO, M. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, vol. 243, ed. 1, 1999.

CHAKRABARTY, D. The Climate of History: Four Theses. **Critical Inquiry**, v. 35, n. 2, p. 197–222, 2009.

COELHO, C. A.; VALENTE, S. M.; PINHO, L. D.; CARVALHO, T. M.; FERREIRA, A. D.; FIGUEIREDO, E. M. **A percepção social das alterações climáticas e do risco de cheia**. Actas do VII Congresso Nacional da Água. Anais... In: 7o CONGRESSO DA ÁGUA. Lisboa: 1 out. 2004.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec: Nupaub/USP, ed. 6, 2008.

GIBBARD, P. L. BAUER, A. M.; EDGEWORTH, M.; RUDDIMAN, W. F.; GILL, J. L.; MERRITTS, D. J.; FINNEY, S. C.; EDWARDS, L. E.; WALKER, M. J. C.; MASLIN, M.; ELLIS, E. C. A practical solution: the Anthropocene is a geological event, not a formal epoch. **Episodes Journal of International Geoscience**, 2021.

GOMES, L. A.; BRASILEIRO, T. S. A.; SADALA, K. Y.; GAMA, A. P.; DE SOUZA, L. T. R.; CARVALHO, E. M. S.; GOMES, H. M. C.; MCCOWAN, T. Educação e mudanças climáticas: a percepção dos estudantes de uma escola do interior da Amazônia sobre as mudanças climáticas. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 341–371, 2024.

HAQUE, S. E. Chapter 2 - Historical perspectives on climate change and its influence on nature. In: SRIVASTAV, A.; DUBEY, A.; KUMAR, A.; NARANG, S. K.; KHAN, M. A. (Eds.). **Visualization Techniques for Climate Change with Machine Learning and Artificial Intelligence**. [s.l.] Elsevier, 2023. p. 15–38.

HAWKINS, E. Our evolving climate. **Significance**, v. 9, n. 1, p. 13–15, 2012.

LEISEROWITZ, A. Climate Change Risk Perception and Policy Preferences: The Role of Affect, Imagery, and Values. **Climatic Change**, v. 77, n. 1–2, p. 45–72, 2006.

MALHI, Y. The Concept of the Anthropocene. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 42, n. 1, p. 77–104, 2017.

MARQUES, L. Mudanças climáticas. *In*: MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 277-212, 2015.

MESQUITA, P. D. S.; CURI, M. V.; BURSZTYN, M. A Interdisciplinaridade e a Percepção de Estudantes Universitários sobre as Mudanças Climáticas. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 7, n. 1, p. 306–325, 2018.

MOORE, J. Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. **Sociology Faculty Scholarship**, 2016.

MURUNGA, M.; MACLEOD, C.; PECL, G. Assumptions and contradictions shape public engagement on climate change. **Nature Climate Change**, v. 14, n. 2, p. 126–133, fev. 2024.

NOBRE, C. A.; REID, J.; VEIGA, A. P. S. Fundamentos científicos das mudanças climáticas. São José dos Campos, SP: **Rede Clima/INPE**, 2012.

PINHEIRO, J. Q.; CAVALCANTI, G. R. C.; BARROS, H. C. L. Mudanças climáticas globais: Viés de percepção, tempo e espaço. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 23, n. 3, p. 282–292, 2018.

PINTO, G. E.; PIRES, A.; GEORGES, M. R. R. O Antropoceno e a mudança climática: a percepção e a consciência dos brasileiros segundo a pesquisa IBOPE. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 54, n. 0, 2020.

REIGOTA, M. Meio ambiente: representação social e prática pedagógica. *In*: REIGOTA, M. . **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2010.

REIGOTA, M. **Les représentations sociales de l'environnement et les pratiques pédagogiques quotidiennes des professeurs de sciences à São Paulo – Brésil**. 1990. 350f. Thèse (doctorat) – Faculté de Psychologie et des Sciences de L'Education, Université Catholique de Louvain, Louvain.

SAUNDERS, M. N. K.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. 5th ed. New York: Prentice Hall, 2009.

SINGH, A. P.; KUMAR, J.; CHAUHAN, I.; SAXENA, P. K.; GAUR, P. K.; SHARMA, S. K.; GUPTA, D. K.; SAHOO, N. K.; SINGH, P. K. Chapter 8 - Role of climate change in disasters occurrences: Forecasting and management options. *In*: SRIVASTAV, A.; DUBEY, A.; KUMAR, A.; NARANG, S. K.; KHAN, M. A. (Eds.). **Visualization Techniques for Climate Change with Machine Learning and Artificial Intelligence**. [s.l.] Elsevier, 2023. p. 149–180.

SULLIVAN, A.; WHITE, D. D. An Assessment of Public Perceptions of Climate Change Risk in Three Western U.S. Cities. **Weather, Climate, and Society**, v. 11, n. 2, p. 449–463, 2019.

TOAN, D. T. T.; Kien, V. D.; GIANG, K. B.; MINH, H. V.; WRIGHT, P. Perceptions of climate change and its impact on human health: an integrated quantitative and qualitative approach. **Global Health Action**, v. 7, n. 1, p. 23025, dez. 2014.

TSING, L. A. Terra perseguida pelo Homem. *In*: TSING, L. A. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, p. 203–223, 2019.

VOOSEN, P. **The Anthropocene is dead. Long live the Anthropocene.** Disponível em: <<https://www.science.org/content/article/anthropocene-dead-long-live-anthropocene>>. Acesso em: 20 maio. 2024.

WATERS, C. N.; ZALASIEWICZ, J. A.; WILLIAMS, M.; ELLIS, M.; SNELLING, A. M. A stratigraphical basis for the Anthropocene? **Geological Society, London, Special Publications**, v. 395, n. 1, p. 1–21, 2014.

WILLIAMS, M.; ZALASIEWICZ, J.; WATERS, C. N.; EDGEWORTH, M.; BENNETT, C.; BARNOSKY, A. D.; ELLIS, E. C.; ELLIS, M. A.; CEARRETA, A.; HAFF, P. K.; IVAR DO SUL, J. A.; LEINFELDER, R.; McNEILL, J. R.; ODADA, E.; ORESKES, N.; REVKIN, A.; RICHTER, D.; STEFFEN, W.; SUMMERHAYES, C.; SYVITSKI, J. P.; VIDAS, D.; WAGREICH, M.; WING, S. L.; WOLFE, A. P.; ZHISHENG, A. The Anthropocene: a conspicuous stratigraphical signal of anthropogenic changes in production and consumption across the biosphere. **Earth's Future**, v. 4, n. 3, p. 34–53, 2016.

WITZE, A. Geologists reject the Anthropocene as Earth's new epoch — after 15 years of debate. **Nature**, v. 627, n. 8003, p. 249–250, 2024.

WMO. **Guide to Climatological Practices.** Geneva: WMO, 2018.

ZUBE, E. H. Environmental perception. *In*: **Environmental Geology.** Encyclopedia of Earth Science. Dordrecht: Springer Netherlands, p. 214–216, 1999.

Apêndice 1 – Questionário estruturado

Noções básicas de meio ambiente, Antropoceno e mudanças climáticas	
O que você compreende por “meio ambiente”?	
Você já ouviu falar sobre “Antropoceno”? () Sim () Não	O que você compreende por “Antropoceno”?
Você já ouviu falar sobre mudanças climáticas? () Sim () Não	O que você compreende por mudanças climáticas?
Você percebe o (s) efeito (s) das mudanças climáticas onde você vive e na sua região? () Sim () Não	Se você percebe, que efeito(s) seria(m) esse(s)?
Problemáticas ambientais associadas ao tema	
Você acredita que a humanidade é capaz de modificar e causar impactos negativos no meio ambiente? () Sim () Não	Em que nível seriam tais impactos negativos no meio ambiente? () Nível global () Nível regional () Nenhum
Você acredita que mudanças climáticas estão ocorrendo e que são causadas por atividades humanas? () Sim () Não	O aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera da Terra, como dióxido de carbono (CO ₂) e metano, está relacionado ao aumento da temperatura média global? () Sim () Não
O quão preocupante você considera o aumento da temperatura média global, entre 1,5 e 2 graus Celsius, neste século? () Muito preocupante () Pouco preocupante () Nada preocupante	Você acredita que com as mudanças climáticas: o aumento da temperatura; a ocorrência de desastres naturais e eventos climáticos extremos; a redução da biodiversidade; efeitos negativos na produção de alimentos; e impactos negativos na saúde e qualidade de vida humana devem: () Se agravar muito () Se agravar pouco () Não devem se agravar
De que maneira as mudanças climáticas influenciam na sua vida?	Como você relaciona a pandemia de COVID-19 com os efeitos das atividades humanas no ambiente? Você acredita que existe alguma relação, seja com esta, ou com outras potenciais pandemias?
Perspectiva de mudanças e de mitigação	
Você acredita ser possível reverter ou reduzir, em tempo, as mudanças climáticas? () Sim () Não	Você considera a redução de emissões de gases de efeito estufa: () Urgente e extremamente necessária () De urgência mediana () De pouca urgência
Ações cotidianas individuais podem surtir efeito na mitigação das mudanças climáticas? () Sim () Não	Com relação à mudança de hábitos e atividades como utilização de veículo movidos a combustíveis fósseis e consumo de carne vermelha, você se considera: () Disposto à mudança () Pouco disposto à mudança () Não disposto

Tecnologização da agricultura e injustiça ambiental

Arlene Renk*

Geversson Ampolini**

Silvana Winckler***

LEGUIZAMÓN, Amalia. **Sementes de poder**: injustiça ambiental e soja geneticamente modificada na Argentina. Tradução de Gabriela Moncau. São Paulo: Elefante, 2023.

A autora Amalia Leguzamón é socióloga e professora da Universidade de Tulane, em Nova Orleans. Seu livro (na edição original norte-americana) recebeu os prêmios Global Development Studies Book Award, pela Associação Internacional de Sociologia (ISA) e Outstanding Book Award, pela seção de sociologia ambiental da Associação Americana de Sociologia (ASA).

Sementes do poder não é um livro que aborda estritamente a soja, é mais do que isso. Trata da história da conversão agrária argentina, mostrando a trajetória da implementação intensiva da soja no país. Aponta como o agronegócio conseguiu o apoio para impor o “extrativismo como modelo nacional de desenvolvimento socioeconômico, além disso promover inação diante da injustiça ambiental”. (Leguizamón, 2023, p. 13).

Metodologicamente, a autora qualifica o trabalho como estudo de caso “sobre a transformação do sistema agrário argentino”, centrando-se no sistema agroexportador da soja. Recorreu aos níveis e métodos “múltiplos para capturar a sinergia do poder” (Leguizamón, 2023). Fez uso de entrevistas, observação participante, análise de conteúdos, construindo dados micro e macroanalíticos de interação, cultura e comunidade. Buscou dados quantitativos nos observatórios, arquivos nacionais (argentino) e latino-americanos. Por questões éticas valeu-se de pseudônimos para apresentar as entrevistas com o setor agropecuário, indígenas, pequenos agricultores, mulheres e

movimentos de contestação. Tomou o cuidado de designar ficticiamente os locais da pesquisa, bem como salvaguardar os entrevistados. Seu trabalho de campo ocorreu de 2009 a 2015.

A estrutura do livro consiste em introdução, quatro capítulos e conclusão, construídos de forma amarrada e coesa.

Na introdução, antecipa a tese de que buscou “mostrar como a soja geneticamente modificada importa não apenas como cultivo agroindustrial lucrativo, mas também um espaço para estudar a dinâmica do poder que cria e legitima a injustiça ambiental”. (Leguzamón, 2023, p. 33).

Grosso modo, a introdução e o primeiro capítulo, são dedicados a repertoriar historicamente a constituição do Pampa argentino, espaço de gado e depois da sojicultura. Aborda o imaginário nacional da soja como aspecto civilizador, para romper a barbárie (Sarmiento, 2018). Esse aspecto mereceu cuidadosa retrospectiva, contribuindo para uma leitura mais refinada da sojicultura.

Ao abordar o extrativismo na Argentina, a autora enfoca o interesse nas dimensões do poder e injustiça. Reporta-se histórica e culturalmente ao projeto desenvolvimentista argentino como divisor de águas, à geração 1837, cujo discurso teria moldado a nação. No livro está explicitada a violência contra os povos originários e o meio ambiente por meio de operações militares e da introdução de tecnologias industriais na agricultura.

* Doutora em antropologia, docente da Unochapecó. E-mail: arlene@unochapeco.edu.br.

** Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Unochapecó. E-mail: dkgeversson@gmail.com.

*** Doutora em Direito, docente da Unochapecó. E-mail: silvanaw@unochapeco.edu.br.

A colonização dos Pampas com colonos, em detrimento dos nativos, foi lida pela elite como uma “conquista do deserto”, transformando-os em “celeiro da Argentina”. Este é o discurso fundante da identidade nacional. O processo de colonização e o subsequente apontam momentos conflituosos, com relações de poder, preconceitos, economia racializada baseada na ideologia da assimilação.

O subtítulo do livro remete à injustiça ambiental. Diversas são as passagens que a ilustram. Um exemplo retirado de seu trabalho de campo ocorre na localidade nominada ficticiamente por Santa Maria, Província de Buenos Aires. O monocultivo da soja geneticamente modificada em larga escala e com o uso adensado de agrotóxicos pulverizando os campos verdejantes aparenta não causar efeitos na população de Santa Maria (Província de Buenos Aires). Esta situação é apresentada como exemplo oposto ao dos insurgentes movimentos *Grass roots*, que impulsionaram a luta pela justiça ambiental. Ao contrário, se nega e denega os efeitos nos corpos e no solo do uso do glifosato, utilizado na fumigação das extensas áreas de sojicultura, apesar das evidências encontradas.

A denegação faz com que se respaldem os efeitos do glifosato, afirmando que repercute na melhoria da produtividade, contribuindo para sustentabilidade. No entanto, este é um conceito polissêmico. Ou os habitantes efetivamente desconhecem os riscos dos agrotóxicos à saúde, ou preferem fazer ouvidos moucos e colocar venda nos olhos.

No caso de Santa Maria, há milhões de hectares de soja plantada e naturalização do ambiente fumigado, bem como a denegação dos efeitos nocivos aos moradores da área de influência da sojicultura. As mulheres entrevistadas respondem que o plantio da soja permite “viver no campo”. Esses efeitos foram desvendados com a condição do cultivo no Chaco, assim como no caso das mães do Bairro de Ituzaingó Anexo, aspectos que mereceram estudo no último capítulo.

A exemplo do que ocorre no Brasil, soja geneticamente modificada responde por expressivo valor na exportação argentina. É responsável pelos vastos territórios de terras (latifúndios) que avançam para áreas arrendadas. A transgenia extrapola a

construção da crença na produtividade. Olhar esse cenário criticamente permite ver o aprofundamento do lema da Civilização e Barbárie (Sarmiento, 2018). A latifundiáriação, com a predominância de gênero masculino, a tecnologização da agricultura e a exonerando da mão de obra, reconfigura demograficamente os povoados locais. O plantio, em grande escala, impulsiona a migração aos centros urbanos. As pequenas áreas são vendidas ou arrendadas aos grandes proprietários. A tecnologização crescente dos plantios faz com que grandes áreas empreguem poucos trabalhadores.

Uma situação inusitada, narrada pela autora, é a do plantio da soja nos quintais e nos jardins das residências.

A autora aponta a relação entre ocupação dos Pampas no século XIX, a redução numérica dos povos originários e seu confinamento e a apropriação de terras, contemporaneamente, consistindo num processo de apossamento de terras (*land grabbing*).

A soja criou a figura do latifundiário argentino sem terra, torna-se cultivador pelo processo de arrendamento, mediante o qual incorpora áreas. Os arrendamentos ocorrem transnacionalmente na Argentina, Brasil e Bolívia. O cerne da sojicultura não está na propriedade, mas no conhecimento, o que supõe que a exploração agrícola está na expertise de ser sojicultor.

As desigualdades geradas pelo extrativismo e pela agricultura digital são produzidas com “sinergia de atores influentes”, tais como o Estado e o agronegócio, mídia e ciências, à medida que ancoram as desigualdades e geram um consenso nacional. A injustiça ambiental não se faz sem financeirização da agricultura. Ela ocorre em terreno de “natureza barata” (Moore 2022), vilipendiada. A injustiça ambiental reflete em uma parcela da população que consiste na base da pirâmide empobrecida e racializada.

A trama de poderes se oculta no discurso desenvolvimentista e tecnológico. Há uma boa amarração das relações e instituições de poder centradas na figura masculina do Estado, nas corporações e, capilarmente, nas famílias dos cultivadores de soja.

Uma das questões levantadas consiste na indagação: como atores poderosos obtêm aceitação

diante da distribuição desigual dos custos sociais e ecológicos do extrativismo?

De modo didático, são abordadas as culturas geneticamente modificadas. A autora consegue amarrar o histórico das sementes modificadas com formação das grandes corporações. A cadeia da soja atua com poucos empresários do agronegócio que, por sua vez, comandam a atividade a partir de grandes empresas privadas e orientadas tecnologicamente, razão por que diminuíram os postos de trabalho e levaram à migração.

A tecnologia e as sementes modificadas produzem um cultivo homogêneo e padronizado, atendendo ao setor corporativo. Transforma-se em produto flex, passível de ser cultivado em locais diversos e de atender aos padrões exigidos para diferentes usos.

A sinergia do poder, um recurso para explorar o texto, contempla as categorias de dominação estruturais e simbólicas que se intersectam para legitimar a injustiça ambiental. Aliás, no trabalho há uma excelente revisão das categorias justiça ambiental e sinergia do poder.

Na política econômica da soja, os sujeitos racializados (indígenas e camponeses) feminilizados (mulheres que se identificam como mãe cuidadora) estão na base da hierarquia social, excluídos do poder.

Se, em algumas áreas pampeanas, o risco dos efeitos nocivos do agrotóxico no corpo e no ambiente é negado ou denegado, isso não ocorre em todo território.

No âmbito da injustiça social, é relevante o teor do capítulo IV, ao discutir o movimento social liderado pelas mães do bairro Ituzaingó Anexo, as quais lutam contra a pulverização de pesticidas e contra o uso de soja geneticamente modificada.

O texto esmiúça a trajetória do grupo e explica como a dor pessoal e a injustiça ambiental se uniram para a formação de um dos mais relevantes movimentos sociais e ambientais desse país.

O texto aborda uma poderosa mensagem sobre o significado da perda de um filho em decorrência de doença causada por agrotóxicos e serve de ponto de partida para compreender o sofrimento que produziu o movimento social – a perda de filhos para doenças (leucemia, câncer). A dor gerou um processo de mobilização e de ativismo

entre mães que procuravam entender as causas dessas doenças, assim como lutar contra a pulverização de pesticidas suspeitos de serem causadores dessas e de outras graves doenças.

A formação do Grupo de Mães do Bairro Ituzaingó Anexo teve início no ano de 2002 e foi uma resposta direta da população a uma grave crise de saúde pública. As mães, movidas pela perda e pela necessidade de justiça, se uniram para investigar a relação entre a pulverização de pesticidas e a alta taxa de câncer e outras morbidades em suas comunidades. Este início é marcado por um senso de desespero e uma necessidade de agir diante da inércia das autoridades locais.

O grupo de mães tornou-se um importante representante do movimento contra agrotóxicos na Argentina. A luta dessas mulheres foi um exemplo de mobilização social gerada por experiências fundamentadas em dor pessoal e sofrimento. Elas não buscavam somente explicações para as estranhas doenças de seus amigos e familiares, mas, também, agiram para desafiar e modificar os padrões de pulverização de pesticidas. Os trabalhos de Berger e Carrizo (2013; 2014) são paradigmáticos das ações de grass roots das mães do bairro Ituzaingó Anexo, aos quais a autora se reporta.

A luta das mães compreendeu uma série de ações, incluindo marchas, bloqueios de estradas e o uso de um “mapa da morte” para mostrar a alta e incomum incidência de doenças graves naquela comunidade. A estratégia de “epidemiologia popular”, que combina o conhecimento científico com a experiência vivida, foi uma ferramenta fundamental nesse processo de mobilização.

O movimento contra os agrotóxicos não é isolado, é parte de uma tendência mundial de resistência contra os impactos ambientais de práticas agrícolas não sustentáveis.

A mobilização social se fundamenta em dois pontos principais. O primeiro é a denúncia dos riscos à saúde e ao meio ambiente causados pela pulverização de agroquímicos. O segundo é a oposição à expansão da fronteira agrária que leva à destruição de habitats e ao deslocamento de comunidades. E discute como esses pontos estão relacionados e como a luta local tem significados mais amplos – mais amplas políticas ambientais e agrícolas para o país.

O movimento alcançou algumas vitórias, como a implementação de normativas locais para limitar a pulverização de pesticidas, mas enfrentou grandes desafios e, apesar da coragem de suas participantes, teve sua eficácia limitada por elementos estruturais e simbólicos presentes na sociedade argentina.

A partir do ano de 2006, a solidariedade com o movimento cresceu com o surgimento da campanha “Parem de Fumigar”, coordenada por um grupo de ativistas de Buenos Aires. Essa campanha ampliou o alcance do movimento na luta contra os agrotóxicos pela união de esforços e de recursos de outras províncias também afetadas pelos pesticidas. A solidariedade foi demonstrada por ações concretas e estratégias colaborativas que buscavam aumentar a conscientização e a pressão política por um controle mais rígido para o uso de agrotóxicos. O monocultivo, de qualquer espécie, leva à degradação da natureza barata (Moore, 2022) e ao fortalecimento dos grupos produtores de insumos para fumigação. A título de ilustração, citamos Barones de la Alimentación 2022: Lucro com las crisis, digitalización y nuevo poder corporativo (ETC Group, 2022). Embora publicado em 2022, posterior ao volume da edição inglesa, esse coletivo de investigação apresenta dados altamente comprometedores do monocultivo e do destino da produção.

A campanha “Parem de Fumigar” é mostrada como uma extensão do trabalho das mães, as quais buscam consolidar a rede de proteção e resistência em diversos locais da Argentina. A colaboração entre diferentes pessoas e grupos fortalece a luta e amplia seu alcance, ao mostrar como a mobilização local pode amplificar o poder de sua luta.

O impacto do movimento das Mães do bairro Ituzaingó Anexo vai muito além das vitórias legais e das mudanças políticas, vez que a luta dessas mulheres contribui com um legado mais amplo de conscientização e ativismo ambiental na Argentina. A visibilidade do “mapa da morte” e as ações da campanha “Parem de Fumigar” ajudam a sensibilizar o público e a chamar a atenção para os problemas gerados por pesticidas.

O legado do movimento também se reflete nas mudanças na política ambiental e na percepção pública dos agrotóxicos na Argentina. A luta das

Mães é um exemplo de como o ativismo local pode desafiar e mudar práticas e políticas estabelecidas, e serve como um modelo para outras comunidades afetadas por injustiças ambientais.

Enfim, é uma leitura que prende a atenção e repertoria os fatos históricos para explicar as decisões acerca do monocultivo extrativista e suas consequências. As mães de Córdoba são a antítese daquelas de Santa Maria, impulsionando um movimento *Grass roots* cujos efeitos extrapolam o território da soja e se tornam referência nacional e no exterior.

Referências

BERGER, Maurício. **Cuerpo, Experiencia, Narración.** Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2013.

CARRIZO, Cecilia; BERGER, Maurício. Prácticas médicas en un caso de contaminación ambiental. Desde el inicio de la denuncia al Juicio Ituzaingó. In: CARRIZO, Cecilia; BERGER, Maurício (orgs.) **Justicia Ambiental.** Seminario Justicia Ambiental. Instituto de Investigación y Formación en Administración Pública de la Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, 2014.

ETC GROUP. **Barones de la alimentación 2022:** lucros com las crisis, digitalización y nuevo poder corporativo. Disponível em: <https://www.etcgroup.org/content/food-barons-2022>. Acesso em 15 de julho de 2024.

MOORE, Jason. W. O surgimento na Natureza Barata. In: MOORE, Jason. W. (org.) **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 129-186.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo ou civilização e barbárie.** Biblioteca del Congreso de la Nación, 2018.